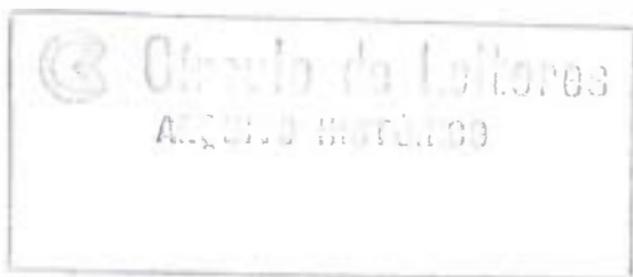


# **A GERAÇÃO DE 70**

RAMALHO ORTIGÃO

# A HOLANDA

*Nono volume*



CÍRCULO DE LEITORES

*Capa de: Antunes*  
*Impresso e encadernado por Printer Portuguesa*  
*no mês de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito*  
*Número de edição: 2253*  
*Depósito legal número 17 475/87*

## PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO

*Há onze anos que este livro foi escrito para a Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro. Desde então até hoje têm-se transformado, cada vez mais profundamente, todos os antigos problemas de sociologia, relacionados com a literatura de viagens, que tem por objecto o estudo de civilizações comparadas.*

*A questão política cessou de interessar-nos, ao passo que a questão social de dia para dia se nos impõe com mais instância e mais violência. Vacilam todas as opiniões na filosofia e na ciência aplicada à arte de governar, perante a impotência manifesta de sanar as injustiças sociais, função de uma lei natural e irrevogável — a subjugação dos fracos pelos fortes. Nas idades passadas a Fé era um lenitivo dessa opressão, imposta à sociedade pela Natureza. Em nossos dias, porém a irreligiosidade estancou os mananciais de resignação; e os mais poderosos governos do Mundo reconhecem-se inaptos para reorganizar a virtude, decretando como no Evangelho a comiserção aos poderosos, a conformidade aos humildes.*

*Inútil para a História, estéril para a Filosofia, possa esta pintura sincera e comovida dos velhos lares holandeses, tão simples, tão modestos, tão recolhidos e tão meigos, ter um humilde lugar na Arte, cuja missão — hoje mais que nunca — é cultivar no coração dos homens a flor da simpatia.*

*Julho de 1894.*

# I

## AS ORIGENS

*Filipe II e D. João III — A Inquisição — O duque de Alba nos Países Baixos — A revolta — Declaração dos maltrapilhos — «Gueux de terre et gueux de mer» — Marnix de Sainte-Aldegonde e Guilherme, o Taciturno — Formação da nacionalidade — A guerra — O cerco de Leida — Independência das Províncias Unidas. — O dique.*

A Holanda tomou na História o nome de nação quando Portugal, tendo já quatro séculos de existência, acabara de definir o seu vasto papel glorioso no drama da Renascença.

Até ao século XVI a Holanda era para nós o pântano tenebroso, a região anfíbia, ora água, ora terra-firme; um pouco de lodo envolto em névoa, periodicamente revolvido pelas tempestades do mar do Norte, habitado por uma raça misteriosa, maldita dos deuses, para a qual os soldados de César olharam atônitos, levando para Roma a notícia desse povo sinistro e lamentável condenado a lutar incessantemente contra a cólera do céu e contra a inclemência do oceano sobre alguns mouchões de terra movediça e flutuante.

Foi preciso que Filipe II, herdando de Carlos V o condado adstrito à casa de Baviera, pretendesse impor-lhe o catolicismo e a inquisição para que a Holanda entrasse na vida histórica, dando à humanidade um novo direito — todo um novo mundo moral —, o direito de cada um à inviolabilidade da consciência.

Na correspondência de Filipe II, coligida e publicada na Bélgica pelo director dos arquivos nacionais Gachard, encontra-se o seguinte trecho da carta dirigida pelo rei de Espanha ao seu embaixador em Roma:

«Assegurarei a Sua Santidade que eu hei-de regular as coisas da Igreja nos Países Baixos, sendo possível sem recorrer à força, porque este meio traria consigo a total destruição do país; mas estou determinado a empregá-la todavia, se não

puder de outro modo regular tudo como desejo, e neste caso quero ser eu mesmo o executor das minhas intenções, sem que, nem o perigo que eu possa correr, nem a ruína dessas províncias, nem a dos demais Estados que me ficam, possam obstar a que eu cumpra o que um príncipe cristão, temente a Deus, deve fazer pelo seu santo serviço e pela manutenção da Fé católica.»

D. João III, anunciando para Roma ao negociador Frei Baltasar de Faria a recepção da bula *Meditatio cordis*, a qual confirmava definitivamente em Portugal o domínio da Santa Inquisição, restringe o seu aplauso, com relação a alguns diplomas menos cruéis para com os cristãos-novos, na seguinte frase:

«Antes quis deixar de replicar naquilo de que Sua Santidade há-de dar contas a Deus, por carregar somente sobre ele, que dilatar o serviço que a Nosso Senhor se faz com a inquisição.»

Eis aí, ao lado um do outro, os dois homens destinados a enunciar o problema a cuja solução se achava vinculado o futuro de dois pequenos povos, colocados geograficamente em pontos tão opostos da Europa e reunidos na História a um mesmo momento pela catástrofe comum — a dominação de dois príncipes, inexoráveis como duas máquinas de guerra fabricadas pelo Concílio de Trento para horror dos hereges; firmes e convictos na sua Fé como sacerdotes de Tiro ou de Cartago, oferecendo aos deuses aplacados o sacrifício expiatório da rês humana; ambos sombrios e ambos grandiosos, como os portadores da verdade absoluta, que eles supunham haver recebido da Divindade, juntamente com o ceptro do governo e com a espada da Justiça; — derradeira encarnação do espírito romanesco da antiga cavalaria, levado às suas últimas conclusões lógicas pelo extático iluminismo de Santa Teresa e de Santo Inácio de Loiola.

Para opor à vontade esmagadora do soberano espanhol, a Holanda, anárquica, pobre e obscura, teve a Liga dos Maltrapilhos. Portugal, monárquico, glorioso e rico, Portugal, que poucos anos antes deslumbrava a Europa com a epopeia das suas navegações, e se preparava para dominar o Mundo pela herança do império de Carlos V, não teve resistência que opor ao arbítrio de um tirano.

Então se viu que uma falsa educação pública pode envol-

ver a moral de um povo sentimental e generoso em exalações mais pestilentas e mais mortíferas do que os vapores paludosos dos charcos da Batávia.

Em frente da ameaça de aniquilamento lançada pelo despotismo católico, em Portugal não aparece um homem. Na mesquinha Holanda, que no mapa-múndi apenas representa um terço da superfície que Portugal ocupa no continente europeu, levanta-se uma legião, *la ligue des pauvres gueux*, e à frente dela dois verdadeiros heróis: um que é o braço da revolta, o príncipe Guilherme de Orange, *o Taciturno*; o outro que é a cabeça da revolução, Marnix de Sainte-Aldegonde.

Os historiadores abusam em geral de uma fórmula consagrada ao referirem-se aos movimentos espontâneos do povo para a aquisição das suas liberdades. Os factos demonstram pelo contrário, me parece, que não há coisa mais dormente, mais crassa e mais passiva do que essa formidável mole de interesses correlacionados e de egoísmos solidários a cuja coesão se chama um povo.

Para determinar um movimento revolucionário na massa de uma nação é preciso, em primeiro lugar, que haja uma ideia; depois, que essa ideia se traduza numa fórmula artística, que produza a emoção; é preciso, por último, que uma espada dê o exemplo.

Não há revolução que vingue quando nela não concorrem esses três agentes destinados a pôr de acordo, para um mesmo fim, a força, o sentimento e a razão. A bandeira de batalha, o hino de guerra e o bastão de comando não são mais do que os atributos simbólicos dessas três fases da determinação — a ideia, a convicção e o acto. Todo o povo que se subleva e se bate pela independência e pela liberdade tem em si, mais ou menos em evidência, um pensador, um artista e um soldado.

Em Portugal, o regime eclesiástico, envenenando lentamente as fontes da filosofia, as fontes da arte, as fontes da honra civil e da coragem militar, havia-nos manietado de antemão para a resistência à serviço política e à dominação estrangeira.

O País rezava.

Os filósofos tinham-se convertido em casuístas, dirigiam a consciência pública de dentro dos confessionários, cultivando nos espíritos a análise óptica do pecado com o mesmo

carinho de micrógrafos com que o povo cultivava os parasitas da pele à portaria dos conventos.

Os homens de guerra tinham-se feito salteadores.

A Arte havia morrido com Luís de Camões, de muletas, sentado ao sol, entre os frades, no adro de S. Domingos.

Na Holanda, a Liga dos Maltrapilhos era formada por indivíduos da primeira nobreza, apesar do nome que adoptaram e que dera o conde de Barlaymont, para tranquilizar a regente Margarida, aos que iam pedir-lhe a abolição do tribunal do Santo Ofício: — *Madame, ce ne sont que des gueux.*

Nove fidalgos, moços, saídos quase todos da escola de Genebra, reúnem-se no dia 5 de Abril de 1566 no castelo do príncipe de Orange, em Breda, para o fim de acordar na declaração dos direitos que deviam ser impostos como condição à monarquia espanhola. Eis as conclusões dessa declaração redigida por Marnix e destinada a ser o prospecto da guerra:

«Tendo bem e devidamente considerado todas as coisas, entendemos que é do nosso dever obstar, a fim de não sermos presa daqueles que, sob a cor de religião ou de inquisição, querem enriquecer à custa do nosso sangue e da nossa fazenda. Pelo que, deliberamos fazer uma boa, firme e estável aliança e confederação, obrigando-nos e prometendo uns aos outros, por juramento solene, impedir que a dita inquisição se receba e sustente, sob qualquer pretexto que seja. Prometemos e juramos manter esta aliança santamente e inviolavelmente para todo sempre. Tomamos a Deus por testemunha, e pela eterna salvação das nossas almas nos prometemos reciprocamente toda a assistência de corpo e bens, como irmãos e fiéis companheiros, de mãos dadas. E, se algum dos nossos confrades for perseguido pela dita inquisição, ou por ter aderido a esta confederação, ou por outro qualquer motivo, nós prometemos em face de Deus assistir-lhe e não lhe recusar, por qualquer motivo que seja, todo o socorro que lhe possamos dar. Para anular as obrigações que hoje contraímos será inútil objectar que a perseguição se exerça em qualquer de nós por suposto crime de rebelião, pois declaramos que não é de rebelião que se trata, e tão-somente nos determina um zelo santo pela glória de Deus, pela majestade do rei, pela tranquilidade pública e pela defensão dos nossos bens, das nossas

vidas, das vidas das nossas mulheres e dos nossos filhos, ao que Deus nos obriga e nos obriga a Natureza.»

Quando uma ideia chega a enunciar-se com uma eloquência tão simples, tão honrada, tão profundamente convicta, dela resulta um monumento literário, que fica eterno.

Os que subscreveram esta declaração, vinculando-se às obrigações que nela se registam, podem vacilar no cumprimento da palavra dada, podem perjurar, podem desaparecer. *Scripta manent*. O documento literário fica, e é imortal, porque é a obra artística, dirigindo-se pelo sentimento de um à comoção de todos, e tendo por destino despertar continuamente, através dos séculos, as desinteressadas adesões da simpatia humana, acordando um eco inesperado em cada coração, à semelhança destas poderosas telas de Rembrandt ou de Franz Hals, em que o olhar do retratado, à força de se haver embebido no do artista, parece, em frente da multidão, cravar-se até o fundo no pensamento dos que o contemplam, seguindo, em qualquer direcção que seja, a cada um de per si.

A declaração dos *gueux*, redigida por Marnix de Sainte-Aldegonde, foi mais que o programa, foi o farol da guerra da Holanda.

Lido de castelo em castelo e de cabana em cabana, através das lágrimas da admiração e do reconhecimento nacional, esse compromisso de honra contraído por alguns homens assumiu o prestígio de uma lei moral, a consagração de um dever, o grito supremo da pátria chamando os dispersos, reunindo os solitários, guiando os errantes, fazendo vibrar a mesma fibra em todos os corações e criando um conjunto geral de todos os impulsos para um fim comum, espécie de corrente magnética que arrojava tudo conglobadamente para a frente, prendendo o destino dos tíbios à sorte dos audazes.

Em Portugal a vida de corte corrompera e arruinara a nobreza.

A obra de Francisco I em Versalhes e em Chambord foi a obra de D. Manuel, de D. João III e de D. Sebastião, em Lisboa. As emulações e as intrigas de palácio tinham absorvido as nobres aspirações e os graves interesses da vida. A fidalguia, arrebanhada em volta do rei, abdicara da sua importância e da sua influência nos solares abandonados. Os

feitores e os rendeiros predilectos do morgado largavam a direcção das lavouras para acompanharem o amo à ociosidade luxuosa da corte, subindo em categoria servil da obscuridade de trabalhadores à graduação agaloada de escudeiros. Os estímulos cavaleirosos da força, da lealdade e da justiça extinguíam-se na tradição. As honras tinham cessado de ir ao mérito e ao valor pessoal, servindo unicamente para estipendiar a lisonja e o servilismo. O luxo tornara-se grotesco à força de ser desenfreado. O vício do jogo era tão geral nos palácios como a prostituição nos conventos. A mocidade aristocrática chegara ao derradeiro grau da decadência viril. O escritor a quem devemos os quadros mais vivos dos costumes da época, D. Francisco Manuel de Melo, pinta os jovens fidalgos da corte de D. Sebastião caminhando amparados nos braços de dois escudeiros, arrastando os pés, derreados, bocejantes; e eram precisos quatro lacaios a cada cavalo para lhes calçar as luvas, para os estribar, para os colocar na sela, para lhes meter a rédea na mão. Os criados de pé acompanhavam o cavaleiro, ladeando-o, dois aos estribos, dois às cambas do freio. Era a affectação da elegância, a exageração da moda, levada até à imbecilidade, até ao cretinismo. Homens destes são incapazes de finca-pé para qualquer resistência, e o seu destino moral é obedecerem passivamente à corrente das coisas, como as podridões das ruas obedecem à passagem do enxurro que as leva ao sumidouro.

Assim, perante o estabelecimento da inquisição em Portugal, os cortesãos e os áulicos fizeram-se oficiais do Santo Officio, espiões do tribunal da Fé, esbirros do Divino, pondo a honra no privilégio augusto de dobrar mais uma vez no serviço da majestade divina o pobre espinhaço já desarticulado nas deslocações da dignidade em frente da majestade humana.

No povo, que é a derradeira camada em que penetram as infiltrações da corrupção social, havia certamente em Portugal como na Holanda o estofo de que se fazem as invencíveis guerrilhas.

Quando o sapateiro Martim Fernandes e o oleiro António Pires foram ao convento do Carmo, onde se reuniu o braço da nobreza, protestar pelo braço popular em favor da independência, o cardeal D. Henrique tremeu de terror pela revolução de Lisboa, e, se junto dele se achasse nesse momento

um amável e contemporizador Barlaymont, ele poderia dizer-lhe com mais verdade do que à duquesa de Parma: — *Ce ne sont que des gueux*.

Esses dois mesterais eram com efeito os nossos *gueux*.

Para dirigir, porém, o movimento do povo na reivindicação dos seus direitos, faltou-nos então a cabeça de um Marnix, cujo lugar a figura tão discutida de Febo Moniz estava longe de poder preencher nos destinos da revolução portuguesa.

Precisava-se do génio de um homem que representasse por si o génio de um povo, precisava-se de uma inteligência dominadora, como era a de Sainte-Aldegonde, como fora a de João das Regras.

Febo Moniz, ainda quando colocado pela História a toda a altura da sua lenda, não é ainda assim mais do que um simples coração de patriota diminuído por uma pusilanimidade de beato.

E não é sobre as vagas, ainda que generosas, aspirações do sentimento que se firma o equilíbrio de uma nacionalidade, mas sim sobre um sistema simples e sólido de algumas ideias fundamentais, logicamente deduzidas, solidamente concatenadas.

O patriotismo, só, é apenas uma disposição receptiva. É forçoso que um agente intelectual influa nessa disposição para que ela se converta numa actividade.

Sob a ameaça da usurpação de Filipe II, o célebre procurador de Lisboa, em vez de se dirigir ao povo para organizar a resistência, dirige-se ao cardeal-rei para contemporizar pelo parlamentarismo.

Existe, para ser confrontada com a declaração dos *gueux*, formulada por Marnix, a alegação feita por Febo.

Diz o documento português, que fielmente copio de uma transcrição do manuscrito feita por Oliveira Martins:

«Se el-rei D. Filipe é cristão, não quererá mover uma guerra entre cristãos, por causa duvidosa, contra a justa sucessão; porque, sendo assim, não terá bom successo, e Deus não será em seu favor; e quando o quisesse fazer, faremos o que sempre fizemos; bem sabemos perder a vida pela liberdade, e, posto que sejamos poucos e desarmados, e ele poderoso e apercebido, esperanças tenho em Nossa Senhora, que aju-

dará a efectuar uma sentença dada por um rei tão católico e tão santo e que não permitirá sermos vencidos, pois levamos a verdade e a razão por guia. Atónito estou de ver que, sendo a justiça igual, e estando ainda o parecer de Vossa Alteza tão duvidoso, se incline para Castela! Como poderá Vossa Alteza extinguir uma nação que os reis seus antecessores trabalharam tanto por enobrecer? Não sei como Vossa Alteza poderá acabar aquelas cinco chagas, que Jesus Cristo Nosso Senhor deu por armas no campo de Ourique a este reino; poder-se-ão elas, sem receio ou temor, meter entre os leões de Castela? Este negócio é maior do que todos os do Mundo, por árduos que sejam! Que falta é esta de amigos, que pobreza de vassallos reais? Porque não tenho por amigos do vosso serviço, nem por criados leais, quem tal coisa vos aconselha. Por que quereis que vos estale o reino nas mãos? Não vê Vossa Alteza a nódoa que põe em seu nome? Aonde se dirá que se entregou este reino a Castela, por temor de se defender do seu poder? Pelas lágrimas dos órfãos, que vivem das esmolas do reino e de seu rei natural! pelo remédio dos fidalgos, que ides entregar a um rei estranho; pelas necessidades das viúvas, pelas misérias dos pobres, peço-vos, senhor, que conserveis este reino na liberdade em que os reis vossos antepassados o puseram! representai ante vossos olhos, que todos comigo dão vozes: a quem nos deixais, senhor? por que nos cativais? aonde nos levais?! clama o povo, clama a nossa consciência, clama a justiça e a razão, e os nossos clamores hão-de chegar ao céu! Dai-nos liberdade, e, se vos parecer que a não merecemos, tirai-nos a vida, para que com ela se acabe o nosso cativo: que antes queremos, os verdadeiros portugueses, entregar de boa vontade a vida, do que perder a liberdade.»

É fundamental a diferença entre a atitude de Marnix e a de Febo. O confronto dos dois documentos em que essa diferença se baseia para nos dar a chave dos destinos políticos de Portugal e da Holanda depois do grande conflito religioso do século XVI.

As palavras de Marnix são um protesto resolutivo e firme, um juramento solene e sagrado, de desembainhar imediatamente a espada e dar até à última gota de sangue para obstar e impedir que a política de Filipe II, representada pelo estabelecimento da inquisição nos Países Baixos, seja recebida e

suportada. E esta deliberação assenta na simples força que dá ao homem a conquista intelectual de um direito, a aquisição de uma verdade, a posse de uma convicção.

As palavras de Febo Moniz têm a debilidade da súplica, lastimavelmente enunciada em nome de todas as fraquezas com que a corrupção havia depauperado o vigor e envenenado a seiva de uma sociedade.

Procurador do povo e intérprete dele, Febo alega em favor da liberdade todas as superstições e todas as misérias que justificam a servidão.

Ignorando que são os povos que dão a independência aos reinos, e não os reis que dão a autonomia aos povos, ele inclina-se, como se estivesse em frente do sacrário nacional, diante de um trono carcomido de sevandijas, no alto do qual um velho padre amedrontado, lívido, enrolado nas púrpuras do cardeal e do rei, treme confrangido de senilidade e de pavor, escutando a vaga tempestuosa que surge em torno dele, e sobre a qual lhe parece sentir já descoser-se e desconjuntar-se a jangada oscilante em que tem os pés.

É esse homem que Febo Moniz implora.

Em nome de que princípio? Em virtude de que direito?

Em nome das *cinco chagas de Cristo, dadas pessoalmente ao reino pelo mesmo Cristo no campo de Ourique!*

Pelos órfãos, *que vivem das esmolas do rei!*

Pelo *remédio dos fidalgos*, os quais parece viverem de iguais esmolas!

Pelas *necessidades das viúvas!*

Pelas *misérias dos pobres!*

A exposição de Febo Moniz é já o epitáfio da nação.

Essa voz generosa e sincera tem na História a repercussão trágica e lúgubre de um *momento*.

Porque, evidentemente, não é já uma nação que vive por trás do vulto simpático do procurador do povo de Lisboa nas cortes de Almeirim. É uma sociedade condenada; é um miserável ajuntamento de fanáticos e de mendigos; é um povo sem trabalho; é uma nobreza sem honra; é um clero sem caridade; e é um rei ao mesmo tempo unguido e tonsurado, entre híbrido e neutro, duplamente mutilado pelo Estado para a Igreja, e pela Igreja para o Estado, varão sem virilidade, sacrista sem devoção, príncipe sem espada.

Marnix dirige-se directamente ao povo, e, guiado pelo

axioma *Ubi veritas, ibi patria*, levanta a alma nacional da Holanda, impondo-lhe a convicção profunda e indestrutível de uma simples ideia justa.

Esta ideia pode-se formular nos seguintes termos:

Todo aquele que atenta, por qualquer modo que seja, contra a liberdade inviolável e sagrada da consciência humana, é um inimigo que a natureza nos impele a combater, e que Deus nos impõe o dever de exterminar.

Toda a obra de Marnix na impulsão da Holanda para a guerra e para a vitória da sua independência se resume na definição e na propaganda dessa ideia, a que ele deu sucessivamente todas as formas que pode tomar uma verdade passando através do génio criativo de um homem.

Desta ideia, manejada por ele, sai constituída e armada uma nacionalidade completa, assim como sai a formação de um mundo da fecundidade de uma célula.

Desse princípio estabelecido tirou Marnix de Sainte-Aldegonde tudo quanto é preciso para a existência autónoma de um povo, isto é: uma religião, uma filosofia, uma política, um direito, uma moral, uma arte.

Essa voz privilegiada, de consumado literato e de fino artista, põe luz em tudo quanto enuncia.

Não é o tributo das cortes de Almeirim, de cuja língua apaixonada mas pueril sorriam de literário desdém os cultos teólogos e os palacianos poetas do partido castelhano em Portugal.

O chefe espiritual da revolução na Holanda é um batalhador armado de todos os instrumentos do raciocínio e de todos os poderes da palavra, dotado de uma cultura enciclopédica e de uma agilidade de argumentação inexcedível, contra a qual toda a casuística dos padres-mestres do Concílio de Trento e dos conselhos privados do Escorial esbarra afocinhada, como o touro espanhol ao marrar no ar, vencido pela destreza do capinha. Vinha da grande escola de Genebra, esse *seminário heróico*, do qual escreveu Michelet: «A todo o povo em perigo Esparta como exército mandava um espartano. Assim sucedeu com Genebra. A Inglaterra ela deu Pedro Mártir, Knox à Escócia, Marnix aos Países Baixos; três homens e três revoluções.»

Às classes superiores ele fala a língua erudita e sábia do

classicismo greco-romano; ao povo fala na língua simples do bom senso mais persuasivo e convincente.

Não há forma alguma do pensamento comunicado ou da comoção transmitida em que ele não introduza a ideia da revolução, convertendo-a numa espécie de atmosfera moral, destinada a envolver os espíritos por todos os lados. Põe-na em prosa, em verso, em música, desenvolvendo-a na direcção de todas as expansões da energia humana, na esfera especulativa, na esfera affectiva, na esfera da acção.

Para elucidar o problema político dos Países Baixos escreve o livro intitulado *A Bélgica Libertada do Domínio Espanhol* (Belgicae liberandae ab Hispanis, etc.), a *Instituição do Príncipe*, a *Advertência aos Reis e aos Povos*, a *Salvação da República*.

Para esclarecer o problema religioso, arrancando a palavra de Deus a todo o revestimento de falsas interpretações cavilosas de seita ou de partido, traduz os Evangelhos em língua holandesa, e entrega desvendada à hermenêutica de cada um o texto das revelações divinas. Publica o livro famoso intitulado *Quadro das Desavenças da Religião*, do qual o historiador De Thou dizia: *Mr. de Sainte-Aldegonde a mis la religion en rabelaiserie*; e Bayle afirmava que Marnix havia arrancado mais espírito à Igreja Romana do que Calvino.

Para dissipar as irresoluções ou as dúvidas dos grupos perplexos, cobre a Holanda de pequenos opúsculos, em que se debatem e resolvem todas as questiúnculas, tão embaraçosas, emergentes dos grandes debates. Ele mesmo o diz em uma das suas cartas publicadas na colecção de Bertio: *Nos litteris et libelliis quantum possumus eorum animos ad libertatis studium accendimus*.

O livro das *Desavenças da Religião*, no qual as colunas do templo papista são destroncadas com uma força de Sansão, só foi impresso depois da morte de Marnix; mas o portentoso sopro revolucionário que anima essa obra de destruição palpita com um fragor de tempestade em todos os escritos dispersos com que o autor preparou o advento da independência holandesa.

À mentalidade nacional assim constituída pelo talento, pelo trabalho e pelo saber de um homem, repartido com uma fecundidade maravilhosa na mais vasta obra de controvérsia, de crítica e de propaganda política e filosófica, faltava ainda um elemento: faltava a força que dá a decisiva alegria para a

posse de nós mesmos; faltava o poder terrível que exerce a ironia na guerra contra as superstições e contra as tiranias; faltava a gargalhada, que extermina e aniquila pela explosão do escárnio os déspotas, os hipócritas e os pedantes.

Marnix deu ainda ao povo esse poder.

O panfleto intitulado *A Colmeia Romana* é um rabo-leva pregado intemeratamente na púrpura do pontificado.

Sacudida até à medula dos ossos por uma tão inesperada e tão dominativa virulência cómica, toda a fleumática Holanda riu durante cinquenta anos, de um riso enorme, que fez tremer descancelada nos gonzos toda a vidraria gótica do templo colossal da Idade Média.

O implacável, o invencível, o triunfante despotismo clerical, depois de aparecer refutado, aparecia grotesco. Suprema vitória da razão do vencido sobre a força brutal do vencedor! Em cima da própria fogueira do auto-de-fé, a sátira de Marnix dá-nos o triunfo sublime da vítima, arrancando do seu próprio suplício uma acha a arder e incendiando com ela o balandrau do farricoco. Do mesmo fogo lento destinado a consumir a heresia vê-se o herege extrair o tição com que chamusca o dogma.

Os que liam o planfleto de Marnix zombavam das condenações da Igreja no próprio estrado do patíbulo.

Para obviar a esta irreverência herética, que destruía o bom exemplo do terror pela impenitência da mofa, o governo do duque de Alba, com o fim de manter nos autos-de-fé nos Países Baixos a compunção apropriada à gravidade do acto, teve que tomar, em contraposição aos sarcasmos de Marnix, algumas disposições secretas especiais, que consistiam em queimar, antes da cerimónia da execução, a língua dos condenados. O processo era este: passava-se por uma argola a língua do prisioneiro, a qual em seguida se punha em contacto com um ferro em brasa. A intumescência da queimadura evitava que a argola saísse e que o padecente falasse.

Aberta pela noção do ridículo a veia da jovialidade nacional, Marnix procura manter e desenvolver pela cultura a virtude fecunda da alegria, e compõe sobre motivos de inspiração popular uma série de canções nacionais, as quais, segundo Bayle, contribuíram mais para a formação da República do que muitos livros doutrinários de grande tomo.

Marnix completa finalmente a sua missão, dando ao povo

o seu hino nacional, *Wilhelmus Lied*, o cântico sagrado dos simples, dos humildes, dos desterrados, dos *gueux de terre* e dos *gueux de mer*, a imortal canção patriótica, a *Marseillaise* da Holanda. Foi com esse grito de guerra que as frotas holandesas bateram no século XVI os navios espanhóis até ao mar das Índias. Foi com ele que os soldados da República destruíram o exército invasor de Luís XIV, do qual se disse então: *Stetit sol*. Foi com ele, enfim, que o heróico almirante Tromp atacou a armada inglesa, perseguindo até o Tamisa os seus derradeiros navios desmantelados pela artilharia, voltando ele mesmo triunfante à Holanda com a vassoura de bordo arrogantemente arvorada no tope do mastro grande, por cima do vitorioso pavilhão neerlandês, em testemunho solene de estar varrida a superfície dos mares e restituído ao comércio pacífico da Holanda o oceano liberto — *mare liberum*.

Assim concluída a obra de Marnix, achava-se a revolução consumada pelo filósofo e pelo artista na ordem das ideias e na ordem dos ensinamentos.

Chamo-lhe filósofo e chamo-lhe artista. Evito escrupulosamente dar-lhe o nome vulgar e grosseiro de *agitador*. Porque a influência enorme deste revolucionário está na força contrária à dos que tomam por ofício acender as paixões do povo pela incontinência tumultuosa das frases.

Ele produziu um movimento imenso precisamente pela sua serenidade profunda, pela posse e pela concentração de si mesmo, pelo recolhimento imperturbável no trabalho, não se preocupando senão de pensar com justiça e de escrever com arte.

Este poderoso manobrador de espíritos nunca se esforçou em ser outra coisa mais do que um escritor perfeito. O editor do livro *Desavenças da Religião* (Leida, 1605) diz numa advertência ao leitor o seguinte:

«Aqueles que, como eu, tiveram a honra de conhecer familiarmente não só a pessoa mas os estudos deste homem notariam a singular curiosidade que ele punha em não deixar sair à luz obra sua que não se achasse perfeitamente polida com a máxima exactidão, com a suma nitidez.»

Restava confirmar a revolução por actos, convertendo em facto o princípio fecundo, que, por uma rápida gestação psicológica, chegara ao período da viabilidade prática, tendo-se

convertido sucessivamente de ideia em sentimento, de sentimento em aspiração, e de aspiração em necessidade.

É nesta derradeira fase da revolução da Holanda — a fase da guerra — que Guilherme de Orange entra finalmente em cena cumprindo a missão que lhe estava destinada como completador da obra de Marnix.

A expedição do duque de Alba, destinada a dominar pelas armas a revolta dos Países Baixos, saiu de Cartagena em Maio de 1567. Compunha-se de pouco mais de dez mil homens e de duas mil barregãs, tão regularmente matriculadas como os próprios soldados. Os regimentos chamados da Lombardia, da Sardenha e de Nápoles, que faziam parte das forças, tinham fama da mais aguerrida e da mais disciplinada infantaria do tempo, comandada pelos experimentados generais D. Sancho de Lodron, D. Gonçalo de Bracamonte, Julian Romero e Afonso de Ulloa. A flor deste pequeno exército eram os guapos mosqueteiros da guarda a cavalo do duque de Alba, armados com as novas escopetas desconhecidas do inimigo. Da Itália, onde chegaram em trinta e sete caravelas, as tropas seguiram por terra através da França.

Brantôme, que veio expressamente à Lorena para ver de perto os representantes militares de um país que então dava a lei ao Mundo, não somente na arte da guerra, mas na elegância, na moda, no luxo das armas, na sumptuosidade dos uniformes e no cavalheirismo das maneiras, diz com entusiasmo que os soldados rasos desta *gentille et gaillarde armée* vestiam todos armas gravadas e douradas, como brilhantes oficiais. Os mosqueteiros, segundo o entendido cronista francês, tinham o aspecto de um esquadrão de príncipe, em que cada simples soldado era seguido por um escudeiro que o servia.

O duque de Alba, D. Fernando de Toledo, antigo companheiro de armas de Carlos V, lendário nas crônicas de cavalaria do seu tempo pela maravilhosa galopada da Hungria a Espanha, em dezassete dias de ida e volta, para ver a mulher com quem acabara de casar, era o primeiro general do século. Como tal o consagrara na fama universal o deslumbrante feito de armas da passagem do Elba e da batalha de Muhlberg, da qual dizia o imperador, parodiando numa forma caracteristicamente espanhola a histórica frase de César: *Vim, vi e venceu Deus!*

Com o ocaso de Carlos V na clausura de Yuste havia principiado a emurchecer a glória militar do seu companheiro de guerra. Vindo aos Países Baixos na idade de sessenta anos, vestindo outra vez o seu arnês de combate esmaltado pelas oxidações do sangue que fizera escorrer nas batalhas, magro, pálido, macerado, de olhos duros, de uma firmeza implacável, com o cabelo rente e a barba em forquilha, como o representa o seu último retrato feito por Ticiano e conservado em Madrid, entre as tapeçarias flamengas comemorativas das suas vitórias, no palácio de Liria, Alba não encontrara até então general que o igualasse, mas começava a perturbar-lhe o sono, como a César os louros de Alexandre, os triunfos do conde d'Egmont sobre as melhores tropas francesas.

O momento militar não podia ser mais oportunamente escolhido por Filipe II para fazer desembainhar mais uma vez a espada deste invencível soldado à frente de uma legião de heróicos veteranos, cujas façanhas de guerra tinham sido o assombro do Mundo.

Pela sua parte o duque olhava para a nova empresa de que se incumbia como para um recontro quase indigno dele. «Tenho feito dobrar diante de mim os homens de ferro do meu tempo. Do que se trata agora — dizia — é de esmagar homens de manteiga.» Ao ser recebido em Thionville, em nome da duquesa regente, pelos senhores de Barlaymont e de Noircarmes, que lhe davam as boas-vindas, respondeu altivamente: «É certo efectivamente que estou cá. Importa-me pouco ser bem-vindo ou não.»

Um mês depois de estabelecido em Bruxelas como capitão-general, de acordo aparente com a duquesa de Parma, que submetera desde a sua chegada à mais passiva obediência, estavam presos os condes de Egmont e de Horn, e instituído o famoso *conselho de sangue*, tribunal supremo, destinado a substituir todos os tribunais existentes. Três meses depois, mil e oitocentas pessoas tinham sido julgadas conglobadamente pelo processo mais sumário, condenadas à morte e executadas por sentença do terrível tribunal, em que eram juízes supremos os delegados do duque, Vargas e Del Rio. Em um só dia foram condenados oitenta e quatro habitantes de Valenciennes. Em outro dia, noventa e cinco pessoas de diferentes aldeias da Flandres. No dia 16 de Fevereiro de 1568 uma sentença do Santo Ofício condenava à morte como

heréticos todos os habitantes dos Países Baixos. Designavam-se nominalmente algumas pessoas exceptuadas. Dez dias depois um decreto real confirmava a sentença do Santo Ofício, e ordenava que imediatamente se lhe desse execução sem distinção alguma de jerarquia, de sexo ou de idade. Eram três milhões de criaturas humanas, homens, mulheres e crianças, lançadas ao patíbulo por um traço de pena de Filipe II. Em uma carta ao rei o duque de Alba computa a essa data em oitocentas cabeças o número das execuções adiadas para depois da occorrente Semana Santa.

O instrumento de acusação contra o príncipe de Orange designa-o como chefe da rebelião, e intima-o a comparecer perante o conselho de sangue. O príncipe responde à proclamação do capitão-general alegando que, na qualidade de cavaleiro do Tosão de Ouro, de membro do império da Alemanha, de príncipe soberano em França e de cidadão dos Países Baixos, só pode responder perante um tribunal competente, constituído pelos príncipes do Império, ou por convocação do rei, em capítulo da sua ordem, pelos seus pares e irmãos de armas. Pouco depois, novamente intimado, tendo sido decapitados os condes de Horn e de Egmont, achando-se ele mesmo condenado, proscrito, havendo-lhe sido confiscados todos os seus bens e sequestrado o seu filho primogénito, escreve altivamente ao conselho de sangue e ao duque de Alba, confirmando por sua honra e dignidade que jamais comparecerá perante um infame tribunal de gatunos e de vilões indignos de o servirem como cavalaria a ele e aos seus amigos. Em vista de uma tal audácia, de um tão provocante e vilipendioso repto arrojado simultaneamente às faces do duque de Alba e ao seu conselho de sangue, ao Santo Ofício, à Inquisição, a Filipe II e ao Papa, o capitão-general principiaria a compreender, talvez, a possibilidade de surgir, dentre os homens de manteiga que ele se propunha esmagar, um homem de ferro, mais duro que quantos ele tinha visto, indobrável a toda a força humana.

O exército com que o príncipe de Orange veio da Alemanha fazer frente aos opressores da sua pátria foi por muitas vezes batido pela consumada táctica dos generais e pelo valor inquebrantável dos soldados espanhóis, mas esse exército de recrutas, irregular e bisonho, ressurgia de si mesmo, reconstituindo-se sobre o mais pequeno dos seus

fragmentos, e tornara-se indebelável. A completa derrota da esquadra espanhola no golfo do Zuiderzê e a sangrenta repulsão das tropas de terra na heróica defesa de Alkmaar, juntamente com as insuperáveis dificuldades financeiras da ocupação militar, determinaram finalmente o duque de Alba a solicitar a sua demissão e a partir de Flandres no mês de Novembro de 1572, mais como vencido que como vencedor, e podendo, ainda que com bem diversos fundamentos, dizer como Afonso de Albuquerque: «Mal com o rei por amor dos homens, mal com os homens por amor do rei.»

Mondoucet escrevia a Carlos IX que o capitão-general estivera de cama durante todo o último tempo que passara em Flandres, doente de gota ou prostrado de melancolia. Vivamente censurado por Filipe II, junto de quem não teria sido desaproveitada durante a expedição dos Países Baixos a influência envolvente e enredadora do nosso compatriota D. Rui Gomes da Silva, mordomo-mor, sumilher da cortina, príncipe de Eboli, inimigo íntimo do duque ausente, a quem o rei o contrapunha por método inquisitivo de polícia e de espionagem recíproca; empobrecido, endividado, envolvido ao chegar a Espanha na aventura do casamento de seu filho D. Fradique contra os desígnios do soberano a respeito desse consórcio, o duque de Alba, em vez de receber do seu rei o prêmio devido a um triunfador, é por ele desterrado para Uceda ao mesmo tempo que Fradique é encarcerado no castelo da Mota.

Foi desse duro desterro que Filipe II o chamou em 1580 para o incumbir da conquista de Portugal. Esta derradeira empresa não foi para ele mais útil que a dos Países Baixos. Obrigado a ser em Lisboa cortesão de uma corte que o detestava, caído para sempre no caprichoso desagrado do rei, sendo-lhe recusada a licença que solicitou para ir morrer em sua casa, o duque de Alba, alimentado a leite de mulher, única substância que podia assimilar um dos maiores derramadores de sangue que teve o século, expira afinal num quarto do paço real de Lisboa, confessado e absolvido pelo seu amigo Frei Luís de Granada, coração bastante grande para nele caber toda a indulgência divina pelos maiores pecados dos homens.

Orange é o soldado por excelência, profundamente religioso, tendo pela vida o desprezo dos mártires, convicto, simples, resoluto.

Nada mais perigoso para o êxito de uma causa entregue à sorte das armas do que a loquacidade dos generais que discursam sobre a política ou sobre a diplomacia da questão que defendem. O prior do Crato, em vez da merecida reputação de um ambicioso enredador e cínico, teria talvez na História um lugar simpático se houvesse sabido bater-se calado. Guilherme de Orange, que não precisava do silêncio para máscara da sua alma de uma lealdade imaculada, adoptara-o todavia como complemento do arnês no homem de guerra.

O nome de *Taciturno* quadra bem a essa austera figura, um tanto spectral, verdadeira imagem do dever militar, que a imaginação nos representa vestido de aço, de viseira descida, guantes calçados e lança em punho, como um desses paladinos de ponto em branco, em que a figura do homem se oculta completamente na armadura do guerreiro, não oferecendo à vista, de alto a baixo, senão uma fria e rutilante superfície de impenetrabilidade e de resistência.

Tendo recebido a educação literária de um perfeito humanista e falando cinco línguas, esse homem, de uma tão doce expansibilidade na família e na amizade, torna-se quase mudo, torna-se monossilábico na direcção prática da república. *Res non verba*.

Uma vez proclamado nas sete províncias o princípio da soberania popular e do sufrágio universal, a reacção das províncias católicas, empregando a tática sempre usada em circunstâncias análogas, tratou de fazer cair a liberdade sob a acção reflexa da sua própria força.

Dá-se o primeiro ataque parlamentar na conferência dos representantes dos Estados católicos com os representantes dos Estados reformados em 1577.

Os chefes do partido espanhol principiam por expor e desenvolver eruditamente a teoria do sufrágio, que os seus adversários estabeleceram, que eles próprios tolerantemente estão — dizem — deliberados a aceitar. Em seguida, como o partido espanhol conta com a maioria das dez províncias católicas sobre as sete províncias reformadas, os oradores, tendo em vista preparar o debate para que a questão da li-

berdade de consciência se resolva pela votação dos Estados, terminam pelos seguintes termos:

— Prometeis, pois, como nós, submeter-vos à decisão dos Estados Gerais?

O Taciturno reflecte um momento e responde:

— Não sei.

— Recusais então obediência às leis?

— Não disse que desobedecia. Pergunto qual é a coisa sobre que se vai legislar.

— Suponhamos, por exemplo, que os Estados se ocupam do exercício da religião...

O Taciturno interrompe logo:

— Nesse caso, recuso.

E, um momento depois, arrebatado, contra o costume, no desenvolvimento da sua ideia, amplia:

— Porque não quero que nos espoliem.

— Não é essa a intenção de ninguém! — julgou dever observar o duque de Arschot.

— É — concluiu Guilherme.

Os doutores católicos resolvem em seguida prosseguir a discussão em latim para o fim de pôr termo aos monossílabos antiparlamentares do Taciturno, e o Dr. Gail expõe juridicamente, numa grave alegação, que toda a lei é revogável pelas disposições subsequentes de outra lei. Mas o príncipe de Orange fecha abruptamente o debate com uma proposição terminante:

— A liberdade de consciência — diz ele — não é para nós matéria de lei discutível. É um voto sagrado, que juramos manter. Revoga-se uma lei, não se revoga um juramento.

A taciturnidade do chefe temporal da revolução holandesa foi assim a barreira oposta no mundo moral à inundação assoladora do parlamentarismo democrático, assim como no mundo físico foi o dique, fronteiro ao oceano, que deu à Holanda a conquista do solo que ela ocupa.

Guilherme de Orange nem se desmentiu, nem tergiversou, nem vacilou jamais.

Ele era o braço escolhido para ter uma espada fita ao coração do adversário. Esse braço não fraquejou um momento.

Três tentativas de assassínio, maquinadas pelos agentes do partido católico, se frustraram antes que o Taciturno entrasse na posteridade pelo pórtico do martírio.

Filipe II tinha-lhe posto a cabeça a preço, prometendo por lei uma recompensa de vinte e cinco mil escudos de ouro e um título de nobreza àquele que matasse o príncipe.

Este édito fez surgir centenas de assassinos. O primeiro que levantou a mão foi um jovem biscainho, católico, fanático, a quem um frade dominicano havia assegurado em nome de Deus a bem-aventurança e a glória dos mártires em troca deste homicídio. O penitente purificou-se para o assalto pelo jejum e pela oração, ouviu missa, comungou, cobriu-se de relíquias, introduziu-se como requerente no palácio de Orange, arrastou-se até ele humilhado e súplice, e, à queima-roupa, disparou-lhe um tiro de pistola. A bala atravessou a maxila do príncipe, mas o ferimento não foi mortal. Guilherme curou-se, e o assassino foi esquartejado, pregando-se-lhe os membros a uma das portas de Anvers, de onde os jesuítas os recolheram na ocasião da tomada da cidade pelo duque de Parma, para expor em relicários de ouro à veneração dos fiéis.

Outras tentativas, igualmente frustradas, se seguiram a esta, até que o príncipe foi morto, finalmente, no dia 10 de Julho de 1581, na própria casa em que habitava com sua família, no convento de Santa Ágata, em Delft.

Baltasar Gérard, esperando-o à saída da casa de jantar, no segundo degrau da escada que conduz do rés-do-chão aos andares superiores, desfechou-lhe no peito uma pistola carregada com três balas.

Ao estrondo do tiro a família do príncipe, ainda reunida à mesa, acudiu a tempo de o ver expirar.

Morreu entre sua irmã, Catarina de Schwartzburgo, e sua mulher, Luísa de Coligny, a qual na noite de S. Bartolomeu, em Paris, havia já visto expirar, assassinados junto dela, o almirante seu pai e o Sr. de Téligny, seu primeiro marido.

Orange, caído na escada, amparado por um escudeiro, disse em francês:

— Estou ferido. Meu Deus, tende misericórdia de mim e deste pobre povo!

Catarina perguntou-lhe:

— Encomendas a Jesus Cristo Nosso Senhor a tua alma?

Ele respondeu:

— Sim.

E desmaiou.

Ergueram-no em braços, cingiram-no estreitamente aos corações e aos lábios e cobriram-no de lágrimas. Estava morto.

O sangue do vencedor do duque de Alba, de João de Áustria, de Requesens, de Alexandre Farneso, do Concílio de Trento, da Inquisição, da intriga palaciana e da intriga clerical de todas as cortes e de todas as igrejas da Europa, esse generoso sangue golfado de um coração sem mácula, numa época em que a traição e o crime assinalavam sinistramente na História todas as cabeças coroadas pela realeza ou pela tonsura, cobria com a mais gloriosa mortalha o triunfador magnânimo que libertara a pátria, fundada pela primeira vez uma república em bases de ciência e de virtude, sobre a mais perfeita compreensão da liberdade civil e do dever pessoal.

Perante o novo, estranho e imprevisto poder implantado quase repentinamente no concerto europeu pela espada deste grande homem, a política do Escorial baqueia minada pelos alicerces; o duque de Alba recua pela primeira vez em frente de um inimigo: Filipe II, herdeiro do grande império de Carlos Magno e de Carlos V, estremece; e o monarquismo católico da soberba Espanha, senhora de meia Europa e de quase todo o mar, principia a rolar no abismo da sua trágica decadência.

Prisioneiro, em reféns, de Carlos IX, desde que tem notícia em França de que a Inquisição vai ser estabelecida por Filipe II nos Países Baixos, Guilherme de Orange concebe o desígnio de libertar a Holanda, e, desde esse momento até o do seu último suspiro, toda a sua vida é a consagração épica da força indestrutível que tem a vontade quando toma convictamente a defesa de uma verdade em conflito com uma superstição.

A virtude característica dos grandes lutadores desta natureza é a bondade, a límpida bondade, que para honra da nossa espécie ilumina quanto é verdadeiro, assim como a sombria tristeza entenebrece — lúgubre excepção à Natureza — quanto é no Mundo erróneo e falso.

Este homem, implacável e terrível para todos aqueles que combatia, era da doçura mais jovial, mais carinhosa e mais terna para todos os que governava.

Marido e pai extremoso na família, jovial companheiro na

amizade, magnificante na hospitalidade principesca da sua casa, ele passeava só, desarmado, sem chapéu, como um bom vizinho, nas ruas da cidade, intervindo paternalmente nas pequenas discórdias domésticas, fraternizando com os marinheiros e com os operários, convidado às festas de família, bebendo no mesmo copo com toda a gente honrada, tendo o seu lugar marcado a todas as mesas de jantar, em todas as casas, ao canto aconchegado de todas as cozinhas, das adoráveis cozinhas da Holanda, verdadeiro foco da vida familiar neerlandesa, forradas de carvalho envernizado, de um asseio sagrado, para assim dizer litúrgico, com o fogo de turfa sob a marmitta de cobre, a larga chaminé reluzente de faianças — altar inviolável e asilo sacrossanto da casta alegria doméstica de toda uma raça de navegadores que chegam do longo curso, e de ternas mulheres amantes que os esperam cada dia no tépido e aromático conforto de uma festa de arte.

Cerrado para o estrangeiro como um indecifrável e temeroso mistério, sendo o *taciturno* por excelência, para o próprio Escorial, a taciturnidade mesma, ele era para o seu povo, para a família holandesa, para o interior das cabanas, que abriam a meia porta para o deixar entrar, para as mulheres que lhe estendiam a mão, para as crianças que lha beijavam, para os homens que repartiam com ele o vinho dos seus copos de estanho — para toda a Holanda enfim — o *pai Guilherme*, o bom homem simples da rua, o terno e fiel amigo de cada lar.

Marnix, prisioneiro em Maeslandsluis e guardado em reféns pelo duque de Alba, deveu a vida ao príncipe que tão fielmente servira. Guilherme fez saber ao general espanhol que o almirante De Bossu e os seus trezentos companheiros, encarcerados na fortaleza de Horn, seriam ali tratados como o fosse o senhor de Sainte-Aldegonde. A esta declaração deveram a sua liberdade os cativos de ambos os campos.

Tais são os dois caracteres dominantes, que o impulso das circunstâncias tornou dominadores, e cuja influência vai determinar toda a orientação de uma nacionalidade, que de repente surge, gerada numa ideia, como no Génesis bíblico surge a luz evocada numa palavra divina.

O exército de Filipe II nos Países Baixos elevava-se a sessenta e dois mil homens, dos quais oito mil espanhóis. Haviam-

-se despendido quarenta milhões de cruzados, e deviam-se seis milhões e meio às tropas, de soldos em atraso. O próprio duque de Alba computava em dezoito mil o número de pessoas que fizera executar na praça de Bruxelas, em Valenciennes, em Mons, em Naarden, em Malines, no cepo, na forca, na fogueira. Não se registou o número de flamengos, de valões, de holandeses, de portugueses, que morreram nas guerras dos Países Baixos e de Portugal.

Neste enorme abismo de sangue se afundou para todo sempre o vasto e poderoso império de Carlos V.

No mesmo ano (1581) em que Filipe II se fazia aclamar rei de Portugal pelas cortes de Tomar reunidas no Convento de Cristo, as Províncias Unidas da Holanda e da Zelândia, de Utreque, de Gueldre, de Over-Yssel, da Frisa, de Groninga, de Drenthe, do Brabante Setentrional e de Limburgo, representadas na assembleia da Haia, declaravam-se solenemente independentes e anulavam de uma vez para sempre o seu juramento de fidelidade aos Reis Católicos.

Cinquenta e nove anos depois libertava-se Portugal, aclamando rei um bom fidalgo pacífico e benévolo, cultor das letras, artista, amando a vida serena, abundante e culta, mais semelhante por sua índole singela e por suas qualidades de coração e de espírito a um *stathouder* da Holanda ou a um burgomestre do Brabante do que aos antigos reis belicosos dos Estados peninsulares das Astúrias, do Aragão ou de Castela.

— A mim toda a roupa me serve — costumava dizer com simplicidade burguesa o novo rei D. João IV. E quando João Pinto Ribeiro, ao dar-lhe em Vila Viçosa a notícia da próxima restauração, lhe beijou reverentemente a mão, como ao seu futuro rei, o duque de Bragança observou-lhe com risos familiaridade: — João Pinto, não compremos a couve enquanto não temos a carne!

Uma biografia do primeiro rei da dinastia de Bragança, mais desapaixonada e mais fiel que as que se têm escrito, demonstraria talvez que não foram inteiramente perdidos na formação do seu carácter os exemplos de Guilherme de Orange de Marnix de Sainte-Aldegonde, nem inútil para ele a lição da guerra dos Países Baixos, ferida numa terra admiravelmente cultivada, habitada por lavradores opulentos e por negociantes riquíssimos, poderosos como príncipes, pro-

prietários das primeiras manufacturas da Europa, armadores dos navios que faziam o comércio de todo o Mundo, defendendo-se, com invencíveis esquadilhas compostas das suas fragatas mercantes, e com batalhões de burgueses acompanhados de suas mulheres e de suas filhas, contra um povo de fidalgos oriundos dos reis dos antigos Estados unificados na Península Hispânica, arrogantes, romanescos, bravíssimos, mas antepondo as glórias marciais aos interesses da vida económica, prosaicamente trabalhadora e pacífica, os quais interesses, juntamente com os da cultura do espírito, são os mais altos a que se pode dedicar um povo pequeno, honesto e sábio.

Na história do cerco de Leida, recontro supremo que firmou a independência da República das Províncias Unidas contra as armas espanholas, aparecem os sintomas vivos da acção de Guilherme e de Marnix na formação da alma holandesa.

Dir-se-ia que o escritor e o soldado haviam repartido o seu coração e o seu espírito por cada um dos sitiados.

As linhas de Leida fecharam-se repentinamente e inesperadamente, sem que a cidade tivesse tido tempo de se abastecer.

Guilherme de Orange, que procurava organizar reforços e intentar a guerra por mar, dirigira aos de Leida uma carta lembrando-lhes que não era por eles sós que iam bater-se, mas sim pelo país inteiro, pelas gerações futuras, pelo destino da humanidade, dependente desta guerra. Que resistissem por três meses e ao cabo desse tempo ele lhes prometia vir socorrê-los e libertá-los.

Leida respondeu que resistiria, e desde esse momento começou lentamente a agonizar.

Dentro de poucos dias tinha acabado na cidade a carne e tinha acabado o pão. Para o fim de dificultar a situação do exército espanhol comandado por Valdez, é de permitir a aproximação da esquadilha preparada por Orange, os habitantes dos campos e das aldeias adjacentes consentiram em se deixar inundar.

Abriram-se os diques, e o mar golfou por cima das povoações, que iam sucessivamente desaparecendo, e chegou até às trincheiras de Leida.

A inundação e a fome produziram uma epidemia, de que morreram cerca de sete mil habitantes, sobre dezasseis mil.

Tinham comido os gatos, tinham comido os cães. Referiam-se gorduras imundas, e comiam-se cozidas as folhas das árvores e as ervas das ruas.

O general espanhol fez uma proposta de rendição e de paz. João van der Does respondeu, com fina ironia de erudito, por um simples verso extraído dos *Dísticos* de Catão:

*Fistula dulce canit volucrem decipit auceps.*

O espírito literário da revolução, sagrada herança da velha civilização ocidental, transparece em muitos outros documentos. Cunharam-se novas moedas dentro do cerco. Uma delas tem por divisa o leão neerlandês armado de uma espada, com esta legenda: *Pugno pro patria*. Outra diz: *Haec libertatis ergo*. E uma outra: *Deus servet Leydam*.

Ia expirar o prazo dado pelo príncipe de Orange. Os sitiados, que se correspondiam com ele por meio de pombos-correios, subiam em cada manhã à torre da catedral, e debalde alongavam os olhos pela vasta tristeza da água morta, debaixo da qual jaziam sepultados os casais de tantas aldeias voluntariamente sacrificadas ao mar, para que esse eterno inimigo e eterno protector da Holanda socorresse Leida, a arca santa da liberdade nacional. A flotilha de Orange avistava-se ao longe, mas não podia aproximar-se, por falta de volume de água proporcionado à lotação dos navios.

O cerco fechara-se no fim de Junho, e era preciso que viessem as marés vivas de Setembro para que pudessem calar até Leida as embarcações de Zelândia, tripuladas por esses invencíveis lobos do mar fatais à Espanha e às baleias, armados de machados e trazendo no chapéu a famosa divisa — *antes turcos que papistas*.

Mas os dias sucediam-se às covas do que iam morrendo à fome, e a esquadilha não chegava.

Houve uma revolta.

Não! Uma cidade inteira não podia ficar assim, estrangulando-se a si mesma. Os reis de Espanha ofereciam uma provisão de víveres para negociar as tréguas. Era preciso aceitar. Uma onda de povo encarregou-se de o ir dizer ao burgomestre de Leida, Pieter Adriaanszonn van der Werff.

O magistrado respondeu:

— Jurei defender Leida até ao último momento da minha vida. Não me renderei nunca. É-me porém indiferente morrer amanhã ou morrer hoje. Faço presente da minha vida aos fracos e dou a carne do meu corpo aos famintos. Podeis reparti-la entre vós matando-me no dever.

E, arrancando a espada da bainha, atirou-a à multidão.

Houve um momento de recuo, um instante de silêncio, e logo depois um grito unísono de entusiasmo patético.

O povo, de joelhos, restituiu ao burgomestre essa espada, que na mão dele não era somente a expressão de uma honra militar, mas uma glória humana.

Muitos populares, ébrios de valor comunicado, subiram ao alto das trincheiras e gritaram aos soldados espanhóis os mais provocadores e os mais infamantes insultos.

Muitos castelhanos escutavam. Houve um silêncio, e uma voz da trincheira de Leida, interpretando o sentimento de todos os sitiados, disse:

— Quando para nos alimentarmos faltar a erva nas ruas e faltar a casca nas árvores, havemos de cortar o braço esquerdo e comê-lo. Fica-nos ainda o braço direito para defender as nossas mulheres, a nossa religião e a nossa liberdade. E nunca nos vencereis — sabei-o! Porque, quando não pudermos mais para resistir, deitaremos fogo à nossa cidadela de Leida, e dentro dela morreremos todos, sem excepção — homens, mulheres e crianças.

Chegou finalmente a lua cheia de Setembro. O vento rondou ao sudoeste. Uma tempestade medonha, que parecia subverter a terra, desencadeou-se na costa. Os espanhóis, tomados de um terror pânico perante a fúria nunca vista do mar do Norte, fugiram desordenadamente, lançando à água a artilharia, e abandonando o campo ao oceano que crescia para eles.

O mesmo mar que destroçava o exército castelhano trazia aos canais de Leida a frota de Zelândia.

Houve um breve combate, rápido mas horrível, entre os espanhóis retardados na fuga e os primeiros *gueux de mer* desembarcados a nado para os perseguir. Os soldados de Filipe II eram agarrados pelos rins, já metidos na água, já trepados às árvores, mortos a machado pela nuca, ou apunhalados na garganta como feras.

Os de Leida, extenuados de fome, recebiam nos cais o que lhes era lançado de bordo pelos marujos.

Algumas pessoas morreram sufocadas a comer.

Depois tudo quanto restava ainda da população de Leida foi à catedral.

Entoou-se o hino de Lutero; mas, aos primeiros compassos, o coro parou emudecido pela emoção, e durante alguns minutos não se ouviu no interior da basílica senão o soluço do povo que chorava.

O príncipe de Orange, em testemunho solene da gratidão da Holanda à cidade de Leida, perguntou qual das coisas ela preferia: — a abolição de todos os tributos ou a criação de uma Universidade. Os habitantes, consultados, optaram pela Universidade, em que Marnix foi professor, e que mais tarde se tornou célebre entre os grandes focos da cultura intelectual e da erudição na Europa.

Diz-se que foi uma criança que, atentando no grande silêncio estranho do acampamento espanhol, atravessara as linhas e voltara a Leida com a notícia de que estava levantado o cerco, trazendo uma marmita de sopa de legumes que encontrara no campo.

Leida celebra ainda hoje o aniversário desse acontecimento distribuindo aos pobres uma sopa igual à da marmita do acampamento castelhano.

Uma das coisas que me trouxeram à Holanda foi o desejo de molhar neste caldo de independência uma côdea da minha broa natal, foi a curiosidade de aprender no exemplo de um pequeno povo heróico a retemperar em mim próprio contra as nevroses da minha raça o respeito das virtudes obscuras e o amor das coisas simples.

Ao escrever as primeiras folhas deste livro num pequeno quarto de estudante, a um florim por dia, na hospitaleira terra holandesa, que tantos portugueses ajudaram a fundar como um refúgio do pensamento perseguido e do trabalho ultrajado na sua pobre pátria, eu não tenho mais ambiciosa aspiração que a de repartir com aqueles que amo a minha sincera e doce comoção.

Não me ocuparei da possibilidade que tem um país pequeno, desgovernado e fraco, de se fortalecer no exemplo e no contacto de um país mais pequeno ainda, seu parente pelas afinidades da educação e da tradição marítima, com iguais

destinos no comércio e na navegação do Mundo, e fortemente equilibrado no trabalho, no progresso, na prosperidade, na civilização.

Vim à Holanda sem teoria alguma preconcebida sobre semelhante assunto. Acho-me aqui, não como filósofo nem como político, mas sim simplesmente como artista e como estudante.

Repetir que a Holanda é uma nação muito mais sabiamente dirigida do que Portugal parece-me inútil. Uma razão, entre outras, basta para explicar esta diferença e para nos dispensar do trabalho de procurar as demais.

Essa razão é o dique.

— Diz um adágio popular: — *Deus fez o Mundo, e o Holandês a Holanda*. Esta frase, de uma aparência tão meridionalmente arrogante, é a expressão literal de um simples facto geológico.

Todos os demais povos modernos da Europa tomaram a anteriores ocupadores o território que possuem. A Holanda criou o solo que tem. E com o solo criou o clima. No tempo de Estrabão dizia-se que toda a Holanda podia ser percorrida saltando de árvore para árvore sem pôr o pé no chão. Os rios trasbordavam periodicamente e inundavam inteiramente a Batávia uma vez por ano. A temperatura era tão áspera como a da Noruega. A chuva contínua e os cerrados nevoeiros encobriam a luz do dia, que não durava mais de quatro horas. Chamava-se à Flandres a *floresta sem fim e sem misericórdia*. E ainda no século xiv as alcateias dos lobos e as soltas manadas de cavalos selvagens erravam no solo paludoso e movediço da velha Holanda, a que só tinham podido aderir, como representantes da espécie humana, os mais arrojados pescadores nómadas das tribos germânicas, vestidos de peles de foca, habitando em pequenos barcos de couro.

Do interior de Amsterdão partem, alongando-se ao mar, na distância de dois mil metros um do outro, dois diques curvos em meia-lua, fazendo a bacia do porto, dividido em dois compartimentos, para mil navios de qualquer bordo.

Um prolóquio holandês diz que Amsterdão está edificada sobre espinhas de arenque. A cidade inteira repousa efectivamente sobre um leito de mar recentemente esgotado. Só para consolidar as bases do palácio real foram precisas treze mil estacas. No século xiii ainda a praça do Dam, que é hoje o

centro da cidade (*Dam* significa *dique*), era apenas um pequeno porto artificial, construído por alguns marinheiros da Frisa. Depois, sucessivamente, de século em século, de dique em dique, o pequeno burgo espraiou para o mar, a onda da gente cobriu a da água, e fez-se a vasta cidade que é hoje a capital da Holanda.

O dique de Helder sobre o mar do Norte, com cerca de dez quilómetros de extensão, representa de per si só uma epopeia. É feito com enormes calhaus e com sólidas estacas de madeira, num país que não tem pedreiras nem florestas. O granito e a pedra calcária deste dique veio da Noruega e veio da Bélgica. Os pinheiros vieram da Suécia e da Dinamarca. O talude, de uma inclinação de quarenta graus, desce à profundidade de sessenta metros no mar. Numa larga estrada cruzam-se as carruagens sobre esta grande barreira, reforçada ainda por outros diques mais pequenos, feitos de estacas em paliçada, de traves, de faxinas, de terra, de argamassa.

O pintor Van Ostade dizia das primeiras edificações da bela cidade de Haarlem: «Neste lugar, onde hoje vedes elevar-se uma aldeia, navegavam — há apenas vinte anos — navios de alto bordo.»

Os campos de Haarlem estendem-se numa superfície de onze léguas de circunferência, dezoito mil hectares de terra fertilíssima, a qual ainda em 1836 era um mar interior, esgotado por uma das obras mais maravilhosas da engenharia hidráulica deste século.

Finalmente, desde o princípio do século xvi até hoje, não menos de trezentos e sessenta mil metros de terra foram conquistados pela Holanda sobre o oceano, por meio do dique.

Brevemente começará uma obra colossal, mais portentosa ainda que a do esgotamento do lago de Haarlem: — o esgotamento de todo o golfo do Zuiderzê!

Os caudalosos rios que desembocam nas planícies holandesas exigem do habitante tantas precauções e tantos resguardos como o próprio mar.

E, apesar de tudo, as inundações têm sido pavorosas. Em 1236, cem mil homens morreram afogados, quase unicamente na Frisa. Em 1287 o Zuiderzê, tomando a forma que hoje tem, engoliu oitenta mil vidas. Em 1470 morreram vítimas da inundação vinte mil homens. Trinta mil, um século

depois. Em 1570, o mar cobriu com sete pés de água os pontos mais elevados de Groninga, devorando nove mil homens e setenta mil cabeças de gado. Em 1686, passou o mar oito pés acima dos diques, derribou seiscentas casas, e inundou completamente a Frisa. Em Groninga, em 1717, sucumbiram doze mil homens, seis mil cavalos e oitenta mil reses.

Constantemente roídos na base pelo mar, muitos destes diques são igualmente mordidos do lado oposto pelos rios. Um sistema de comportas, sempre em movimento, abre-se aos rios na maré vazante, fecha-se ao mar na maré enchente.

Seria impossível à mais arrojada imaginação oratória conceber um tropo tão fantástico como a realidade do dique para exprimir a tenacidade incomparável e o arrojo único da raça holandesa.

É preciso estar aqui, no *país côncavo*, côncavo de três metros abaixo do nível do mar, e ir passear por meia hora junto do dique, de noite, no silêncio profundo desta região do silêncio, e ouvir rugir a vaga, do outro lado, a quatro metros acima da altura da nossa cabeça, para compreender de repente, num só calafrio intraduzível por palavras, quanto pode a audácia.

Do lado de lá, a massa enorme do mar temeroso bate às marradas no muro, e bate certo como bate o machado no lenho, dilacerando-lhe uma fibra a cada golpe. Está calculado que todo o dique precisa de ser renovado de quatro em quatro anos. Do lado de cá, um povo inteiro confia na sua obra, e confia naqueles em quem delegou o cuidado de velar por ela.

Calcula-se em cerca de catorze mil contos de réis a importância das obras de defesa feitas entre o Escalda e o Dollart. As obras presentemente em construção e em projecto são tão consideráveis como as obras já concluídas, e acham-se orçadas em muitos milhões, que a população holandesa pagará à força de trabalho e de economia. O exame e o estudo destes projectos constituem o melhor curso de engenharia hidráulica que existe no Mundo. O que principalmente caracteriza as obras dos engenheiros holandeses é o assombroso arrojo na concepção dos projectos, a prudência, a precaução, o escrúpulo mais meticuloso na execução e no acabamento dos trabalhos.

O serviço das águas, o *Waterstaat*, é o ponto culminante da administração da Holanda, aquele a que tudo se subordina.

Em toda a parte, o povo, a um momento, dorme. A Holanda nunca adormece de todo. Reveza-se no dique. Só fecha um dos olhos. E, ao menor sinal de alarme, levanta-se tudo.

A primeira influência do dique é o desenvolvimento do espírito de associação, baseado na noção da solidariedade. A solidariedade do dique é para os habitantes da Holanda como a solidariedade da corda para os viajantes que fazem juntos, amarrados uns aos outros, a ascensão das escarpas resvaladiças do gelo, sobre os abismos do monte Branco.

A segunda influência do dique é a gravidade imposta ao acto político da delegação do poder.

Para assumir a responsabilidade de governar a Holanda é preciso, primeiro que tudo, ter uma instrução técnica, ter uma educação física. É preciso, em segundo lugar, ter um carácter comprovado, que afiance bem garantidamente toda a dedicação de uma inteligência ao desempenho de um cargo.

Os triunfos — tão fáceis noutros países — da mediocridade palavrosa sobre o mérito verdadeiro na intriga parlamentar, são impossíveis na Holanda. As questões de administração local são questões de vida ou de morte. A forma política do governo é uma questão secundária, sem interesse na opinião. O que é preciso é que quem administra — venha de que partido vier — tenha o saber técnico e tenha a honestidade civil.

É neste ponto de vista que o povo elege os que o representam.

Perante os interesses do público holandês, toda a questão do governo se baseia neste único facto: a capacidade da inteligência e a capacidade do carácter; numa palavra — a competência.

Todo o parlamento é perdido para demover o eleitor holandês desta preocupação única. Os políticos sabem-no. Assim, nas câmaras não há tribuna e não há oradores. Ninguém faz o que se chama — *o discurso*. Diz cada um do seu lugar o que tem a dizer, simplesmente, precisamente, rapidamente. Muitas vezes se procede apenas por perguntas e respostas. O país tira as conclusões.

Todo o eleito do povo que se lembrasse de tratar dos interesses da nação pondo-se de pé no parlamento, colocando uma das mãos sobre o coração, levantando os olhos ao céu e exclamando: *Sr. Presidente, sob estas abóbadas, a minha débil voz,*

*etc.*, seria, sem perda de tempo, amarrado e submetido pela assistência pública a um tratamento de alienado.

E o dique basta para produzir todos estes efeitos salutareos. O dique é para o holandês a contingência eterna de ter juízo, ou de morrer inundado.

A nós outros, pelo contrário, coube-nos o bafejo de toda a imprevidência e de toda a incúria no doce respeito de uma Natureza perenemente risonha e benigna. E, por mais que presumamos dos artificios da educação, ela mesma é antes um efeito do que uma causa, os homens não são, no fim de contas, senão um produto da terra — como os humildes feijões.

## II

### PRIMEIROS ASPECTOS

*Chegada a Amsterdão — As ruas, os canais, os edificios, as barcas, os sinos, a multidão — Amsterdão à noite — O despertar da cidade — As criadas e os vendilhões — Os velhos bairros — Mercado de flores e mercado de peixe — O palácio real — Santo António holandês — A Bolsa — Lucas Bols e Focking — Kalverstraat — Os tipos — Os vestuários — A índole do povo — A Quermesse.*

De nenhum outro país se tem dito, como da Holanda, tanto bem e tanto mal. As reacções dos viajantes são as mais radicalmente contraditórias. Quarenta e oito horas depois de me achar em Amsterdão, eu tinha compreendido que a Holanda merece tudo quanto dela se tem escrito em mal e em bem, e eu mesmo estive absolutamente de acordo com a primeira dessas opiniões e bem assim com a segunda.

Chego num domingo de Agosto de 1883, pela uma hora da tarde, vindo da Alemanha, e tendo passado a noite em caminho-de-ferro. Atravesso na húmida frescura da madrugada os longos campos de Arnhem, o paraíso botânico da Holanda. Em todas as gares holandesas, desde a fronteira até os *polders*, que alagam de verduras os subúrbios de Amsterdão, famílias, em grandes cachos de homens, de mulheres e de crianças, assaltam o trem, aproveitando o feriado para ir à Exposição da capital.

Em certa região, entre Arnhem e Utreque, todas as senhoras trazem consigo grandes ramos de flores, entre as quais procuro avidamente as tulipas. Não estamos no tempo das tulipas, e os ramalhetes, aparatosamente engravatados em papel recortado, são principalmente compostos de rosas e de resedas.

Os homens do campo, na ociosidade do domingo, barbeados de fresco, nos seus grandes colarinhos de linho grosso, casacos dominicalmente escovados, o cachimbo na boca, as mãos nos bolsos triangulares das calças de alçapão, o boné

novo, de cerimónia, aprumado no alto da cabeça, olham tranquilamente à beira das sebes verdes ou das cancelas de madeira pintada.

A multidão em *toilette*, aglomerada em magotes de família às portinholas dos vagões, dá ao dia e à paisagem um risonho ar de festa burguesa. Desapareceram inteiramente os uniformes militares do pessoal das linhas prussianas. O empregado das estações holandesas distingue-se apenas por um boné de galão, que ele se apressa a tirar da cabeça apenas terminadas as suas funções oficiais. Enquanto os empregados do comboio acomodam nas carruagens os novos passageiros, os da estação, à porta das salas vazias, substituem o boné de serviço pelo ponderoso chapéu de copa alta, previamente anediado sob o canhão da sobrecasaca.

As carruagens, unindo-se inteiramente à plataforma, de baixo da qual escondem as rodas, de modo que se pode entrar ou sair sem subir nem descer, num só nível, parecem por este facto mais baixas, mais modestas, mais engraçadamente campestres.

Os passageiros holandeses que se encasam no meu compartimento introduzem nele uma sensação refrigerante de asseio, um errante cheiro de sabão e de banho, envolto na impressão olfáctica das flores.

Sinto-me humilhadamente mais sujo do que me julgava entre os meus companheiros da noite, mais embarbado, mais empoeirado, com mais calor.

A minha provisão de roupa branca — ai de mim! — esgotou-se na viagem do Reno. Entro na fresca Holanda, vergonhosamente, com um saco de roupa suja na mão. Sorri-me, porém, a lembrança da minha mala grande, que expedi há quinze dias de Paris, directamente, por grande velocidade, para Amsterdão, e que encontrei na estação ao chegar. E vou seguindo mentalmente o meu projecto: pondo a mala num fiacre, e, antes de qualquer outra coisa, no mais largo trote, ao consulado do Brasil, onde me esperam as cartas da minha família, da qual, errando ao acaso, de terra em terra, não tenho notícias há três semanas. Depois, ao Amstel-Hotel: grande *toilette* completa, um bom banho morno, primeiro com uma barra de sabão, uma *duche* de água fria em seguida; um almoço leve, um caldo, dois ovos quentes, uma chávena de chá preto, um charuto; e em seguida — a paisagem! Tal era o meu ridente projecto.

Vamos à dura realidade.

A minha mala não está na estação de Reno; acha-se provavelmente na estação central. Vou de carruagem à estação central, e encontro fechados os armazéns. Os armazéns da estação central aos domingos fecham ao meio-dia. Maldição!

Sigo para o consulado do Brasil: consulado fechado! A chancelaria do consulado: a chancelaria fechada! Pretendo saber se tenho cartas numa ou noutra parte, e entro em explicações, por meio de gestos, com a criada do cônsul e com a do chanceler. Impossível chegar a fazermos-nos compreender o que quer que seja. Insisto por algum tempo num jogo de fisionomia feroz, num bracejamento insensato, num dedilhamento aéreo, nervoso, enfurecido. As criadas berram, o cocheiro berra, eu berro. Não há meio!

Absolutamente perdida a esperança de ter alguma notícia, por mais vaga, das cartas que me hajam sido dirigidas para Amsterdão, resolvo-me a entrar no hotel, porque enfim, por mais pressa que eu tenha da minha correspondência e da minha roupa branca, a dura verdade é que não posso ficar durante vinte e quatro horas na rua à espera que um domingo passe para que se abram, a fim de me tranquilizar, os escritórios dos consulados estrangeiros e dos caminhos-de-ferro em Amsterdão.

Em Amstel-Hotel não há quarto algum devoluto. Dirijo-me a Brack's Doelen Hotel: também não há quarto. Vou sucessivamente ao Krasnapolski, ao Hotel Suíço, ao Hotel du Café Français, ao Hotel de Munt. Não há quarto em hotel nenhum. E eu vagueio depois de três horas nas ruas de Amsterdão, dentro de um *coupé*, conduzido por um cocheiro que me parece de tão mau humor como eu, e que cubro, de espaço a espaço, de impropérios medonhos, envoltos nas mais monstruosas pragas de que dispõe a língua pátria.

Ele, pela sua parte, diz-me também palavras holandesas, em que entra a palavra *menér*.

Acho-o inconveniente e malcriado.

Do céu eléctrico cai-me sobre a cabeça um calor sufocante, calor do norte, um calor cinzento, de chumbo, mil vezes mais intolerável do que os nossos calores azuis e diáfanos.

Um badalar atroador, de sinos, que tangem todas as horas e todos os quartos de hora em compassos de minuete, enche-me os ouvidos e o cérebro de uma zoeira horrível.

O meu *coupé*, a passo por entre uma multidão compacta, principalmente composta de labregos de chapéu alto e brinco na orelha, pelo braço uns dos outros, percorre lentamente em todas as direcções uma cidade absolutamente inextricável e incompreensível.

Nas demais terras que tenho visto, ou não há rio nenhum — o que evita muita desgraça e poupa muito desgosto de gente que se afoga — ou há um rio só, que cinge, ladeia a cidade, ou a atravessa por meio de um curso de água, que, servindo de ponto de relação para as direcções e para as distâncias, ajuda a orientar quem não conhece as ruas. Mas imaginem que em Amsterdão tem a gente a impressão de haver trinta rios, e esses cortados por outros trinta que os atravessam em ângulo recto, cortados estes por outros que os atravessam obliquamente e que são ainda cortados por seu turno, etc.! Amsterdão, enfim, compõe-se de setenta canais e de noventa ilhas, as quais comunicam entre si por trezentas pontes! Não há que dizer mais nada... É um labirinto aquático; é uma teia de aranha enorme em que os fios são de água; uma rede de pesca monstruosa com malhas feitas de ruas, amarrada a estacas e estendida sobre a superfície do mar. Quê?... um horror.

De quando em quando vejo pelo meu postigo e quase ao meu postigo gente que olha para mim sentada em bancos que se movem em silêncio e seguem a mesma direcção que eu sigo. É um vapor que vai no mesmo caminho, e, o que é mais, *no mesmo nível* da minha carruagem. Porque esta particularidade inverosímil é que principalmente caracteriza Amsterdão. Em outras partes também há canais, há-os em Veneza, havia-os em Anvers ainda o ano passado, há-os por muitos sítios. Mas em toda a outra parte o canal é um sulco, a rua tem paredão e faz cais, a gente desce umas escadas com mais ou menos degraus para embarcar. Mas em Amsterdão nada disso. Se numa praça taparem os olhos a um homem e o fizerem seguir numa direcção dada, daí a pouco ele cuida que vai ainda por uma rua fora, e por onde ele vai é por um navio dentro.

Ao longo de um canal, que mais tarde soube chamar-se o Rokin, vejo esta coisa impossível: um grande barco, largo, chato, como um enorme linguado morto, atravessa a água movido à vara por um homem. Quase à roda da carruagem

em que eu vou, o homem agacha-se e desaparece com a embarcação por baixo do macadame em que eu continuo a rolar, com o meu trem à hora, com o meu saco de roupa suja, com a minha barba por fazer e com a minha poeira das estradas da Prússia.

A cada novo hotel a que paramos para ouvir uma nova recusa, uma onda de oceano de povo que coalha as ruas pára a contemplar o caso; os homens de brinco na orelha e de chapéu canudo, com lenços de seda preta enrodilhados em duas voltas ao pescoço, caras cor de queijo, apontam-me ao dedo com dedos grossos como fueiros; e as raparigas riem.

Sobem-me ganas de os desancar a todos. Corja de lacticínios!

Nas ruas estreitas em que embocamos, os prédios altos, esquios, pretos, terminando em *pignon*, parecem-se todos em estado de temulência, caindo de ébrios.

E só eles me fariam rir no mau humor repisado e moído em que eu vou!

Uns tropeçam para diante como se fossem afocinhar.

Outros empinam-se, retesos para trás, de birra.

Há-os curvos, parecendo que se vão sentar para o lado de lá, no quintal.

Também os há aos dois, de braço dado, arrimados ao ombro um do outro, no acto de se prepararem para dormir assim em pé.

Há-os ainda na acção de cair de um lado para o lado fronteiro da rua, como nos antigos finais de acto em D. Maria, quando o Tasso, sufocado de reticências, exclamava:

— Vós... sois então... sois...

E o Teodorico, gargarejando, num longo trémulo plangente, respondia:

— T-e-u-p-a-i-!

Em alguns sítios, a ponte em que vou entrar, misteriosamente movida por mãos invisíveis, ergue-se de repente, como se a dessoldassem dos pegões, levanta-se perpendicularmente ao solo e faz-me barreira, enquanto na minha frente atravessa um vapor. Em meio minuto a ponte tem-se levantado e tem recaído tão silenciosamente como se tudo isto fosse de algodão-em-rama. A minha carruagem prossegue; o vapor volta a um lado e enfia por outra rua, meia água, meia

macadame, ladeada de tílias e desembocando num monumento, ao fundo.

Em muitos prédios o passeio da rua faz patamar a dois lanços de escada, um dos quais sobe em três ou quatro degraus ao primeiro pavimento, o outro desce a um andar subterrâneo, com a porta e as janelas fazendo frente ao corte de um fosso cavado entre a casa e a rua. E nesta segunda cidade da sarjeta, sotoposta à cidade de flor de terra e de flor de água, vive, mexe-se, respira para cima em baforadas quentes e ruidosas, toda uma população toupeira.

De quando em quando, numa clareira entre as chaminés e os *pignons* das casas, aparecem-me torres de igreja de formas tão divergentes entre si que não há meio de julgar por este sintoma arquitectónico qual a religião que predomina na cidade a que essas torres pertencem. Umás são de arquitectura jesuítica e lembram a Torre dos Clérigos no Porto. Outras são no estilo ogival dos modernos templos protestantes e da fachada da fábrica do gás em Lisboa. Mas entre estes dois tipos conhecidos há uma variedade considerável de torres verdadeiramente fantásticas, um pouco catedral, um pouco cabana, um pouco castelo, um pouco minarete, lembrando o feudalismo, lembrando a Índia, lembrando a Tartária, lembrando os mirantes das quintas minhotas, e não lembrando deus nenhum, pelo menos do número dos trezentos ou quatrocentos, de que eu mais ou menos imperfeitamente tenho notícia.

Toda esta acumulação de coisas excêntricas, inesperadas, nunca vistas, passando rapidamente e tumultuosamente aos meus olhos, no rodar de uma carruagem, em relance, em redemoinho, em turbilhão, me dá a sensação penosa, pesada, oprimente, dolorida, de um longo pesadelo. E, se alguma porção de desejo me sobrasse para mais alguma coisa do que ter um quarto e um banho, eu desejaria ainda — acordar.

A minha carruagem pára ainda uma vez — outro hotel provavelmente; mas eu é que já não tenho alento para me debruçar à portinhola a perguntar por quartos a mais um porteiro. Foi preciso que chamassem três vezes por mim: *Menér! menér! menér!* e que me puxassem por um braço para me resolver a apear.

*Menér!* sempre *menér!* Oh! Deus do Céu! como ele me ataca os nervos, o rasteiro, o ordinário, o odioso vocábulo *menér*.

Todos os nomes têm uma expressão fonética, que corresponde a uma certa cor e a uma certa forma. *Saudade*, por exemplo, é uma palavra azul; *rancor* é uma palavra vermelha; *menér* é cor de nódoa, cor de uma nódoa azeda e torpe. Há nomes que andam, nomes que rastejam, nomes que voam. Quando bem se atenta em um nome, ele não só adquire uma forma mas atinge uma espécie de vida, é um ser. *Menér* dá-me ideia de um bicho pequeno, da forma do percevejo, encascado porém como o grilo, feiíssimo, com três rabinhos e três olhos, segregando mau cheiro como o percevejo, mas caminhando ligeiro, insidioso e fugaz como a carocha.

*Menér*... nojento!

Apeio-me, finalmente, contrariado, quase à força. Preferiria já agora ficar na carruagem, de revindicta, amuado, torvo, intratável, como Diógenes no seu tonel, com o bordão nodoso a um lado, duas lanternas em vez de uma — as duas lanternas do trem — sempre acesas, uma resma de papel e um garrafão de tinta às ordens; e escachar de meio a meio este país de bárbaros setentrionais, a golpes de fina e erudita sátira romana, à ponta de corruptos, de depravados, de encantadores folhetins latinos.

Um país com hotéis de quartos cheios! um país com consulados fechados! um país com Verão, enfim! e com domingos! Ah! boas varas de Juvenal! Ah! boas correias de Aristófanes!

Ajusto trabalhosamente as minhas contas com o cocheiro: quatro florins por quatro horas de serviço, oito francos, dezasseis tostões, mil e seiscentos réis, mais duzentos réis de gorjeta, tudo para a mão ganchosa e mercenária deste judeu, descendente talvez dos que D. Manuel expulsou das judiarias de Lisboa, irmão dos de pau que ficaram no Senhor do Monte a arreganhar para as cónegas de Braga os seus terríveis dentes de carnívoros excomungados, amarelos e grandes como teclas de manicórdios velhos!

É, pelos modos, no Hotel Rondeel que me acho.

Um criado guia-me, precedendo-me com o meu saco e com o meu *plaid*, a um quarto do terceiro andar, de cama por fazer, pontas de fósforos e pontas de cigarros espalhadas no chão, janelas fechadas, santuário ainda morno da assistência de um nobre viajante espanhol, grande de primeira classe na prosápia do sangue e na magnificência dos fósforos de pau.

Esta é que é então essa nítida Holanda, cuja reputação de asseio enche o Mundo como um delicado e penetrante perfume de lírios azuis, aljofrados de orvalho?!...

Ora, seja pelo amor de Deus! Mas é simplesmente a Espanha ou a Itália, isto! Isto é nem mais nem menos do que Sevilha, a transpirada, do que Nápoles, o pulguento!

Faço uma ablução de puro cerimonial, de ponta de nariz dentro de uma bacia do tamanho de um pires, porque no hotel não há casa de banhos, e desço para jantar na *table d'hôte* às cinco horas e meia.

Cento e sessenta pessoas à mesa. O hotel, como todos os de Amsterdão, está completamente cheio.

Fico sentado entre uma francesa e seu marido.

Ele tem a pele das mãos e a da cara em um estado de vermelhidão lastimável, e parece preocupar-se com isto, humedecendo em gelo a ponta do guardanapo e tocando ao de leve os pontos mais afoqueados.

Ela é uma dessas simples burguesas de Paris, formigarrabiga, videira e esperta, habituada a lidar com os fregueses de seu esposo e a *pousser la roue*, como lá se diz, para lhe fazer andar para diante o comércio; amável, de resto, como todas as da sua espécie, faladora, um tanto gulosa, e de nariz arrebitado como de rigor.

Ao primeiro pretexto entabulámos conversa. Foi logo depois da sopa.

— *Voudriez-vous me permettre, Madame, de verser sur votre poisson un peu plus de sauce, dite hollandaise dans nos pays?... Lá!*

— *Je vous remercie infiniment, Monsieur; vous êtes bien aimable.*

E por aí adiante fomos seguindo. Ao pato com ameixas confidenciou-me ela que o hotel era um covil de sicários.

— Faça ideia — explicou — que nós, meu marido e eu, viajamos com *coupons Lubin*. Não é vergonha nenhuma viajar com *coupons Lubin*, pois não é assim? Fica mais barato, e viaja-se da mesma maneira. Mas nos hotéis tratam um pouco por cima do ombro os portadores de *coupons Lubin*. Bem entendido que isso me é inteiramente indiferente, a mim! Compreende bem que não é para que ali o *maître d'hôtel* me tome pela baronesa de Rothschild que eu vim à Holanda. Mas imagine que, ao pedir a conta esta manhã, eles nos queriam empalmar uma refeição, obrigando-nos a pagar o dia por inteiro, sem nos dar de jantar. Mas isso é que não! Tome-me

por quem quiser o *maître d'hôtel*, que pouco se me dá, mas por tola não. Que fiz eu? Fui reclamar perante o consulado de França. O senhor de Saint-Foix veio então aqui pessoalmente e intimou-os a que me dessem de jantar pelo preço do dia. Pois quê! O senhor de Saint-Foix deu-me mil vezes razão, agradeceu-me a confiança que eu depusera nele como delegado da República, e acrescentou que, se todas as mulheres fossem o que eu sou, há muito que teria acabado no Mundo a raça dos estalajadeiros prevaricadores. Creio-o bem!

— Aqui para este senhor — observei indicando o marido — é que me parece que os jantares de hotel, com os seus molhos incendiários, não serão o melhor regime indicado para o caso da moléstia de pele que o aflige.

— Moléstia de pele! — exclamou susceptibilizado o meu vizinho. — Eu não tenho moléstia nenhuma; a única soisa que eu tive foram mosquitos a noite passada. Bem se vê que você ainda agora chegou a Amsterdão e que ainda cá não dormiu! Esta porcaria dos canais é um viveiro de mosquedo pavoroso. Ao acender das luzes enchem-se os quartos de toda a variedade de mosquitos imagináveis. Entre eles há uns altos de pernas, poisando como aranhaes de três andares, com um rabecão em cada andar. Enquanto à acção de tais insectos sobre o corpo social, aqui a tem manifesta em seus abomináveis feitos!...

E mostrava as mãos e os pulsos, túmidos de empolas rubras e acerbas, como as de grandes frieiras.

Bonito! Faltava-lhe mais este atractivo à Holanda! Os hotéis arrancam-nos a pele, os mosquitos bebem-nos o sangue. Cá tomo nota!

Depois de jantar, examinando o programa dos espectáculos da noite, delibero fazer esperar um pouco os mosquitos pela ceia que sou destinado a fornecer-lhes, e vou a dois concertos, um no Amstelsrroat, logo ao pé da porta, outro no fim do canal do Rokin, no Nes.

Primeiro concerto:

Pequena sala de teatro com uma ordem de camarotes, bufete com balcão sobre a plateia, casa cheia, calor sufocante, ar de se talhar à faca, espesso de fumo e de vapores de cerveja azedada no fundo das *chopes*. Os violinos da orquestra furifuram uma espécie de acompanhamento, enquanto, no meio do palco, de mãos nas ilhargas, dandinada, canalha, em ges-

tos de *voyou*, mostrando já as ligas, já os sovacos nus, uma cantora característica *quatrième dessous des Folies-Bergère* canta o *Nicolas*. A plateia em peso reforça o ritornelo, e toda a sala entoia: *Le voilà. Nicolas! ah! ah! ah!* A cantora cessou mesmo de vocalizar, ela, o *refrain*; deixa dizer a orquestra, e exclama apenas *À la mesure, là bas! Un! deux!... Allez!* E o edifício todo vibra com trovões de aplausos, com as mãos em palmas, com as bengalas no chão, com os copos uns nos outros.

Segundo concerto:

Sala cheia como no precedente. Não há camarotes. Simples bancadas de estreita prateleira corrida para os copos da bebida. Entrada gratuita. Sete damas, em *toilette* de circunstância, pomposamente sentadas nos seus *fauteuils* dispostos em meio *abat-jour*, sob o clarão duro e mordente do gás.

Uma dessas mulheres, a segunda à esquerda, é particularmente pavorosa. Vestido curto de merino branco, imitação abastardada e suja de um velho figurino de Crévin; botas vermelhas, atacadas e recortadas no alto do cano em pintas de copas; duas pernas pletóricas em *maillot* de algodão, pendendo entre os pés da cadeira; duas outras pernas nuas saindo-lhe dos ombros; as duas mãos no regaço; os dois pés no chão, ao lado um do outro, de bicos para dentro. Uma grossa e espessa sanefa de cabelo amarelo, duro e áspero, de bode, cobre-lhe a testa reboluda e cai-lhe nos olhos, pesada como uma viseira de chumbo. Ela olha de soslaio, embezerrada, em mergulho no gordo de si mesma, como um bicho cacheiro de sebo ornado de um topete de esparto.

Do lado oposto, à direita, destaca-se do grupo vulgar dos demais tipos de comparsas uma mulher de perfil altivo, poderoso, olímpico. Veste, em oposição às outras, um vestido de cetim preto cingido ao busto, e de longa cauda caindo-lhe aos pés em regra, numa ondulação espojada de serpente. Coroa-a um simples penteado em bandós curtos, loiros, de um loiro de sol, levemente frisados e finos como seda.

A mais distinta e aristocrática figura de mulher que eu tenho visto em cena era a de Madeleine Brohan em papéis de *grande dame* no palco da Comédia Francesa; esta criatura agora como ninguém se parece tanto, a não ser um pouco na expressão fisionómica com a imperatriz Eugénia, como com a Brohan.

Ao piano, um tísico confirmado, tísico em último grau, de

albornoz e cachené, o pescoço esguio, o nariz afilado, as orelhas descarnadas do crânio, cabelo já seco e morto, açoita com os seus grandes dedos lívidos, de grossas falanges, o marfim das teclas, fazendo cantar no proscênio uma ária alemã, lúgubre como um gotejar de tocha sobre um caixão de defunto, por uma mulher vestida de cigana de Carnaval, arfante, de olhos em alvo, a mão estendida no vago, com estrelas de cartão doirado cosidas ao duraque das botinas, e o cabelo preto em penacho de capacete até à cintura.

Torno a olhar para a divina mulher loira vestida de cetim preto, e vejo-a mover o nariz, movê-lo constantemente, num movimento contínuo e convulso de coelho! E aí está desvendado o mistério! Esta criatura não está num trono, e está num tablado de botequim feirense, porque o deus dos reles a marcou numa unhada com esse sinal de fábrica, um jeito, um tique, uma preguinha movediça, uma pequena curva vibrátil, um só ponto de bico de alfinete ali na extremidade de uma venta, um indizível, um quase-nada, e todo um abismo. Enquanto se não canta, e o público desfruta o seu dinheiro contemplando apenas as linhas do quadro vivo, ela contém quieto o nariz, por um esforço heróico. Enquanto as outras mulheres, cantando, concentram em si a atenção dos espectadores, ela descansa o nariz... mexendo-o; e assim ganha esta peregrina formosura a sua vida, cultivando a estranha e dura profissão de não bulir com o nariz diante de gente duas horas por noite.

Vou-me deitar aterrado.

O meu quarto no Rondeel foi satisfatoriamente clarificado. O tapete verde de listas encarnadas acha-se batido e escovado a primor. Nos móveis não poisa um grão de poeira.

A cama aberta, as minhas chinelas juntas uma da outra aos pés do *fauteuil*, as peças do meu serviço de *toilette*, o estojo de barba, o binóculo, a charuteira, estão colocados sobre a chaminé, com um certo cuidado carinhoso, de família, e dão à minha habitação um novo aspecto consolador, reconfortante. As duas janelas abertas a toda a largura da parede deixam entrar a aragem calmante da noite, e descobrem a linha do canal, em cuja lisa superfície se reflectem como sobre um espelho negro as janelas de algumas casas ainda iluminadas, e as luzes verdes e vermelhas, fugidias, das lanternas dos ónibus.

Examino a cama: aproximadamente a cama alemã, um pouco mais curta apenas, um *sommier élastique*, um travesseiro em forma de cunha apenso ao colchão, e fazendo base às almofadas. Deitado, num bom aconchego morno, com a ponta do nariz apenas fora da roupa para oferecer a menor superfície ao assalto dos mosquitos, apago a vela e assisto imóvel ao repassar pela memória de todas as sucessivas cenas deste dia antipático e estúpido. Uma impressão de meia hostilidade local faz reverter a outros lugares mais propícios o meu pensamento borboleteante, que poisa por fim em Lisboa. Vejo-o por detalhes, em escorços que lhe engrossam certas feições e lhe deprimem outras, em caricatura monstruosa, como as imagens reflectidas num espelho convexo. E adormeço resignado.

No dia seguinte ponho-me a pé às cinco horas, e abro as largas janelas do meu quarto sobre o canal.

A luz fria e azul da manhã, envolta no vapor aquoso da cidade, banha suavemente as coisas, mitigando as durezas dos contornos, e esfumando-se em anil.

O tijolo preto da frontaria das casas, brunido pelo tempo, toma, sob a luz oblíqua, reflexos cintilantes de velha prata lavrada.

Não bole folha nas árvores, o que dá às tílias, em dois renques ao longo do canal, uma imobilidade de tela.

Um silêncio profundo, de navio ancorado em calmaria num lago, cobre a cidade e parece cair, sobre a água morta, da ponta dos braços das roldanas sobressaindo do alto do *pignon* de cada prédio como um dedo que aponta no ar para o prédio fronteiro.

No peitoril de mais de metade das janelas, das janelas quase todas que tenho em frente de mim, uma fieira de vasos de flores esmalta as fachadas com relevos de verdura salpicada de pintas escarlate.

Do lado de lá dos vidros, de quando em quando um estore branco franze e sobe lentamente. Depois a vidraça, correndo para cima como as das antigas casas de Lisboa, abre-se, recortando como fundo às flores um quadrado escuro na guarnição branca dos caixilhos.

Junto de uma dessas janelas abertas uma rapariga loira, de touca branca, engoma. A outra janela, uma velha de

grande avental (examinando-a por um óculo) esfia, aparando à plaina, um repolho de *choucroute*.

Creio que ainda não disse... Com certeza, não o disse ainda, e é importante para a compreensão do que se vai ler... Achei no meu saco, enrolada num papel, uma camisa lavada, uma camisa nova, que comprara em Paris, ao partir, e de que me esquecera ontem. É de flanela, mas que importa? A Holanda, às seis horas da manhã, pode bem permitir este agasalho; além do que, sairei em mangas de camisa. E, de frente quase do Hotel Rondeel, avistei uma casa de banhos, construída em *cottage*, pintada de branco, sobre estacas, no canal.

Eis aí como um novo estado psicológico, quero dizer, uma nova disposição de nervos se fez em mim ao rever Amsterdão de manhã cedo, lubrificado de ânimo por um pouco de sabão e por um resto de roupa lavada.

— Ó metafísico! por que não haveis de permitir vós que a gente meta a barrela, a barrela ao menos, entre as faculdades da alma?... — perguntava eu ao sair da casa de banhos, e deixando-me ir de mãos nos bolsos e nariz ao fresco, ao acaso encantador de um primeiro passeio através de uma cidade desconhecida.

Tomo à esquerda, primeiro, e vou indo pela beira do canal na direcção do Amstel, segundo a planta da cidade anexa ao Guia de Amsterdão que tenho no bolso. A casaria rareia, vão desaparecendo as tabuletas, entrevêm-se verduras de prados, maciços de choupos ao longe, um moinho de vento, um terraço de café-concerto, uma ilhota ao meio do rio.

Volto para trás, e venho ter em linha recta à praça do Dam, que é o centro comercial da cidade — *vide* Baedeker.

Ao longo de todo este caminho, para lá e para cá, desdobra-se, acompanhado de um crescendo orquestral, o espectáculo da cidade que desperta, bocejando primeiro, espreguiçando-se depois, pondo-se em pé, começando a girar.

Algumas barcas, largas, barrigudas, de fundo chato, la-deadas de duas grandes palhetas unidas ao costado por bom-bordo e estibordo, lembrando na forma enormes patos sem cabeça — algumas barcas holandesas, enfim —, deslizam silenciosamente na água, impelidas à vara, lentas, cheias, pesadas de carga.

Um homem vestido de grosso linho branco, com um capa-

cete de sola na cabeça, tange uma matraca e vai de porta em porta puxando as campainhas dos prédios fechados, para que desçam à rua as caixas de lixo.

As mulheres aparecem primeiro do que os homens, e madrugam a lavar.

No canal lavam as embarcações. Na rua lavam as casas. Baldeação geral.

Por estes primeiros gastos de *toilette* calculo que só o canal do Rokin, pouco mais extenso do que a Rua Augusta, consome mais água desde as seis até às sete horas da manhã do que toda a cidade baixa de Lisboa em quinze dias.

Lava-se a embarcação toda à escova, tábua por tábua, lava-se o passeio da rua a grandes baldes de água, a vassoura e a rodilha; lava-se a frontaria da casa com uma bomba de jardim em esguicho, ou com chapadas de água atiradas ao alto de dentro de uma selha com uma grande colher de pau; lavam-se por fora as vidraças com um grosso pincel; lavam-se a fricção de escova os peitoris das janelas, as portas, as padieiras.

Depois enxuga-se tudo a pano, o prédio, o passeio da rua e o barco. Onde não chega o braço leva-se o pano numa espécie de tenaz, peça de madeira larga e chata, segura por uma mola e encabada numa vara.

Principia em seguida a *toilette* da casa por dentro.

As criadas vêm para a rua com os tapetes grandes dos soalhos e com os tapetes pequenos das mesas.

Nas ruas de menos passagem que o Rokin, trazem também as botas para engraxar, trazem o fâto para bater, trazem as gaiolas, trazem os tachos, trazem as caçarolas, trazem a bateria toda da cozinha, para esfregar, para polir e para repolir até a tornar brilhante como jóias de ouro.

Para sacudir o tapete, a criada de cada casa pede o auxílio da criada da casa vizinha, e é assim, duas a duas, que elas se desempenham dessa tarefa. Uma segura de lá, a outra de cá, uma ponta em cada mão. Depois, por um forte impulso simultâneo, abrem-se os braços fazendo estalar o estofado como estala uma bandeira desfraldada ao tufão. E isto uma vez, duas vezes, dez, vinte, cem vezes, até que do tapete sacudido não caia um átomo de pó. Então juntam-se as duas mãos. Um! dois! três! E está dobrado o tapete desta.

Passa-se ao tapete da outra.

Enquanto essa operação dura, quem passa na rua desvia-se ou pára e espera. Diz-se em Portugal que a *rua é do Rei*, o que me parece bastante hipotético. Na Holanda poder-se-ia dizer com mais exactidão que a rua é das criadas.

Às seis horas principiam a rodar as carretas de mão dos fornecedores: a carreta da turfa, a carreta da fruta, a carreta das flores, a carreta do pão, a carreta do peixe, a carreta do leite, etc.

Tudo isto se negocia no meio da rua, sem cerimónia, à boa paz, como numa reunião familiar e campestre.

As criadas aproximam-se em grupo, com o cesto no braço, o prato na mão, o *porte-monnaie* na algibeira do avental. Estes senhores calçam a carreta, expõem a mercadoria e fazem os seus cumprimentos: — Jufvrow Mietje! Jufvrow Susse! — *mademoiselle* esta! *mademoiselle* aquela! Barretada de aqui. Medura de acolá.

Não há pregão propriamente dito, não há pelo menos o pregão canoro, o pregão musical, tão característico das cidades do Meio-Dia. O vendedor faz antes uma breve alocução em voz bastante alta para que o oiça todo o quarteirão da rua, de um esquina à outra. Não entendo, naturalmente, o que ele diz, mas representam-se-me vozes de impulso e de animação às criadas; não de modo algum — *Quem compra a mão de nabos!* — mas antes alguma coisa no género do que dizia o actor Polla, não me lembro já em que notável drama: — *Vamos! vamos, minhas senhoras! vamos à conquista do Santo Sepulcro.*

E procura-se, oferece-se, ajusta-se, marralha-se.

Ele, de boné à banda, grosso charuto nos beiços, a mão aberta, estendida, com a palma para cima, num largo gesto cavalheiresco, à Franz Hals, como quem dissera: — *Compentre-se desse repolho, madama!*

E ela, de dentro dos folhos da touca, entendida, experiente, tendo visto sessenta novidades de repolhos em sua vida, num gesto de inexcedível desdém, cerrando os olhos, descendo até debaixo dos braços os cantos da boca sem dentes, exprime: — *Ignomínia de couve!*

Por fim contemporiza-se. Ela abre um olho, fechando porém com muito mais força o outro, tira a bolsa da algibeira, e, já com o repolho debaixo do braço, adianta nos dedos um soldo como quem oferece uma esmola mal merecida a um

brejeiro. Mas o hortaliçeiro dá para trás um salto estrondoso nos seus volumosos tamancos caiados de branco. Seus olhos não podem suportar a vista de uma tão pequena soma oferecida por uma tão bela couve. Ele é forçado pelas circunstâncias a ser descortês, e volta costas, de braços cruzados, carancudo, com a viseira do boné descida até ao nariz. E a cena termina, enfim, por mais um soldo que aparece, entrando o repolho jovialmente em casa, debaixo do braço da velha dama servente, e a velha dama servente debaixo do braço do regatão galante, que lhe faz diplomaticamente as honras da rua, reconduzindo-a com mimo até à porta do prédio.

O peixe vem em água dentro de um piscina na carreta, e compra-se vivo, depois do que é ali mesmo amanhado, com perícia, rapidamente, pelo vendedor.

O pão vem em caixas fechadas, envernizadas de verde, de amarelo ou de castanho; os arenques de salmoira em selhas; o camarão em gigas; as flores em pequenos vasos de barro; o leite em grandes potes de almude, de cobre polido e reluzente; a fruta ordinária em cestos descobertos; a fruta escolhida — as uvas despegadas do cacho como as cerejas, e os pêsegos bem sazoados —, em cabazinhos fechados como os que se expedem de Nice para os Potel ou para os Chevet em Paris; as couves e os legumes em cuculo arredondado, como grandes pirâmides de mosaico, em que se combinassem artisticamente, para o mais alto efeito decorativo, o roxo intenso e vinoso dos repolhos vermelhos, o branco-creme da couve-flor, o verde tenro das alfaces, o carmim e o branco-vivo dos molhos de rabanetes, e o amarelo poderoso e rico dos feixes portentosos das cenouras da Holanda.

Além do leite vendido em carretas pelas grandes companhias há o leite trazido em cangalhas pelos pequenos mercadores; e leiteirinhas amsterdamses, de 14 a 16 anos, passam, de avental branco, chapéu de senhora atado por uma fita de seda por baixo da barba, a cangazinha de carvalho polida nos ombros, os dois potes de leite em equilíbrio, suspensos de uma corda pelas asas e pendentes a cada lado da canga.

Os prédios têm todos um estreito passeio em frente, espécie de pequeno terraço que lhes pertence e que os proprietários fecham com uma grade de ferro, às vezes com uma corrente, outras vezes com um varão chumbado a dois postes

de pedra, e moldado em três gumes como os floretes de esgrima. Este aspecto hostil é reforçado ainda com uma saliência de puas guarnecendo o gume superior da barra.

No terraço há frequentemente, em quase todos os canais, uma escada exterior de cinco ou seis degraus da largura do passeio, e em dois lanços convergentes, com corrimão de ferro. O patamar comum a duas habitações dá entrada para as duas pequenas portas contíguas e é separado ao meio por uma barra que prolonga o corrimão.

Os que vão para o número 57 tomam a escada da esquerda, os que se dirigem ao número 59 sobem pela escada da direita.

Muitas vezes o quadrado do terraço no fundo da pequena escada faz patamar a outro lanço, que desce do nível da rua para o subsolo. E por esse buraco vê-se em baixo a frontaria de um outro andar subterrâneo, no fosso, com a sua portinha envernizada, as suas duas janelas sempre de cortina aberta em A, sempre com vasos de flores no peitoril.

A copa do arvoredado, contraposto ao sol-nascente defronte de cada prédio, cobre de sombra a tijolaria da fachada, salpicada de pequenos pontos de luz em que se reflecte latejante o bulir das folhas. E as paredes negras têm assim uma estranha alegria viva e cantante, de claro-escuro, como se adejassem sobre elas, moldadas pela luz através dos rasgões da folhagem, miríades de grandes boboetas luminosas e trepidantes.

Nas proximidades do Amstel, algumas janelas abertas ao rés da rua. O quebra-luz de fina rede de arame cor de fumo, posto ao centro do peitoril, deixa-me ver em ângulo pela fresta recantos de interior.

A cada uma das duas janelas de um prédio, um grande *fauteuil*; defronte do *fauteuil*, uma pequena banca. Sentada na poltrona da janela de cá, uma senhora borda, tendo sobre a mesa a tesoura e uma jarra com um molho de resedas. Na poltrona da outra janela, o homem, em mangas de camisa, ainda sem gravata, barbeado de fresco, fuma lentamente, refrigerando-se do calor da véspera em frente de uma chávena de chá. Ao meio do cortinado de lã bordado de verde, numa gaiola da China, canta um canário.

Um dos carrilhões, que na véspera tanto me estrugiram a cabeça e tanto me irritaram os nervos, oiço-o outra vez. Tilinta ao longe um compasso de velha gaiivota, numa

grande pureza metálica, doce e alegre, como um improviso festival dedilhado em qualquer parte, no ar, sobre um piano de prata.

E esta maneira de marcar o tempo por meio de uma frescura de sorriso melodioso, entreaberto na frescura matinal do espaço, diluído fugitivamente no azul do céu, parece-me agora a mais própria para contar as horas de vida da loira, da serena, da amigável raça do povo que me cerca. Adorável gente pacífica, antiquada, exótica, modesta, ratona, humorística, trazendo-me à lembrança a cândida estampagem difusa de uma velha chita desbotada e alegre, uma infantil aquarela em tons evaporados de Kate Greenaway, ou a abertura ridente de um capítulo galhofeiro de Dickens, apetitosamente perfumado de aromas de festa, repicado das pachorrentas jovialidades germânicas de uma boa merenda na relva!

Nas mais antigas ruas de Amsterdão, nos bairros primitivos do século xiv, nas redondezas do Dam, entre o Nieuwe e o Nieuwe Zyde, o pitoresco do espectáculo toma a intensidade da colecção artística, e produz o efeito de todo um museu, cujas telas, restituídas à natureza, houvessem crescido até às proporções do vivo, e começassem de repente a respirar e a bulir.

Copio de uma esquina o nome de uma dessas ruas — Saint-Nicolasstraat. Três metros de largura. Prédios de três e de quatro andares, em tijolo preto cor de sombra ou vermelho tostado. Deste belo fundo de *atelier* numerosas saliências se projectam e riem para o meio da rua. As pranchas dos vasos de gerânios, de fúcsias e de pequenas roseiras. As varas pintadas de verde dos enxugadoiros, de que pendem aqui e acolá alegres riscados brancos, azuis e vermelhos. Centenares de tabuletas sobressaindo por cima das portas, como bandeiras suspensas de braços de ferro, alguns destes primorosamente trabalhados a martelo e procedentes das famosas serralharias flamengas do século xvi. A tabuleta branca do pequeno armazém de víveres, fazendo ângulo com o vértice para a frente e tendo em cima, em relevo de madeira, um grande galo branco de crista encarnada. As bacias de barba e a grande navalha dos barbeiros. O pão de açúcar, da tenda. A enorme chave, de broca para o ar, do serralheiro. Os três queijos sobrepostos, um branco, um doirado e um preto.

Muitos outros símbolos ou emblemas monumentais de mercadorias em fabricação ou à venda: uma lanterna, um barril, um tamanco, um moinho de vento. Finalmente, a quase todas as janelas, o espelho emoldurado num caixilho de ferro quadrado, o famoso espelho *espião*, destinado a mostrar a quem olha de dentro de casa a gente que passa na rua.

No chão, sobre os tijolos varridos, ao longo de toda a rua, uma multidão de coisas estão arrumadas contra a parede, como num fundo recolhido de abegoaria ou a um canto de pátio em antigas estalagens de muda de caleças ou de estação de diligências: a grande vassoura; a carreta de mão; os baldes; os gigos; as selhas; o pincel das lavagens, encabado na longa vara; os tamancos de andar na rua, que o morador deixou à porta, como faria com os tamancos de ir ao quintal; uma roda desembuchada do eixo; uma lança de carro; uma gaiola de frangos ou de coelhos; e uma casota, pouco maior que a de um cão de quinta, dentro da qual um sapateiro velho, armado de uns grandes óculos, trabalha aninhado na tripeça, com o tecto em cima do seu boné de lontra.

A meia distância entre as duas embocaduras, as ruas transversais fazem cotovelo. Na curva os *pinhões* dos prédios de um lado confundir-se-iam enlaçados com os do lado oposto, se os não separasse, no momento em que olho para eles, uma bela faixa de luz doirada e azul, polvilhada de sol.

Em muitos lugares, estes *pinhões*, como o resto da fachada, como todo o prédio, são ainda os mesmos de há trezentos ou de há duzentos anos. No célebre quadro de Van der Helst representando o banquete dos arcabuzeiros comandados pelo capitão Cornelius Witsen, por ocasião da paz de Munster, em 1648, vêem-se ao fundo, por uma janela aberta da sala do banquete, na antiga Casa da Câmara de Amsterdão, três prédios. Esses prédios existem hoje como no tempo de Van der Helst. Apenas dois carneiros brancos que os encimavam no século XVII, talvez como tabuleta de um açougue, desapareceram. E ninguém diferença das demais essas três casas seculares.

Nas velhas ruas a que me estou referindo, o cotovelo de que falo faz fundo e *repoussoir* ao quadro vivo. Não há a luz difusa do pleno campo e das ruas largas e de prédios baixos, banhando por todos os lados os objectos. Aqui a luz, de uma transparência incomparável, vem unicamente de um lado,

cai de cima, como nos *ateliers* dispostos para dar às figuras a máxima nitidez de linhas e o máximo efeito de claro-escuro. Daí a estranha impressão vivíssima que me produzem as formas exaltadas de relevo pelos efeitos de luz, como nas vistas ao estereoscópio.

Oito horas. Mercado no Nieuwe Markt, perto de um curioso edifício, espécie de castelo com cinco torres redondas, do século xv, em que esteve em tempo o Peso da cidade com o nome de Peso de Santo António.

Chusma de criadas à compra de peixe. Decididamente as criadas de Amsterdão têm um lugar dos mais importantes no aspecto geral da população. Há também os órfãos da cidade, vestidos de casaquinhas de botões decobre polido, bipartidas verticalmente, como os bonés, metade em preto e metade em escarlata. Há as órfãs, vestidas igualmente de vermelho e preto, com toucas encantadoras, um pouco de monjas, um pouco de castelãs feudais, sempre de luvas de camurça até os cotovelos, e fichu de cassa branca encruzado no seio, à Marie Antoinette. Há ainda os bombeiros, de capacete, calção largo e bota ao joelho. Há os agentes de polícia de uniformes iguais aos dos *policemen* de Londres. E há os empregados de pompas fúnebres, de casaca de corte, bicorne à Bonaparte, e grande faixa de crepe pendente do chapéu e enrolada no braço. São outras tantas especialidades da população.

Mas a criada domina tudo, reina por toda a parte, puxa pelos olhos, atrai toda a primeira atenção de quem chega. Têm uma espécie de uniforme: o grande avental branco, pequena touca branca, redonda, orlada de um folho encanudado, presa à barba; vestido liso, curto, pendendo para trás por um alfinete ou por um botão e enfolando em *pouf*. Todos os vestidos são do mesmo padrão claro, de fundo branco às riscas azuis, cor-de-rosa ou cor de lilás, e os sapatos de entrada baixa, apertando em laço e descobrindo as meias listradas como o vestido.

Tão frescamente vestidas, de cabelos cor de milho, escrupulosamente penteados em bandó e enrolados alto sobre a nuca, reunidas em Nieuwe Markt, com os seus cabazes no braço, ligeiras, engraçadas, tocadas inexprimivelmente por um não sei quê de grave, elas fazem-me, na feira, o efeito de

um *rendez-vous* de meninas num baile de jardim, escolhendo pares para a valsa num *cotillon* matinal.

As ruas começam a encher.

Carruagens dos *Tramways*, atulhadas.

Na onda da multidão adulta conflui repentinamente uma onda menor de crianças. São estudantes de um e do outro sexo que vão para a escola, destacados ou em grupo, mas nem um único acompanhado de pessoa adulta.

Alguns rapazes, com a aparência de meninos bem educados, jaleca preta, colarinho de prato, calção curto, fumam arrojadamente fortes charutos.

As meninas de doze ou catorze anos, esbeltas, altas, bem vestidas, vão sós, como os rapazes, com o chapéu-de-chuva debaixo do braço, os livros suspensos de uma correia.

No Singen faz-se a feira das flores.

As barcas que chegam, carregadas, parecem grandes maçoças de jardim flutuando na água do canal. Atracam ao cais, descarregam e esperam aí que o mercado termine, a fim de guardarem as flores que sobram nesse dia para a venda do dia imediato.

As floristas pernoitam a bordo com a mercadoria.

Toda a barca holandesa tem à popa uma exígua casinhola, que serve de câmara ao habitante, e que abre para fora numa pequena porta pintada de verde, de dois batentes guarnecidos de um vidro. Em uma das barcas cheias de flores, de begónias, de resedas, de dalias, e fúcias, os dois vidros da porta entreaberta têm uma cortinazinha de cassa branca. Vejo dentro, no diminuto beliche, uma cama branca, de minúsculas dimensões. Ao pé da cama, um espelho de um palmo e uma touca pendente. Fora da porta, no espaço de menos de meio metro, entre o beliche e o costado da ré, um tição de turfa arde sob a marmitta holandesa de três pés, e ao fogo chia uma chaleira de cobre polido, com a pega de porcelana. Ao lado, um sobre o outro, para aproveitar o espaço, repousam dois tamancos de rapariga, pintados de branco. É a casa, a cozinha, o armazém e o escritório da florista.

Vou, a correr, buscar a minha mala à estação do Reno, e volto ao Dam ao meio-dia.

Entro no Palácio Real e visito-o rapidamente.

Este edifício, construído pelo engenheiro Jacobson van

Campen, no século xvii, para servir de palácio do conselho municipal, assenta no solo sobre treze mil seiscentos e cinquenta e nove estacas. Inspirado no estilo magnífico da Itália, corrigido pelo espírito regular do holandês, é uma grande e imponente massa de oitenta metros de fachada, ornada de um frontão e de um zimbório. Pesado, monótono, carrancudo como a Ajuda em Lisboa.

O interior, mobilado pelo rei francês Luís Napoleão, conserva ainda todos os móveis e toda a decoração pretensiosa e dura do tempo da caserna triunfal do primeiro Império. São as mesmas cadeiras à grega, os mesmos leitos, as mesmas cómodas, os mesmos armários e os mesmos tremós, ornados em bronze com liras, esfinges, piras ardentes, capacetes e estandartes de guerra. Apenas os tapetes de Gobelins foram substituídos por modernos tapetes holandeses, magníficos, tão belos como os de Esmirna ou da Pérsia.

Um troço de viajantes, com os chapéus na cabeça e o guia Baedeker, de capa encarnada, debaixo do braço, percorrem a passo dobrado os aposentos, conduzidos pelo cicerone local, o qual, num espirituoso improviso, tão antigo como o próprio monumento, nos explica as razões psicológicas por que tão perto da estátua de Vénus se acha a estátua de Marte. «Uns dizem: porque as vitórias da guerra levam às conquistas do amor; dizem outros: porque as ilusões do amor levam aos desenganos da guerra.»

Para dizer com o género architectónico do edificio, o discurso é ainda, como a casa, um mau trocadilho italiano saboreado por uma tosca ingenuidade amsterdamense.

Três coisas me ficaram de memória depois desta veloz corrida, com corda de retórica para meia hora, através dos reais paços da cidade de Amsterdão.

Em primeiro lugar, as *grisailles* de De Whitt, que decoram a fresco os muros de algumas salas e principalmente as sobreportas da casa de jantar. Não se pode levar mais longe o efeito do claro-escuro. A par de um baixo-relevo em mármore, vigorosamente iluminado pela obliquidade do dia, a *grisaille* de De Whitt, representando outra escultura semelhante, somente se distingue um quase-nada da escultura verdadeira pela circunstância de parecer mais mármore do que a própria pedra.

Em segundo lugar, me lembra ter visto alguns már-

mores cobertos e desonrados por uma espessa camada de tinta de óleo. Uma das vereações, que habitaram o palácio quando ele era Casa da Câmara, *fécit*.

Terceira e última coisa de que me recordo: entre as bandeiras que fazem troféu na enorme sala de baile, há uma bandeira portuguesa tomada a um dos nossos regimentos na guerra do Brasil com a Holanda. Isto unicamente me teria decerto esquecido se não se desse a mais que essa bandeira é ornada, como emblema de guerra — não imaginam com quê? com um Santo António! Não o comento. Digo apenas uma coisa: Ele está aqui muito sossegado com os de Holanda, tendo ainda um resto de menino ao colo, complacente e feito com eles a ver dar à perna o rei inimigo em noites de baile na capital holandesa. A gente, lá em Lisboa, continua a arruinar-se em contas de fogueteiro e em carregamentos de funcho e outros verdes, de cinco léguas em redondo, para festejar no seu milagroso dia este respeitável santo. Ah! bom poço! que é onde na minha terra o ensinariam, suspendendo-o num barbante pelo pescoço, a fugir assim à devoção dos fiéis e a ir fazer milagres ao inimigo!... Mas não comentarei, repito.

Ao sair do Palácio Real fui à Bolsa, que fica ao pé da mesma praça, e representa por fora uma espécie de templo grego, no gosto divertido das noites de trovões e da Igreja da Madalena em Paris.

Um aviso à porta faz-me lembrar que se paga 25 centésimos de florim para entrar, e que não se fuma. Deito fora o meu charuto e o meu tostão, e penetro no santuário.

Vasto casarão, cheio de gente e cheio de bulha.

Em torno de mim, dezenas de figuras vagamente conhecidas, sujeitos que eu deveria ter visto no Porto em pequeno, há trinta anos.

Eram, com efeito, aproximadamente assim, na minha meninice, os bons burgueses portuenses. Os últimos que restavam desse feitio acabaram. Uns morreram, outros apelintraram-se na política conservadora, pacífica, intringante e chilra destes últimos vinte anos. Não a política revolucionária que fazia o Passos José, conspirando na sua casa da Viela da Neta, ou agitando as massas no Largo dos Lóios, de grande sobrecasaca desabotoada, a abanar, o chapéu alto posto para

trás, as calças curtas de alçapão na boca do estômago, batendo no ombro aos lojistas e chamando *patriota exímio* a todo o mundo. Não essa política de jacobino burguês, um tanto fanfarrona, mas boa criatura no fundo, tendo que perder, e não fazendo senão isso — perder — para ter o gosto de pôr o capacho da escada à janela quando passava o Costa Cabral, o *favorito da coroa*, como fizeram na Rua das Flores de uma vez que ele lá foi como presidente do conselho de ministros, em estadão. Cascavam-lhes para baixo nas décimas, e apanhavam também a sua cacetada, por essas e outras que tais. Mas eles vingavam-se de quando em quando, pondo por seu turno em estilhas ou deixando arrasado para toda a vida um caceteiro. Quando liam à noite no *Periódico dos Pobres* ou no *Brás Tisana* as ladroeiras do governo em Lisboa, gritavam: «Morra!» em família; e, terríveis, cosiam às fachadas a pescada cozida com batatas do Douro com cebolas de Campanhã que tinham para a ceia.

Ao fundo tétrico das suas lojas, por trás do balcão, de frente da carteira de pau de óleo com o tinteiro de latão amarelo comprado na Banharia, três penas de pato nos buracos, ao cheiro ácido dos baetões novos, de chapéu alto na cabeça, capote bandado de veludo aos ombros, pés nuns socos, nunca eles deixaram de ranger os dentes ao passar na rua alguns dos quatro ou cinco únicos fidalgos que então havia na cidade: o da Torre da Marca, o de Santo Ovídio, o da Bandeirinha, o da Fábrica ou o do Poço das Patas. Agora são fidalgos todos, e algum que o não seja ainda vai sê-lo breve, para as próximas eleições, ou para a própria visita de sua real majestade à cidade da Virgem. É fidalgo o antigo José dos queijos, é fidalgo o António dos panos crus, é fidalgo o Manuel das drogas, à Porta de Carros. Seja pelas cinco chagas de Cristo! E têm clubes políticos — nos limites da Carta e dentro da ordem, já se vê — onde vão às noites — por que horas! — discursar, decidindo por suas cabeças se o governo da nação se acha nos casos. Porque, não se achando nos casos, lá estão eles, e botam-no a terra. Para isso se carteiam com um Luciano de Castro, com um Tomás Ribeiro, e alguns até — afirmam-no eles pelo menos — com o próprio Sr. Fontes! A última vez que lá estive ia todo o pessoal dessa burguesia de cambulhada para o *Paço*... (Assim chamam — por troça, cuidado — à antiga casa dos Carrancas.) Recebia

el-rei os de sua corte nesse dia, e ninguém via senão casacas pelos Clérigos acima, e gente de língua de fora a molhar os dedos para enfiar as luvas brancas pela Cordoaria adiante, sem contar os que iam puxados a muares, no americano, por meio tostão. Tinham-me acabado com toda a raça dos antigos, assim como me tinham acabado com as «tortas» da Rua de Santo António, com a Rua das Congostas, com a tão pittoresca Porta Nobre, com a velha e benquista Banharia, com a honrada Rua dos Mercadores, com a flamenga Rua da Reboleira, com as merendas a Quebrantões, com os jantares «pelo rio acima», com tudo enfim quanto fazia a tradição, a glória e o encanto histórico e artístico do meu burgo natal.

Pois foi na Bolsa de Amsterdão que, bem inesperadamente, tornei a ver os tipos meus conhecidos da infância.

São as mesmas caras sem bigode, de bocas descobertas, vigorosamente contornadas, fechando com a firmeza característica de homens fortes e tenazes. São as mesmas sobrecasacas abertas; os mesmos grandes chapéus; os mesmos coletes assertoados, as mesmas gravatas altas, de cetim preto; as mesmas calças curtas e estreitas; as mesmas botas de cano, inteiras, de duas solas, escrupulosamente engraxadas.

Respiram todos saúde, e campeiam amplamente e solidamente no chão como a gente bem equilibrada na vida. Têm o arredondado maciço e pesado do bom milhão e do bom penso. Sente-se-lhes no bolso da sobrecasaca a carteira bem recheada, e sob o colete o estômago bem mantido, esmoendo um almoço caro.

Encontro um holandês de Haarlem, meu conhecido da sala de jantar do hotel, o qual me aponta alguns ricos. São em geral fisionomias expressivas, mas duras, perspicazes e ásperas, de gente capaz de pensar coisas profundas ou coisas brutais, rebelde porém à banalidade incompatível com a toleima.

A essa categoria pertencem alguns judeus de origem alemã e russa.

Os judeus portugueses e espanhóis são menos poderosos e fazem parte, quase todos, da geração do bigode. Distinguem-se bem pela barba castanha e fina, pelo cabelo anelado, pela saliência dos beiços, pelo perfil acarneirado, pelo olho grande e manso, de ovelha.

Muitos homens à moda, alguns novos, de vinte e trinta

anos, vestidos à inglesa, gravatas claras, *jaquetes* abotoadas, chapéus baixos.

Ao sair da Bolsa, às três horas, ou num intervalo de negócios, todo o negociante de Amsterdão passa por casa do Focking, e toma um cálice de curaçuau e um biscoito.

A venda de Focking fica perto do Dam ao fundo da passagem Damstraat, numa velha rua estreita e escura.

Por cima da porta, numa pequena tabuleta distinguida, quase apagada, o famoso *homem selvagem*, timbre do estabelecimento. A loja conserva religiosamente a mesma armação que tinha ao afundar-se, há duzentos anos. As paredes são revestidas de prateleiras de pinho, ocupadas por garrações barrigudos ou garrafas de alto gargalo, de vidro preto. À esquerda da pequena porta de entrada fica um recanto envidraçado onde se recolhem as duas mulheres que vendem, de avental e touca. Neste gabinete a mobília consta de uma estreita carteira, dois mochos de pau-santo cobertos de veludo preto de Utreque, um espelho da mesma madeira em cornucópia, no estilo jesuítico dos chamados espelhos de sacristia, e a lata verde dos biscoitos. Às quatro horas da tarde, em Setembro, a escuridão do local obriga a acender luz: dois candeieiros de azeite em placas de lata pendurados no muro, e uma vela de sebo num antigo castiçal de cobre, ao lado da espevitadeira respectiva. Sobre o balcão de pinho, desgastado pela escova, meia dúzia de copinhos de pé, emborcados, e uma selha de madeira, em que corre sempre água fresca de uma bica, e onde se lavam os copos à medida que servem. Do lado oposto à selha, no outro canto do balcão, um tachinho de barro vidrado verde e amarelo, com a brasa de turfa para acender os cachimbos; e — detalhe ainda mais tocante e mais característico — uma pequenina cuia de pau com uma colherada de goma fresca, renovada todas as manhãs à hora da Bolsa e destinada a fechar as cartas na falta de obreia no tempo em que se não usavam ainda os *enveloppes* premunidos de cola.

Em casa de Lucas Bols, o outro destilador igualmente célebre, a tradição respeita-se com igual intensidade de culto, mas sob outras formas litúrgicas.

Na venda de Bols, em Kalverstraat, a loja representa uma

sala holandesa do século XVI. A mobília é antiga, mas a instalação recente. Cadeiras de carvalho cobertas de veludo verde pregado com pregos de cobre polido, larga chaminé ornada com uma guarnição de pratos e potes do antigo Delft, paredes forradas de couro, tapete vermelho, lustre suspenso, placas aplicadas à parede, em cobre, no estilo Renascença, e ampla iluminação a velas de cera.

Os frascos do anis e do curaçau vermelho são de faiança azul e branca de Delft, marcados com a data da fundação da casa, 1575.

Quis ter meia dúzia destes frascos cheios de curaçau branco e verde. Impossível satisfazer, por qualquer preço que fosse, esta encomenda. Nos frascos de faiança *não é costume* engarrafar senão curaçau vermelho. O curaçau verde e o branco vendem-se em garrafas de vidro preto ou em botijas de barro. Nem por todo o oiro deste mundo, quanto menos pelo meu, se transgrediria o *costume*, lei inviolável na Holanda.

À noite, por conselho de um holandês com quem me tinha encontrado pela manhã ao almoço à mesma mesa no Café da Bolsa, vou jantar ao Restaurante Karseboom, em Kalversstraat.

Karseboom, cujo título significa *Cerejeiro*, tem mais de cem anos de existência, e é um dos mais antigos restaurantes de Amsterdão. O seu aspecto é modesto, recolhido, pacato. Duas janelas veladas por um estore de arame azul sobre a rua, um pequeno letreiro por cima da porta, a entrada pelo corredor, no fundo, à esquerda. É principalmente frequentado pela classe comercial, pelos guarda-livros e pelos caixeiros celibatários. Alguns ricos negociantes, que no Verão residem no campo ou nas praias, o próprio sr. burgomestre, quando a família de S. Ex.<sup>a</sup> se acha a banhos em Scheweningue, vão jantar ao Karseboom, sempre que negócios os obrigam a ficar à noite em Amsterdão.

No Panopticum ou no Bignon o jantar de café tomaria para estes personagens um ar incorrecto, quase patusco. O Karseboom é uma espécie de sucursal das casas de jantar de família.

— É neste restaurante — tinha-me dito o meu amável *cicerone* — que v. encontrará ainda, em toda a sua ingenuidade

e em toda a sua pureza clássica, a velha cozinha nacional da Holanda: a cerveja do país, muito mais leve e muito mais fraca do que as cervejas de Inglaterra, da Alemanha, da Áustria ou da Noruega; o histórico *butspot*, espesso bolo de variedades hortaliças; a *bouillie*, a *roomtaart*, o *dick melk*, excelente requeijão branco — uma espécie do nosso almece alentejano — que se come com canela, açúcar e um biscoito esfarelado.

No café, duas salas contíguas, comunicando uma com a outra por meio de uma escada de quatro degraus. Cerca de vinte e cinco mesas, a cada uma das quais abancam duas a quatro pessoas.

Fala-se geralmente holandês. A duas ou três mesas, apenas o alemão. Conversa-se pouco e em voz baixa. Os frequentadores tomam assento, lançam uma vista de olhos à lista, encomendam o jantar, atam o guardanapo ao pescoço, estendem na toalha os papéis que trazem na algibeira e, enquanto os não servem, ajustam as suas contas ou coordenam os seus apontamentos num livro de lembranças.

A maior parte das pessoas pede uma sopa, um prato de carne e um prato de legumes. Misturam a carne e os legumes no mesmo prato, alargam os cotovelos, trincham de uma vez em pequenos bocados, cobrem o cuculo com o molho que ficara na travessa, e devoram tudo em seguida, a grandes garfadas, com uma voracidade maquinal, tão cheia de empenho quanto destituída de sensualidade.

Raros comem pão, mais raros pedem sobremesa, mais raros ainda bebem o que quer que seja.

Esvaziado o prato, pagam à pressa, acendem um charuto ao bico do gás posto na ombreira da porta, e vão beber cerveja para outra parte, ao clube, lendo ao mesmo tempo uma revista, ou a um café de porta de rua, vendo passar a multidão que circula à noite em *Karlverstraat*.

Aos sábados toda a cidade de Amsterdão é revirada com o de dentro para fora. O sábado é o dia especialmente consagrado ao asseio. Nas casas de habitação, nos armazéns, nas lojas, nos escritórios, é tudo remexido, espanado, sacudido, escovado com um zelo, com uma fúria, com um fanatismo, que toca as raías do delírio.

Comprei uma colecção dos utensílios de limpeza empregados pelas criadas de Amsterdão no serviço da casa. A minha

colecção, aliás incompleta, consta de trinta e seis peças diferentes, e constitui o mais curioso documento etnológico.

Há espanadores de todas as formas imagináveis, para os tectos, para as paredes, para os cantos da casa, para os cortinados de lã, para os cortinados de veludo, para os cortinados de chita. Escovas e pincéis para as mobílias, para os móveis polidos, para os móveis de talha, para os móveis estofados, para os móveis embastados. Têm as dimensões e as formas mais variadas, mais diversas, mais perfeitamente adequadas ao fim a que se destinam. Umhas são redondas ou arredondadas, com uma asa para segurar na mão; outras quadradas ou quadrilongas, outras triangulares, com cabo; outras cilíndricas, ou cónicas, terminando em bico, para as concavidades dos embastamentos dos móveis acolchoados; outras esguias, em gume, para as pregas dos estofos; outras curvas; em meia-lua, para as prateleiras dos armários. Há-as de esparto de junco, de clina, de corda, da piaçaba, de lã; umas empregam-se para lavar a faiança, outras para esfregar as caçarolas, outras para engraxar os fogões de cozinha, outras para polir os objectos de bronze, de aço, de cobre ou de estanho, outras para esfregar a roupa ensaboada. As de lã applicam-se na lavagem e na limpeza das banheiras, dos baldes, dos conductores de lavatório, e de outros objectos de zinco pintado. As escovas destinadas aos soalhos têm variadas configurações, segundo se empregam nas pranchas lisas, nas frinchas, nos ângulos dos muros, por trás ou por baixo dos móveis. Entre os pincéis há uns de junco, em lascas, para humedecer a roupa de goma borrifando-a com água, outros de pêlo longo, para encabar, mais ásperos ou mais macios, destinados a lavar os tijolos da frontaria das casas e as vidraças. Nas rodilhas, toda uma categoria perfeitamente definida, desde a rodilha mais fina, de camurça, para limpar o cristal e o vidro, até à rodilha mais grossa, de estopa, para lavar o mármore. Uma engenhosa pega, tenaz quadrada, de zinco ou de cobre, articulada em todas as direcções, fixada ao cabo por parafusos, tem por fim prolongar o comprimento do braço a todas as alturas da casa, fazendo chegar a qualquer sítio um pano de limpar, tão destramente empunhado nesse instrumento como na própria mão. Acrescentem ainda ancinhos, pás, chibatás, lixas, esfregões, esponjas, rapadores, escarafunchadores, e mil ingredientes, como soda, potassa, benzina, sapo-

nária, amoníaco, branco-de-espanha para os vidros, esmerial para o ferro, pó de carvão para o cobre, etc., etc.

Concluído o árduo e meticulosíssimo trabalho da *toilette* do *ménage*, a criada de Amsterdão procede nos sábados, ao fim da tarde, à sua própria *toilette*. Veste-se toda de fresco, vestido às listas azul-claras ou cor-de-rosa, avental branco, cabelo nitidamente anediado e enrolado sobre a nuca na pequena touca de cambraia engomada. Concedem-se-lhe em seguida três a quatro horas de liberdade e as criadas de Amsterdão vão passear.

Os tripulantes de todos os navios surtos no Y vêm à cidade a essa hora. As lapidarias fecham ao sábado, como todos os estabelecimentos israelitas. Os oficiais de officio despegam mais cedo. Uma multidão enorme, que parece sair de debaixo da terra, pulula e fervilha nas ruas estreitas e tortuosas dos antigos bairros centrais, ao acender do gás. As carruagens não podem circular senão a passo e numa só direcção das ruas mais concorridas. Os cafés enormes, cheios de fumo e de vapores de genebra e de cerveja, trasbordam de gente sobre os passeios. Uma multidão mais densa que a da *City* em Londres, às duas horas da tarde, perpassa, cerrada ombro com ombro, despejando-se às golfadas, das ruas confluentes, do Dam, em Sophiaplein, em Sophiapark, em Heerengracht. Falam-se todas as línguas: o holandês, o flamengo, o sueco, o russo, o inglês, o chim; e, por entre os sons aspirados e guturais dos idiomas do Norte, canta de espaço a espaço no ar a melodia atenorada da língua francesa ou da língua italiana.

Esta multidão tem um carácter *sui generis*, sem analogia alguma com a do Boulevard, tão especialmente artística, nem com a de Regent Street ou de Pall Mall, tão particularmente correcta. Em Londres e em Paris, assim como em Bruxelas, em Madrid, em Lisboa, a população de cada bairro apresenta uma fisionomia particular, raramente se mistura, nunca se confunde com a população de outro bairro. A gente da Avenida da Ópera e a gente do Faubourg-Saint-Antoine, bem como a gente do Chiado e a gente de Alcântara, são gentes diversas, são quase povos distintos. Em Amsterdão desconhecem-se inteiramente estas gradações. Aqui o povo é um, único, compacto, inteiro, indivisível. Dele se poderia dizer com Rabelais: «Qualquer que seja a diversidade de ervas que se juntem, o todo é salada.»

Como está longe isto desse público escolhido que até agora eu tenho visto nos centros das grandes cidades: público engravatado, público burguês, incaracterístico e snóbico, composto de funcionários e de capitalistas, de janotas, de actores e de pedicuros, de senhoras e de *cocottes*: o público de mãos sujas ou de mãos lavadas, mas sempre de mãos brancas; público de chapéus altos e de cuias, arrastando lamentavelmente a moda dos últimos quatro ou cinco anos, numa média de figurino, requintado ou esmorecido de indivíduo para indivíduo, desde o que a *toilette* tem de mais pomposo até o que ela tem de mais mísero.

Nas demais cidades a população acha-se dividida por categorias, como nos teatros, segundo o preço dos lugares; há entradas e saídas especiais para os da galeria, para os da plateia, para os camarotes, para a superior; e o espectador de um lugar de libra não se encontra nunca com o de um lugar de tostão. Amsterdão é como a sala geral, com um preço único para toda a gente. Pelo aspecto vivo da cidade, à noite, dir-se-ia que a população inteira foi metida dentro de um saco, como as bolas de um loto, sacudida, misturada e despejada de repente à rua.

Na grande onda que passa vem englobado tudo. Em qualquer pedaço desta multidão, talhado ao acaso nas duas embocaduras de uma rua, ou sobre uma ponte, se encontraria representado o país inteiro: o burguês rico, o lojista de Amsterdão, o comerciante da Índia, o empregado público, o proprietário rural, o patricio, o magistrado, o operário, o marinho, o vaqueiro, o artista.

Acotovelando-se com os burgueses e com os viajantes no apertão de Kalverstraat e do Ness, passam os soldados, loiros, imberbes — porque o serviço militar começa na Holanda ao dezassete anos —, belas figuras de adolescentes vestidos de azul-escuro, com um ar simpático de caloirinhos, cheirando muito mais a feno e a sol do que a pólvora e a quartel; os padres católicos, de sobrecasaca comprida, calção e meia preta, chapéu de castor sem lustro e charuto nos beiços; os marítimos, de jaquetão de pano piloto, camisa de flanela cinzenta, barbicha ruiva em tufo no queixo, e brinco de ouro em argola na orelha; os operários dos estaleiros, das destilarias e das docas, de camisolas de lã e boné; os homens do campo e os operários da província, vindos em turmas das

suas terras para visitar a exposição, vestidos de pano preto, chapéu alto ou boné de viseira, lenço de seda preta enrolado em duas voltas ao pescoço sem colarinho, laço de fita de cores na botoeira para não se perderem uns dos outros, quatro a quatro ou seis a seis de braço dado, ululando em coro, a todo o volume da voz, uma canção do Tirol.

E cada um destes homens, quase todos fortes, espadaúdos, bem mantidos, de cabeça alta, tem a sobranceira de quem passeia sem cerimónia numa casa de que é dono.

Os tipos fisionómicos acusam bem as três principais raças que constituem a população holandesa; a raça franca, a raça saxónia, a raça frisoa.

Uns, secos, nervosos, de perfil aquilino e agudo, como o do sargento de chapéu de penacho e colar encanudado, de dobras à largura, que está de alabarda ao ombro, à direita do tambor, na *Ronda* de Rembrandt.

Outros, gordos, espessos, fleumáticos, loiros, como os beerrões nas boas merendas e nas fartas ceias de Steen ou de Van Ostade.

A raça frisoa, segundo as lendas desta poética província, é oriunda da Índia, veio das margens do Ganges, de uma antiga região sagrada, governada, séculos antes de Jesus, por Adel, descendente de Sem, filho de Noé. O aspecto deste nobre povo parece a confirmação da poética lenda que envolve a sua genealogia. Os homens são robustos, bem feitos, e têm na expressão delicada da fisionomia, no fundo olhar azul, não sei que misteriosamente enérgico e firme, um relampejar de altivez, a vibração de um nativo orgulho de casta imaculada, o que quer que seja que exprime, a quem os olha de frente e de perto, que nenhum deles poderá ser jamais um adulator ou um intrigante, um áulico ou um servo.

As mulheres da Frisa são de um encanto estranho. Muito altas, direitas, sérias, caminham todas — as mais humildes, as mais obscuras — com uma majestade simples, de princesa, e têm nas maneiras uma graça altiva, casta, ondulante e fria, que lembra a origem aquática que se lhes atribui como filhas de antigas sereias do mar do Norte. Os pés estreitos, as mãos longas e afiladas, o pescoço alto, o busto vigoroso, o vestido preto que todas usam, liso, cingido ao corpo, comprido, de mangas justas e curtas, completam a expressão eminentemente aristocrática destas figuras hieráticas, de uma

beleza quase sagrada, como a dos mármoreos bizantinos. O toucado frisão, de uma retrospectividade medieval, envolvendo-lhes a cabeça em renda e em placas de oiro, imprime-lhes uma feição cultural, uma vaga reminiscência de altar. O tradicional capacete, casco de oiro em duas peças, semelhantes na forma a uma dupla cobertura destinada aos dois hemisférios do cérebro, tapa-lhes inteiramente o crânio, escondendo o cabelo com uma austeridade guerreira, deixando apenas desvestido o espaço da frente e o alto da cabeça envolto em renda branca.

Algumas destas fisionomias de donzela são inteiramente insexuais, de grandes olhos suaves, o rosto do mais puro oval, o nariz longo e fino, a boca cortada num traço recto, inocente e calmo, sem vestígio algum do movimento de qualquer músculo em que vibre a malícia, o apetite, ou o desdém, belezas de uma serenidade gótica, não contaminada pela nervose dos séculos de análise, errantes numa espécie de sonambulismo nostálgico e anacrónico entre as paixões modernas, tais como os poetas contemporâneos poderiam apenas imaginá-las, brancas e frias, coroadas de boninas, com um lírio na mão, esculpidas em alabastro e deitadas sobre um túmulo feudal, ou de escapulário de monja, com a cabeça aureolada por um disco de luz, numa vidraçaria de catedral entre as companheiras de Santa Úrsula.

As da Holanda Meridional ornaram as fontes com jóias de oiro salientes em espiral, da forma das molas de aço nos móveis estofados.

As da Norte-Holanda, com a frente cingida de um diadema de oiro, muitas vezes cravejado de pedras preciosas e abrindo em duas lâminas quadradas nas fontes, têm alguma coisa das cabeças de esfinge, com cuja expressão misteriosa se coaduna bem a forma especial dos seus olhos profundos, cor de mar, levemente oblíquos, com o vértice do ângulo exterior um pouco mais alto que o outro.

O aspecto da mulher da ilha de Marken contrasta singularmente com a elegância da frisoa e da norte-holandesa. A de Marken é de formas espessas, pesadas, de uma musculatura de acrobata, mais baixa que alta, de largas ancas, seios grossos, artelhos paquidérmicos, pés enormes. Mulher de carga ou de tiro, sólida como uma égua *percheronne* ou como um boi barrosão. Usam ainda, quando vêm a Amster-

dão, como na pequena ilha de Zuiderzê, o traje da sua tribo no século xvi. Uma saia grossa de duas cores, a parte superior cinzenta ou azul às riscas pretas, a parte inferior cor de pinhão, e um corpete de mangas curtas, inteiro e liso como couraça, de pano escarlate recamado dos mais trabalhosos bordados a lã e a seda; touca branca de linho engomado, alta como uma mitra, atada por baixo da barba, deixando pender de cada lado sobre o seio dois rolos de cabelo em sanefa sobre os olhos, cobrindo a testa com uma grossa viseira de reflexos arruivados, dura e áspera como esparto curado e brunido ao sol; meias de lã e sapatos de couro grosso de duas solas, quase redondos, apertados em laço como os das mulheres galegas.

Os homens de Marken vestem um calção larguíssimo de pano grosso franzido e afivelado por baixo do joelho; meias de lã pondo em evidência os músculos da barriga da perna; sólidos sapatos de caça cingidos ao tornozelo por atacadores de couro; jaqueta cinzenta, justa, lisa, entrando no calção, presa ao cós por grossos botões de prata em volta da cintura, e abotoada ao peito por duas ordens de moedas ou medalhas de ouro, de prata ou de cobre. Gravata de lã e gorro de peles. Belo costume, ao mesmo tempo alegre e austero, marcial e cómodo, o mais próprio para a caça e para a guerra, para a marcha, para a luta, para o trabalho.

Os da Zelândia usam também ainda o calção largo, o colete vermelho, cingido por um cinturão de couro, jaleca curta, chapéu desabado de feltro alvadio.

O chapéu da zelandesa é de palha, tubular, como na Flandres: um cilindro semelhante ao cano de uma bota de montar entrando na cabeça pelo lado da cava.

Atraída pela exposição, toda a gente do campo vem neste momento a Amsterdão, e os tipos das diferentes províncias neerlandesas desfilam assim em revista, todas as noites, diante dos viajantes comodamente sentados à porta dos cafés.

Nos sábados, porém, uma ponta de febre, um ameaço de delírio parece subir à cabeça desta multidão tão espessa, tão pitorescamente matizada, tão sinceramente feliz por se achar à solta, com trinta e seis horas de descanso diante de si para se espojar na liberdade, grandiosamente.

Toda a gente fala uma com a outra sem formalidades,

como se todos se conhecessem. Não há noção alguma daquilo a que se chama o respeito nos países em que cada um se julga um pouco mais ou um pouco menos do que o indivíduo que lhe fica à direita ou que lhe fica à esquerda da fila.

Em todas as cidades da Europa existe uma média de cultura que dá às classes mais educadas uma norma comum de existência, hábitos, maneiras e usos análogos. Ponho fora da minha análise, com relação a Amsterdão, esta porção de indivíduos, que são em toda a parte os depositários do cosmopolitismo que as comunicações da civilização impõem em diminuição do carácter nacional a todas as sociedades modernas. É do povo propriamente que estou falando e é o povo que predomina no aspecto geral da população amsterdamese, dando-lhe uma fisionomia especial, única no mundo, sobre a qual há sempre uma vaga palpitação de quermesse, que vai começar, que vibra misteriosamente, ameaçadoramente, no ar.

A Municipalidade de Amsterdão proibiu recentemente a quermesse, a famosa quermesse da cidade, no mês de Setembro. Não se conseguiu realizar esta supressão sem grandes precauções atenuantes. Começou-se, para não arremeter de repente com o uso de muitos séculos, por fixar de longe um prazo de anos, ao cabo do qual a quermesse, sucessivamente atenuada pela intervenção policial, cessaria enfim de todo. Este prazo expirou este ano, e a quermesse de Amsterdão acabou. Todas as pessoas cultas e graves se congratularam vivamente por esse facto e aplaudiram com ardor a abolição desse costume selvagem, impróprio de um século em que as luzes do espírito, etc.

A argumentação contra a quermesse era em Amsterdão a mesma que em Lisboa se produz contra as touradas. José Prudhomme fala em toda a parte a mesma língua e por toda a parte conquista iguais triunfos. Que o conselheiro Arrobas não desanime! Há-de-lhe chegar também o seu dia. As pegas acabaram já, e o resto da tourada igualmente desaparecerá em breve. O espírito do século, ou o dos nobres conselheiros que dirigem o século — o que vem a ser a mesma coisa —, condenou a tourada. Ela acabará dentro em pouco como acabou a quermesse.

E todavia...

Está-me lembrando que uma noite jantava eu num restau-

rante de Londres, com o meu querido amigo Eça de Queirós. A corpulência atlética de dois criados que nos serviam à mesa fez-nos impressão. Eram dois colossos de casaca preta e de gravata branca. Sérios, perfilados, com a gravidade feudal do criado inglês, flor de arte, produto servil de quatro séculos de decência, os dois homens que se inclinavam reverentemente sobre o nosso ombro para receberem ao ouvido as devidas instruções acerca do *menu*, inspiravam-nos a ambos esse respeito simpático que todo o artista bem-criado consagra a um belo animal de raça, puro e perfeito. A pequena distância, o *maître d'hôtel*, visto de costas, com o seu guardanapo em rolo debaixo do braço, o cabelo loiro separado ao longo da nuca por uma risca nítida e rosada, tinha a majestade enorme de um ídolo mongólico e uma solidez de espáduas próprias para segurar o peso de um mundo. Portentoso!

Queirós, sentado defronte de mim, monoculizava de esguelha a assistência, e desvestido do seu *pardessus*, em casaca justa, ele, tão grande sempre aos meus olhos como amigo e como camarada, estava-me fazendo como vertebrado o efeito medíocre de uma simples enguia preta, de peito branco, com um vidro num olho. Eu próprio me sentia reduzido às proporções de uma pobre mosca desfalecida em cima do guardanapo que tinha nos joelhos.

— Não somos nada! — disse-me Queirós adivinhando o meu pensamento. São estes sujeitinhos os que nos levaram Tânger e Bombaim e nos deram o tratado de Westminster e o de Methwen... Que demónio há-de fazer a nossa pobre raça enfezada em concorrência com esta?! Onde estão em Lisboa três homens que estes três brutos não enrolassem e não metessem debaixo do braço como metem aqui os guardanapos, desde que para esse fim se lembrassem de ir lá celebrar com eles mais um tratado?

Eu estava oprimido e vexado representando-me em espírito a passagem triunfante pelo Chiado desses três súbditos britânicos, monumentosos, catedralescos, gasométrais, apanhando os nossos janotas pelos passeios, às pitadas, e metendo-os para dentro dos chapéus como grilos.

De repente porém acudiram-me à lembrança os nomes, que principiei a citar, de vários toureiros curiosos, meus antigos amigos, que eu vira muitas vezes no Campo de Sant'Ana; em Vila Franca de Xira, em Salvaterra de Magos, baterem

intrepidamente as palmas e atirarem-se à cabeça de dois bois bravos, não maiores que os três londrinos que tínhamos presentes, mas de carrapitos talvez mais duros ao canto do olho, e, sobretudo, de muito menos domesticidade em vir de orelha baixa fariscar à mão a gorjeta.

Concluimos enfim que Portugal, sem governos para organizar a moderna educação física do povo, sem os jogos atléticos da Inglaterra, sem o *cricket*, o *lawn-tennis* ou o *foot-ball*, sem as regatas tradicionais de Cambridge e de Oxford, sem as grandes escolas ginásticas da Holanda, da Alemanha e da Suécia, sem as associações para as corridas de patinagem da Frisa e da Zelândia, possui ainda assim, herdada dos antepassados, uma bela e profícua escola nacional do denodo e da força — a tourada. E, reconfortados no pundonor patriótico, saudámos reconhecidos os manes do Marquês de Marialva, e caímos intrépidos e jubilosos sobre o rabo de boi que tínhamos nos pratos — na forma de sopa, bem entendido!

Quando em países estrangeiros me perguntam quais são os exercícios físicos na educação portuguesa, eu respondo descrevendo uma pega de touros. Não sei onde é que então se mete o espírito da civilização, não sei para onde se encolhe o horror da gente civilizada aos espectáculos brutais. O que sei, e disso dou testemunho solene, é que nunca em país culto do mundo, não somente na Holanda, mas em França, na Inglaterra, na Alemanha, eu tive ocasião de contar o que é em Lisboa, numa *tourada de fidalgos*, uma pega de touros, sem que toda a gente exclamasse: — Magnífico! magnífico!

Contrabalanço o valor desta observação, descrevendo em seguida as magnificências espirituais do Grémio, do botequim do Martinho, da casa Havanesa, dos círculos políticos em cujas sedes tão dissertamente se discreateia sobre os destinos do Estado e — pesa-me esfolhar gratas ilusões, revelando-o! — noto que o entusiasmo do estrangeiro é consideravelmente menos fogoso perante esses brilhantes testemunhos da mentalidade civil do que perante o mero e repreensível denodo com que pegamos um boi à unha.

Eu bem lhe prego, em defesa da sábia direcção dada pelos poderes públicos à educação da mocidade no meu país, que temos espinhelas-caídas de primeira força, verdadeiramente danados como piadistas na cavaqueira de luva branca!

Mas que querem? estes infelizes povos setentrionais têm a

esse respeito velhas ideias arreigadas e não testemunham senão desprezo pelos maricas.

Para respeitarem um povo querem-no, primeiro que tudo, feito de homens; e preferem, como cidadãos de um estado livre, os selvagens, que dão facadas, aos filósofos e aos letrados, que lambem os tabefes que lhes aplicam.

Enquanto à quermesse, o meu grande, o meu até agora único desgosto de artista na Holanda é o de não me ser dado assistir a esse tão grande e tão característico espectáculo.

Era a grosseria mais indecorosa, mais indecente, mais repulsiva! — dizem-me todas as pessoas do meu conhecimento.

Imaginem um enorme Entrudo de oito dias, sem caraças. Cobrir a cara e pôr um rabo de macaco, ou vestir uma pele de urso para fazer loucuras e para dizer tolices à rédea solta, é ainda um resto de pudor, é um disfarce, é um fingimento, é uma hipocrisia.

Abaixo a máscara! Aqui está o urso! O macaco sou eu!... E daí?!... Apetece-me ser besta uma vez por ano: que têm os senhores com isso?... Não o são os senhores mesmos, todos, uma vez por dia, uma vez por semana, uma vez por mês, durante uma hora, ou durante vinte minutos, de noite, escondidos, às escuras!... Vamos a ver agora o que isso é às escâncaras, no meio da rua, ao olho do sol...

— Quermesse! Quermesse!

A este grito de liberdade absoluta, o povo todo desencabrestava, e, arrombando o touril de uma marrada, saía à praça, vitorioso e bravo, belo e soberbo, como um boi fugido aos cabrestos e solto no campo.

O que é que quer o nobre animal?

O que ele quer, uma vez desencurralado, uma vez desatrelado do trambolho que se pode chamar a charrua, que se pode chamar a disciplina, que se pode chamar o trabalho, é, em primeiro lugar, desentorpecer os membros sacrificados à canga, sacudir os nervos, distender os músculos, dilatar o pulmão, desengurgitar o baço, escancarar a boca ao grande ar livre, cantar, roncar, berrar, urrar, bramir, dançar, cambalhotar na areia mole, rebolar na erva macia.

Depois, que há-de ele querer ainda?...

Quer comer, é claro, quer beber, quer amar, quer dormir, para tornar a comer, para tornar a amar, para tornar a beber.

A quermesse era o espaço livre, o tempo livre, e, na relva fofa, a mesa posta, a pipa aberta, a cama pronta.

Teatros de feira, títeres, acrobatas, funâmbulos, arlequins, cães sábios, mulheres gordas, bezerros aleijados, carrosséis, orquestras, bailes campestres, constituíam a parte artística da festa.

Tudo o mais era carne, carne faminta, carne sequiosa, carne lúbrica, carne satisfeita, impudicamente acumulada, como numa apoteose enorme de sensualidade, concebida num pesadelo vermelho de Rubens ou de Jordaens.

Essa formidável coisa é simplesmente a liberdade no seu estado normal, no estado fisiológico.

Diz-se que há também uma liberdade nos nossos países, nos nossos teatros, nas nossas festas nacionais, nos nossos espectáculos públicos. Haverá, mas é uma liberdade deformada por espartilhos ortopédicos, enfraquecida por aperfeiçoamentos de sangrias e purgas, em tratamento debilitante, com dieta: desvirginizada, anémica, patológica enfim.

Liberdade de pensamento, liberdade de palavra, liberdade de acção — dizem. Somente estão ali três sujeitos representando a ordem, representando a opinião, representando a polícia. Esses três olheiros vigiam-nos e não dão licença que pensemos senão exactamente aquilo que eles também pensam. O que eles cogitam está escrito num livro chamado código, de que são eles próprios os depositários e os guardas. Essa escritura constitui a lei. Quem a transgride vai preso.

Metade das palavras do vocabulário da língua, precisamente as mais expressivas e as mais enérgicas, são proibidas, porque umas são irreverentes, outras são injuriosas, outras são obscenas.

Os actos, desde que cessam de ser puramente automáticos, desde que se enobrecem tomando carácter animal, desde que exprimam a satisfação de uma necessidade orgânica, de um apetite, de um desejo, são defesos todos, ou em nome da polícia ou em nome da opinião. Comer em público é indecente. Beber é indecente. É indecente não tirar o chapéu, e mais indecente ainda do que não tirar o chapéu é tirar as botas. É indecente apalpar, é indecente gostar. Já agora, digamos tudo de uma vez: é indecente viver! Esta é que é a asquerosa verdade.

Liberdade incontestável, liberdade seguramente e solida-

mente garantida ao povo nos códigos policiais, não há senão uma — a liberdade de estar calado e de estar quieto. Examinem, leiam o código, e desenganar-se-ão de que não há mais nenhuma.

Para mim é pouco.

Por isso amo e venero a quermesse, que é a liberdade integral, completa, absoluta. E não me consolarei jamais de não poder, uma vez pelo menos em minha vida, dar-me o prazer de ver em festa um povo inteiro, não como a polícia o obriga a ser, à força, nos actos públicos, mas tal como ele realmente e entranhadamente é, na máxima pureza da sua origem, sob as exclusivas influências naturais do clima e da raça, pelo temperamento, pelo sangue.

Nas noites dos sábados em Amsterdão, em Kalverstraat, no Ness, em Nieuwe-Markt principalmente, a quermesse, se não se vê, adivinha-se todavia.

A força nativa da raça, o seu temperamento, a sua educação, essa espécie de heliotropia psicológica que através de todos os obstáculos obriga necessariamente este povo a bracedear para a liberdade em virtude da mesma lei que força as plantas a crescerem para o lado da luz, manifesta-se a todo o momento; e esta gente, tão mansa quando entregue a si mesma, escabuja formidavelmente sob a coerção policial como um leão nas malhas de uma rede.

Cara a cara com o mais grave, o mais rico, o mais majestático burguês, o ínfimo operário arregala os olhos, escancara a boca como a de uma peça de artilharia e, de pernas abertas, barriga empinada, boné atravessado na cabeça, entoa, num vozeirão anárquico e terrível, uma canção de oficina. A *grisette* que ele leva pelo braço olha recto como de potência a potência para as senhoras patrícias com quem se acotovela.

O meu desgraçado aspecto espanhol, particularmente antipático à Holanda, assim como a barba negra e a tez bronzeada de um romeno de Bucareste, meu bom companheiro, parece darem na vista às raparigas, que nos motejam apontando-nos ao dedo sem o mínimo reбуço, fitando-nos com a mais encantadora impertinência, simulando no gesto de quem torce um gancho ao canto da boca a forma que teriam no seu beijo os nossos bigodes.

Um sujeito caritativo, que vinha passando, julga oportuno

dirigir-me a palavra para me dizer explicativamente em francês:

— Meu caro senhor, esta canalha de Amsterdão é a mais atrevida e insolente de todo o mundo.

E eu penso com satisfação na grande diferença que dentro da mesma raça germânica distingue o cidadão holandês do cidadão prussiano. Nas cidades alemãs vi por várias vezes este espectáculo de submissão e de altivez hierárquica, único talvez na Europa: dois indivíduos da mesma idade, com a aparência de uma educação idêntica, falarem na rua conservando um deles o charuto nos beiços e o chapéu na cabeça, respondendo o outro imóvel, perfilado, de chapéu na mão e charuto escondido atrás das costas.

A irreverência igualitária da *canalha de Amsterdão* refrigerava-me suavemente dos frenesis que me deu em Coblença e em Francfort a gravidade arregimentada dos indivíduos de quem dizia o seu compatriota Henrique Heine: que a disciplina da recruta fazia engolir a cada um a bengala que o desancara.

Em Nieuwe-Markt, de costas para mim, um operário moço, vinte anos, grande, atlético, dando o braço a uma espécie de bacante, começa a pular com ela, gritando como na quermesse: — *Hossen! Hossen!* De repente surge ao meu lado uma velha alta, de touca zelandeza, um pequeno xaile de malha de lã preta em três pontos cruzado no peito e preso no avental, longos braços nus, musculosos, ossudos, a qual chama o rapaz sacudindo-o por um ombro. Ele volta-se, e a mulher a quem me refiro, sua mãe evidentemente, espalma-lhe em plena cara uma bofetada estrondosa. Pálido, os beiços trémulos, dando um passo para trás atordoado, enfiando as mãos nos bolsos das calças, o pobre moço procura em vão articular uma palavra: espirram-lhe as lágrimas dos olhos, e a mãe, agarrando-o por um pulso, leva-o consigo submisso e dócil como um borrego.

Nesta breve cena pareceu-me entrever de repente o fundo de toda a sociedade holandesa. O povo é como esse homem, para o qual essa mulher é a pátria.

### III

#### CAMPOS E ALDEIAS

*A paisagem — Aspecto geral do solo — As pastagens — O Westland — A Zelândia — A Gueldra — O Over-Yssel — A Frisa — A Groninga — A Drenthe — O treckschuit e a viação aquática — O regime das águas.*

O caçador de perdizes, o mais habituado ao campo na minha terra, o mais perito em reter de memória a fisionomia dos lugares, e em marcar os sítios num relance de olhos, por um leve acidente do terreno, pela configuração de uma árvore ou de uma pedra, pela cor do solo, quase pelo cheiro do ar, não conseguiria de modo algum orientar-se, sem instrumentos geodésicos, no campo holandês.

O solo é inteiramente plano, chato, de uma horizontalidade uniforme, vasto e liso, arredondando-se às extremas distâncias como o oceano. Neste mês de Setembro as terras apresentam o aspecto de um imenso lago de relva curta, macia, de um verde intenso de esmeralda.

Os canais, de três a doze metros de largura, pautam esta superfície com longas fitas de água espelhada à flor da terra dormente, quase imóvel.

Grandes vacas brancas, malhadas de preto ou de amarelo, de um pêlo nédio, fino, lustroso como cetim, mastigam lentamente, sentadas, e olham repletas e pasmadas no vago, reflectindo a enorme planície verde nas pupilas mansas e luminosas; ou se miram estáticas na água, em pé — as longas tetas pendidas e pesadas de leite —, babando-se em fios prateados suspensos do focinho húmido e tenro, cor de carne, raiado de pintas azuladas como bolor.

No céu, levemente velado de uma neblina branca, fria, diáfana, paira um silêncio de limbo, quebrado apenas pelo tiquetaque do moinho, que braceja por conta da viração, à

beira da água, no ar aviventado pelo arrepio rasteiro de uma levada de faisões ou pelo voo alto e pardacento de algumas cegonhas retardatárias, que emigram num esfumado traço, lento e saudoso, fugidio no espaço.

O grande pintor moderno Israel soube, como nenhum outro depois de Ruysdael, fixar a expressão moral desta Natureza, de um encanto tão simples, tão vago, tão indefinível, e ao mesmo tempo tão penetrante.

Em um quadro exposto no salão do Sr. Francesco Buffa, em Klaverstraat, no primeiro plano de um destes longos prados sem limites, em que o verde da vegetação se dilui no horizonte até se fundir no azul, dois adolescentes passam pela borda da água à beira de um canal: um rapaz e uma rapariga do campo, entre os catorze e os dezasseis anos, caminhando vagarosamente, calados, ao lado um do outro.

Nessas duas únicas figuras, destacadas da vasta solidão, loiras, cismadoras, tenras e graves, sente-se palpitar harmonicamente com a paisagem, como comentário do mistério da alma ao mistério da Natureza, a psicose da puberdade alvorecendo para a paixão na inocência de um sorriso casto, a vaga tristeza nostálgica que prenuncia o amor, e a felicidade suprema de ir indo assim triste, para todo o sempre, por um caminho fora.

De espaço a espaço, ao longe, uma ponta esguia de campariário sobressai de uma espessura de choupos e de salgueiros, e anuncia a aldeia, a vila ou a cidade mais próxima, oculta, umas vezes, pela antiga duna cujo mar desapareceu e que a vegetação cobriu, outras vezes, pelo relevo dos diques, que formam na planura geral uma tumidez semelhante à das veias na pele. Por sobre o relevo que faz na campina este cordão, corre a velha estrada rodada pelos veículos campesinos, pelos *breaks* de toldo, pelas carroças de pinho esculpido, doirado, envernizado de vermelho e azul, atreladas a um cavalo de Frisa, e pelas pequenas carretas flamengas, das leiteiras, das peixeiras e das horteloas, puxadas por uma ou duas parselhas de cães trotadores.

A vaporação do sol pingue enovela-se intermitentemente e ascende em flocos nevoentos, que umas vezes a brisa dissolve num véu de humidade, em que os longínquos contornos das coisas esmaecem como num banho, e parece diluírem-se no éter esbatidos na polvilhação aquosa; que outras vezes se

condensam e recaem nessas faixas transversais de chuva, com que os paisagistas holandeses tão frequentemente riscam os longes das suas telas.

Tal é o campo holandês, no coração do país, de Alkmaar a Roterdão, entre Haarlem e Amsterdão, entre a Haia e Utreque.

A faixa de terra que liga a Haia a Amsterdão chama-se o Westland, e é todo um jardim célebre, jardim-escola de todas as nações da Europa, onde a floricultura e a horticultura têm realizado as mais decantadas maravilhas. Da linha-férrea esfia na direcção das dunas um ramal provisório em que se vêem rodar as vagonetas carregadas de terra arenosa. É o proprietário de uma duna plantada de mato, onde se saciou de caçar o coelho, que rebaixa de dois ou três metros a sua fazenda, procurando terra para semear tulipas e vendendo o solo arenoso a outro que precisa dele para temperar o lodo na sua região e transformar o paul em terra de semear. Esta operação, aparentemente tão arrojada e tão dispendiosa, faz-se, graças à chateza do solo e à contiguidade das numerosas vias-férreas, com uma simplicidade pasmosa. Um pequeno partido de operários avança para a duna, da estação mais próxima, com uma pequena locomotiva e uma recova de carretas levando os *rails*, e alinhava rápida e sucintamente o fio da estrada por onde tem de ir, como as aranhas. Na duna o comprador abre o chapéu-de-sol e acende um charuto, enquanto a empreitada, a alvião e à pá, abate a colina para dentro dos carros. Terminada a tarefa, o proprietário com a sua gente volta para a estação, redobrando para dentro do comboio o caminho que desdobrou no solo; e, engatando o seu carregamento ao comboio de grande via, restitui a estrada que alugou, e leva para casa a quinta que adquiriu.

Para o sul, na província da Zelândia, que tem por armas um leão a nado e por divisa *Lutor et emergo*, as águas do mar, do Escalda, do Mosa, penetram mais no solo, e a planície desagrega-se e fracciona-se num arquipélago de pequenas ilhas, a Noord-Beveland, a Zind-Beleland, a ilha de Schouwen, a ilha de Tolen, a de Wilcheren, de Middelbourg, de Saint-Philipsland, d'Overlakkee — fertilíssimos terrenos de aluvião, encobrindo uns dos outros, pelo biombo dos diques, as vastas searas do linho famoso da Holanda, os denosos tri-gais, os talhões da garança, da ruiva e da colza.

Na Gueldra, a leste, as plantações de tabaco, parecidas de

longe com o milho, dão à paisagem um certo ar de vale minhoto. Nas pequenas aldeias dos subúrbios de Tiel esta semelhança acentua-se pelo aspecto das casas cobertas de telha encarnada; pela forma das medas; pelos renques de feijão em estaca enquadrando as hortas plantadas de repolho ao lado do pomar; pelas pilhas de estrume fermentando nos quinteiros, onde os galos brancos cacarejam espanejando-se ao sol.

Mais para leste ainda, de Arnhem para lá, o solo arqueia-se levemente como um dorso de serpente que caminha, começando a anunciar de longe o sistema das colinas de Vestefália.

Na elevação intitulada a Mesa de Pedra, na mata de Arnhem, que lembra uma quinta das mais planas em Sintra, há já o que chamamos uma *vista*.

À direita descubro as belas vivendas de Arnhem, cercadas de jardins e de parques de luxo. Mais para lá, Nimega, a das sete colinas, na margem do Waal, com as ruínas feudais do velho castelo de Walkenhof, outrora habitado por Carlos Magno, rodeado agora de um jardim inglês. À esquerda, vários agrupamentos de pequenas aldeias até às colinas de Clèves. Em frente, ao longe, as montanhas da Prússia com as linhas de contorno esvaídas na transparência do céu. Em baixo, alguns tufos de floresta em rasgões na planície, alguns cones de estrume empilhado nos campos sachados de fresco; uma colheita de batatas em torno de carroças que esperam; e ao centro, serpenteando docemente numa linha flexuosa, desaparecendo aqui e além para tornar a reluzir ao sol, mais longe, a fita do Reno, alongando-se, deprimindo-se, esfiando-se ainda, até se perder no horizonte.

Para o norte de Arnhem, no Over-Yssel, na Frisa e na Groninga, modifica-se a fisionomia do solo pela intervenção dos lagos piscosos e das turfeiras, cobrindo uma grande parte da região, deixando o resto aos vastos pastios, onde crescem em manadas os corpulentos cavalos frisões e os rebanhos de gado manso, que abastecem de manteiga e de queijos o Mundo. O céu é percorrido de revoadas de tordos, de gralhas, de pavoncinos e de cegonhas, as quais em cada Primavera vêm pôr os ninhos no alto dos telhados, em cima das chaminés, no vértice dos fenos enfeixados em grandes medas.

No Over-Yssel, fora da estação das pastagens, em que os gados engordam nos pingues ervedos das ilhas flutuantes

como em currais undívagos, crescem nos lodos as plantas convertidas mais tarde em adubos da terra, e ondulam sibilando ao vento do Inverno os penachos dos canaviais e as vergastas dos juncos.

No país verde da Frisa e fertilidade dos prados desenvolve-se pela exploração rural dos *trepen*, montículos de cinco ou seis metros de altura compostos de argila e estrume, e disseminados a espaços desiguais pela beira-mar, onde o homem pré-histórico os construiu como refúgio para os rebanhos na ocasião das grandes marés.

Na Groninga predomina, como na Zelândia, a cultura cerealífera, e é esta a região privilegiada do *beeklem-regt*, forma de arrendamento especial da Holanda e usado desde a Idade Média. O *beeklem-regt* garante o direito de ocupar indefinidamente uma propriedade rural mediante renda anual uma vez estabelecida e não mais susceptível de se alterar. É uma espécie de foro hereditário e inalienável. Esta forma de detenção da terra peculiar à Groninga, como a *marka* saxónia é peculiar à Drenthe, como a parçaria é peculiar à Zelândia e ao Limburgo, tem dado ao ocupador foreiro uma prosperidade incomparável.

Ao longo das estradas alinham-se ininterruptamente as granjas magníficas e quase uniformes. A frente do jardim sumptuoso recortado de maciços de plantas exóticas. Depois, o vasto *cottage* do rendeiro mostrando pelas janelas abertas e engrinaldadas de flores o interior dos aposentos nobres, a livraria adornada de quadros, de esculturas e de loiças artísticas, e a sala de música com o seu grande piano de concerto. Ao lado, o jardim pomareiro. Ao fundo, por trás das casas de habitação, os estábulos, as cavalariças e os celeiros em dimensões monumentais, armazenando a cevada, a aveia e a fava da última colheita, abrigando as reses de engorda, os rebanhos de carneiros, cinquenta vacas leiteiras e vinte possantes cavalos de tiro ou de sela.

Na província de Drenthe, encravada para o lado do Hanôver, entre a Groninga e o Over-Yssel, a verdura holandesa emurchece, a população rareia. A exploração das turfeiras, o aspecto bravio das landes, os longos pousios de vinte e cinco anos em que é uso retemperar a produtividade da terra, e as grandes queimadas, com que se procura refazer no solo a crosta arável dão à paisagem e ao céu um tom pardacento e

uma vaga expressão lutuosa. Perto de Assen encontram-se vários dólmenes a que chamam os «túmulos dos gigantes». A corporação dos lavradores, os *boers* de Drenthe, reúnem-se debaixo das carvalheiras seculares para resolverem em que época se deve lavar, semear e ceifar. Depois da colheita as terras pertencem ao domínio público, e abrem-se à pastagem comum como na Germânia Bárbara, entre os Frísios de Tâ-cito.

A pequena distância de Steenwijk acham-se estabelecidas as célebres colônias de desvalidos de Van den Bos Bosh, e nos subúrbios de Assen e de Meppel, as colônias de correcção e de refúgio dos mendigos e dos órfãos. Onde a fertilidade da terra diminui, a piedade social aumenta como num propósito compensador. No meio da tristeza das landes, as cabanas dos pobres, os pequenos jardins arroteados por duzentos desvalidos, a cada um dos quais uma sociedade de beneficência dá, além da casa, uma vaca, um porco, alguns carneiros e dois hectares de terra, são como a doce flor do sentimento entreabrindo um sorriso compadecido na hostilidade da Natureza.

Além disso as espaçadas aldeias de Drenthe, afastadas da linha-férrea e que um pobre viajante, como eu, só pode visitar atravessando a pé a charneca, de sapatos ferrados, bordão e mochila às costas, são verdadeiros oásis de pitoresco, com as suas cabanas de enormes tectos de colmo arrastando no chão, ao abrigo dos velhos carvalhos. Duas ou três ruas tortuosas; uma ponta de campanário de lousa surgindo da verdura do cemitério no alto da colina; a encruzilhada faiscante de sol; o chão debicado por galinhas à solta; o porco ruço espairecendo em passeio; um interior enfumaçado de loja de ferreiro com a forja ao fundo; um enorme cavalo à argola, a pata alçada no joelho de um ferrador de calção curto e avental de couro; e, no ar luminoso e tépido, o repique vibrante de uma ferradura caprichosamente batida no banco de pinchar.

Quando um postigo de cabana se abre por baixo do vértice do grande beiral do telhado saliente e denegrado, e uma ingénua cabecinha de presépio, loira e de touca branca, sorri para a rua, olha a gente para trás admirando-se de não ver algures, acabando de chegar, desafivelando a mochila, ou plantando o cavalete a uma boa sombra, o pintor Hobbema,

Wouwermans, o cismador Ruysdael ou o desenfadado Gieter Laer, por alcunha o Bambocha.

Em todo o campo da Holanda, a antiga, a honrada, a larga barca nacional, perpassa ao pé ou ao longe, impelida pela vela ou tirada à sirga, lenta, silenciosa e calma, como o fantasma benigno da pátria, a aquática alma errante do país, modesta e livre, obscura e satisfeita, sem vertigem, sem alucinação, sem impetuosidade, sem ânsia — feliz em ir boiando sempre, terra a terra, onda a onda, ao cheiro salino da vaga que escachoa à proa no alto mar, ao perfume tépido dos junquinhos na água doce dos canais, pelo interior das terras.

Vista assim, de momento a momento, por entre o almargeal verdejante, a vela, palpitando contra o mastro, parece o aceno de uma velha mão amiga abençoando as searas; e o amplo bojo alcatroado, rompendo vagarosamente avante como um ventre cheio, dá uma sensação pantagruélica de fartura, papo abarrotado de arenque ao chegar, papo abarrotado de queijo ao partir.

Riem dela os tolos — diz o eloquente Michelet —, e que admira, se tão pouca gente entende no Mundo o que é a felicidade! Nem por isso ela deixa de ir completa, a grossa barca — o marido, a mulher, as crianças, o cão, o gato, os pássaros. Vai lenta e vai pacífica por sobre as águas mais perigosas, pequeno mundo harmónico, tão perfeito em si mesmo, que pouco se lhe dá de chegar!

O *treckschuit* percorre pelos canais o país inteiro.

Tive sempre uma simpatia saudosa e terna por esses velhos transportes fluviais da minha terra, no Tejo e no Douro, entre o Porto e a Régua, entre Lisboa e o Carregado.

Nada mais pitoresco, nada mais vernáculo, nada mais genuinamente e mais encantadoramente português do que essas simples e modestas embarcações de água doce!

Embarcava a gente à hora das marés, umas vezes de madrugada, outras vezes com a noite. Vinha-se de gabão de briche para todo o tempo, e trazia-se o farnel para o caminho, no alforje ou num cesto merendeiro — uma dúzia de ovos cozidos, salpicão, a borracha com vinho, um grande pão coberto de farinha, a navalha e uma mancheia de nozes.

A bordo acomodava-se cada um o melhor que podia por entre a carga, no meio de dois sacos de trigo, ou de dois gigos

de uvas, num feixe de centeio, barriga para o céu, os dois braços por baixo da cabeça, as pernas em cruz, o cachimbo nos dentes.

O arrais rizava a vela, prendia a escota com o pé nu, a cana do leme debaixo do braço, aninhado à ré, e voga para avante, de proa ou à bolina consoante o vento!

Então vinham à colação na conversa comum as belas histórias picarescas, salgadas, de um picante gosto a brávio, cheirando a maresia ou à charneca, narradas numa língua única, que desapareceu da circulação com os arreios e com os almocreves. Não a reles, a safada língua culta, entisicada por nós nas sensualidades solitárias da retórica, nos tratos vergonhosos da escrita contra a Natureza, mas a rija, a plebeia, a forte e expressiva língua do povo, sonora de toque como a prata de lei, áspera nas serrilhas, como a moeda nova saída fresca e virginal do cunho.

Quando se chegava? Quando Deus era servido.

Ferrada a vela, ao abicar, o arrais tirava o barrete e dizia: — Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

E a gente respondia:

— Para sempre louvado.

A última vez que desembarquei numa falua foi há sete anos, no mês de Janeiro de 1877, para vir de Santarém para Vila Franca, quando a última grande inundação do Tejo alagou os campos de Valada e de Almeirim e interceptou a passagem de um comboio em que eu vinha de passar o Natal com minha mãe.

Disso me lembrei — e com saudade! — vindo no *treckschuit*, há poucos dias, de Delft para a Haia. O *treckschuit* compõe-se de uma câmara corrida, como a caixa de um grande ónibus, elevando-se a meio metro acima da borda da embarcação, para a qual se entra por uma das duas portas abertas à proa e à popa. A câmara do *treckschuit* é exteriormente pintada de verde-gaio, com cortinas de cassa branca a cada postigo; por dentro é guarnecida de bancadas e dividida em dois compartimentos de primeira e segunda classe. Ao centro, uma grande mesa envernizada. A cada ângulo uma pequena cantoneira. Nesta, a Bíblia e alguns outros livros. Naquela, o serviço de chá, com as pequenas xícaras suspensas da prateleira por ganchos de metal amarelo. Sobre a mesa, dois

cinzeiros. No chão, o escarrador e o braseiro, de cobre polido, reluzentes como patenas.

Um velho cavalo escanzelado e lanzudo, montado por um pequeno de dez anos, chouta lenta e automaticamente por um carreiro estreito e peguinhado como o de uma nora, riscado em linha recta paralelamente ao canal, junto de uma fita de choupos. Esse cavalo puxa a sirga da embarcação, que voga silenciosa sobre a água tranqüila.

Uma senhora de cabelo branco, enrugada, o dorso magro e curvo, toucada num chapéu de renda preta amarelecida, embrulhada num antigo caxemira, cabeceia de sono a um canto, com as duas mãos longas e ossudas agasalhadas em luvas pretas de meio dedo e apoiadas uma sobre a outra no castão de uma bengala em muleta.

Além desta senhora o único passageiro sou eu.

O arrais, sentado ao leme, masca, imóvel, com o olhar apático de um boi que ruma.

Decididamente, a falua é mais alegre.

Somente, a última vez que naveguei em falua descendo o Ribatejo sobre as águas da inundaçãõ, de dentro da alegria peninsular do nosso barco à vela de todo o seu pano latino, íamos olhando as pontas das oliveiras e as chaminés dos casais que surgiam, dispersas como cabeças de naufragos acima da espuma amarelada da água revolta e barrenta, carregando na corrente os troços lamentáveis do desastre rural, madeiramentos de parreirais, estacas de quinteiros, a palha desenfeixada das paveias, o gigo vindimo, o pobre cadáver inteiriçado do cão de quinta.

Ao longo do canal holandês, numa e noutra margem, de Delft à Haia sucedem-se as quintas de recreio. As fachadas luxuosas das casas de campo entrevêm-se a espaços por entre os maciços verdejantes do parque, ao fundo dos alegretes floridos, numa doce monotonia de conforto sadio, de abundância recolhida, de luxo discreto, de paz imperturbável.

E todavia aqui, em toda a Holanda, os rios transbordam também, não de longe a longe como o Tejo, mas todos os anos, regularmente, por ocasião das tempestades periódicas do noroeste.

Para o fim de determinar a posição do solo com relação ao nível das águas, há uma linha imaginária chamada o *nível de Amsterdão*, a qual representa na escala hidráulica o ponto de

partida que o zero exprime na escala termométrica. Segundo os cálculos feitos sobre esta base, a maré sobe perto de Katoyk a 3,46 m, o Mosa, junto de Roterdão, eleva-se a 3,30 m e o Leek, próximo de Vianen, a 5,80 m acima do nível de Amsterdão.

Como se vê deste simples enunciado do problema fluvial da Holanda, o perigo é em todo o país mil vezes mais perigoso do que nos campos marginaes do Tejo.

O holandês converte esse fenómeno calamitoso num agente benéfico de fertilidade, no auxiliar mais poderoso da cultura. Para o conseguir dividiu todo o campo em tabuleiros de colmatagem, abriu valas de esgoto e de irrigação, levantou diques, construiu comportas, estabeleceu bombas, e pôs a trabalhar ao vento milhares de moinhos encarregados de manter na circulação da água um regime semelhante àquele a que preside o coração na circulação do sangue.

A passageira dormitava sempre. O patrão do *treckschuit* mascava; de quando em quando, com a mesma regularidade com que meteria carvão numa fornalha de máquina de vapor, tirava da algibeira uma caixa de lata, fazia nos dedos uma nova almôndega de tabaco em fio, introduzia-a na boca e recomeçava a remoer.

Abri um postigo e pus-me a olhar para fora.

Vinha caindo a tarde num céu chuvoso, nevoento, de uma tinta uniforme e baça, cor de castanho sujo. Não corria a mais leve brisa no ar húmido.

Pelas clareiras das quintas arborizadas descobria-se ao longe a eterna campina verde, orvalhada pelo aguaceiro, de uma tonalidade aveludada e mole, de forma semicircular, lembrando o fundo de um vasto *croquis* para pano de leque, esboçado a pincel, feito de chique por um colorista amável do século XVIII, e destinado a receber a fachada arcádica de um templo de Flora, um rebanhinho de cordeiros brancos frisados a papelotes, e pastores azuis e cor-de-rosa ajoelhados aos pés de pastorinhas aéreas, empoadas e de saia em bambolins, à Pompadour. Uma doçura ideal, vaga, artificial, inverosímil!

E este fim de dia neutro, sem chuva, sem sol, sem vento, sem pó e sem lama, só o posso comparar, na minha imaginação, ao trespassse de uma dessas velhas virgens, exóticas flores de convento, desenvolvidas dentro de um parêntesis mís-

tico entre o nascimento e a morte, as quais, ao cabo de noventa anos de pureza claustral, rendem a Deus sem um murmúrio a sua alma em folha, como um livro branco onde não caiu nunca nem uma lágrima, nem um borrão, nem uma ideia!

Triste, saltei para terra no primeiro lugar em que parou o *treckschuit*, preferindo continuar a pé.

Tínhamos gastado meia hora em percorrer um quarto de légua.

*Zaandam — Os moinhos — A cabana de Pedro, o Grande.*

Zaandam é a metrópole dos moinhos. Há-os por toda a Holanda, mas em nenhuma outra parte reunidos em tão enorme quantidade como aqui.

Abrangem-se cerca de mil numa só vista de olhos do golfo do Y ou do alto do dique a que se abriga a povoação.

Não têm como os moinhos portugueses, quase todos abandonados e em ruínas, o aspecto arqueológico de antigos vestígios de vida pastoral.

Construídos de madeira e repintados em cada ano, parecem todos novos.

Vistos de longe, prendendo ao solo somente pela base central para o fim de pôr o primeiro pavimento, mais largo que a base, acima das inundações, apresentam o aspecto de extravagantes navios em seco especados nos prados. São em geral pintados de preto até ao eixo da vela, a cúpula verde avivada de branco, ou branca avivada de verde, e o umbigo do eixo escarlate, azul ou doirado.

Assim reunidos e bracejantes a toda a extensão da campina, que aviventam de uma animação fantástica, parece que cada um deles vive de uma animação especial, de uma vida própria. Uns movem-se lentamente como quem se espreguiça num bocejo. Outros giram com mais rapidez, certos, bem compassados, como trabalhadores diligentes e metódicos. Há-os que parece estremecerem de quando em quando num tique nervoso, ou suspenderem-se em espasmos soluçantes. Alguns redemoinham vertiginosos, frenéticos, em fúria, como doidos, e suponho que estes não devem ter grande coisa dentro, manobrando no vácuo, ou remoendo-se a si mesmos e esfarinhando o seu resto de miolo como os retóricos ou

os metafísicos. Outros jazem lugubrememente imóveis como defuntos, amortalhados no véu transparente da neblina, com os dois braços brancos em cruz sobre o burel negro.

Têm, como digo, uma espécie de expressão individual, uma fisionomia. Ao pé dos grandes moinhos enormes, colossais, há moinhos mais pequenos, de todos os tamanhos — ia a dizer de todas as idades —, alguns tão pequenos que não trabalham, brincam apenas, uns tão aconchegados ao moinho grande que parece irem pela mão, outros poisando-lhe em cima como se estivessem ao colo.

Empregam-se em toda a espécie de mesteres. Estes são simples moleiros, na acepção primitiva da palavra; moem milho ou moem cevada. Aqueles são lagareiros, e espremem as plantas oleaginosas de que extraem os óleos industriais e os óleos comestíveis dos Países Baixos. Há-os carpinteiros, há-os droguistas, há-os cordoeiros; serram pranchas, racham lenha, cardam linho, torcem cordas, moem tintas. Há-os também fabricantes: fabricam massas, fabricam goma, fabricam papel, fazem cimentos de construção e fazem mostarda. Há finalmente os moinhos de qualificação científica, os moinhos de profissão liberal, os moinhos engenheiros, personagens técnicos, funcionários oficiais incumbidos da administração hidráulica do país, enxugando as terras paludosas, regando as terras secas, dissecando os pântanos, limpando os canais, mantendo regularmente no solo o nível geral das águas.

Para se desempenhar da sua complicada missão, o moinho hidráulico tem um tubo aspirante, junto de uma comporta, metido no fosso do campo, sarjado em tabuleiro. Quando o fosso se enche de água transpirada do campo, o moinho suga-a pelo tubo e despeja-a num canal com que comunica a comporta e cujo leito, construído entre dois diques, é mais elevado que o solo do campo enxuto.

Neste primeiro canal há outra comporta, e junto dela um outro moinho. Quando aí sobeja da rega a água transmitida do fosso, o segundo moinho chupa-a de um lado e despeja-a do outro num segundo canal mais elevado que o primeiro.

E assim, de esgoto em esgoto, de rega em rega, de dique em dique, de moinho em moinho, as sobras da água vão-se sucessivamente elevando até um derradeiro canal de nível superior ao do mar. Aí, quando a água ainda sobeja, quando

decididamente ninguém mais a quer nem para lhe fazer o *treckschuit* à porta, nem para lhe dar de beber às vacas ou às tulipas, nem para lhe regar o alfobre, nem para lhe fazer nadar os patos, nem para cantar em levada no pomar, nem para marulhar em fio doce, às tardes calmosas, na cascata do jardim de *tomar chá*; quando positivamente ninguém mais quer água na Holanda para coisa nenhuma — necessidade, prazer ou capricho — e que o último canal, o canal colector, está cheio, o último dos moinhos da fila em serviço abre a comporta que lhe está entregue e despeja a inundaçãõ no oceano — com a mesma simplicidade com que à beira da fonte deita fora a água de um copo quem não tem mais sede.

Zaandam dá bem o tipo especial da povoação holandesa.

A água dos canais e do rio surpreende a cada passo o viajante e embarga-lhe o caminho, como num labirinto aquático, ao desembocar de quase todas as ruas calçadas de tijolo, lisas, lavadas como o pavimento interior da mais asseada casa de campo.

Pequenos botes envernizados de verde, presos a uma estaca envernizada de verde e branco, estacionam quase a cada porta, em cada margem do canal ou do rio, para dar passagem para a margem oposta.

Junto do bote, acima da água, duas forquetas, em que gira um travessão de pau, movido por meio de uma cruzeta. É o aparelho rudimentar destinado a fazer subir e descer, como o balde nos poços, uma caixa de madeira gradeada, em que o habitante guarda vivo o peixe da sua provisãõ. É o que podemos chamar a *capoeira* dos linguados. À hora de comer dão-se quatro voltas à cruzeta, iça-se a piscina, tira-se a raçãõ desse dia, e torna-se a arriar para dentro de água o viveiro, em que os peixes, por um momento surpreendidos ao sol, pululam convulsamente, estalando de chapa uns nos outros.

Ao adiantar o pé para embarcar num destes botes, sente-se a impressãõ de que o simples peso do nosso corpo vai fazer transbordar o canal, a tal ponto é visível a elevaçãõ dele sobre o nível do solo, a tal ponto enche inteiramente as ribanceiras a água luminosa, rutilante de sol, aparentemente imóvel, arrepida apenas de espaço a espaço pelo velejar dos patos!

Casas na máxima parte de madeira, em pranchas sobrepostas, pintadas de verde ou de amarelo-claro, num só andar, cobertas de telha esmaltada, com os beirais rendilhados,

risonhas, festivais, piqueninas — *piqueninas* com *i* depois de *p*, como Garrett queria que se ortografasse para as coisas que são diminutas como mimo feminino, com graça ingénua, com exiguidade menineira. São decoradas de flores, por dentro e por fora, e de cortinas brancas em bambinela por trás dos vidros cintilantes como cristais de sobremesa.

Entre os salgueiros e os chorões, fronteiros aos pequenos prédios, cobrindo de luz verde as fachadas, reflectindo-se em mais verde na água do canal, no espelho da vidraçaria e no dos *espiões*, correm pequenos jardins comedidos em largura pela frontaria das casas, e tendo no centro uma ou outra casa reduzida, algumas vezes também envidraçada, e servindo de galinheiro. São parquezinhos microscópicos, de bonecas, em que se condensam por abreviatura todas as fantasias dos jardineiros paisagistas: o oiteirinho onde campeia sobre o talude verde um moinhozinho de dois palmos de altura; o caramanchão, para dentro do qual só se poderá entrar de gatas, com a sua competente cúpula em flecha, terminando por um pequeno globo de espelho; o mastro embandeirado do tamanho de uma bengala; a flexuosa avenida ensombrada por dois renques de repolhos, e na qual os pés do castelão só cabem um adiante do outro; o alecrim talhado em obelisco, cobrindo protectoramente a plataforma central como o velho cedro gigantesco do sítio; o lago onde às vezes vogam duas embarcações de lata ou de cortiça, mas onde os marrecos só entram revezadamente, por não caberem doutro modo, um a um; e, finalmente, o pagode indiano ou o quiosque chinês, das dimensões de uma gaiola de canário, em cubos decrescentes de baixo para cima, desde o tamanho da rasa até o tamanho do meio salamim, com os ângulos recurvos e um chocalho pendente de cada vértice.

Ao fundo dos jardins passa, em linha recta, como sempre, a fita do canal. Depois a outra fileira de jardins e os prédios da outra banda.

Nos canais mais estreitos, onde seria impossível fazer manobrar uma bateira, o habitante serve-se, para atravessar a rua por cima de água, de uma prancha que faz ponte, e que ele rejeita para a margem de que saiu, depois de ter passado para a margem oposta.

De treze a catorze mil habitantes que tem Zaandam, alguns são riquíssimos, fizeram fortunas consideráveis ou na-

vegando ou construindo navios, e têm seis ou oito moinhos ao vento, a moer para eles e a pingar-lhes incessantemente dinheiro nas gavetas. E não há um único pobre — particularidade característica de todas as aldeias holandesas. Não há um só pobre, e se ninguém vê um palácio em pompa, ninguém também vê uma cabana em ruína.

Todo o homem, do primeiro ao último, tem o jaquetão bem forrado, a camisola sem uma malha caída, as meias de lã confortáveis, os tamancos altos, por desgastar, a camisa limpa, a barba feita. E, com isto, um lar quente, uma choupana alegre, um jardim festivo.

Três igrejas levantam apenas os cumes dos seus campanários cinzentos acima do nível geral da modesta casaria de telhados vermelhos, agudos e reluzentes. Duas dessas igrejas são protestantes e uma católica; as almas, porém, que as frequentam vivem em tão boa paz entre si como os pombos, que, sem distinção de seita, arrulham ao sol imparcialmente e com igual dose de amor uns pelos outros sobre o coruchêu de Lutero ou sobre o lanternim de Santo Inácio.

O único documento da rápida passagem de uma sombra de superioridade hierárquica neste doce vale de confraternização igualitária é a famosa cabana de Pedro, imperador da Rússia, mau operário, desertor de carpinteiro, conhecido na História sob o cognome desagradável de *Grande*.

Há um compêndio de História em que eu li uma vez estas palavras memoráveis: *Não é bem certo que Cladião, o cabeludo, houvesse jamais existido; como quer que seja, seu filho Meroveu...* Igualmente se pode pois dizer — estabelecido o precedente a que me reporto e em que me apoio — que é duvidoso o ter Pedro da Rússia pernoitado, ainda que de passagem, e em qualquer tempo que fosse, em Zaandam. *Como quer que seja*, a casa habitada durante um ano por esse antipático herói feliz, feroz e fona, exercendo o ofício de carpinteiro no estaleiro da localidade, acha-se aqui patente à veneração dos viajantes, e constitui um fito de embasbacadas romagens como o antigo e prodigioso lagarto da nossa Igreja da Penha.

A essa casa chamava Napoleão I *o mais belo monumento da Holanda*, e todas as testas coroadas que passam pelos Países Baixos vêm aqui recolher-se por um momento, monologar em frente de um medíocre retrato do czar vestido de carpinteiro, e inscrever os respectivos nomes no livro dos romeiros.

Eu fiz como essas testas, e foi com a maior comoção de que pude dispor que me pus a olhar para os quatro muros dos dois quartos em que se divide a habitação, mobilada de alguns escabelos rústicos, uma grande mesa grosseira e uma cama de armário, em beliche, à velha moda holandesa.

Foi talvez naquela tosca tripeça, ponderei eu, que ele se não sentou, ao despegar do trabalho, meditando no manejo da enxó e nas vantagens que à ciência política poderiam provir da aplicação desse engenhoso utensílio ao aperfeiçoamento dos povos! Foi talvez sobre essa rude mesa que ele não contou aos sábados, com a mão calosa e adunca, o preço da fêria, que, junta ao achego suplementar dos réditos da sua lista civil, lhe permitiria talvez não pagar, como efectivamente não pagou, o lindo modelo de uma casa holandesa do princípio do século XVIII, encomendada ao cidadão Brandt, de Amsterdão, o qual mais tarde ofertou esse lindo *bibelot* ao museu da Haia, em testemunho solene da caloteação imperial! Foi finalmente talvez nesse duro catre que ele se não deitou jamais para repousar os membros lassos do labor quotidiano do formão com que governou os homens e do ceptro com que fez navios!

E é inexprimível o sentimento de estranho e formidável respeito que acomete o viajante ao cogitar em tantas coisas várias, e considerando, em tão augusto lugar, que foi aquele mesmo homem, além debuxado em painel, o mesmo que nenhuma dessas coisas se acha demonstrado que fizesse! Porque a verdade histórica é que os talentos mecânicos de Pedro só garantidamente se acham comprovados pela prenda de mãos com que carpinteirou o seu próprio povo, escavando com a perícia da especialidade as cabeças dos Strelitz que conspiraram contra o seu governo.

Sobre o retrato do monarca, oferecido pelo príncipe Demidoff, lêem-se numa inscrição as diversas profissões que acumulou na terra o retratado: *académico, herói, marítimo e carpinteiro*.

Coisa singular: destes diversos títulos, o que mais cativa os príncipes que têm vindo escrever nestas paredes é o título de carpinteiro! Neste fenómeno se patenteia bem a nobilitação que a singela prática do trabalho mais obscuro imprime nos caracteres ainda os mais antipáticos.

Um rei afortunado, de qualidades pessoais pouco atraen-

tes, consegue fazer acreditar que por algum tempo se empregou como oficial de ofício nas obras de um estaleiro, e isto basta para que a simpatia humana rodeie a sua memória. O vestígio, posto que apócrifo, do seu estabelecimento no grémio de uma corporação operária torna-se o objecto de uma romagem e de um culto; a casa onde se diz que ele viveu adquire na Holanda uma celebridade que nunca teve nem a taberninha de Steen e de Van Goyen, nem o moinho em que nasceu Rembrandt. Finalmente, a Geografia, ciência de ordinário isenta de paixões cortesãs, e na aparência incompatível com as lisonjas, que tantas vezes deslustram a imparcialidade da História — a mesma Geografia faz para este caso uma excepção aos seus hábitos, e corrompe a denominação do *Zaandam* em *Zardam* (*Czardam*) associando assim, pelo mais estranho dos barbarismos, a fama do homem ao nome do lugar.

Os habitantes indígenas continuam, porém, a pronunciar e a escrever *Zaandam*, o que não obsta a que tirem afavelmente o chapéu e digam bons-dias aos viajantes, e uns aos outros, quer se conheçam, quer não, com tanta amabilidade e com tão profunda veneração como se príncipes, heróis, marítimos, académicos e forasteiros fôssemos todos — carpinteiros.

*O Zuiderzê — Monnikendam — As ilhas de Marken, de Urk e de Shokland — Os enterros e as bodas na ilha de Marken.*

Monnikendam é outra aldeia célebre pelo seu comércio de enchovas pescadas no Zuiderzê, e pelo túmulo do pastor Nieuwenhuizen, fundador da famosa sociedade de utilidade pública (*Totwant algemen*), cujo fim é aumentar a instrução do povo publicando livros úteis, mobilando escolas, fundando bibliotecas, estabelecendo cursos públicos, sociedades de leitura, caixas de socorros, etc.

Ao lado de cada casa, o pequeno quintal dividido em pomar e jardim. Por cima da sebe viva vêem-se primeiro as pereiras e as macieiras carregadas de fruto. Ao fundo, numa separação feita por uma grade de madeira pintada de verde, os gerânios, as fúcsias e as dalias em flor, em alegretes cingidos de um cinto feito de turfa. O pequeno poço quadrado com a tampa pintada de verde. E, junto ao muro de tijolo reticulado de branco e ornado de uma trepadeira, a fila dos

sachos, dos tamancos e dos baldes de zinco envernizados de verde e de encarnado, ao pé da porta envidraçada, debaixo da janelinha luzidia, de cortinas abertas e parapeito florido.

Na padieira de uma antigo prédio, datado, em grandes algarismos, de 1610, depara-se-me um baixo-relevo representando uma caravela, e por baixo este letreiro: *In de Lisbons warder* (No barco que vai para Lisboa).

De Monnikendam já se não embarca para Lisboa, mas embarca-se para as ilhas de Marken e de Urk, cujas manchas na água do golfo lembram dois viveiros de castores, ou duas cidades lacustres.

Marken é uma estreita faixa de terra, que no século XIII se despegou do continente e ficou sobrenadando em pleno mar, como uma jangada que botasse raízes e se imobilizasse nas ondas.

Urk é igualmente um desmembramento da ilha de Shokland, e tão pequena que as focas, julgando-a talvez desabitada como Shokland, escolheram-na para travesseiro, e vêm todas as noites ressonar na estreita praia que a circunda, à babugem da maré, com o focinho na areia fofa.

Nada mais risonho, todavia, num dia de sol, do que esse torrãozinho, tão lavado de ar e de luz, o qual a gente percorre todo no breve espaço de tempo de digerir dois arenques e de fumar um cachimbo.

Na enseadazinha do porto baloiça-se ancorada a esquadri-lha dos pequenos botes de pesca. O molhe, em traves de pinheiro, adianta-se pitorescamente no marulho do mar.

Ao fundo, o breve cais, em verde, tapetado de relva, e a colina suave da população, engraçado grupo de telhados vermelhos, afogados na ramaria de algumas árvores, metidos em valor de tinta alegre pela pincelada branca, vertical, da torre airosa do farol, rompendo acima das casas e banhando-se no azul.

Marken, maior do que Urk, não assenta, como esta, numa só colina, mas numa série de outeiros.

Em sete destes coles artificiais estão construídas em madeira as casas dos habitantes. No oitavo acha-se o cemitério.

Durante o Inverno, a água enche os espaços que cercam os outeiros, como os fossos de uma fortaleza.

É embarcado que então se transita de bairro para bairro.

Às vezes, de um dos bairros vivos dirige-se para o bairro dos mortos uma embarcação mais triste que as outras. Ao meio da bateira vai colocado o féretro coberto pelo pano fúnebre. Dois pescadores amigos do morto, silenciosos e graves, empunham os remos; ao leme senta-se uma mulher abatida, que enxuga as lágrimas para descortinar o horizonte através da dupla névoa do seu coração e do mar, governando o bote que pela derradeira vez conduz aquele que foi seu marido, seu filho ou seu pai, despenado enfim da luta de cada dia, com as mãos ásperas arrefecidas, imóveis para sempre, cruzadas no peito.

Toda a população da ilha é da região reformada. Não há nestes enterros o cantar dos chantres, nem o rezar dos clérigos, nem o dobrar dos sinos a finados. Por única pompa fúnebre, o simples cantochão do oceano, o luto do céu, a tristeza glauca da água, e esse barco negro que desliza com a sua mudez de bordo entrecortada apenas por algum soluço e pela pancada seca e rítmica do remo nos toletes.

Vejo passar na rua um casamento.

Os amigos da família acompanham à boda os consortes. Os noivos caminham pela mão um do outro, numa ternura ingénua: ela, de olhos baixos, sorrindo sob a sua grande touca branca do século xv, alta como uma mitra; ele, forte, concentrado e sério.

O traje de um e outro, que descrevi em Amsterdão, é particularmente rico, coberto de bordados preciosos, representando anos de labor à agulha. Todos os noivos em Marken se casam com os mesmos vestidos, os quais, depois da festa, são restituídos e arrecadados no tesouro municipal da ilha. Foram feitos há trezentos anos, têm casado vinte gerações. São uma espécie de novas túnicas de Nesso, não saturadas do veneno do centauro, mas docemente embebidas na emanação tradicional do amor e do lar, e transmitidas pela piedade, de Dejanira em Dejanira e de Hércules em Hércules, como um talismã da família.

*A aldeia de Broek — A casa rústica — A vacaria e a queijeira — O prado — A cozinha — Móveis e utensílios domésticos — Os costumes.*

A aldeia de Broek (pronuncia-se *Bruk*) é para o asseio o extracto de carne concentrado de que a Holanda é o boi.

A virtude nacional da limpeza toma aqui o carácter de epidemia etnológica, de ideia fixa, de vesânia geral. Esta gente é possessa do demónio da esfrega. São os epilépticos da vassoura, os convulsionários da escova, limposos até à fúria do esmeril, até o frenesi do polidor, até o delírio do vasculho.

Está contado nos livros tudo quanto há que contar sobre este curioso caso patológico... Os escarradores às portas das casas, para que se não salive nem se sacudam os cachimbos na rua. A proibição de atravessarem a aldeia animais incontinentes ou verminados, que a conspurquem ou sevandijem. Os gaiatos retribuídos para soprarem o pó das fendas das calçadas, para apanharem do chão e lançarem ao canal, a uma por uma, as folhas secas que se despeguem das árvores. O estabelecimento, em todas as avenidas, de raspadores para as solas das botas e de capachos acompanhados da recomendação aos transeuntes de limparem os pés antes de entrarem na povoação. Os troncos das árvores pintados de branco. As casas azuis, cor de açafão, cor de lilás e cor-de-rosa. As ruas em mosaicos policrómicos. Os arbustos recortados à tesoura e representando bonecos, patos, moinhos, cabanas e pavões. O hábito de andar em meias pelas casas, para não riscar nem poluir os soalhos. A praxe de levar em braços os estrangeiros de sapatos sujos. O caso de Napoleão Bonaparte, que, desejando visitar uma herdade de Broek, teve que descalçar as esporas e de vestir umas peúgas de lã por cima das suas botas gloriosas de Marengo e de Austerlitz, para que o dono da casa em que ele esteve lhe permitisse a honra de lhe pôr os pés da porta para dentro. O acontecido também ao bom imperador José II, o qual, sem uma carta de apresentação que o recomendasse, pretendia que para entrar em qualquer casa da aldeia bastava apenas que sua mãe lhe não houvesse proibido visitar a gente de Broek, como lhe proibira visitar Voltaire; mas a cada porta a que o seu oficial às ordens batia para que abrissem ao monarca, o morador, vendo de dentro um chapéu de bicos agoirentos no espelho do espião, vinha à janela e respondia que só recebia visitas da sua amizade ou do seu conhecimento — «Mas notai, ó rústico, que é sua imperial majestade, o mais poderoso monarca da Alemanha, que além espera!» — «Que fosse o próprio senhor burgomestre de Amsterdão que esperasse, era para mim a mesma coisa; se muito governam, governem aí na rua; em minha casa

governo eu.» Finalmente a história de uma revolta contra dois forasteiros que uma vez infamaram a aldeia depositando — evidentemente como provocação aos habitantes — um carço de cereja sobre a via pública.

Mas tudo que se tem referido e tudo que se tem inventado acerca do asseio da rua não pode senão dar uma ideia pálida do que realmente é em Broek o asseio da casa.

Com excepção de um pequeno número de negociantes e de marítimos enriquecidos que comem ociosamente do ganhado neste retiro bucólico, os mil e quinhentos habitantes da aldeia empregam-se todos na indústria local — a fabricação dos famosos queijos de Edam.

Assim, para cada habitação, um curral e uma queijeira.

As casas são de ordinário num só andar, de tijolo, com um revestimento exterior de madeira envernizada, que as preserve inteiramente da humidade atmosférica. A porta, polida e guarnecida de ferragens de cobre cintilante. Um corredor coberto por um tapete de oleado de desenhos pretos em fundo cor de pérola atravessa a casa em que eu penetro. As paredes são pintadas a óleo em cinzento-claro.

À esquerda, o salão, com o clássico tapete de todas as casas modestas da Holanda, em listas ou quadrados de encarnado e verde. Transparentes brancos corridos em todas as janelas. Um armário, um sofá, alguns *fauteuils*. Um barómetro, um termómetro e um lactómetro, pendentés da parede. Faianças de Delft sobre o armário. Um relógio de cuco, da Frisa, a um canto. Uma mesa redonda ao meio da casa com alguns *bibelots* e uma taça contendo bilhetes-de-visita, em que leio o nome de alguns viajantes americanos e ingleses, de George Renaud, director da *Revue Géographique Internationale*; de Gabriel Chaligny, *ingénieur des arts et manufactures*; de Henry Mosles, pintor, Rua de Navarin, Paris; do conde d'Avricourt; de Trouillebert, pintor; de Georges Duval, do *Événement*; do marquês Bianchi, e de vários outros estrangeiros, suecos, dinamarqueses, russos. Nenhum português.

À direita, os quartos de dormir.

No fundo do corredor, a vacaria e a queijaria. O tapete prolonga-se através do curral até à porta que sai para o jardim. Na mesma casa, vasta, alegre e risonhamente iluminada, para a direita os apartamentos descobertos das vacas, para a esquerda os utensílios e os produtos da queijaria.

De um lado ordenha-se, do outro lado queija-se.

E toda a fábrica tem um ar fresco de nova, reluzente, immaculada, intacta, em grande aparato de cerimónia inaugural, como se tivessem acabado de a instituir, e me houvessem chamado, como em Portugal se chama o bispo, para a benzer.

No compartimento de cada vaca o estrado, em plano levemente inclinado, é de pinho branco, enxadrezado a formão e tapetado por uma camada de areia ou de serradura de madeira aromática, em arabescos semelhantes na cor e na forma aos que se imprimem na manteiga em formas.

Ao longo do muro alinham-se as manjedouras de pinho lixado, de uma nitidez de arminho. Acima de cada manjedoura uma janelinha envidraçada, ornada de cortinas de casa branca, suspensas a cada lado por um tope de seda azul, permite às vacas ruminar alegremente olhando a paisagem. Aos pés dos animais corre um escoadouro perenemente clarificado. Cordas pendentes de tecto têm por fim suspender as caudas para que as vacas se não enrabeirem de estrume. Abundam as esponjas, e são-me fornecidos esclarecimentos comprovativos de que não há hábito de *toilette* íntima que seja mistério para o gado vacuum nos currais de Broek.

O ambiente da vacaria é tão puro, tão delicado e tão fino como o de um salão de mulher, levemente perfumado a feno, no Boulevard Malesherbes ou no Parque Monceau.

À esquerda acham-se as prateleiras forradas de linho alvejante, sobre as quais se ostentam os queijos ainda frescos, retirados das formas, coroados de sal e semelhantes a grandes balas de nata acabadas de fundir num arsenal de lacticínios.

Por baixo das prateleiras de depósito, os instrumentos e os utensílios de fabricação: as grandes bilhas de almude em cobre resplandecente como jóias de oiro polido, saídas numa pega de camurça da mão do brunidor; as vasilhas da nata e as do requeijão; as bateadeiras; as cirandas; os pilões; as pás; as prensas; os trinchos de estender a massa; os cinchos de espremer o soro e de enformar o coalho.

E tudo quanto não parece oiro refulgente é junco luzido ou madeira envernizada de branco sem uma só arranhadura, sem a mais ténue mancha.

Ao lado do curral ficam as casas de arrecadação agrícola. Por cima, o palheiro. Finalmente, no extremo do edifício oposto à vacaria, a cozinha.

Em toda a Holanda, no Norte, na Zelândia, na Frisa, a cozinha rural tem o mesmo aspecto e o mesmo tipo consagrado, tradicional, muitas vezes reproduzido nos adoráveis quadros de interior da pintura holandesa, nas aconchegadas cenas de família, das alegres festas do Natal, dos Reis e de S. Nicolau, descritas nas pequenas telas incomparáveis de Jan Steen, de Van Ostade, de Gerardo Dov.

A vasta chaminé guarnecida de madeira de carvalho é forrada interiormente de faiança de Delft azul e branca, tendo ao centro como fundo à fogueira uma chapa de ferro forjado, polida a esmeril e contendo quase sempre um baixo-relevo. O fogo para cozinhar faz-se num grande tacho de ferro com três pés, sobre o qual está suspensa a marmita ou a chaleira de cobre, e que ao mesmo tempo serve de fogão e de borralheira, onde a turfa se conserva em brasa de um dia para o outro. A trempe, os cães, o atiçador, as tenazes são de bronze lavrado ou de cobre polido. Em cima, no bordo de madeira, contra o pano de muro, poisa perpendicularmente uma fieira de pratos de estanho ou de loiça, sobre a qual se penduram simetricamente, em troféu, outros pratos mais pequenos, diversos de cor e de forma.

Numa cantoneira, os vidros e a baixela de mesa.

Em prateleiras descobertas, a loiça de cozinhar, as çarolas, as frigideiras, os passadores, as canecas de estanho ou de grés.

Outras prateleiras mais pequenas são destinadas a vários fins. Numas enfileiram-se os boiõezinhos brancos das espécies com os respectivos letreiros impressos na porcelana; de outras pendem os cachimbos de gesso; numa outra estão por conta os ovos, às dúzias, separados uns dos outros e cada qual em sua cava; naquela arrecada-se o sabão; naquela outra, os fósforos; nesta suspende-se em panóplia a coleção das colheres da cozinha e da despensa, umas lixadas, outras polidas, envernizadas de vermelho ou de amarelo com desenhos em preto.

Adornam ainda a parede outros utensílios de casa: o grande esquentador de cobre lavrado, com cabo de pau-santo; o fole de bico de bronze; o espanador; a antiga bacia de barba, de Delft ou do Japão; a candeia, a lanterna de cobre; o pequeno relógio de pesos.

Muitas vezes a mobília e a algaia são antigas, de carácter

artístico, no mais puro estilo do século XVI e do século XVII; e frequentemente se admira, pela elegância da forma e pela delicadeza do lavor, o escabelo, o bufete, o armário, a arca, a prensa da roupa e a do queijo, a estante das colheres, o berço, a dobadoira, a roda de fiar, a ferragem do lar, o bronze dos cães da chaminé, o cobre do esquentador, o grés do pichel, o estanho do pote de tabaco.

Dois ou três armários encravados no muro servem de leito e de alcova.

À janela, entre o cortinado branco, canta um canário numa gaiola de junco japonesa, e por cima das flores que adornam o parapeito vê-se para fora em moldura sorridente, através do tom doirado e tépido do conforto interior, o quadrado verde do longo prado, uma aldeia entre árvores ao fundo, uma revoada de grandes gaiivotas sobre um espelhamento de água e, sobressaindo da relva num risco perpendicular alvejante ao sol, o osso de baleia cravado em poste no chão para servir de coçadouro às vacas.

Toda a casa rústica obedece, mais ou menos fielmente, ao plano daquela que acabo de descrever. De Amsterdão ao Helder o tipo é o mesmo. Nos casais mais pobres a telha esmaltada é substituída pelos juncos da ilha de Marken. Nas mais ricas há, além da sala de receber, uma espécie de sala de honra, onde se guardam as preciosidades da família, as jóias, as lembranças dos antepassados, o enxoval destinado ao filho que houver de nascer. É nesta sala que se veste a noiva no dia de núpcias, que se põe o esquife com o defunto no dia da morte e que ainda hoje existe a *porta doirada*, que dá para o caminho e se não abre senão para as grandes solenidades da família: o casamento, o baptizado, o mortório.

Nas casas abastadas há igualmente duas cozinhas, uma para a estação calmosa, outra para o tempo da neve: a de Verão, à sombra das árvores, fresca, bem arejada; a de Inverno, abrigada do vento, recolhida como um braseiro no interior da habitação.

As proprietárias opulentas têm ainda uma casa de lavor, bem quente, bem florida, onde passam os dias sedentários do longo Inverno holandês trabalhando rodeadas das suas filhas e das suas criadas.

Na Frisa, *abençoada Frisa*, como na Holanda se diz, é mantiga e não queijo que se fabrica nas herdades. O aspecto do

curral é, porém, semelhante ao da Norte-Holanda. Um cavallo move a batedeira. As bilhas de leite são de cobre luzidio. As vacas no redil têm as caudas presas ao tecto, e nas janelas do curral há também cortinas de renda, como nas vacarias e nos moinhos de Broek.

Não obstante o gosto do frisão pelos prazeres ao ar livre: — no Verão, pelas pequenas viagens do mar, pelas quermesses, pelas corridas, pelos passeios em carruagem descoberta ao mais acelerado trote que podem atingir os músculos e os pulmões de um cavallo; de Inverno, pela patinagem nos canais e nos lagos, a pé ou em trenós, o amor do conforto é o mesmo nas aldeias frisoas que na margem do golfo.

Muitos casais são pequenos museus pelas suas colecções cerâmicas, pelos móveis da Renascença em talha de carvalho e ébano ou em madeira pintada de cores, sobressaindo o vermelho, o doirado e o azul, em desenhos caprichosos e complicados, como os da flora decorativa dos xailes e dos tapetes persas.

Em muitos lugares a casa é edificada sobre um quadrado de terra cingido por todos os lados de um fosso cheio de água. É esse o ideal holandês; a boa casa não somente fechada, mas insulada, defendida, fortificada, contra a impertinência ou contra a galhofa dos estranhos: verdadeiro baluarte da família e da amizade, tépido e escondido como um ninho, inexpugnável como uma cidadela.

Para lá do fosso que embarga o passo aos viajantes, por cima da cancela, o nome ingénuo da vivenda em forte contraste com a dificuldade hostil do acesso: *Amizade e sociedade, Alegria e paz, Meu prazer e minha vida!*

Nunca lá dentro houve uma recepção de aparato, uma *soirée*, um baile ou qualquer outra dessas festas que noutras paragens os periódicos registam e de que os numerosos convidados se retiram penhorados pelas obsequiosas maneiras com que os donos da casa alimentaram oitenta personagens de um e de outro sexo servindo-lhes vinte xícaras de água morna, três arráteis de bolos sortidos, uma ária, dois almoços de limonada, olho de namoro de quatro meninas de cuia e de espinhela caída, três contradanças de lanceiros e uma poesia recitada ao piano por um famélico.

O anfitrião holandês somente recebe um amigo — o seu; lança-lhe a ponte por cima do fosso, recolhe-o em casa, fecha

as janelas, tranca as portas. Espera-os a fogueira acesa, a mesa posta, a poltrona ao pé do lar, o cachimbo cheio, a garrafa aberta.

A mulher e a filha servem patriarcalmente a ceia ou o jantar ao hóspede. Sobe a cerveja fresca transbordando em espuma cor de topázio das grandes canecas de estanho. Fumega na travessa o *huispot*, rescendendo ao cheiro picante dos legumes, às cenouras, aos nabos, às cebolas amassadas com batata, com feijão em manteiga polvilhada de pimenta. Loureja no molho a larga fatia de vitela assada, e impa de chorume um paio nacional acamado em verdura. Há uma torta de nata para a sobremesa. E, enquanto se desencerram do armário monumental os frascos veneráveis das compotas e dos licores que hão-de coroar o repasto, mão experiente tempera de azeite e vinagre e salpica de pimenta-de-caena a sábia salada tradicional de arenques, de enguias da Frisa ou de salmão de fumeiro, entre rodela de ovos cozidos, de beterrabas e de pepinos de conserva, subtilmente enfiados à plaina.

Quando, já enxuta da neve a peletina e o gorro de peles suspenso do cabide, desabotoados os coletes para rir à larga, escovada a toalha para se lhe porem em cima os cotovelos e os copinhos doirados da Boémia destinados ao trago final da famosa genebra de Schiedam, se atenaza da lareira uma brasa para acender o cachimbo de gesso de Gouda — o *calumet* familiar da paz holandesa — constata-se que cada um desses dois batavos ingeriu mais azote, mais carbone e mais fósforo do que todo aquele que por ocasião da procissão do Senhor dos Passos da Graça circula para alimentação e recreio de quarenta pares dançantes nos salões da Baixa em Lisboa, sobre as bandejas montadas em andor pelo tão benquistu quanto parcimonioso Ferrari.

Por toda a parte, o mesmo recolhimento discreto e claustral, o mesmo asseio meticuloso, o mesmo espírito fanático de ordem simétrica, rectilínea, matemática, iniludível.

Nos mesmos lugares hoje decaídos de um esplendor antigo — Enkuisen, por exemplo, no século xvi era um grande porto de mar, enviando às grandes pescas cento e quarenta embarcações escoltadas por vinte navios de guerra, e não é presentemente mais que um obscuro burgo de quinhentas almas — as ruínas dos antigos monumentos nada têm do aspecto desordenado e triste das povoações condenadas. As casas er-

mas acham-se tão limpas como as casas habitadas. A alvenaria e os tijolos despegados da frontaria dos prédios acaamam-se em lotes geométricos, sacudidos da calça, varridos, espanados, ao lado de cada porta. A parte que ainda resta da igreja desmoronada está escrupulosamente caiada de branco, e as interessantes esculturas arquitectónicas, em madeira ou em pedra, no estilo da Renascença renana, conservam-se na povoação expirante tão cuidadosamente como no mais bem dirigido e bem tratado museu arqueológico.

Em todas as aldeias vivas, florescentes, em movimento de progresso, a natureza, servilmente domada ao gosto do habitante, oferece a mesma invariável fisionomia artificial, lisa, aplanada, esquadriada, arrebicada, pintada, penteada, embonecada, como um grande brinquedo, uma *criação universal* ou uma granja de Nuremberga, novamente colorida, saída da boceta, cheirando ao verniz, armada sobre um tapete de veludo verde-claro, na grande mesa da exposição dos presentes a que se juntam os meninos no dia de S. Nicolau ou do Ano Bom.

Quatro dias depois de ter estado em Broek fui ao Helder, subi ao alto do grande dique e olhei para o mar.

Desencadeava-se a primeira tempestade da série periódica do Outono. Soprava rijamente o noroeste. No céu cor de lousa, atormentado e revoltado, riscado de través pelos aguaceiros, corriam em turbilhão as nuvens sobrepostas, espessas e pesadas como enormes avalanchas de sebo enegrecido, amalgamadas, disgregadas, enoveladas, esfarrapadas no ar. O inclemente, o terrível, o tenebroso, o trágico mar do Norte, encafelado em ondas alterosas como montanhas, esbarrava na estreita ponta setentrional da Holanda a sua fúria recrudescente desde o pólo, à qual o temerário dique do Helder contrapõe impávido o primeiro obstáculo do caminho.

Um rombo na muralha, que o mar embravecido desfaz e que a Holanda, tenaz e paciente, refaz minuto a minuto, e — compreende-se bem e nunca mais o esquece quem uma vez assistiu a essa luta tremenda entre o dique e o mar — o país inteiro, côncavo como uma bacia, seria varrido de um cabo ao outro numa lúgubre baldeação aniquiladora.

Então perdi a vontade de sorrir do que tinha visto em Broek.

Um povo que, para manter a ocupação do solo em que

vive, sustenta em cada dia esse combate eterno e formidável com o oceano tem sobre a terra direitos discricionários e pode tratá-la como muito bem quiser, a seu único sabor e capricho. A puerilidade dos seus gostos cativa o meu respeito enternecido. Todo o grande valor portentoso e descomunal é, assim, por natureza ingénuo e simplesmente infantil. Os ociosos, enervados no luxo apático das civilizações tranquilas, divertem-se a caçar o javali e o tigre. O marinheiro destemido, que regressa das pescas da baleia ou das expedições do pólo, entretém-se bordando ao bastidor ou fazendo meia encruzado no chão sobre o convés da embarcação vitoriosa, suavemente baloiçada em azul no porto manso e soalheiro.

Além disso, há no aspecto architectónico das aldeias e na decoração da paisagem da Holanda a expressão de uma felicidade tão caseira, uma intimidade tão meiga, um tal ar de candura, tanta bondade chãmente distribuída, tanta familiaridade comunicada sem restrição e sem reserva que chega a gente a experimentar uma sensação mais doce que a simples curiosidade: uns longes inesperados de ternura; o reconhecimento da hospitalidade das coisas, a qual, ainda no meio da rua, parece guardar o que quer que seja do calor do lar; uma espécie de amizade de boa tia velha, que nos mostra a sua alcova antiga e virginal; finalmente, um leve humedecimento de vaga saudade, saudade de remotos dias castos, inocentes, alegres, esvaídos na penumbra cor-de-rosa das confusas recordações da infância.

A puerilidade no excesso do asseio é, segundo todos os viajantes que me precederam, o grande ridículo nacional da Holanda. Eu assim o confirmo, declarando, porém, para descargo da minha consciência, que a mais verde criancice de limpeza me repugna menos do que uma robusta hombridade de porcaria. Horror por horror, prefiro uma árvore pintada a um pente sujo, e antes quero que nos meus pesadelos me apareça uma vaca em cima de um tapete do que uma escova de dentes caída no lixo atrás de uma cómoda.

A impressão geral que deixou no meu espírito a paisagem holandesa assemelha-se, em resumo, à recordação de um desses vivos e pintalgados álbuns japoneses, em que as três mil ilhas do império do Nascer do Sol, banhadas na húmida vaporização cor da aurora, se nos deixam ver ou adivinhar de um relance, ridentes, fagueiras, envoltas nos meandros

azuis da água, cheias de estranhos espelhamentos de sol, e encerrando uma vida exótica, calma de todas as revoltas dos nervos e de todos os estos do sangue, docemente penetrada até às origens pela mansidão contemplativa, cismadora, magnética dos brancos lares profundos e dos vastos lagos cristalinos e imóveis. Fecho os olhos e revejo ângulos luminosos de um arquipélago verdejante: minúsculas ilhas da variegada cor mimosa e tenra das flores dos jacintos, um encruzilhamento confuso de pontes rústicas, de uma das quais, atravessada em arco entre chorões, se ri para mim com a sua enorme boca sem dentes uma velha fantástica, encantadora e alegre comadre, de touca branca e monumental como um obelisco, tamancos imensos e recurvos, mãos nas ilhargas, pernas abertas, bicos dos pés metidos para dentro; uma fita de canal em que voga lentamente ao sol-posto uma barca, puxada à sirga por uma rapariguinha de doze anos e levando dentro, sentado à popa, um velho adormecido; uma estrada plana, recta, calçada de tijolo, ao longo da qual trota um cavalo preto da Frisa ou da Zelândia, de longas crinas ao vento, sacudindo, um argentino carrilhão, e levando à quermesse, na carreta rural engrinaldada de rosas, uma família em festa, que me parece estar presente ainda, voltando-se para trás, familiarmente, num gesto dedicado, para me dizer adeus!

## IV

### AS CIDADES

*Amsterdão — Configuração do porto e da cidade — A tradição architectónica — Bairros antigos e bairros modernos — Os cafés e os teatros — Parques e jardins públicos — As escolas, os museus, as colecções de arte, as instituições de beneficência.*

As cidades holandesas podem facilmente classificar-se, reduzindo-as a cinco tipos principais: cidades de comércio, cidades de indústria, cidades literárias, cidades de luxo, cidades mortas.

Amsterdão, capital, é um dos grandes focos do comércio neerlandês.

Tendo nos últimos tempos declinado em Roterdão uma considerável parte da sua actividade no tráfico das mercadorias, Amsterdão conserva-se o grande centro da negociação de fundos das transacções de bolsa, e é o grande escritório central, assim como Roterdão é o grande balcão marítimo da Holanda.

Basta lançar os olhos à cidade do alto do zimbório do Palácio Real no Dam, ou examinar a bela carta topográfica histórica de J. der Gouw, para compreender, nos sucessivos desenvolvimentos da população desde o ano de 1342 até o de 1882, a força de plano, o espírito previdente, a continuidade de método que tem presidido ao alargamento das edificações.

Imagine-se um semicírculo cuja corda é formada pelas águas do porto: tal é o aspecto da povoação, desdobrada como um enorme leque aberto sobre o Y. Esta disposição, concebida desde o século XVI, é a mais própria para o movimento de uma cidade comercial, e nunca mais se alterou desde as suas primitivas bases até o momento presente. Os bairros novos cingem-se em curvas paralelas e em linhas concêntricas aos bairros velhos, sem que jamais a população se

distraia do seu foco, dispersando-se fugidamente em bairros excêntricos, puxando numa só direcção, como succede em outras cidades, com detrimento do conjunto regular e harmónico. Cada nova zona de construção põe no delineamento do todo o vestígio de uma nova camada de habitantes trazendo consigo o gosto architectónico de cada século. Nas velhas ruas as reedificações constroem-se no antigo estilo da localidade, segundo os modelos que ficaram do século XVI, do século XVII e do século XVIII. Nas ruas novas a moderna architectura holandesa campeia em plena liberdade de inovação. Esta particularidade basta para dar uma ideia da grande variedade e do grande interesse pitoresco das casas de Amsterdão.

Junto ao mais profundo respeito da tradição nos costumes e nos edificios, admira-se o movimento mais forte de renovação e de progresso.

Enquanto por um lado as casas que caem no bairro central do Dam e no bairro dos judeus se reedificam absolutamente segundo as plantas primitivas, nos bairros novos levantam-se edificações luxuosas de primeira ordem, como o Palácio de Cristal, o Novo Museu, as Galerias, grande edificio monumental no género do Palais Royal em Paris, o Hotel Americano, e o Amstel-Hotel, excelente modelo do género, comparável aos melhores de Londres, de Paris, de Viena, de Génova ou de Nice, compreendendo cento e vinte quartos, grande vestíbulo, *hall*, serviço de bagagens e de criados inteiramente separados do serviço dos hóspedes, sala de mesa redonda, sala de jantares e de almoços, restaurante, salão de leitura, salão de conversação, salões particulares, banhos e canalização para cada quarto, de água, de gás e de ar, o qual ao sair do reservatório atravessa uma pulverização de vapor, permitindo dar-lhe por meio do movimento de uma torneira o grau de higrometria que se deseje.

Enquanto as vendas de licores de Lucas Bols e de Focking conservam a mesma instalação, tão pitoresca, que tinham no século XVI e no século XVII, cafés inteiramente modernos oferecem ao habitante de Amsterdão o máximo conforto que estabelecimentos dessa ordem proporcionam às mais ricas capitais da Europa.

O Café Krasnapolsky, por exemplo, tem vinte bilhares, um jardim de Verão, um jardim de Inverno, lugares para

duas mil pessoas, iluminação a luz eléctrica e grande orquestra às horas de jantar, das seis às oito da noite. Outro tanto no café do Panopticum, onde, além dos jardins, da orquestra, da grande sala, da luz eléctrica, há ainda o atractivo suplementar de um salão de jantar mobilado artisticamente no estilo holandês do século xvii e revestido de grandes faianças de Delft.

Entre quarenta outros cafés e restaurantes de diversas categorias cumpre ainda especificar cinco cafés-concertos, o Café Riche, que é uma sucursal de Bignon, o grande Café Suíço, o Café Francês, e os famosos Salões de Ostras em Kalverstraat e em Reguliersbreestraat, onde com tanta arte se preparam os clássicos almoços de marisco: as ostras servidas nos grandes pratos de madeira com assentos de pesca pintados a óleo, as montanhas de camarões, as saladas de arenque com beterrabas, cebolas e pepinos de conserva, e as sanduíches de pão torrado com enguia e salmão de fumeiro.

Os jardins amsterdameses rivalizam com os melhores do Mundo. Além dos jardins públicos, especialmente consagrados à recreação das crianças, e do grande parque Vondel para *rendez-vous* de carruagens, ocupando uma superfície de dois mil e trezentos hectares, com um café, uma vacaria e uma estátua ao grande poeta holandês Justus van den Vondel, há o Horto Botânico, com as suas magníficas estufas, as suas palmeiras do cabo da Boa Esperança, a sua famosa Victoria Regia e o seu agigantado cipreste das margens do Mississípi, que se diz ter sido plantado pelo próprio Lineu; há os Viveiros de Groenewegen, cujas estufas ocupam um circuito de cerca de meia légua, bastando para dar uma ideia do supremo grau de perfeição a que chegou a horticultura na Holanda; há ainda o Horto de Lineu, magnífica escola pública de botânica, e há, finalmente, o Jardim Zoológico.

Este estabelecimento é classificado entre os primeiros da Europa e imediatamente depois dos jardins zoológicos de Londres e de Francfort. Além da sua vastíssima colecção de animais, dos seus aviários magníficos, das suas galerias de carnívoros e de paquidermes, da sua gaiola de macacos, das suas piscinas de palmípedes, de focas, de lontras, de castores, de tigres marinhos, do seu enorme aquário, dos seus amplos parques de veados, de zebras, de hipopótamos, de búfalos, de antílopes, de girafas, de gamos, de dromedários, de antas, de

animais cornígeros, etc., o Jardim Zoológico de Amsterdão tem, como complemento da sua colecção viva, um museu completo de esqueletos e de animais empalhados, uma biblioteca, uma exposição de piscicultura e de chocagem artificial, um importante viveiro de flores e de plantas exóticas, um jardim de Inverno, um museu etnográfico abundando principalmente em armas, artefactos e modelos de edificações das Índias Orientais e Ocidentais, uma colecção de crânios, uma colecção de conchas, uma colecção de cornos, uma colecção de insectos, um vastíssimo restaurante finalmente, e um pavilhão de música.

Este importante instituto, fundado, há quarenta e cinco anos, por uma sociedade particular, é ainda hoje dirigido pelo seu primitivo director, o Sr. Westermann. Sobre o pórtico da entrada lê-se a divisa da sociedade, definindo da maneira mais peculiar à Holanda o principal título da obra da natureza ao amor, ao respeito e ao estudo do homem: *Natura artis magistra*. A terra de Rembrandt, de Van der Welde e de Karel du Jardin não poderia com divisa mais tocante exprimir pela criação de um jardim monumental a compreensão da glória que lhe cabe como berço da pintura moderna.

Para que se não diga que os hábitos recolhidos e caseiros do habitante são antes uma necessidade do que uma virtude, Amsterdão tem neste momento abertas ao público quinze casas de espectáculos ou de concertos musicais. Entre elas deve-se especializar o Teatro do Parque, construído, há apenas dois anos, pela soma de duzentos e oitenta contos de réis. É um vasto edifício decorado luxuosamente em estilo indiano, e semelhante ao Eden Théâtre, da Rua Auber, em Paris. Como o Eden de Paris, o de Londres ou o de Bruxelas, é iluminado a luz eléctrica, rodeado de amplos *promenoirs* e de um espaçoso jardim de Inverno. A sala tem lugares para dois mil espectadores.

Como construção moderna é notável este edifício pelo modo como nele se resolve o problema de socorro num perigo de incêndio. Para este fim acha-se o edifício dividido em três grandes secções separadas umas das outras por espessos muros de pedra; três portas de ferro comunicam a cena com a sala; um pano de boca feito de um tecido de metal isola instantaneamente o palco da plateia; um sistema de canalização e reservatórios, postos em acção por uma máquina de

vapor, permite desdobrar um lençol de água sobre o pano metálico que fecha a boca da cena, impedindo assim de entrar na sala o fumo de um incêndio no palco. Além disso, uma grossa coluna de água e vinte e seis torneiras de alta pressão põem em comunicação com as diversas partes do edifício o aqueduto geral da cidade; a sala com a máxima enchente pode ser evacuada em menos de três minutos; para evitar quanto possível os atropelamentos, os condutos de saída alargam de mais em mais desde o interior da casa até ao ar livre. Todo o cenário, finalmente, é embebido nos líquidos descobertos pela química moderna para o fim de pôr os tecidos à prova de fogo.

Amsterdão orgulha-se com justificado fundamento das excelentes escolas que possui: trezentas e quarenta e três escolas de instrução primária; duas escolas para formar professores de instrução primária; um ginásio; uma universidade; quatro seminários de diferentes religiões; três escolas superiores públicas com cursos de três a cinco anos; uma escola superior católica; uma escola particular para raparigas; uma escola de comércio com o curso de três anos; três escolas para formar operários; duas escolas de marinha; uma escola de indústria para raparigas; uma escola de teatro; sete escolas de música; oito escolas de ginástica; uma escola de natação; uma escola de belas-artistas, *academia das artes plásticas*; vários jardins de infância, etc.

Não é esta a ocasião de falar na organização do ensino nestes estabelecimentos. Na instalação material de quase todas as escolas é comovente a decoração, inteligentemente concebida no intuito de excitar nos alunos pelas sugestões da arte os sentimentos de abnegação e de glória, o respeito da tradição, o espírito de classe e o amor da pátria.

Na escola de marinha, por exemplo, fundada em 1785 pelas sobras de uma subscrição patriótica destinada a socorrer os marinheiros mutilados, assim como as viúvas e os órfãos dos marinheiros mortos na batalha de Doggersbank, em 5 de Agosto de 1781, há todo um gabinete de recordações históricas: entre outras, magníficos retratos dos almirantes De Ruyter, Piet Hein, Tromp pai e Tromp filho, Heemskerck, Evertsen e Zoutman; o retrato de João de Witt, o glorioso mártir da opposição republicana à casa de Orange; a medalha de ouro cunhada em memória de Kinsbergen depois da bata-

lha naval de Doggersbank; a espada de honra de Zoutman; as insígnias da Ordem de S. Miguel com que o próprio Luís XVI condecorou De Ruyter, o terror dos mares, *immensi tremor oceani*, como diz o seu epitáfio de Nieuwe e Kerk, a medalha de honra que lhe votaram os Estados Gerais, o copo de champanhe pelo qual ele bebeu o vinho da última saúde à glória da sua pátria, e, finalmente, a mesma bala que o matou, ferindo-o como a Aquiles num pé, por ocasião do seu derradeiro recontro com Duquesne na campanha da Sicília, no golfo de Catânia, em 1676.

Mas a grande, a verdadeiramente indiscutível, a suprema glória da cidade está nas suas fundações de beneficência e nas colecções de arte.

Não pude examinar bastante atentamente todos os estabelecimentos pios, e cito apenas os nomes de alguns, colhidos de passagem e ao acaso. O asilo dos necessitados, o hospício dos velhos luteranos, o asilo dos velhos, o hospital dos doentes e dos alienados israelitas, o asilo dos cegos, as oficinas dos cegos necessitados, o orfanato dos rapazes e das raparigas da religião reformada, a casa dos marinheiros, o hospício dos velhos da congregação neerlandesa, o hospício católico das velhas e das religiosas, o hospício reformado dos velhos, o orfanato comunal, o orfanato católico, o orfanato luterano, etc.

Alguns destes institutos ocupam casas sumptuosas, verdadeiros palácios de luxo.

Os órfãos asilados pela cidade e pelas congregações têm a carne alegre da saúde e da abundância. Não saem nunca em fila servil, tristemente arrebanhados como pobres animais cativos. Andam à solta nas ruas como cidadãos livres, passando dois a dois ou inteiramente desagregados uns dos outros, um por um. Distingue-os o uniforme, que dá na vista, os assinala e os força a assumir em toda a parte a responsabilidade que lhes cabe como membros da corporação a que pertencem. As órfãs têm uma elegância grave, um pouco cismadora, fazendo pensar na lenda de Margarida e na paixão de Fausto. A frescura e a correcção das suas *toilettes* é inexcedível. A cidade julgar-se-ia maculada de uma vergonha pública se alguma das suas órfãs fosse vista com um sapato deformado, com uma touca da véspera, com uma nódoa no vestido, com um surro nas luvas.

Em Amsterdão, assim como em Roterdão, assim como na Haia e nos outros grandes centros da população holandesa, os órfãos dos cidadãos são os verdadeiros filhos da cidade, e os cuidados de carinhosa protecção que os rodeiam têm mais o cunho de um terno desvanecimento maternal que o de um seco dever de assistência pública.

O asilo dos cegos de Amsterdão, fundado em 1823, é um instituto modelo para todos os desse género. O curso de ensino para os asilados é de doze anos. Além das línguas franceza e alemã, ensinadas praticamente, além da leitura e da escrita em relevo de pauta, semelhante ao do aparelho telegráfico de Morse, segundo o conhecido método de Braille, os cegos do instituto amsterdamense, instruídos nos processos franceses e dinamarqueses de Focaud e de Guldberg, escrevem com pena e papel agilissimamente, em letra corrida, perfeitamente inteligível para todos os que têm vista. Junta-mente com a geografia, com a história, com a música vocal e instrumental, os cegos, de cujo grémio saem os organistas para muitas igrejas da Holanda, exercitam-se em um grande número de trabalhos mecânicos, em que adquirem uma destreza prodigiosa. Enastram cestos, chapéus, assentos de cadeiras e várias outras obras de palha, de vime e de junco; tecem admiráveis redes de pesca e de caça, e são inexcedíveis em certas obras de malha e de missanga, fabricando as bolsas de retrós em pequeno alforge para o dinheiro geralmente usadas em toda a Holanda.

Além do grande asilo a que me refiro, e que se acha situado no Heerengracht, há mais em Amsterdão três hospícios para as pessoas privadas da vista.

O instituto denominado Casa dos Marinheiros (*Zee-manshuis*) merece igualmente menção. Situada quase em frente da Escola de Marinha, esta casa, fundada em 1856, tem por fim testemunhar a simpatia especial de Amsterdão pela classe dos navegadores que fizeram a glória comercial e a riqueza da cidade, facultando aos homens do mar desembarcados neste porto a mais fácil e a mais cómoda vida durante a sua residência em terra. Não é um hospital, nem um asilo, nem um albergue, na acepção estreita que tem esta palavra na relação do benfeitor para o desvalido. É simplesmente uma hospedaria, montada com perda do hospedeiro, no intuito do máximo bem-estar do hóspede. Esse grande

hotel é posto pela cidade à disposição de todo o marinheiro, mediante os seguintes preços: quinhentos réis por dia, para alojamento e alimentação de todo o contramestre, carpinteiro, marujo ou grumete. Por tão módica soma a Casa dos Marinheiros proporciona aos seus hóspedes boa cama e excelente mesa, vastos salões de conversação e de recreio, casa de banhos, gabinete de leitura, sala de bilhar, uma biblioteca especial e uma grande variedade de jogos de salão e de jardim.

Para as honras da hospitalidade aos comandantes de navio e outros marinheiros de graduação superior tem ainda a cidade o clube de luxo intitulado Esperança do Marinheiro (*Zeemanshoop*) situado no Dam, à esquina de Kalverstraat. Os membros desta sociedade, instalada com elegante conforto, têm o direito de arvorar no mastro grande das suas embarcações uma flâmula encarnada pela qual se reconhecem no alto mar, e possuem um fundo pecuniário de socorro destinado às viúvas e aos órfãos dos navegantes.

A Amsterdão cabe a honra de ser a sede principal da grande sociedade intitulada «De utilidade pública» criada em Dam em 1748 e transferida para Amsterdão em 1787. Esta corporação, cujos associados pagam uma quota anual de 2\$100 réis, formando um rendimento de cerca de trinta e cinco contos anuais, porque o número de sócios passa de quinze mil, tem por fim melhorar as condições sociais, vulgarizando a instrução por meio da criação de escolas, de bibliotecas e de museus populares, de sociedades de leitura, de cursos técnicos e de caixas económicas, pela publicação de livros úteis, e pela distribuição de recompensas ao valor e à virtude. Esta associação conta trezentas sucursais disseminadas pela Holanda.

As galerias de arte da cidade de Amsterdão bastariam para enriquecer e nobilitar uma nação. Além de muitas colecções particulares consideravelmente ricas, e das quais as mais conhecidas são as de Six, de Van Loon, de Vos e do barão Von Woudenberg, há o grande museu Trippenhuis, o museu Van der Hoop, o museu Fodor, o museu da Academia Nacional, o da Casa da Câmara, a galeria *Arti et Amititiae*, o gabinete da Sociedade Real de Arqueologia, o da Sociedade de Architectura, o da Sociedade *Felix Meritis*, o do Palácio da Indústria, o museu de Broek (*Broekerhuis*).

O Trippenhuys encerra mais de quinhentos quadros, sendo cerca de quatrocentos e cinquenta das escolas holandesas e flamenga, e os demais de mestres italianos, espanhóis, franceses ou desconhecidos. Esta galeria magnífica, a primeira da Holanda, foi consideravelmente enriquecida em 1879 e em 1880 por aquisições importantes, entre as quais a da *Mulher Que Lê a Bíblia*, de Metsu, e pelo legado do cidadão Van de Poll, compreendendo cinquenta quadros de primeira ordem, e entre eles uma pérola inestimável, o *Retrato de Uma Senhora Idosa*, de Rembrandt.

O museu Van der Hoop conta duzentas e vinte e duas telas, das quais cento e cinquenta e sete de antigos mestres holandeses.

No museu Fodor há cento e vinte e um quadros a óleo, holandeses ou flamengos, quarenta e um franceses e alemães, novecentos desenhos e trezentas gravuras.

A colecção da Casa da Câmara, mal instalada em consequência da estreiteza do edifício, consta, segundo se diz, de mais de trezentos quadros, dos quais somente se acham expostos os mais notáveis, grandes telas de Franz Hals, de Van der Helst, de Flink e de Keiser, documentos interessantíssimos da pintura cívica da Holanda, à menos conhecida no estrangeiro, representada nas colecções nacionais pelos retratos das corporações burguesas dos séculos XVI e XVII, reuniões de arcabuzeiros, de síndicos, de regentes, de chefes de *doelen* e de *gildes*. Além da sua colecção de quadros, o palácio da Municipalidade tem um gabinete interessantíssimo de modelos de diques, de pontes, de construções hidráulicas; uma sala de armas; um museu de curiosidades, contando grande número de valiosos documentos artísticos da história da cidade, obras-primas de ourivesaria e de serralharia dos séculos XVI e XVII, insígnias de bedéis e de chefes de corporações, taças históricas, medalhas, faianças e bronzes.

A sociedade *Arti e Admititiae* possui, instalada em dois magníficos salões, uma galeria histórica contendo mais de duzentos quadros relativos ao passado da Holanda. Para se ajuizar da importância desta colecção basta referir os assuntos de algumas dessas representações.

Um painel contém o *Estado Pré-Histórico da Neerlândia*. Outros compreendem sucessivamente: Montículos e cabanas germânicas; Tumuli; Altares de sacrifícios germânicos; Vi-

sita de Carlos Magno à escola de S. Martinho de Utreque em 709; Palácio e castelo de Valkenhoff, em Nimega no tempo de Carlos Magno; A Feira de Utreque, em 1120; Biblioteca da abadia de Egmont em 1200; o conde Guilherme II fundando um palácio-castelo na Haia em 1249; O conde Guilherme II matriculando-se no registo dos cidadãos de Utreque em 1249; o conde Florêncio II manda construir diques e canais em 1240; o conde João II outorga o primeiro privilégio à cidade de Amsterdão em 1300; Exploração das turfeiras pelos monges de Giethoorn, em 1334; Construção dos primeiros faróis nas dunas de Zelândia em 1351; Os primeiros moinhos hidráulicos na Norte-Holanda em 1400; Tomás de Aquino escrevendo a *Imitação de Cristo* em 1460; Invenção da imprensa por Lourenço Koster, de Haarlem; A Casa da Câmara de Amsterdão em 1650; Erasmo lendo a Tomás Morus e aos seus amigos o *Elogio da Loucura* em 1569; Lucas de Leida terminando uma gravura no seu leito de moribundo em 1533; Carlos V visitando o túmulo de Guilherme Beuckelsen, em Biervliet, no ano de 1550; O cerco de Alkemar em 1273; a União de Utreque em 1579; Heemskerke projectando com Barents uma segunda viagem ao mar Glacial em 1596; A embaixada comercial do Czar a Maurício de Nassau, em 1614; A fundação da Batávia em 1689; O grémio literário de Muiden em 1642; Martinho Tromp na véspera da batalha naval das Dunas contra os espanhóis, em 1630; O poeta Justus van den Vondel em 1643; Piet Hein conduzindo a armada de prata em 1617; Audiência dos burgomestres de Amsterdão em 1653; A paz de Vestefália em 1648; A batalha naval dos três dias dada aos ingleses pelo almirante Ruyter em 1666; A visita do bailio aos archeiros de Amsterdão em 1650; Rembrandt meditando a *Lição de Anatomia* em 1632; João de Witt em 1660; O médico Boherhave, natural de Leida, o fundador do ensino clínico, o mesmo a quem no século XVIII escreviam da China a carta que lhe chegou às mãos assim sobrescritada: *Ao doutor Boherhave — na Europa*; João van der Heyden, o inventor das mangueiras applicadas às bombas de incêndio; Grotius; Justus van Effen; o poeta Cornélio Poot; todas as grandes glórias da Holanda, enfim, na guerra, na política, na ciência, na literatura, na arte.

Esta galeria, fundada pela iniciativa de alguns burgueses de Amsterdão, é de per si só um panteão nacional, e pode

servir de modelo ao plano da decoração artística dos palácios municipais em qualquer cidade do Mundo.

A sociedade *Arti et Amicitiae* promove frequentes exposições de pintura moderna e foi numa das suas salas, admiravelmente iluminada, que eu vi agora, exposto com um respeito verdadeiramente cultural, o grande quadro de Munckazi — *Cristo na Presença de Pilatos*.

Na Academia Nacional das Artes Plásticas existe uma série de gravuras, várias reproduções em gesso de mármore clássicos e a célebre colecção de quadros pertencentes à corporação dos cirurgiões de Amsterdão, da qual fazia parte a *Lição de Anatomia*, de Rembrandt, presentemente no museu da Haia. O mesmo assunto desta composição foi tratado muitas vezes para a corporação dos cirurgiões pelo próprio Rembrandt e por outros pintores do século xvii.

A sociedade *Felix Meritis* possui, além de uma colecção de gessos, vários quadros de valor, um gabinete de física, um observatório, uma biblioteca e uma sala de concertos.

A Sociedade de Arqueologia tem uma excelente colecção de antiguidades, móveis, vidros, loiças, vestimentas, jóias e alguns quadros. Este museu divide-se em nove secções constituídas da maneira seguinte: 1.ª, ritual e ornamentos eclesiásticos; 2.ª, exterior de casas, ruas e jardins; 3.ª, interiores domésticos; 4.ª, arte; 5.ª, vidraria e cerâmica; 6.ª, armas, caça e navegação; 7.ª, corporações de ofícios; 8.ª, ensino; 9.ª, recordações de pessoas e localidades. Fundada em 1858, a Sociedade de Arqueologia tem por fim aumentar os conhecimentos históricos, formar e educar o gosto dos artistas e do público.

O Palácio da Indústria, construído de cristal e ferro no estilo bizantino, possui também uma sala de concertos e de bailados, com uma extensa galeria destinada a exposições temporais ou permanentes de belas-artes, de artes industriais e de artes decorativas, de matérias-primas da indústria indígena e de máquinas e de instrumentos de fabricação.

Broekerhuis (a casa de Broek) é um gracioso pavilhão rústico, no estilo do século xvi, recentemente construído junto de um jardimzinho em labirinto imitado de Hampton Court, e de um pequeno parque à semelhança dos de Lenôtre, destinado a recolher do modo mais pitoresco e mais artístico a antiga colecção de Broek, conhecida de todos os turistas e

propriedade da velha e célebre *Mademoiselle Frégères*. Por morte desta senhora, uma companhia comprou a casa e transportou-a ao lugar em que presentemente se acha, em frente de Vonder Park.

Esta colecção é muito interessante como amostra dos ricos interiores domésticos da Norte-Holanda no século xvii. Na mobília há peças preciosas de marcenaria, de marchetaria e de serralharia; prensa de queijo, prensa de roupa branca, fundos de chaminé; tábuas chamadas de engomar e destinadas a fazer as vezes do ferro no alisamento da roupa, antigo leito e armários de carvalho e ébano, bancos marchetados de tartaruga e marfim, duas cozinhas com todos os seus utensílios; lustres e candelabros de cobre, relógios, espelhos, alguns quadros, faianças de Delft, porcelanas da China e do Japão, algumas vestimentas, várias peças de filigrana de prata, um modelo em miniatura quase microscópico de uma casa rústica da Holanda do Norte no século xviii, etc. Nas prateleiras e nos gavetões dos grandes armários conservam-se todas as curiosidades religiosamente coligidas por *Mademoiselle Frégères* e pelos seus antepassados; as suas velhas Bíblias em língua holandesa, cachimbos, potes de tabaco, ligas de noiva com as suas antigas e ingénuas divisas, taças, talheres, cofres, utensílios de costura, etc.

Era-me indispensável tomar por algum tempo o papel de *cicerone* e incorrer nesta enumeração longa e fastidiosa para dar uma ideia, ainda que superficialmente documentada, do grande interesse que a uma cidade de trabalhadores e de negociantes podem merecer os mais delicados problemas da caridade, da pedagogia pública, da estética e da arte.

A acção do Governo no impulso do progresso é aqui nula. A iniciativa do Município e a dos cidadãos resolvem todas as questões locais com o mais alto critério administrativo, dentro da mais lógica sistematização das ideias. Burgueses, negociantes, mercadores, os homens das classes dirigentes de Amsterdão, solidamente educados na máxima parte, muito deles superiormente instruídos, compreenderam perfeitamente que é um problema científico o problema da riqueza; que o desenvolvimento do comércio se baseia principalmente, para as sociedades modernas, no desenvolvimento do saber; que as grandes transacções do negócio procedem presentemente e por toda a parte dos grandes progressos das

indústrias criadoras, e que a sorte das indústrias em toda a Europa depende hoje directamente do grau de desenvolvimento artístico de cada povo, do nível da sua instrução, do bem-estar das classes trabalhadoras, da sua elevação intelectual, do progresso da crítica, do aperfeiçoamento geral do gosto público.

Daí vem que o grande comércio de Amsterdão, em vez de se desgastar unicamente a si mesmo pelo processo autopofágico das regulamentações aduaneiras e das acumulações de aparelhos bancários, pensa em aumentar a sua prosperidade, e julga sabiamente servir o seu futuro, criando escolas, fomentando exposições artísticas, fundando galerias de arte, enriquecendo e multiplicando os museus, semeando os grandes jardins de recreio, plantando os grandes parques de luxo — perfeitamente convicto desta grande verdade económica e social: — que para o enriquecimento dos povos no regime do trabalho moderno a noção do *belo*, como antigamente se dizia, é de todas a mais *útil* e a mais *necessária*, e que só pelo ensino artístico se chega à prosperidade industrial.

É a cidade marítima por excelência; é um Amsterdão salgado, e cheira a algas e a marisco, assim como Amsterdão cheira a fundo de poço, a lofo fertilizante, a erva e a turfeira.

Nos canais roterdamenses — onde corre o Mosa, que tem aqui uma grande profundidade — não penetram somente as barcas de fundo chato da navegação interior da Holanda; entram igualmente os navios de alto bordo, e nada mais fantástico do que encontrar a cada canto de rua os canos das máquinas de vapor e a mastreação dos *steamers* transatlânticos que percorrem a cidade por entre os prédios, e vão descarregar familiarmente, como simples carretas, à porta dos consignatários.

De noite, as luzes dos faróis de bordo, entremeadas com as dos candeeiros das ruas, produzem uma confusão fantástica, uma inextricável polvilhação luminosa nas trevas húmidas, lembrando um enorme enxame de pirilampos trepidantes na profundidade escura do céu.

De dia, nada mais alegre, nada mais rutilantemente festivo do que o aspecto do porto, com meia légua de largura, atravessado por uma ponte de caminho-de-ferro, ladeado, nas duas margens, de cais arborizados, entressachados de depósitos de fardos e de jardins de recreio, de armazéns de negó-

cio e de palácios de luxo, cursados por uma pitoresca multidão de carregadores e comerciantes, de estrangeiros e de indígenas, de carroças, de carruagens, de embarcações.

As locomotivas silvam a cada passo desenfrechadas pela ponte, riscando impetuosamente através da cidade a baforada arquejante das caldeiras, cuspinhando o azul do céu de sucessivos borrões de fumo rolando fugidios por cima dos campanários das torres, dos telhados vermelhos da casaria e das asas gigantescas e ruivas dos moinhos moinhando ao sol.

Em torno de toda a vasta bacia do porto, a armação dos grandes navios, ancorados rente do cais, faz uma espécie de arvoredado sem folhas, florido, junto do tope dos mastros, de bandeiras, de galhardetes e de flâmulas, que cantam, vibrantes na transparência atmosférica, toda a sinfonia policroma de uma enorme paleta aérea.

*Roterdão — Aspecto do porto — Clero católico e clero protestante — A passagem Hoogstraat — O sábado à noite — Os Músicos — Tipos de embarcações — As fundações — Erasmo — Costumes comerciais.*

Cheguei a Roterdão num domingo, e não creio que jamais me esqueça a impressão que me ficou dessa primeira noite passada na cidade gloriosa de Erasmo e de Cornélio Tromp. O hotel onde me apeei achava-se em preparativos de festa particular, privativa da família proprietária do estabelecimento. A casa de jantar, ao fundo do corredor de entrada, fora defesa aos hóspedes. Um criado de casaca e gravata branca, num *vestiaire* improvisado, recebia os agasalhos das senhoras e os *pardessus* dos convidados.

De dentro vinham clarões de lustres acesos, estalos de champanhe desrolhado, ruídos de vozes e de talheres em movimento, compassos de valsa evolados de um piano, onde mãos ditirâmbicas dedilhavam com ardor os *Mosqueteiros da Rainha*.

Às sete horas jantei na sala dos almoços e do serviço à lista, frente a frente com um holandês alto, gordo, de uma robustez caracteristicamente flamenga, ingénua e inconsciente, dando-lhe o aspecto de um enorme menino posto à mesa vestido de homem e adornado de umas suíças. Um criado único servia-nos à pressa, evidentemente no intuito zeloso de ir ainda dali ajudar ao festim de seus amos, cujo eco no

meio da tristeza do nosso silencioso repasto nos chegava exaltado de contraste, numa sonoridade de saturnal.

Na sala próxima começara-se a entoar uma canção báquica quando o meu companheiro, expectorando um suspiro fundo, e depois de me haver perguntado se eu era francês, descarregou subitamente no meu peito esta confiança inesperada: — Dali a três dias cessariam inteiramente para ele as alegrias e os prazeres mundanais. Este domingo seria o último em que ele participaria dos profanos regozijos do século. Na terça-feira seguinte estaria para todo sempre vinculado à Igreja... E, ao dizê-lo, tremia-lhe a voz numa comoção que ele procurava debalde reprimir; e os seus grandes olhos azuis, fitos nos meus, arrasavam-se-lhe de lágrimas cristalinas e luminosas.

— Por que não se fez antes padre católico em Portugal ou em Espanha?

— Oh! oh! — exclamou ele com horror.

— É que entre nós os vínculos do sacerdócio não excluem o eclesiástico de nenhuma das conveniências temporais. Num domingo, como hoje, por exemplo — expliquei eu —, um clérigo em Lisboa, depois de dita a sua missa, tem cumprido o preceito e acabaram para ele até à missa do outro dia todos os compromissos canónicos. Num bailarico de família, como este aqui ao lado, esteja certo de que em Lisboa entre vinte convivas haveria pelo menos um padre galhofeiro e anedótico, que entreteria discretamente as senhoras dizendo facécias ao jantar, que é o que lá chamam o *honesto convívio*, ou tangendo-lhes ao piano uns *lanceiros*, em estilo repicado de moteto, para as danças. Os próprios párocos, os mesmos curas de almas vão aos teatros nos domingos como nos dias de semana, têm os seus lugares certos na plateia barata da ópera, entre ranchinhos de damas amantes da devoção e da música lírica; e quem olha dos camarotes vê-lhes em baixo, entre os enfeites ornitológicos dos chapéus das meninas adjacentes, as coroas rapadas de fresco em discos geométricos e reluzentes.

— E as responsabilidades da consciência perante a transgressão do dever moral? — observa o meu companheiro. — E o rebaixamento da personalidade cristã unvida e sagrada por Deus? Aquilo a que chamamos *pecado*, enfim?!

Maravilhado de que, apesar dos sólidos estudos da Uni-

versidade de Leida, a Holanda pudesse produzir um teólogo que como este parecia não conhecer da Igreja Romana mais que os austeros princípios professados pelos jansenistas de Utreque, expliquei-lhe o melhor que pude algumas das grandes belezas do catolicismo, tal como nós outros latinos o havemos interpretado para o fim de pôr o Evangelho ao alcance dos membros da nossa aristocracia e das nossas classes médias, para cujos interesses ele evidentemente não foi destinado de princípio. Mostrei-lhe como entre essas belezas figurava a pouca importância que têm os actos ordinários e habituais da vida no problema da remissão e da graça. Mostrei-lhe como todo o povo, bafejado por uma Natureza tépida, risonha, um pouco enervante, eminentemente favorável à sensualidade, podia em nossos climas aliar os fervidos sentimentos religiosos com uma ausência absoluta de filosofia, com um descanso completo da responsabilidade, adormecendo em cada dia sobre o colchão fofo e macio da culpa, embalado na esperança convicta de que uma boa morte ressalva tudo ao cabo da pior das vidas, sendo muito mais particularmente agradável a Deus uma boa e decisiva reconciliação *in extremis* com os ditames da sua lei do que uma longa existência monótona de boas obras regulares e insípidas. Dadas tais crenças no seio de uma sociedade, o meu companheiro de mesa compreenderia facilmente quanto vinha a ser suave e compatível não só com todas as alegrias mas com todas as fraquezas do Mundo a missão de um clero nos países católicos meridionais.

Ele parecia escutar-me com interesse, o cotovelo na toalha, o queixo nos nós dos dedos, e, como comentário às minhas palavras, exclamava apenas repetidamente, com um sorriso meio irónico, meio sincero, como um eco maquinal e vago do seu pensamento:

— Oh! o espanhol! o espanhol!

E dizia-o às vezes com uma espécie de respeito curioso pela raça de Santa Teresa e de Santo Inácio, dos quais ele tinha o ar de me considerar como um primo coirmão, um sobrinho carnal, um destes parentes próximos, estroinas, que ainda nos desgostos que dão à família se parecem com ela.

E, todavia, lisonjeio-me pensando que, se convivesse intimamente durante um ano com este herege, eu o arrancaria talvez pela persuasão às garras da hipocrisia luterana, não digo para o

entregar como neófito ao papado, porque para aí não creio que ele se resolvesse nunca a ir pelo seu pé, mas para o restituir como arrependido mamífero à sábia Natureza.

Despedimo-nos um do outro à porta da rua. Ele colocou a mão no meu ombro com um gesto de paternal violência, como querendo indicar que o meu caminho era oposto ao seu, e disse-me:

— Adeus! Vá-se divertir. Boa viagem!

Achei-me só na rua principal da cidade, Hoogstraat, construída sobre o extenso dique que atravessa a povoação, defendendo a cidade velha das cheias do Mosa.

Eram oito horas da noite. Caía uma chuva outonal, miúda e constante.

Uma espessa multidão de gente, semelhante à de Kalverstraat em Amsterdão, palmilhava o solo lamacento à luz dos candeeiros e à luz dos botequins abertos, cujos clarões a toda a extensão da longa rua listavam de faixas luminosas a vasta superfície ondulante dos guarda-chuvas abertos e gotejantes.

Recolho-me em uma das novas *passagens*, à moda na Holanda, construídas no estilo das galerias Saint-Hubert em Bruxelas, servindo esta para ligar a Hoogstaad com os cais. Neste recinto o movimento de gente é enorme, e o espectáculo que se me oferece inteiramente extraordinário.

Ao clarão do gás, caindo de grandes blocos foscos do alto da galeria, ladeada de vitrinas de armazéns, de tabacarias e de cafés, igualmente cintilantes de luz, a população roterdamense entrega-se, abrigada da chuva, aos seus folguedos habituais da rua nas noites de domingo.

Grupos de raparigas, entre os quinze e os vinte e cinco anos, criadas de servir, costureiras, caixeiras, passeando de braço dado, nariz no ar, olhar alegre e atrevido, falando e rindo escancaradamente, provocam os homens a uma folia de Carnaval deitando-lhes a língua de fora, fazendo-lhes pés-de-nariz, puxando-lhes os chapéus, dando-lhes piparotes, fugindo-lhes com as bengalas, atirando-lhes à cara com bolas de papel amarrotado.

Os homens de todas as jerarquias e de todas as idades — porque estas petulantes raparigas não escolhem nem excluem ninguém dos seus desafios — respondem-lhes e despicam-se agarrando-as à bruta pela cintura, rebuscando-as e esquadrinhando-as em correrias de selvagem, até o extremo

de lhes fazer cair as ligas ou de lhes quebrar os atacadores dos espartilhos.

Nunca em minha vida vi um despejo igual, e esta licenciosidade pública parecia-me o ultraje provocador de um povo todo à minha delicadeza de viajante latino. Achava-me insultado.

No meio desta verdadeira orgia de alarves, destaca-se de repente aos meus olhos indignados um rapaz, de cerca de dezasseis anos de idade, gravemente vestido de colegial, com o seu grande colarinho redondo, de menino bem-educado, voltado por cima da gola de uma jaqueta de pano fino, tendo abraçada uma forte e loira rapariga, que lhe enche de murros o nariz enquanto ele lhe circunda o pescoço de uma enfiada de beijos. O guarda da passagem, vestido num aparatoso uniforme agalado, de porteiro de casa nobre, agarra neste adolescente pelas orelhas, leva-o suspenso do chão até o pórtico da galeria e lança-o, por meio de um pontapé aplicado um pouco abaixo dos quartos traseiros da jaqueta, estatelado de bruços sobre a lama de Hoogstraat.

E eu gostei.

Confesso-o aqui para meu castigo; confesso-o humilhado e corrido de mim mesmo perante esse primeiro impulso instintivo da minha desastrada educação de homem administrado, de um homem policiado, de homem servil. Pobre de mim! que sei eu do que é a liberdade?! Julgo-me um independente, um racionalista, um emancipado de todos os preconceitos tradicionais da tirania; de repente, um brutamontes puxa arbitrariamente as orelhas a um pobre rapaz que dá beijos numa rapariga, e eu regozijo-me estupidamente, como um simples padre-mestre de casos, como um mísero sargento instrutor de recrutas! Presencio pela primeira vez na livre Holanda um acto de despotismo autoritário, e o meu coração exulta ridiculamente, como o de um chinês nostálgico ao tornar a ver, entre as raridades de um museu estrangeiro, o modelo da canga apetecida em que o entalavam os mandarins na pátria longínqua!

Aqui está um pudico horrorizado pela moral em perigo, porque um bom rapaz sem licença dele deu quatro beijos numa linda rapariga! Eu quero saber se não é muito mais nobre, muito mais casto e muito mais decente este espectáculo que o de quatro estudantes do liceu de Lisboa esprei-

tando febris por estereoscópio da Rua do Oiro a seminudez obscena da fotografia de uma *cocotte*; e se não é muito mais digno da honrada natureza do homem a iniciar-se no amor dando beijos em público numa cara de mulher do que lendo um mau romance do Sr. Belot, às escondidas, na carteira da aula, ou no *water-closet* da família.

E, já agora que me descarrego deste pecado, confessarei tudo, desdizendo-me igualmente da pueril susceptibilidade com que ao primeiro aspecto me revoltei perante o modo como Roterdão se diverte.

Lisboa tem ensaiado algumas vezes, pelo Entrudo, divertir-se pela mesma forma, isto é, em pleno exercício do seu gosto; mas esses casos a cavalaria da guarda municipal sai à rua e varre o povo às pranchadas.

Em Roterdão dá-se esta diferença característica: quando a força armada intervém nos divertimentos populares quem é varrido não é o povo, é a tropa.

Depois de feitas várias experiências, reconheceu-se que em Roterdão os cidadãos não podiam viver, sem desordem, com soldados, e o resultado foi que, depois de alguns anos, cessou para sempre de haver guarnição militar na cidade. Não foi o povo que em Roterdão deixou de se divertir como o seu temperamento e como a sua educação lho pediam, à semelhança do que fez Lisboa quando as autoridades lhe proibiram os ovos de Entrudo, os foguetes, os repiques de sinos, as pegas dos toiros, etc.

Em Lisboa o povo cedeu, em Roterdão, pelo contrário, a tropa retirou-se.

Não é precisamente como na passagem de Hoogstraat que nós nos entretemos dentro dos domínios administrativos do sr. governador civil e do sr. comandante da guarda municipal; mas que importa isso para a glória de Roterdão?!... É pouco mais ou menos como em Hoogstraat nos domingos à noite que o homem espalha as suas penas entre os mais espirituosos consoladores que a pobre humanidade tem tido neste mundo; é assim que a gente se diverte em casa de Gil Vicente e de Miguel Cervantes, em casa de Rabelais, em casa de Van Ostad e em casa de Jani Steen.

Que o tão culto quanto fastiento Chiado pense de mim o que muito bem quiser! Pela parte que me toca, solenemente o renego e dele abjuro. Sou por Hoogstraat.

A Casa Havanesa dirá sobre o assunto o que lhe parecer; o que eu digo é que prefiro, com os de Roterdão, dar abraços nas mulheres a dar-me o general comandante da guarda cutiladas em mim.

Para esgotar até às fezes a taça dos prazeres babilónicos de Roterdão — a que o meu companheiro de *table d'hôte* tão saudosamente me relegara — depois de ver a rua, nada mais me restava senão ir aos antros tenebrosos dos pequenos cafés cantantes, chamados *Músicos* por um dos muitos espanholismos deixados no vocabulário nacional pela convivência das tropas de Filipe II. Em tão estreitos limites se restringe a órbita pecaminosa das mundaneidades com que esta cidade contribui na obra geral do século para a perdição das almas pela incontinência do gozo!

Fui aos *Músicos*.

Uma longa sala de tecto baixo iluminado a gás. Ar espesíssimo de fumo, de vapores alcoólicos, de gases exalados das epidermes em transpiração, das bebidas fermentadas, da lama enxuta no calor confinado. Uma cortina corrida, junto da porta, esconde às vistas de quem passa na rua os mistérios do templo consagrado ao culto musical e coreográfico da Vénus à hora. Ao fundo, um pequeno palco para as canções; em baixo, um piano asmático e duas rabecas grunhedeiras. Ao longo dos muros laterais, filas de mesas rodeadas de cadeiras. Ao centro, um espaço livre para o baile.

O espectáculo humano é tão original como o da passagem Hoogstraat, mas de carácter inteiramente diverso. Na rua folga-se, e, não obstante a animalidade brutal do processo, há na brincadeira um não sei quê de ingénua e casto, como se em toda aquela enorme mole de sangue em ebulição, de alegria plebeia, não houvesse passado jamais o calor febril de um desejo, a instigação de uma curiosidade sensual!

Aqui, pelo contrário, ama-se. De cerca de cem homens de que consta o público — marujos da Zelândia e da Frisa — todo o que não está gravemente bêbado está namorado.

As mulheres servidas pela empresa do baile, absolutamente como a cerveja ou o *shiedam*, são respectivamente hediondas, de uma fealdade nunca vista, anormal e monstruosa, evidenciada em todos os pormenores por um traje de bailarina feirense: *maillot* vermelho, saia curta de gaze, corpete sem mangas, decotado até o estômago, e botinas de cetim

claro com tacões Luís XV. Do alto desta armação lastimosa e contristadora de mulheres à venda, regurgita por compressão uma grossa papa de carne hidrópica, com porosidades de peru depenado, manchada como um mapa-múndi de aguadas azuis, esverdeadas e vermelhas. Dessas massas toscamente enformadas, moles, saponáceas, destacam-se apêndices verticais terminando em mãos, bocas avivadas a vermelhão, semelhando chagas entreabertas, de fundo lôbrego, e grandes olhos sublinhados a traços pretos, na forma de pargos, análogos aos olhos desenhados à chinesa na proa dos botes de Cacilhas.

Não creio que homem algum, dos que mais célebres ficaram nas lendas românticas da paixão, houvesse jamais dado à sua dama, à sua castelã, à sua rainha, à sua musa, uma intensidade, uma plenitude de adoração igual àquela de que são objecto, durante quinze ou vinte minutos por dia, estas estranhas e venenosas flores do monturo de Roterdão. Ai de mim! tal como o descrevo, este botequim fumarento e infecto é, na dura realidade positiva das coisas, a tal poética ficção da *Ilha dos Amores*, idealizada pelo alto lirismo de Camões como recompensa dos deuses aos grandes feitos dos heróis.

Para estes homens, que desembarcaram ontem, estas mulheres representam, num parêntesis de três dias, em meses, em anos talvez de navegação ao longo curso, tudo o que a terra produz de mais inefável — a felicidade suprema de amar e ser amado.

Como a fermentação das podridões locais se não presta pela sua produtividade a que a empresa dos *Músicos* forneça um par a cada embarcação, eles amam e bailam por turmas, aos quatro ou cinco em torno de cada ninfa como em torno de cada gamela no rancho de bordo.

Em um desses grupos vejo a sabina fumando um cigarro de papel sentada no joelho de um eleito, que a contempla em êxtase segurando-a delicadamente pela cintura, sorrindo até às orelhas com uns dentes em serra, num enlevo mudo de jacaré fascinado. À direita, um de barrete de lontra, com um brinco em argola na orelha, afaga com a reverência religiosa de um selvagem diante de um fetiche o braço nu que pende para o seu lado. À esquerda, um outro, de longo beijo de fauno ladino, oscula em chuchurrúbio os dedos que seguram

o cigarro da sultana, enquanto aos pés dela, acororado no chão, uma espécie de rabino, em jaquetão felpudo e chapéu de funil no cocuruto da cabeça, de longo nariz adunco esgarçado pelas geadas, barbicha ruiva, de chibo, medita concentrado, tumente de genebra, sobre o cetim da bota que com o respectivo pé ele acalenta nos braços.

No centro da sala, alguns pares sapateiam estrepitosamente uma polca. Um maligno conduz o seu par, cingindo-o ao peito, enlaçado com os dois braços pela cinta, e, como se este estreito contacto não bastasse para abafar a sua chama, ele puxou ainda a viseira do boné para cima de uma orelha, e dança infrene, escoicinhante e rápido, levando constantemente o olho direito colado pela órbita à testa da dama. Seguem-no tumultuosos, num redemoinho de cachações fervidamente e reciprocamente distribuídos, seis ou oito polquistas desparceirados esperando que o da viseira à banda desmorda do olho para lhe empolgarem a presa.

Simples como puros bichos, estes homens, sublimes de ternura até o ridículo, deram, embarcados, a volta ao Mundo; foram ao Equador e ao Pólo; cruzaram os mares de gelo e os mares de sargaço; encontraram de perto a baleia e o tubarão, o urso branco e o leão-marinho; foram ao Japão e à China, a Cuba e ao Peru; viram a caça ao elefante em Samatra, e a caça mais terrível aos ninhos de andorinha nas rochas de Java; viram as mulheres de Nova Granada dançando ao luar toucadas de pirilampus; viram as laranjeiras do Equador cantando ao sol enxameadas de colibris; viram passar os dromedários tristes na areia ardente do Egipto e de Argel; ouviram o guincho da araponga nos céus esbraseados do Brasil; ouviram o canto dos rouxinóis nos golfos azuis do Mediterraneo; ouviram o gemer dos castores no Canadá e na Sibéria; requeimou-os o sol mordente dos trópicos, e fez-lhes cair a pele o frio das noites polares no silêncio tétrico dos eternos gelos, que a heroicidade da marinha holandesa por tantas vezes semeou de cadáveres.

E amanhã, ou depois, fiéis ao destino de que é feita a glória da sua pátria, eles embarcarão de novo, calçarão as botas ensebadas, amarrarão os suestes por debaixo da barba, levantarão cantando as chalupas e as âncoras, e desaparecerão outra vez, por meses, por anos, talvez para sempre, embebidos pela névoa que franja o horizonte, felizes como triunfa-

dores a quem a glória não tem mais que dar, se, a troco de todo o dinheiro acumulado nos vencimentos de bordo, uma destas mulheres — únicas a cujo amor lhes é permitido aspirar num cortejo de três dias — os remunerou com tudo o que o Mundo tem até hoje inventado para recompensa dos fortes: — uma valsa e um beijo.

Roterdão tem para cento e cinquenta mil habitantes, além de muitos colégios e aulas particulares, cento e tantas escolas, sendo: trinta comunais; cinquenta e quatro de comunhões religiosas; três escolas comunais de domingo, com quinze mestres, para criados de servir e operários; onze escolas de costura e de bordados com cento e noventa e cinco mestras; uma escola normal com sete professores; uma escola normal superior, com catorze professores; um ginásio; uma escola para mestres, com seis professores; uma escola de mestras para asilos, com quatro mestras, etc.; um museu de antiguidades; um museu de história natural; uma biblioteca comunal; uma academia de ciências; um magnífico jardim zoológico; parques e jardins públicos; vários clubes, entre os quais figuram, em primeira linha, o Clube de Leitura, que passa pelo primeiro da Europa, e o famoso Yacht-Club, estabelecido num vasto palácio à beira do rio e montado com um luxo que rivaliza com o dos grandes clubes de regatas em Inglaterra.

Dos estabelecimentos de caridade — asilos, orfanatos, etc. — destaca-se o grande hospital recentemente construído, e a Casa dos Marinheiros, à semelhança da de Amsterdão, com a diferença de que, além de ser um grande hotel, o estabelecimento de Roterdão é também hospital, asilo, refúgio, banco, caixa económica e montepio dos navegantes. Nesta casa os marítimos são hospedam-se; os doentes tratam-se; os abandonados recolhem-se; os inválidos estabelecem-se.

A cidade de Roterdão cultiva para com a de Amsterdão uma rivalidade semelhante à que professa em Portugal a cidade do Porto pela cidade de Lisboa. Tudo quanto se faz de novo em Amsterdão contrafaz-se, perfaz-se, refaz-se ou desfaz-se por emulação, por contradição ou por imitação em Roterdão.

As curiosidades monumentais da cidade, além do grande órgão e dos túmulos de almirantes célebres na Igreja de S. Lourenço, das estátuas do estadista Van Kogendorp e do poeta Tollens, são a casa onde nasceu Erasmos — *Hacc est*

*parva domus magnus qua natus Erasmus* — e o monumento levantado em honra dele.

A estátua do filósofo, colocada sobre um pequeno e pobre pedestal, ao centro da larga ponte em que se acha estabelecido o mercado, tem o ar bucólico e risonho de passear, meditando sobre um livro aberto, envolto na toga do letrado, por cima das enormes e garridas cestas dos legumes, das hortaliças e das frutas, honra e brasão da incomparável horticultura holandesa. O espirituoso literato, sereno e recolhido, que em vida preferiu a companhia modesta do seu amigo e professor Froben ao bulício glorioso das cortes de Sigismundo da Polónia, de Carlos de Áustria, mais tarde Carlos V, de Henrique VIII de Inglaterra, e de Francisco I, não deve achar-se deslocado em effigie entre os pregões alegres dos hortaliçeiros, sob a revoada familiar dos pardais que se espanejam sem cerimónia no seu barrete de jurista.

Além de que os eruditos modernos não conhecem, muito mais intimamente do que os simples vendilhões, a obra do grande enciclopedista da Renascença. Quem é que lê hoje os *Adágios* ou os *Colóquios*, os tratados morais ou os tratados políticos? Folheia-se quando muito o *Elogio da Loucura*, de preferência na edição ilustrada, e ainda assim menos para ler o texto do que para ver os desenhos de Holbein.

Meu Deus! Como envelhece depressa a sabedoria! A ciência que se acumula e se transmite de geração para geração é um património geral da humanidade inteira, no qual se funde, se congloba e se esvai a contribuição modesta de cada indivíduo. Se é pessoal, estável, infundível e eterna a obra da arte. Os grandes nomes pomposos de Erasmo, de Scaligero, de Justus Lipsius, de Grotius, de Boherhave pertencem à paleontologia histórica, fossilizaram-se na memória humana.

Os nomes dos mestres da pintura holandesa conservam no entanto toda a sonoridade vibrante das orquestrações mais vivas e mais próximas de nós. Quem é que passou na Holanda e não estremeceu uma vez, num calafrio sobrenatural, em presença da *Lição de Anatomia* ou da *Ronda de Amsterdão*, cuidando ir ver em pé, na sala do museu, ao seu lado, o próprio Rembrandt, de paleta e de pincéis em punho, os anéis do cabelo em transpiração na testa sob o gorro encarnado, o olhar encerrado a meia luz em frente da tela, o beijo palpitante, o pulso em febre?

Erasmus, pelo contrário, ninguém já imagina senão em bronze. O do monumento em Roterdão foi, como o cobre dos instrumentos das bandas regimentais da Holanda, o objecto de uma lei característica. — Proibiu-se que estes metais fossem limpos. Sem esta sábia disposição, a mania nacional da limpeza desenfreada faria com que os instrumentos musicais da tropa não durassem mais de seis meses e com que as estátuas dos heróis desaparecessem todas em pouco tempo, desgastadas e desfeitas pelo esmeril da plebe.

Noto, contemplando a sociedade burguesa de Roterdão, que há uma radical diferença de ponto de vista no exercício da profissão comercial entre os costumes da Holanda e os costumes portugueses.

Em Lisboa e no Porto o lojista moderno é, em geral, um candidato a qualquer outra coisa: a vereador, a deputado, a jornalista, a visconde. A loja não representa uma tradição amada, de família ou de classe, mas sim o casulo accidental e transitório em que o lojista, como a lagarta, se prepara, o mais à pressa que pode, para a transfiguração em borboleta. Pelo anúncio e pelo reclamo ele funda uma celebridade provisória, de tabuleta ou de número de porta, suficiente para chamariz. A abonação das velhas firmas veneráveis, iniludível penhor antigo de probidade e da honradez das transacções, deixou de ter cotação no tráfico geral. Já ninguém põe preço a um nome, porque o nome não vale nada. A transmissão do crédito realiza-se pelo simples trespasse da chave da porta. A primeira coisa que faz aquele que se estabelece é desinfectar e clarificar o antro dos vestígios daquele que liquida. Todo o lojista começa por se mobilar de novo, em mogno polido ou em pereira de infusão imitando o ébano, com vidros três vezes maiores, com três vezes mais espelhos, e com três vezes mais anúncios que o caturra seu predecessor. Ao cabo de dez anos, de vinte anos para os de mais longo fôlego, a casa envelhece, o estabelecimento acaba, a chave da loja trespassa-se pelo décuplo do preço por que se tomou; o antigo inquilino bateu a asa; foi para a política, foco ordinário de todas as ambições rasteiras, foi para um banco, foi para uma empresa financeira, de pretexto agrícola ou de pretexto industrial, foi para uma companhia, foi para uma batota, ou foi simplesmente para o tribunal do comércio ou para a cadeia.

Em Amsterdão e Roterdão anunciam-se produtos novos que chegam, produtos que a indústria local modifica ou renova: mas não se anunciam casas de comércio. A fama dos estabelecimentos mercantis faz-se no público pela força da tradição. A chave da porta é nada, o nome do mercador é tudo.

Neste regime, todo o método é de continuidade e não de transformação. Daí o respeito quase supersticioso do negociante holandês por tudo quanto relembre o seu mais longo passado. Há muitas lojas em Amsterdão e Roterdão que têm cem, duzentos e trezentos anos de existência. Nestas casas venerandas tudo é tradicional e antigo, como nos solares da alta nobreza. Por mais humilde que seja o ramo de comércio, o balcão assume a importância histórica de um brasão desde que por trás dele passaram três ou quatro gerações de homens honrados. Não é só a armação da loja, o mostrador e os armários que conservam o tipo consagrado e imutável da fundação primitiva, é o interior e o recheio de toda a casa, é a carteira denegrida, é o formato e a encadernação dos livros, o tinteiro e a cor da tinta, é a pena, é o papel de cartas, que muitos continuam ainda a dobrar à antiga, sem invólucro separado, fechadas a obreia; é ainda o mesmo estilo consagrado na redacção da correspondência, é a mesma hora de fechar e abrir a porta, a mesma hora de comer, de dormir, de fumar e de ler a Bíblia.

Em uma casa de Amsterdão, fundada no século xvii, os primitivos proprietários falavam português; no escritório desta casa, que ainda existe, e onde todos são holandeses, continua-se a falar português à carteira e a escrever em português nos livros, como há duzentos anos.

Os grandes estabelecimentos afamados não anunciam ao público nem expõem a quem passa pela rua as coisas que vendem. Não têm *cliché* na imprensa, não têm vitrina de amostra no estabelecimento. Nenhuma espécie de armadilha ao basbaque, nenhum intuito de tentação para comprar exercida sobre quem vai seu caminho! Nos mercados menos frequentados pelos estrangeiros, nas pequenas cidades de província, muitas das lojas têm a porta fechada. Quem quer comprar bate ao ferrolho. E nunca eu senti um tão grande desejo de comprar como em presença dessa aparente indiferença geral de vender!

A família do lojista habita ordinariamente no mesmo pavimento da loja para o lado posterior da casa. Um timbre fixado à padieira indica ao abrir a porta a entrada de cada comprador. À hora do almoço e do jantar sente-se do fundo o aroma apetitoso da refeição, o tilintar discreto dos talheres no banquete aconchegado. Quando o homem não pode vir vender, substitui-o ao balcão a mulher ou a filha. Mais frequentemente que o marido, é a mulher que fala o francês, e, nesses casos, é ela chamada para servir de intérprete aos estrangeiros, e desempenha-se zelosamente desse encargo, pedindo-lhes que falem devagar, destacando bem cada sílaba; escuta de olhos arregalados, repetindo uma a uma todas as palavras até reproduzir por inteiro em holandês a frase que se lhe dirige.

Ao domingo, toda a ninhada vai jantar ao campo sempre que o bom tempo o permite: os dois esposos de braço dado, os pequenos na frente, pela mão.

Como as habitações da cidade não têm jardim, é ordinariamente no campo adjacente que o mercador de Amsterdão estabelece, entre flores e relva, o seu lar querido. Logo que as suas economias lho permitem, vai residir de vez no seu pequeno museu de que fez a sua vivenda de recreio e de descanso (*my lust en leoen*), associando ao negócio, a que deixa de presidir, o seu filho, a sua filha, o seu genro ou o seu caixeiro.

Os mais ricos, os que realizam colossais fortunas nas colónias ou no alto comércio das praças de Roterdão ou de Amsterdão, estabelecem o seu pé de castelo nas cidades de luxo, na Haia ou em Arnhem.

*A Haia — Passeio através da cidade — O cosmopolitismo — A elegância — Recordações históricas — Adelaide de Ploelgest — Maurício de Nassau, o Brasileiro — A companhia das Índias — Spinoza — O Binnenhof — Arminius e Gomar — O stadhouder Maurício de Orange, Grotius, Hogerbeets e Barneveldt — Conflito religioso — Municipalismo e unitarismo — O suplício de Barneveldt — Fata viam invenient — A burguesia, a dinastia de Orange e o povo — O exército holandês — O equilíbrio social — Corrida de cavalos — O bosque da Haia.*

Haia é a mais europeia e, não obstante, uma das mais originais e das mais interessantes cidades da Holanda — de tal modo o gosto nacional soube harmonizar o que ela tem de histórico com o que tem de juvenil.

O elegante cosmopolitano, que faz deste pequeno quadrado de terra holandesa um dos mais doces refúgios que pode apetercer no Mundo o espírito de um artista, revela-se hospitaleiramente aos viajantes, apenas eles penetram na cidade.

O cocheiro que me conduz da gare ao hotel, num *landeau* de praça, fala-me correctamente o francês e serve de *cicerone*.

Nas ruas que percorro, o *pignon* architectónico peculiar das Flandres cedeu na fachada dos prédios o seu lugar à cimalha dórica e aos motivos decorativos da renascença francesa ou renana.

Quase todas as casas são rodeadas de jardins: muitas delas ornadas de *logettes*, de vestíbulos envidraçados, de estufas exteriores recheadas de folhagens tropicais e flores preciosas.

O palácio do príncipe Guilherme, encomendado por ele em 1840 a um architecto inglês, é de estilo gótico; o palácio habitado pela família real é de estilo grego, como a estação do caminho-de-ferro em que desembarquei; e nada architectonicamente mais cómico do que o inesperado encontro na mesma praça, e frente a frente, deste falso grego e deste falso gótico.

Sucedem-se, à direita e à esquerda, sobre as frontarias envidraçadas das lojas mais elegantes, as tabuletas francesas dos *glaciers*, dos *confiseurs*, dos cabeleireiros, dos luveiros, das lojas de quadros, de curiosidades e de modas, dos luxuosos fornecedores do rei e da rainha; e a cada esquina, em pitorescos quiosques envernizados, uma venda, ao copo, de leite fresco e gelado de Verão, de leite quente e perfumado no tempo frio.

Para qualquer lado que se penetre um pouco mais para a direita o para a esquerda, para diante ou para trás — e eu aproveito a deliciosa frescura da mais bela manhã do Estio para me fazer carruajar em todas as direcções — desemboca-se rapidamente em vastas planuras desafrentadas, extensos parques umbrosos e tranquilos, coutadas verdejantes cobertas, como as terras da aristocracia inglesa, de gado de luxo, de lanzudos carneiros de grande raça, de esbeltos cabritos e de manadas de corças, por trás de gradarias de ferro, abeberando-se imóveis, em contornos pardacentos tocados de reflexos de oiro pelo sol-nascente, à beira dos grandes lagos espelhados e dormentes.

Fundada por um capricho principesco no século xvi para

*rendez-vous* de caça dos condes da Holanda, donde o seu nome holandês — *S. Graven Haag, parque dos condes* — a Haia, mais tarde residência dos chefes do Estado e sede dos poderes públicos, gozou durante duzentos anos do privilégio de *aldeia*, desguarnecida de muros, de portas e de trincheiras. A essa condição excepcional e particularíssima deve ela a sua presente forma, compósita e encantadora, de *boulevard* público e de jardim particular, de cidade e de parque, de capital e de estação de recreio.

Os antigos canais têm desaparecido do interior da cidade e espriam-se nos arrabaldes; um resto apenas da lagoa no Prinsegracht, e no Vijver, tendo ao centro uma ilhazinha toucada de verdura e circundada de cisnes.

Nas vilas deliciosas que rodeiam o Vijver ou correm ao longo de Parkstraat, os palácios destacam as suas fachadas polidas de entre os maciços do arvoredado, parecendo segurar regaçadas de flores nos eirados e nas varandas, de que pendem em festões as rosas abertas e as finas folhas tenras, diáfanas e vermelhas da vinha selvagem.

No meio desta perfumada e elegante frescura de *lawn-tennis* ou de *steepie chase*, de *turf* ou de granja de luxo, tomam o aspecto de recreativas curiosidades diplomáticas e decorativas os palácios dos ministérios, dos arquivos, dos tribunais, das legações e do parlamento, abrindo os seus pórticos sobre ruas de um asseio de *boudoir*, calçadas de tijolo cor-de-rosa.

A cada passo, como no salão de um erudito mundano, se nos vão deparando, ao longo das praças e das ruas, pitorescos documentos de história e de arte.

Esta pedra alvejante na mesma praça em que se armavam outrora os patíbulo indica o lugar em que no dia 12 de Setembro de 1391 foi assassinada pelo povo a bela e desditosa Adelaide de Ploelgest, amante do conde Alberto. Alberto, primeiro dos condes da Holanda que usou o título de *stadhouder*, depois de haver desterrado o conde de Ostrevant, seu filho, como cúmplice no assassinio de Adelaide, morreu endividado em 1404. Segundo a velha lei holandesa, nos casos de insolvência do morto, a condessa viúva teve que pôr um vestido de empréstimo para acompanhar à sepultura o cadáver do seu esposo, lançando-lhe em público, à beira da cova, uma palha sobre o esquite, em sinal de que desistia da sucessão.

A grande igreja (*Groot Kerk*) monumento gótico do século xiv, incendiada em 1539, reconstruída em 1547 pelo duque de Borgonha Filipe, o Bom, conserva no coro os escudos de armas dos cavaleiros que aí tomaram assento em capítulo da Ordem do Tosão de Oiro, instituída para comemorar a formosura dos cabelos da infanta portuguesa D. Isabel, filha de D. João I.

A igreja do claustro (*Kloster Kerk*) é o resto de um mosteiro dominicano fundado no século xv por Margarida de Clèves, e encerrando desde o século xvii o túmulo monumental mandado erigir pelos Estados Gerais em honra do heróico barão de Wassenaar, cujo navio foi pelos ares em 1665 num combate com os Ingleses.

Na igreja nova (*Nieuwe Kerk*) acham-se as sepulturas dos irmãos de Witt.

O gracioso palácio em que está o museu (*Maurits huis*) perpetua o nome do seu fundador, o conde João Maurício de Nassau, cognominado *O Brasileiro*.

Na história da dominação holandesa no Brasil o governo do conde João, desde 1636 até 1644, representa um breve parêntesis glorioso no baixo regime de vil traficância e de cruel pirataria, estabelecido nas relações políticas da Holanda com a América do Sul pela famosa Companhia das Índias Ocidentais.

O príncipe era um político instruído e generoso. A companhia era uma simples liga de exploradores mesquinhos. Enquanto os Dezanove do conselho da companhia, com um capital de dezoito milhões de florins, um subsídio de duzentos mil, e o privilégio por vinte e quatro anos do tráfico e navegação da África e da América, punham e depunham governadores, armavam e desarmavam exércitos, faziam e desfaziam guerras e pazes, e moviam uma armada de vinte e três navios, com quinhentas bocas de fogo, mil e seiscentos homens de tripulação e mil e setecentos de tropas de desembarque — tudo para o fim de enriquecer os burgueses associados de Amsterdão, de Roterdão, da Groninga e do Middelburgo, por meio das rapinas das pimentas e da chacina dos índios —, o príncipe João Maurício, conde de Nassau, embarcava como governador para Pernambuco no intuito ingênuo de fazer sabiamente um governo, desenvolvendo uma civilização.

Para esse fim procurou organizar, para o seguir, mais uma expedição científica do que uma expedição de guerra. Acompanhou-o ou seguiu-o ao Brasil toda uma plêiade de sábios e de artistas — escritores, pintores, escultores, architectos, operários. Partiram com ele o naturalista Piso, de Leida, o alemão Macgraf, os quais escreveram mais tarde os interessantes livros *Historia naturalis Braziliae* e *Historia Braziliae*. Partiram igualmente o erudito Francisco Plante, o pintor Franz Post e o architecto seu irmão Pieter Post.

Chegado a Pernambuco, o príncipe inaugurou o seu governo decretando a liberdade de religião e a liberdade de comércio, montando um observatório astronómico, construindo uma ponte, plantando um jardim, criando uma escola, fundando uma cidade.

Todo o bem que se fez durante o seu governo, fez-se a despeito da companhia; todo o mal foi feito pela companhia, apesar do príncipe.

A vergonha lastimável da política holandesa na governação do Brasil é que, no conflito levantado entre as ideias do governador e os interesses da companhia, o vencido foi o governador.

Desde esse momento, o império holandês na América achava-se condenado e a espada heróica de João Fernandes Vieira, ao desembainhar-se em Pernambuco, não fez mais do que executar a sentença passada em julgado perante a jovem civilização brasileira.

A reabilitação da Holanda pelos erros da sua política no Brasil está no facto de que foi ela modernamente a primeira a reconhecê-los e a confessá-los. Em 1853, um escritor da Haia dizia no prólogo de um livro consagrado à história dos sucesos do Brasil no século xvii: «Nenhum povo possui na história mais de um nome ou dois comparáveis ao de João Fernandes Vieira. O elogio dele, glória da sua pátria e de cada um dos seus descendentes, seria descabido na boca de um estrangeiro. Vieira libertou o seu país de um domínio pesado à população e antipático às suas opiniões religiosas. Os brasileiros de então, não podendo ainda formar uma nação independente, tornaram a ser portugueses e católicos. Cerca de duzentos anos mais tarde, em 1822, sacudiram um outro domínio que cessara igualmente de corresponder às suas necessidades políticas: o Brasil sentiu-se forte, declarou-se inde-

pendente; e esse país, outrora desleixada colónia, é hoje um dos mais ricos impérios, ao qual o futuro reserva um dos primeiros lugares entre as potências do mundo.»

O meu *fiacre* prossegue, e a história da Haia e da Holanda continua a desdobrar-se aos meus olhos em monumentos testemunhais.

Esta linda porta ogival, chamada Porta dos Prisioneiros, dá entrada ao cárcere em que foi aplicada a tortura a Cornélio de Witt.

O palácio municipal, edifício do século xvi, enfaticamente deturpado por superfetações do século passado, ostenta ainda a sua clássica torre de atalaia e o antigo degrau de pedra a que subia para falar às turbas o tribuno popular. Por cima da porta deste curioso edifício, o brasão da Haia: a cegonha branca de pés vermelhos atacando uma serpente sobre escudo de ouro, com esta divisa: *Vigilate Deo confidentes*, e mais estoutra: *Felix quem faciunt aliena pericula cantum*. Na fachada lê-se esta inscrição: *Ne Jupiter quidem omnibus*, frase elíptica, que quer dizer: *Se nem os próprios deuses podem contentar toda a gente, muito menos nós, magistrados, o poderemos fazer*.

Várias estátuas.

No *Plein*, a de Guilherme, o *Taciturno*, tendo um dedo na boca em sinal de silêncio, com esta divisa: *Saevis tranquillus in undis*, e esta dedicatória, em língua holandesa: *A Guilherme I, príncipe de Orange, pai da pátria, o povo reconhecido*.

Em frente do palácio real, outra estátua equestre de Guilherme I.

No *Buitenhof*, a do rei Guilherme II.

No *Lange Woorhout*, o monumento do duque Bernardo de Saxe-Weimar.

No *Paveljoensgracht*, finalmente, o monumento de Espinosa.

Desapossando-se deste cidadão, filho de judeus expulsos por D. Manuel, Portugal antecipou o pagamento de uma boa indemnização à Holanda pela perda do Brasil.

Como a distância de trezentos anos modifica na perspectiva da História a proporção das coisas! Quem nos dissesse no século xvi que o obscuro e desprezível judeu, pai de Espinosa, ao emigrar de Lisboa, nos arrebatava uma riqueza comparável à dos imensos territórios do país brasileiro teria o ar de um utopista em delírio. E, todavia, o que hoje vemos é que o império do Brasil, depois de tanto sangue derramado

e de tanto oiro despendido para o manter por algum tempo sob a dominação honorária da nossa bandeira, desapareceu para nós sem outro vestígio mais que o cansaço, a corrupção e a tristeza que imprime no enfraquecimento das gerações e na decadência das raças a memória das suas glórias extintas e das suas riquezas desbaratadas; ao passo que Espinosa, tornado holandês pela intolerância do nosso despotismo católico, funda no país a que o rejeitámos as bases de um novo critério que põe a Holanda à frente de todo o grande movimento filosófico do mundo moderno. Entre os grandes pensadores que no século xvii deitaram abaixo toda a velha construção da psicologia, abrindo caminho novo ao regime experimental da nossa era, foi este português de Amsterdão, magro, sóbrio, moreno, nervoso, terno, namorado — legítimo português por todos os caracteres fisiológicos —, quem mais poderosamente manejou ideias, renovou e fortaleceu inteligências, elevando proporcionalmente no seu meio social o nível da dignidade humana, e criando em toda a parte, pela penetração e pela independência do seu génio, novas e fecundíssimas correntes de investigação e de processo, na filosofia, na moral, na política, na arte, atraindo magneticamente e arrastando na sua órbita luminosa toda uma constelação de espíritos, entre os quais vemos sucessivamente irradiar Leibnitz, Malebranche, Voltaire, Lessing, Goethe, Byron, Novalis, Hegel, Schopenhauer, Hartmann, Bukle, Draper, Quetelet, Spencer, todos aqueles enfim que uma vez perguntaram a si mesmos, num intuito moral, num intuito político, num intuito pedagógico ou num intuito estético, se as acções humanas são *livres* ou são *necessárias*, e aos quais Espinosa respondeu: *Qui igitur credunt se ex libero mentis decreto loqui, vel tacere, vel quidquam agere, oculis apertis somniant.*

O exemplo deixado pelo cidadão foi na vida de Espinosa tão grande e tão fecundo como o impulso dado pelo sábio às ideias do seu tempo.

De um estoicismo verdadeiramente heróico, de um desinteresse completo, de uma independência absoluta, tendo aprendido um ofício mecânico e polido vidros de óculos para ganhar como operário um salário honesto; vivendo com quatro soldos diários; alimentando-se, apesar de tísico, com uma simples sopa de leite e um copo de cerveja por dia; fiel ao seu ideal de estudo e de verdade, inacessível a toda a espécie de

corrupção, impenetrável a toda a qualidade de medo, recusando todos os benefícios e todas as honras que lhe propuseram príncipes e reis: fundamentalmente democrata por convicção e por índole, sucessivamente perseguido pelos ódios e tentado pelas corrupções lisonjeiras de todos os partidos, de todas as escolas, de todas as seitas; resistindo sem ênfase e sem orgulho, pela benevolência, pela bondade, pela paciência, pela candura, como um justo, Spinosa pertence a essa alta categoria de homens cuja influência, determinada pela norma de uma vida imaculada, constitui uma das maiores forças em que se estabelece e fundamenta o equilíbrio moral de um povo, o seu destino e a sua glória. Porque, em última análise, a prosperidade e a glória de uma nação, assim como a sua decadência e a sua desgraça, não são senão o resultado da equação das coisas públicas com as ideias, os sentimentos e as virtudes particulares dos indivíduos, de cujo conjunto se formam os Estados.

O centro da população na Haia, o núcleo em torno do qual sucessivamente se desenvolveu a cidade, é o *Binnenhof*, espécie de cidadela gótica, outrora cercada de um fosso e formada de um grupo de edifícios sem interesse arquitectónico, *fazendo pátio interior*, circunstância que lhe deu o nome.

*Messire* Guicciardini, gentil-homem florentino, descrevia nos seguintes termos o Binnenhof em 1613: «Guilherme edificou um palácio magnífico, junto do qual há uma bela lagoa de água doce, construído numa arquitectura real com madeira da Irlanda, refractária a bichos e a aranhas. Há, além disso, uma bela capela e vários quartos magníficos para os conselheiros e para os Estados do país; conjuntamente uma mui ampla e espaçosa sala, com uma vasta planície em frente do pátio, que serve de passeio aos gentis-homens e burgueses. A presente prosperidade deste lugar consiste principalmente na corte. Acrescendo que os Estados Gerais das Províncias Unidas aqui residem e celebram suas assembleias, o que igualmente faz o príncipe Maurício quando não está em campanha. Em razão do que há quotidianamente na Haia grande multidão de requerentes, de que os burgueses e os estalajadeiros tiram não pequenos lucros.»

O Binnenhof, hoje sede dos Estados Gerais e de várias repartições públicas, foi durante a república teatro de alguns

factos culminantes da história política e da história religiosa da Holanda.

Foi neste pátio sombrio e triste, de uma tristeza prosaica, quase lúgubre, que por ocasião de um golpe de Estado do *stadhouder* Maurício de Orange foram presos na mesma manhã, ao entrarem para a assembleia dos Estados, o professor Grotius, o seu amigo Hogerbeets e o advogado da Holanda João van Olden-Barneveldt.

É o desfêcho de uma das grandes lutas entre o princípio da unidade do poder, representado por Maurício, e o espírito das liberdades municipais, encarnado em Barneveldt.

A causa ocasional da explosão foi a célebre controvérsia teológica entre os *arministas* e os *gomaristas*, acerca da graça e do livre arbítrio.

Os dois professores da Universidade de Leida, Arminius e Gomar, haviam levantado a questão nos seus cursos: Arminius no sentido de uma ampla liberdade de consciência; Gomar dentro de uma interpretação estreita e intolerante das doutrinas absolutas e dogmáticas de Calvino. Do recinto da escola e da selecção erudita do debate em língua latina, o tema entrou no domínio público pela língua vulgar, e apaixonou rapidamente todos os espíritos; discutido por toda a parte, nas igrejas, nas praças públicas, nas assembleias municipais, nas confrarias populares, nos *ateliers*, nas tavernas, no lar das famílias. E cada um se decidia e opinava por uma ou por outra dessas duas maneiras de interpretar o espírito evangélico.

Era o cisma declarado no grémio da igreja nacional, sobre a qual se baseara a constituição política e a independência do Estado. Parecia ser a oscilação nos fundamentos de toda a nacionalidade.

Gomar, prevendo que a perturbação na unidade do dogma levantaria velozmente *altar contra altar, província contra província, cidade contra cidade, cidadão contra cidadão*, proclamou a necessidade de um sínodo nacional, espécie de Concílio de Trento calvinista, em que se definisse e salvaguardasse de todo o perigo de heresias futuras a doutrina da fé verdadeira, indiscutível e única.

Entrava a Reforma nessa fase terrível e fatal de despotismo inerente às religiões que triunfam. Enquanto perseguidas, todas as seitas servem poderosamente a liberdade, invocando-a

em nome de Deus como único asilo da consciência do homem. Triunfantes, todas elas enunciam o direito da tirania como único meio de servir a divindade, mantendo ilesa a verdade absoluta.

«Então — diz Daniel Stern — se fez sentir a necessidade dos formulários e das confissões de fé. A infinita variedade das opiniões, nascida da interpretação individual dos livros sagrados, pareceu nociva. Principiou-se a conceber uma certa desconfiança da liberdade de exame, que fora mister invocar contra Roma, mas que não era compatível com a noção de verdade absoluta, sem a qual não há religião. Os calvinistas, desde que se sentiram fortes, quiseram ser exclusivos. Depois da primeira confissão de fé, redigida em 1561 pelo pastor Guido de Brès, as Igrejas protestantes dos Países Baixos, tomando, à semelhança de Genebra, o nome de Igreja Reformada, separaram-se da Igreja Luterana, que conservava o nome de Evangélica, e entraram, sem talvez terem completa consciência disso, na ortodoxia de Calvino. Desde esse momento, os ministros do culto reformado visaram a tomar no Estado republicano o lugar outrora ocupado pelo clero católico no Estado monárquico. O exemplo de Genebra, onde Calvino, dando à sua Igreja uma organização democrática, criara um consistório onnipotente, oferecia-se naturalmente aos teólogos das Províncias Unidas. Apenas reconhecidos e salarizados pelo Estado, os ministros proclamaram o direito de se reunirem sem autorização dos magistrados e sem admitir a presença deles nos consistórios ou nos sínodos, repelindo como atentatória da dignidade da Igreja toda a intervenção do poder civil na nomeação dos funcionários eclesiásticos.»

A assembleia dos Estados Gerais votou com efeito pela reunião do sínodo.

Os Estados Provinciais da Holanda opuseram-se porém à resolução dos Estados Gerais, fundando-se em que, pelo artigo 13.º da União de Utreque, as províncias da Holanda e de Zelândia eram livres de proceder em matéria de religião *como muito bem lhes aprouvesse*, na independência absoluta da autoridade central.

Barneveldt, advogado da nação, dispondo de uma autoridade igual senão superior à do *stadhouder*, inclinava-se como filósofo à doutrina de Arminius, e perfilhara como estadista e como

cidadão o protesto levantado pela independência provincial contra a intervenção dos poderes do Estado no regime das consciências. Grotius e Hogerbeets haviam tomado igualmente o partido dos arminiistas ou dos *admoestantes*, como se lhes chamou quando a sua teoria se converteu de opinião especulativa de escola em princípio de seita militante.

O povo, sempre conservador na questão de fé, era naturalmente *gomarista*.

A burguesia ilustrada seguia Barneveldt.

Maurício era indiferente, e pretendia proceder na resolução da crise mantendo simplesmente a ordem e punindo o abuso do poder dos mais fortes sobre os mais fracos. Enquanto ao objecto da dissidência do espírito ele era efectivamente neutral. *Não sou um papa; sou um soldado unicamente!* — dizia. E irritava-o a controvérsia tenaz e crescente sobre um assunto em que ele nem queria ter voto, nem verdadeiramente tinha opinião. Proibira expressamente que em qualquer parte se invocasse a autoridade do seu nome em debates teológicos. — *Deixem-me em paz*. O problema dos destinos eternos não encontrava fácil acesso na sua forte e sadia natureza de batalhador mundano. O amor das mulheres era para o seu temperamento sensualista uma recompensa das amarguras da vida, suficiente para lhe fazer pôr fora das suas aspirações a hipótese de mais prémios na bem-aventurança eterna. Além disso, as ciências exactas, que cultivava com singular aptidão, tinham dado à sua inteligência de homem valeroso e feliz um método de raciocínio, uma maneira rectilínea de operar, que o tornara completamente inábil para as desarticulações metafísicas. Como ginástica do entendimento, ele preferia o simples jogo do xadrez ao da casuística, e entretinham-no muito mais as finuras da estratégia, da equitação ou da esgrima do que as contemplações enervantes do misticismo ou as subtilezas sofisticadas das teses escolásticas.

À questão religiosa assim resumida justapunha-se a correlativa questão política. O tratado das *tréguas dos doze anos*, assinado em Antuérpia em 1599 entre Filipe III e os Estados Gerais das Províncias Unidas, sob os auspícios da França e da Inglaterra, levava não menos de três anos a negociar, separando a nação em dois grandes partidos opostos, o partido da guerra e o partido da paz.

Maurício de Nassau era o chefe natural do partido da

guerra excitado pela intolerância dos calvinistas, que não queriam senão o extermínio dos papistas, e pela influência da Companhia das Índias e dos grandes mercadores enriquecidos nas aventuras da navegação, protegida pelo direito de hostilidade no domínio dos mares.

Barneveldt tornara-se chefe do partido da paz, mantido pelas províncias orientais e pelos conselhos das cidades, aos quais os triunfos sucessivos de Nassau, a sua gloriosa tradição de família, nascida e medrada na guerra, o seu poder sempre crescente na aura popular, inspiravam receios de uma ditadura, não desfavorável à independência do país, mas fatal à liberdade dos cidadãos. Aos olhos da magistratura civil as conquistas militares da nação começavam a tornar-se um perigo para o Estado.

As tréguas dos doze anos haviam sido uma transacção conciliadora, destinada — ao que parecia — a restituir a tranquilidade à Holanda e a repor de acordo, para a paz e para a prosperidade das províncias, o poder civil e o poder militar, durante os três anos da negociação em conflito permanente de interesses e de opiniões.

É neste meio-tempo que a controvérsia dos arminiistas e dos gomaristas aparece, ameaçando de novo a aliança das províncias, soldada à pressa pelo pacto de Utreque, em que a noção do Estado mal se equilibra apenas por um convénio quase improvisado por um conjunto de pequenas soberanias provinciais e municipais, formando tantas repúblicas quantas cidades, todas igualmente ciosas dos seus antigos privilégios, mais ou menos intransigentes e incompatíveis com o rigor de uma codificação unitária.

No mês de Fevereiro de 1616 as igrejas da Haia achavam-se todas ocupadas pela parte do clero sectário das teorias de Arminius.

Para ouvir as práticas do gomarista Henrique Rosaens o povo reúne-se numerosamente na aldeia de Ryswick, até que um dia, contrariado pelos rigores do Inverno, se amotina reclamando em tumulto que se lhe abra uma das igrejas da cidade, para ouvir a *verdadeira palavra de Deus*.

Perante a revolta popular, os Estados Gerais eximem-se a decidir a contenda, e ganham tempo nomeando uma comissão de inquérito. O conselho dirige-se então ao *stadhouder* e requer a intervenção da força pública.

Maurício entra na sala do conselho de Haia e, em plena sessão, pede o livro dos registos e lê em voz alta a fórmula do juramento pelo qual, ao ser investido no cargo de *stadhouder*, ele se obrigara a defender até à última gota do seu sangue a religião reformada. Terminada a leitura acrescenta: «É em virtude desta jura sagrada que eu determino mandar abrir no domingo próximo as igrejas da Haia aos ministros ortodoxos.»

Era a formal e terminante declaração de guerra entre o poder militar e o poder civil.

No domingo indicado, e enquanto a princesa de Orange, o príncipe Frederico Henrique e os principais membros da aristocracia assistem aos ofícios dos admoestantes noutra igreja, Maurício, em toda a pompa de chefe de Estado e no meio de uma enorme ovação popular, vai ouvir a prédica de Henrique Rosaens à igreja do Claustro, mandada abrir por ele aos fiéis da *religião do Estado*.

Em seguida, com a rapidez de movimento que o tornara célebre nas campanhas de Zurphen, de Deventer, de Hulst e de Nimega, sem vénia do Conselho nem dos Estados, o príncipe de Nassau parte da Haia de noite levando consigo o príncipe seu irmão Frederico Henrique, que os arminiiistas supunham ter do seu lado, e acompanhado de dois regimentos percorre as províncias, penetra nas nove cidades cujos conselhos haviam referendado a resolução de Barneveldt para se oporem à celebração do sínodo nacional, dissolve e reconstitui, ou decompõe e recompõe os conselhos municipais, e, no grande impulso da vitória em toda a linha sobre a surpresa dos municípios assombrados, segura as resistências pela força das armas, abre por toda a parte as catedrais à prática dos gomaristas triunfantes, e, concluída esta rápida campanha, regressa à Haia no momento em que, depois da prorrogação que condissera com estes sucessos, os Estados Gerais se reúnem de novo para os julgar em suprema instância.

Os Estados felicitam o príncipe e congratulam-se com ele pela vitória decisiva do poder central sobre o antigo direito das províncias e sobre as liberdades municipais.

Para o equilíbrio político do país, para a sua força e para a sua resistência aos inimigos estrangeiros, era precisa uma unidade de poder e para esse fim uma vontade única, uma só

política, uma só religião, um só exército. Essa necessidade satisfez-se pelo golpe de Estado de Maurício, e o senado jubila porque César triunfou.

Barneveldt compreendeu então que estava terminada a sua missão na história da sua pátria.

No dia 29 de Agosto de 1618 o ministro Uytenbogaert, entrando de manhã cedo no gabinete do advogado, para lhe mostrar uma representação contra o sínodo nacional, a qual nesse dia deveria ser presente à assembleia dos Estados, encontra o velho estadista, contra todos os seus hábitos, inerte, imóvel, a cabeça sobre os punhos cerrados, abatido, fulminado, pelo revés. Perante a majestade muda desta dor, sobre a qual parece já adejar uma comoção de tragédia, Uytenbogaert procura nobremente e eloquentemente reanimar o seu desfalecido amigo, e sem aludir aos sucessos que entenebrecem o ar em torno dessa cabeça encanecida fala-lhe da suprema e iniludível justiça que no tribunal da História levanta e impõe à eterna gratidão da humanidade a memória daqueles que sabem baixar gloriosamente à sepultura amortalhados na convicção de toda uma vida heróica. Barneveldt estende-lhe a mão pálida e fria em sinal de reconhecimento. Uytenbogaert, apertando essa mão tão forte na honra, tão firme no dever, tão imaculada na virtude, sente que um soluço atraiçoará o segredo da sua comoção se ele tentar proferir uma palavra mais, e os dois amigos separam-se num silêncio fúnebre, da catástrofe já consumada, como se um pressentimento de supersticiosa afeição anunciasse a um e outro que era essa, como efectivamente foi, a derradeira vez que se encontrariam no mundo.

Pouco depois, às nove horas da manhã, na ocasião em que a carruagem de Barneveldt penetra no Binnenhof para se dirigir à porta de entrada dos Estados Gerais, um criado particular de Maurício vem anunciar ao advogado que o *stadhouder* lhe deseja falar. Barneveldt apeia-se; a carruagem espera; ele sobe ao palácio do *stadhouderato* e, no momento de entrar nos aposentos do príncipe, o capitão das guardas dá-lhe a voz de preso em nome dos Estados Gerais, e sem mais explicações condu-lo a uma sala em que o deixa guardado à vista por um piquete de alabardeiros.

Quase ao mesmo tempo, e pelo mesmo modo, eram igualmente presos e postos em custódia nos apartamentos interio-

res do palácio os dois amigos de Barneveldt, o sábio Hugo Grotius e o ilustre Hoogerbeets, que a regência de Leida acabava de designar em recompensa dos seus longos serviços para o cargo de pensionário.

A notícia deste sucesso divulgou-se rapidamente na cidade e na sala dos Estados. Uma onda de curiosos rodeia a carruagem de Barneveldt e interroga o cocheiro, quando um criado da casa de Nassau vem comunicar ao criado de Barneveldt que a carruagem se pode retirar.

Ao mesmo tempo à porta da sala das deliberações dos Estados é afixado um edital anunciando que João Van Olden-Barneveldt, advogado da Holanda, Hugo Grotius, pensionário de Roterdão, e Hoogerbeets, se acham presos e vão ser entregues a um tribunal de justiça extraordinário.

A notícia da prisão e a notícia do julgamento dos três magistrados satisfazem as curiosidades, e este desfecho audacíssimo posto pelo *stadhouder* ao longo conflito das tradições federalistas e das liberdades municipis com o poder centralizado na autoridade unitária do Estado nem indigna nem quase surpreende ninguém. A multidão aglomerada em Binnenhof dispersa a pouco e pouco, pacificamente, comentando o novo caso que cada um leva para inscrever na odisseia militar de Maurício, o triunfador do século.

Grotius e Hoogerbeets, que tinham muito menor lugar que Barneveldt na imaginação do povo, foram rapidamente esquecidos. Grotius, o ilustre cronista dos Estados da Holanda, deu matéria a um curioso capítulo na história das evasões célebres fugindo da prisão dentro de uma caixa em que sua mulher costumava mandar-lhe livros, e refugiou-se primeiro na corte de Luís XIII, que lhe deu uma pensão, e depois na da rainha Cristina da Suécia, que o nomeou seu embaixador em França. Gilio van Quedenberg, secretário dos Estados de Utreque, que fora preso em sua casa no mesmo dia que Barneveldt, suicidara-se no cárcere escrevendo a seu filho esta frase explicativa: «Vou para Deus pelo mais curto caminho.»

Barneveldt esperou as resoluções da Justiça, confiado e paciente, no mais duro cativo, incomunicável, sem livros e sem licença para escrever. Comparece enfim perante o tribunal extraordinário instalado por Maurício para executar as suas ordens. A acusação versa principalmente sobre o projecto criminoso atribuído ao réu de mudar a religião e a cons-

tuição do Estado, para o fim de entregar ao espanhol as Províncias Unidas. Barneveldt defende-se com uma lucidez e uma firmeza raras no espírito de um homem tão velho, tão debilitado pelas privações, pelas amarguras, pelo isolamento de seis meses de prisão. A alegação, em que ele sustenta o princípio da soberania provincial, da tolerância religiosa e da liberdade de consciência, como base da União de Utreque, refutando a um por um todos os factos de uma invenção pueril, em que se baseia o crime de lesa-majestade que lhe imputa, passa entre os juriconsultos por uma das mais eloquentes e mais belas páginas de Direito.

No dia 12 de Maio de 1619 — oito meses e meio depois da prisão no Binnenhof, três dias depois da cerimónia solene que encerrava a celebração do sínodo nacional de Dordrecht — é proferida a sentença que condena à morte Barneveldt, e que os procuradores fiscaes Sylla e Leuwen são encarregados de ir anunciar-lhe à prisão.

— À morte? — exclama simplesmente o condenado. — Cuidei que consentiriam em ouvir-me mais uma vez, antes de me sentenciarem sem eu mesmo saber porquê.

Em seguida, como expressão da sua derradeira vontade, pediu apenas para escrever à sua mulher a carta memorável que lhe deixou.

Como o procurador Leuwen saísse a buscar as coisas precisas para escrever, a sós com Sylla, que ele conhecera criança e tivera nos joelhos no lar da família:

— Pobre Sylla! — acrescentou com profunda lástima — que diria teu pai, se do outro mundo te pudesse ver, aqui, neste momento, defronte de mim, desempenhando a missão de que te incumbiram?!

E Sylla, recuando um passo e baixando os olhos, ficou mudo.

Barneveldt escreveu as suas últimas disposições, o adeus supremo aos seus dois filhos, mais tarde condenados igualmente como réus de uma conspiração de vingança contra a vida de Maurício de Nassau, e à sua mulher, a mesma que, perante o patíbulo de Renato de Barneveldt, disse ao príncipe de Orange: «Não vos pedi perdão para o meu homem, porque ele era inocente; peço-o para meu filho, porque é culpado.»

Quando veio o sacerdote encarregado de o assistir na vi-

gília precedente à manhã do suplício, Barneveldt respondeu-lhe:

— Tenho setenta e três anos de idade e sou um homem. Sobrou-me capacidade e tempo para aprender a assistir-me a mim mesmo na vida e na morte.

Chegada a hora de partir, fez-se vestir pelo seu escudeiro, recomendando-lhe a precaução de cortar o colarinho da camisa, tomou um pequeno copo de vinho com algumas gotas de um tónico de que habitualmente fazia uso; e de cabeça descoberta, apoiado a uma bengala, envolto em uma toga de damasco cor de folha seca, desceu a escada e dirigiu-se a pé, com passos lentos mas firmes, para o tribunal, onde lhe foi lida a sentença, e do tribunal para o patíbulo.

De pé, no estrado armado defronte das janelas do palácio dos *stadhouders*, de onde se diz que Maurício presenciara a execução, direito, erecto junto ao cepo, ao lado do carrasco, contempla por um momento o povo, mostrando-lhe pela deradeira vez essa nobre figura de homem, immortalizada por Mirevelt em uma das mais belas telas do museu de Amsterdão.

A altiva cabeça, marcial e meditativa, de cavaleiro e de letrado, que a larga espada do algoz, brandida às mãos ambas, via lançar decepada aos pés dos soldados de um regimento inglês e da guarda do *stadhouder*, merece bem a atenção de alguns minutos.

João Van Olden-Barneveldt, senhor de Berkel e de Rodenrys, cursava os altos estudos das universidades de Lovaina, de Bruges e de Heidelberg. Advogado da Haia em 1570, pensionário de Roterdão em 1576, advogado e chanceler da Holanda em 1586, embaixador por muitas vezes junto da rainha Isabel, de Henrique IV, de Jacques I, à sua eloquência e à sua energia se devera o ardor com que depois da morte do Taciturno a nação continuara heroicamente a guerra, batendo-se pela liberdade e pela independência. Fora ele que, para abater as arrogantes pretensões da soberania inglesa, representada pelo conde de Leischester, decidira os Estados Gerais a darem ao príncipe Maurício a autoridade de *stadhouder*, de capitão e de almirante da Holanda. Fora ele um dos que votara, inspirara e redigira talvez, a memorável resposta dos Estados às propostas de paz feitas em nome de Filipe II pelo arquiduque Ernesto em 1594: «Os Estados

Gerais consideram contrário à sua honra o negociar com um príncipe em cuja religião é uma virtude atraçoar e mentir aos hereges, e declaram que confiam unicamente em Deus a salvação da República, recusando a aliança de uma nação que, pela carnificina, pelo incêndio, pela extorsão, pela rapina, se tornou para sempre odiosa a toda a cristandade.» Fora ele enfim que negociara a trégua dos doze anos, a qual deu à Holanda a época da sua maior prosperidade, da sua maior riqueza. Era na história da sua pátria o continuador da grande obra de Marnix de Saint-Aldegonde, o qual, diminuído pela morte de Guilherme de Orange, caíra numa prostração estéril para os progressos da pátria e assinara em Agosto de 1585 a triste capitulação da praça de Antuérpia confiada à sua honra. Barneveldt era finalmente o depositário e o órgão do espírito inicial da revolução. Era, com Guilherme, *O Taciturno*, e com Marnix, um dos três fundadores capitais da República.

As suas derradeiras palavras, dirigindo-se ao povo acumulado por trás das filas da força armada, foram estas:

— Meus irmãos, não acrediteis que eu houvesse jamais traído a minha pátria. Procedi com lealdade em toda a minha vida e morro cidadão honrado.

Em seguida, cobrindo a cabeça e puxando para os olhos o barrete de veludo que recebeu do seu escudeiro, ajoelhou, levantou as mãos juntas para o céu e exclamou:

— Pai celestial, recebei a minha alma!

Relampejou no ar a pesada espada do verdugo, e a cabeça de Barneveldt caiu.

Foi ouvida por Deus a súplica do condenado; isto é: a nação holandesa recebeu em si o espírito de Barneveldt.

Ao terminar a execução, uma onda de povo invade o cada-falso para se apoderar de uma relíquia do morto, que cada um quer levar consigo como amuleto contra o despotismo. Maurício ouve de entre a plebe uma voz que diz ao carrasco:

— Vende-me meio ryxdaler do sangue de Barneveldt para o dia da vingança!

E toda a terra humedecida pelo sangue generoso da vítima é rapada do chão, como os restos eucarísticos de um vaso sagrado, e transferida da praça pública para o lausperene da família, sobre o coração do povo, como num relicário inviolável.

Maurício de Nassau convence-se de que desde esse dia se apagou o esplendor de prestígio feito nos lampejos da sua espada.

Pouco depois, atravessando o mercado de Gorinchem à hora da feira, saúda a multidão, e ninguém lhe corresponde; desbarreta-se para a direita e para a esquerda, e nem um só popular leva a mão ao chapéu. A Holanda olha para ele de revés, e não quer conhecê-lo.

Coisa moral e terrível — observa Michelet —, esse homem, imutável na fadiga e no perigo, tinha tido sempre o sono pesado e era gordo. Mudou de repente. Só tinha vivido de honra e de popularidade. Emagreceu e finou-se.

As grandes crueldades da tirania têm sobre os sistemas hipócritas da corrupção a vantagem contraproducente de levantar, pela compaixão pública que despertam, uma barreira temerosa para os tiranos.

Tinha-se já visto na Bélgica este fenómeno consolador. Cinquenta mil ou, como outros querem, cem mil pessoas supliciadas em nome da religião, queimadas a fogo lento, esquartejadas, enterradas vivas, durante o império de Carlos V, haviam sucumbido sucessivamente sem levantar no público um só grito de horror. Por fim, presencia-se em Gand a agonía de Annete van der Hoven.

A condenada era uma simples criada de servir, a mais humilde e a mais obscura de todas as vítimas da intolerância católica nos Países Baixos; bastante heróica todavia para opor, em duelo público, a simples intrepidez do seu espírito a toda a lei dos cânones, a toda a autoridade dos concílios, a toda a majestade da Igreja triunfante de Roma, a toda a força das armas invencíveis das Espanhas. Condenada como herética pelo clero católico, enterraram-na viva em presença do povo para exemplo de rebeldes. Soterrada até o pescoço, só com a cabeça descoberta acima do túmulo pavoroso, oferecem-lhe o perdão com a condição de que abjure. E essa cabeça fantástica, de que já se não vê o corpo e que emerge do solo como única expressão pensante de uma consciência viva, acena que não; e essa boca, pela qual a terra vai ser comida antes de a comer a ela, responde convicta e tenazmente por uma frase da Bíblia: *Os que procuram salvar a vida neste mundo perdê-la-ão no outro!*

A terra que tinha de preencher a cova começou então a

cair lentamente, marcando como uma ampulheta a agonia da réproba.

Cheio o túmulo, o coveiro calcou-o aos pés e as justiças eclesiásticas passaram-lhe por cima.

Mas a consciência social estremeceu ao espectáculo de um tão grande heroísmo contraposto a uma tão grande ferocidade.

A simples força da piedade humana triunfara nesse momento de violência da lei divina. Perante a derradeira palavra sublime da pobre Annete, a Inquisição, até aí implacável, recua de repente e oscila no vácuo, como um astro desorbitado da trajectória pelo empenço de um grão de areia. O contágio de misericórdia que então começava a invadir o mundo, dissolvendo a Igreja feroz pela poesia compadecida e magnânima, fulminara a inclemência do próprio Santo Ofício.

Com a morte de Annete terminaram para todo o sempre na Flandres os autos-de-fé da sociedade católica em presença da sociedade humana.

Seria um efeito análogo o que produziu a morte de Barneveldt no espírito de Maurício de Nassau?

É permitido admiti-lo sem macular a honra do túmulo glorioso em que repousa o filho de Guilherme, *o Taciturno*.

Da unificação administrativa, da unificação eclesiástica e da unificação militar à unificação monárquica não vai mais que um passo de impulso adquirido. Entre a centralização do poder num homem e o cesarismo instituído em regime medeia um tão diminuto espaço que, se Maurício o não transpôs imediatamente depois da morte de Barneveldt, é porque não quis. Talvez a cor do sangue lhe tornasse odiosa a púrpura.

Morto Barneveldt, a Holanda pareceu por um momento decapitada. Mas a grande impulsão de progresso estava dada. A banda pastoral e agrícola veio breve ao de cima da banda guerreira; o burgo venceu a tribo; o espírito municipal, mais fortalecido na luta, mais legitimado pela sanção do sacrifício, apoiado, historicamente e geograficamente, na tradição nacional e na constituição do solo retalhado em pequenas ilhas como em tantos baluartes das autonomias locais, reagiu por fim definitivamente, e para sempre, sobre o sistema unitário.

*Fata viam invenient* — tinham dito os fundadores da Holanda na medalha cunhada em honra da União e na qual a República era representada pela imagem de um navio sem velas, sem mastros, sem leme, levado pelo vento à mercê das vagas, sob essa legenda profética. Nesta, como em todas as crises da história holandesa, os destinos federalistas da nação romperam com efeito o seu caminho através de todos os obstáculos artificiais, por cima de todos os empecos fortuitos que lhes opuseram. Os conselhos municipais, reconstituídos violentamente por Maurício para a sujeição e para a obediência ao poder central, tornaram-se, logo depois de recompostos, tão livres e tão autônomos como eram dantes; e pela simples força das coisas, o que vale o mesmo que dizer pelo progresso das ideias na tolerância e no direito, um justo equilíbrio se fez, pela preponderância dos interesses do povo, entre o *stadhouderato*, de tendências militares e dinásticas, propenso às fórmulas monárquicas, e o patriciado burguês, foco republicano de uma oligarquia dinheirosa e soberba, profundamente antipática à índole democrática da nação.

Se os burgueses ricos eram bastante fortes para bater com triunfo as pretensões dos príncipes a uma absorção completa do poder, o povo era por sua parte bastante democrata para apoiar qualquer ditadura contra a invasão da plutocracia nas funções públicas e nos direitos civis.

Os símbolos da mendicidade voluntária, adoptados pelos chefes fundadores da república ao tomarem como distintivo de casta o gibão cinzento, a sacola e a cabaça dos mendigos flamengos, tinham ficado na tradição e nos costumes como um eterno protesto de independência contra a arrogância das classes enriquecidas, e o povo não esqueceu nunca que era o herdeiro e o continuador dos heróis que haviam levantado o grito da emancipação holandesa bebendo pela tigela de pau dos pobres de pedir à Liga dos Maltrapilhos.

Alonguei-me na exposição deste episódio, porque me parece que ele é de uma importância capital para todos os que quiserem ter uma ideia do movimento político e da constituição do governo na Holanda.

Maurício de Nassau e Olden-Barneveldt representam os dois pólos sobre que versa toda a política interior neerlandesa. A oscilação constante do poder entre o patriciado e o *stadhouderato* é a condição reguladora de todo esse maqui-

nismo, como o pêndulo de um relógio. O aparelho que perpetua o movimento e a força que torna isócronas as oscilações é o povo.

Povo singular, único no Mundo.

Não o há mais aguerrido nem mais belicoso. Não o há também menos militar. É um povo de guerra, que não poderá ser jamais um povo de parada.

Pelas condições do solo que ocupa e que ele disputa ao mar num combate permanente, pela sua educação de luta perante o perigo de cada instante, ele é por natureza enérgico, destemido e valoroso. A pequena choupana pobre, mas isolada, fortificada por um fosso, cingida de água como uma cidadela, e bem assim a barca em que de um momento ao outro ele desatraca de terra e se faz ao largo com todo o seu mundo ambulante e completo, a mulher, os filhos, os animais domésticos, dão-lhe como a nenhum outro povo a noção mais perfeita da liberdade, o sentimento mais profundo da sua força, a consciência mais nítida do seu direito individual.

As arriscadas aventuras da guerra atraem a sua índole denodada, como as expedições ao pólo, como as pescas da baleia; e ele correrá armado à primeira voz contra o inimigo da sua pátria na guerra, assim como na paz corre de noite, estremunhado, ao rebate dos sinos, à luz dos archotes, ao trágico grito de alarme, contra o mar que rompe o dique.

A caserna porém indigna-o. A submissão automática do regimento em paz, a manobra estéril do batalhão em exercício de aparato, a disciplina servil da tropa permanente revolta todos os seus nobres instintos de animal bravo.

Por ocasião da ocupação da praça de Breda pelos soldados espanhóis, um barqueiro holandês veio dizer ao príncipe Maurício que nada lhe seria mais fácil do que introduzir na cidade alguns homens de boa vontade, que durante a noite apunhalariam as sentinelas e dariam entrada na fortaleza ao exército nacional. Esse barqueiro era o fornecedor do combustível das tropas espanholas, entrava regularmente com o seu barco carregado no interior da praça, e levaria a gente precisa para esse golpe estratégico, escondida sob a sua carga de turfa. Maurício nomeou para esta empresa seis homens, que partiram nesse mesmo dia estirados ao comprido no fundo da barca, ocultos debaixo da turfa. Era em pleno rigor do Inverno, os gelos dificultavam a navegação do canal, e os

seis soldados passaram dois dias imóveis, tiritantes de frio, sepultados vivos no seu posto. Entram finalmente de noite no ancoradouro da cidadela, onde a turfa tem de ser descarregada ao romper da manhã. O oficial da guarda adianta-se para reconhecer o barqueiro e em conversa com ele salta acima da barcada. Nesse momento um dos emboscados, não podendo estrangular um ataque de tosse reveladora do ardil, tira o punhal do cinturão e entrega-o simplesmente ao companheiro seu vizinho com ordem sumária de lho atravessar na goela.

Eis aí a mais fiel e genuína imagem do exército holandês: alguns homens escondidos numa barcada de turfa, aconchegados ombro a ombro, quadril a quadril, quase gelados de frio, devorados de fome, dispostos a esfaquear a homem por homem dois regimentos de invasores, e prontos, sem a trepidação de um segundo, a curarem em si mesmo a tosse intempestiva por meio de um punhal cravado no pescoço até ao cabo, de um só golpe.

Homens destes batem-se, mas não se lhes bate. Pode-se-lhes dizer afoitadamente «*Avançar*», mas não é para eles a forma «*Ordinário, marche!*»

Tais soldados servem com heróica integridade a sua pátria; não podem servir igualmente os seus majores. O seu género de bravura é inteiramente inconjugável com a mutilação tarimbeira da obediência servil. O sargento instrutor que se lembrasse de levantar para qualquer deles o junco regulamentar deixaria na história da recruta um exemplo trágico para escarmento de instrutores. E, depois de terem aprendido a morrer pela honra no campo, ninguém conseguiria ensiná-los a viver na baixeza do quartel, engraxando submissos as botas do capitão, ou lustrando zelosos as esporas do tenente.

Vejam-se as grandes telas militares dos museus da Haia, de Amsterdão e de Haarlem, e comparem-se com as telas congêneres do Louvre, de Versalhes, do museu de Berlim, do museu de Francfort.

Em França e na Prússia o aparato cénico é o mesmo. No primeiro plano, Bonaparte ou Frederico, Luís Napoleão ou o imperador Guilherme, o Sr. de Mac Mahon ou o Sr. de Moltke, a cavalo, em grande uniforme, acompanhados do seu estado-maior; aos pés do guerreiro um soldado morto,

uma espada partida, uma lança quebrada, um capacete ou um quépi perdido, uma bandeira rota; ao longe os esquadrões galopando entre o fumo da batalha, ou os regimentos perfilados, que saúdam o herói, apresentando-lhe as armas.

Na Holanda os belos quadros militares de Rembrandt, de Van der Helst, de Franz Hals mostram-nos os homens de guerra fraternizando na glória, em distinção alguma de gradação, de posto ou de uniforme. O todo é um conjunto deslumbrante de cetins e veludos, botas de búfalo calçadas de esporas de oiro, luvas de anta, plumas palpitantes, copos de espadas cravejados de pedrarias ou rendilhados de labores; a bandeira nacional junto da mesa posta para o banquete, ou no meio da companhia em marcha triunfal; talabartes de fivelas de aço, bandas franjadas de oiro, fecharias de arcabuzes, coronhas de pistolas, cabos de punhais, taças de cristal em que espuma o vinho de honra; e, quase no mesmo plano, todas em evidência, dez, vinte, trinta cabeças de homens, consideravelmente expressivas e enérgicas, cabelos cortados à escovinha, bigodes recurvos, barbas rutilantes, quadradas, em bico ou à Luís XIII, destacando-se sobre largos colarinhos encanudados ou chatos, de huguenotes ou de puritanos.

Quem são os superiores? quem são os subalternos? Seria impossível dizê-lo, e é preciso consultar a relação dos personagens que ordinariamente faz parte do quadro para conhecer o coronel, o alferes, os sargentos, o porta-bandeira, os soldados, o tambor.

A história militar da Holanda mostra-nos que não há em pé de guerra exército mais bravo do que o exército holandês. Em pé de paz nunca em outro algum país da Europa vi regimentos de aspecto mais burguês, mais familiar, mais caseiro — menos militar enfim — que na Haia. E essa é a grande e invejável característica desta pequena e livre nação. Na Holanda, como na Suíça, todo o homem do povo recebe, imposta pelas fatalidades do solo, uma educação de soldado — soldado de montanha, atirador na Suíça, soldado de abordagem, corsário, na Holanda. Mas nem num nem noutro destes dois países o soldado, livre por natureza, pode ser galucho por obediência e por disciplina arbitrariamente incutida, como em parte da Itália, da Espanha e da França, como na Bélgica e como na Alemanha.

Entre holandeses o instrumento de política centralizadora e unitária chamado um forte exército permanente é impossível de fabricar. Desta simples circunstância se deduz toda a livre expansão do progresso, todo o equilíbrio da ordem no regime desta sociedade. Qualquer que seja o nome do sistema, a Holanda é hoje uma república como no século XVII. A sua monarquia hereditária é, como o seu antigo *stadhouderato*, uma garantia da liberdade democrática. Com um comércio riquíssimo, com uma burguesia pletórica de dinheiro, a Holanda, sem os seus príncipes, ver-se-ia devorada pelos seus *parvenus*. Na sua política interior a monarquia liberal é a função compensadora do defeito orgânico da burguesia oligárquica.

Quando os banqueiros exorbitam dos privilégios municipais por interesse próprio, o povo encosta-se à autoridade do príncipe e depõe os banqueiros. Imediatamente depois do que, o príncipe não tem mais força em torno de si para poder por seu turno exorbitar ele mesmo, porque o exército holandês, refractário por índole nacional ao velho ofício de *guarda do corpo*, adstrito à permanência da força pública sob o comando arbitrário de um soberano, apenas recolhe a quartéis desarma a baioneta e retoma o simples chapéu-de-chuva, pacato, de cidadão independente e comodista. Assim, a monarquia, instrumento equilibrado entre o poder mercantil e o poder militar, é aqui uma força essencialmente relativa: é, como se diz — cuido eu — das funções matemáticas, uma quantidade cujo valor depende do valor dado a outra. Essa outra quantidade que na política holandesa determina a variável importância dinástica da realeza — é a municipalidade.

No dia em que cheguei à Haia, corrida de cavalos — primeira do Outono.

Planície enorme coberta de relva.

Ao centro da grande tribuna embandeirada, dois *fauteuils* doirados, cobertos de cetim vermelho, esperam suas majestades.

Em frente, ao longo da pista, três a quatro extensas filas paralelas de carruagens.

Aos pés dos cocheiros, os grandes cestos de comestíveis, de

que sobressaem os gargalos doirados das garrafas de Champanha, de Château Iquem, de Rottenberg e de Johannisberg.

Nos *landeaus* abertos, uma infinidade de jovens senhoras, loiras, trajadas ao gosto inglês, em duas cores contrapostas; grande número de vestidos de fustão branco; justilhos de veludo preto, cingidos ao busto, lisos, em couraça; plumas brancas nos chapéus Carlos IX, e luvas brancas pespontadas a preto a toda a medida do braço. Muitos homens em *toilette* de *turf*, chapéus brancos, sobrecasacas claras e o cartão do clube, em rodela, pendente de um botão da sobrecasaca.

Na esplanada da tribuna os *bookmakers* apregoam a cotação em enormes berros de bolsa.

Aposta-se muito, e fala-se promiscuamente o francês e o inglês em toda a linha em que se vêem abertos *bettingbooks*.

Começa-se pelo prémio nacional para a corrida a trote, clássica na Holanda, em sela ou em *cab*, comum a todas as cidades, e destinada ao aperfeiçoamento das raças de tiro, sendo preciso ver este prémio disputado por cavalos da Rússia, do Hanôver, do Meclemburgo, da Frisa e da Zelândia para ter uma ideia do vigor e da elasticidade muscular que pode atingir um cavalo de trem.

Depois da corrida de trote, vem o *Handicap*, o *Steeplechase*, o *Hurdle-race*.

Levanta-se toda a gente, assestam-se todos os binóculos; há um momento de imobilidade.

Uma só mulher, representando a velha Holanda, se destaca deste quadro vulgar de elegância cosmopolita. Ocupa um *landeau* aberto, marcado com uma coroa de barão e atrelado a dois cavalos rosilhos contidos por um cocheiro de libré inglesa. Poisa em pé na carruagem com a nobre elegância de uma estátua sobre o pedestal. Um longo vestido de damasco preto, liso, apertado com botões de ouro, desenha-lhe as formas esbeltas, a elevada estatura, de uma carne forte, de trinta anos, em plena florescência da saúde aristocrática, no tom de âmbar das princesas de Ticiano, a curva do peito de uma convexidade atlética, e a linha do dorso caindo obliquamente nos rins, de um traço reentrante, no mais rijo aprumo de amazona. No braço erguido, calçado até o cotovelo numa luva inteira, em pregas, de castor bordado, segura um binóculo à altura dos olhos. Uma renda branca flutuante, presa no pescoço por uma enorme rosa viva escarlate, envolve-lhe

uma parte da cabeça, deixando a descoberto o capacete frisão, de oiro polido, tocando-a como uma divindade guerreira, e chamejando deslumbrantemente sob um raio de sol.

Deixo em meio a corrida para me embrenhar outra vez no bosque, no decantado bosque da Haia, que atravessei apenas de passagem indo para o hipódromo.

Dizer que esta mata é a primeira da Europa, que o Bois de Boulogne e Hyde-Park são dois mesquinhos quintais, comparados à magnificência desta floresta, é tudo quanto o viajante pode contar deste sítio. E, todavia, como isto se acha longe de exprimir a impressão que este parque produz em quem o vê!

Basto como um canavial, o arvoredado da Haia eleva-se a vinte metros acima do nível do solo e cobre-o inteiramente como a abóbada de um enorme templo, em altas arcadas ogivais, de uma profundidade solene, em que parece palpitar, indecifrável, um mistério divino.

A cada passo, ao longo das grandes naves flexuosas, surpreendem-nos retiros umbrosos, formidáveis grutas de um recolhimento sagrado, ou amplos lagos dormentes, silenciosos, como inundações de lágrimas longamente derramadas no vale da poesia pela romagem do amor.

Tem-se a comoção de entrar numa acrópole vegetal, sobrevivente ao prestígio de grandes deuses mortos ou de antigos heróis esquecidos, templo deserto da religião dos druidas ou capitólio solitário da poesia dos bardos. Em nenhuma outra parte seria mais doce que num destes refúgios o recolhimento místico dos velhos sacerdotes contemplativos e extáticos. Em nenhuma outra parte ficaria melhor, do que suspensa num destes ulmeiros, a espada do bom rei Fingal ou a harpa de Ossian, que a doce Malvina conduzisse pela mão ao longo destas alamedas.

As mais altas e frondosas faias que em minha vida tenho visto mergulham na água as pontas da ramaria, umas vermelhas como gotejando sangue, outras alvacentas, descoradas, de reflexos de estanho polido, como se lhes circulasse na frialdade das folhas uma seiva de luar.

As tílias, os carvalhos e os amieiros agigantados são de um verde carregado, intensíssimo, que se refrange e dilui no ar, esverdeando tudo, num tom aquático, fantástico, de palácio maravilhoso, construído sob o cristal dos lagos pelas ninfas

do Elba e do Gaal, pelas sereias helénicas ou pelas ondinas escandinavas.

Esta luz tão estranha e tão doce, este solo aveludado pelos musgos que tapetam inúmeras camadas sobrepostas de folhas caídas, esta solidão, este solene silêncio, apenas entrecortado de longe a longe pelo arrepio dos fetos atravessados por um coelho, por um frémito de asas por cima da nossa cabeça ou por um soluço de calhandra ao longe, apazigua os sentidos como um banho calmante e produz na imaginação um efeito suave de nebulosa mental, confusa percepção de uma vaga poesia remota e esparsa, lembrando os ciclos nevoentos dos Nibelungos, dos cantos eslavos, das baladas da Escócia, dos poemas do rei Artur.

Não se recorda a gente de ter visto decoração semelhante a esta, fora das páginas de Shakespeare, de Ariosto ou de Dante, e representa-se ao nosso espírito como sacrílega profanação a ideia de amar e ser amado, com um pobre amor burguês e vulgar, neste cenário destinado pela majestade de seu aspecto unicamente às grandes paixões heróicas, aos profundos amores trágicos ou elegíacos como os de Rolando e Wildegundes, de Paolo e de Francesca da Rimini, de Carlos Magno e de Ildegarda, de Falknstein e de Gisela.

Diz-se que em muitas destas árvores se acham entalhados nomes de reis, de imperadores, de eleitores da Alemanha, e foi debaixo delas que o poeta João Segundo escreveu em latim o poema dos *Beijos*, e que o filósofo Descartes julgou ouvir do céu, chamando-o a reformar a filosofia, a mesma voz profética que levou Colombo a descobrir a América.

Por tudo isso o bosque da Haia tomou no domínio das imaginações e no culto do povo o carácter privilegiado de bosque sagrado, como em Roma o da ninfa Egéria na Via Ápia, ou como o da Deusa Vesta no monte Palatino.

Os invasores espanhóis, obedecendo, instintivamente, ao prestígio que envolve esta floresta, proibiram aos soldados o tocar-lhe; e todas as vezes que o governo da Haia, por compromissos de honra e em satisfação de crédito, tem, em momentos de crise, enunciado o projecto financeiro de vender algumas das madeiras do bosque, os habitantes, por subscrição espontânea, pagaram a dívida pública, salvando pelos sacrifícios de um imposto voluntário a imunidade das suas árvores queridas.

*Scheveningue — A praia de banhos — A duna — Habitações de banhistas — Terraços de restaurantes — O banho das senhoras — A vida na praia — A povoação dos pescadores.*

É por uma deliciosa estrada, sobre a orla da mata, que se vai de *tramway* a Scheveningue, o arrabalde marítimo da Haia, a sua praia de pesca e de banhos.

Dois povoações unidas mas completamente diversas: a dos pescadores e a dos banhistas.

Scheveningue é uma das principais estações de pesca riquíssima do arenque. Mas em Scheveningue, e nas demais aldeias marítimas na Holanda, assim como na Póvoa e na Costa de Caparica em Portugal, são os proprietários dos barcos e das redes que empolgam o melhor dos lucros, e o pescador propriamente dito é vilmente explorado pelo empreiteiro.

O bairro dos indígenas é quase tão pobre em Scheveningue, a duas milhas da Haia, como na Trafaria em frente de Lisboa. A população tem, porém, aqui um carácter mais grave, uma aparência mais austera, porque os homens são verdadeiramente navegadores e não catraeiros como na bacia do Tejo.

Quando chega a estação da pesca, no princípio de Junho, os de Scheveningue partem para o largo, até os mares da Escócia, numa flotilha de sólidas embarcações cobertas, largas, de um só mastro, com uma vela quadrada, protegidas por uma corveta de guerra, que as acompanha, representando o Governo neerlandês na polícia do mar.

Os arenques pescados vêm em cada dia para Scheveningue, com o demais peixe da costa vendido na praia em leilão, mas a grande companhia de pescadores do alto não regressa senão quando a faina termina aos vendavais do Outono.

Esses homens tão valorosos, tão simples, tão despremiados, tão pobres, sabem todos ler e escrever. Levam consigo, ao partir, uma Bíblia, que lêem em grupo no convés às horas da folga, e não bebem senão água enquanto permanecem a bordo.

Quando a tempestade rebenta, e depois de grande luta eles se convencem de que não podem dominar a inclemência do mar, fecham as escotilhas, e imóveis na pequena câmara, silenciosos, de mãos debaixo dos braços, esperam heroicamente a morte, ao mesmo tempo que em terra, ao abrigo das dunas em que escachoa o mar, como por trás das trincheiras

de uma bateria bombardeada, nas cabanas sacudidas pelo tufão, junto do lar querido, num asseio religioso de altar, as mulheres, pálidas de terror, cantam os salmos.

Em todo o tempo da pesca ninguém vê em terra um só homem válido.

As ruas da aldeia, bem diferentemente das aldeias da beira-mar em Portugal, são tão escrupulosamente asseadas como o tombadilho de um navio de recreio. Nem a pilha de estrume, nem o lixo esparso debicado pelas galinhas ao sol, nem a carnada que sobeja do isco dos anzóis a fermentar na areia, nem as crianças sujas, por vestir e por assoar, nem os peixes escalados presos com três pregos às portas escancaradas.

Todas as casas de Scheveningue estão fechadas e reluzem pintadas de novo. Atada às janelas alveja a cortina de cassa, e poisa no peitoril um vaso de flores.

Os pequenos ou vão para a escola ou vêm da escola, e trazem debaixo do braço a sua lousa.

As casas de cada escola distinguem-se das demais pelo montão de tamancos que os alunos de um e de outro sexo descalçam à porta. Esta cerimónia não os arrefece consideravelmente porque a escola é confortavelmente aquecida nos meses de Inverno, e as grossas meias de lã dos alunos têm a consistência de sapatos.

As mulheres vendedoras de peixe usam a saia curta, uma romeira cinzenta e um amplo chapéu que as abriga do sol e da neve e que elas carregam sobre os olhos quando no tempo da neve partem em patins sobre os canais gelados, com uma velocidade vertiginosa, de quatro léguas por hora.

A população dos banhistas habita quase toda sobre as dunas, à beira de água, no Hotel Bellevue, no Hotel Garni, no Hotel des Bains, ou em pequenas *villas* pitorescamente dispersas pela cordilheira em miniatura, formada pelas sucessivas serras de areia aderida pela vegetação e plantada de urzes e de giestas salpicadas pelas escabiosas selvagens, conhecidas em Portugal pelo nome de *saudades do campo*.

Nada mais risonho nos dias de Verão, sob a luz doirada do sol descoberto e do céu azul, do que o aspecto matinal, à hora do banho, desta imensa praia de areia finíssima, sem pedras, sem conchas, semelhante à da costa portuguesa no espaço que medeia entre o cabo de Espichel e a Torre do Bugio.

O recinto dos banhos é dividido em duas grandes zonas, incomunicáveis — o *banho das senhoras* e o *banho dos homens*. A afluência de banhistas franceses determinou nos últimos anos o estabelecimento de uma terceira zona — o *banho comum*, hoje o mais frequentado pelos estrangeiros.

Longas filas de carruagens-barracas, casotas de rodas, oblongas, puxadas por um cavalo, às quais se entra por uma porta com três degraus de madeira no tampo do fundo, recebem os banhistas e transportam-nos a quatro ou cinco metros na água; dão aí meia volta, virando o cavalo para a terra, e o banhista, descendo a escada, mergulha no mar.

Todas as senhoras nadam, e os seus reduzidos trajes de banho deixam plenamente livres todos os movimentos da natação, descobrem, aos olhos deslumbrados dos viajantes meridionais — extáticos na praia como sátiros magnetizados, chupando a distância que os separa da onda pelos tubos pressurosos e ávidos dos seus binóculos de turista —, carnações de lampejos fascinantes, de uma brancura nunca vista, de um mimo epidérmico de hipérbole paradisíaca. Enforca-te, enforca-te, ó tenro, ó requebrado, ó delambidíssimo Cabanel! Enforca-te, ou vai tratar de outro ofício, porque nunca a tua açucarada paleta, nunca os pincéis, embebidos no suco misterioso e clandestino dos lírios e das anémonas do teu herbário de retratista, nunca esse mimoso azul afamado subtraído por ti dos céus do Boissier e de outros ilustres fabricantes de rebuçados, nunca o teu processo de pintar carnes tão docemente escorridas na tela como escorre na ponta da língua pelas paredes do paladar o creme abaunilhado de um *bombom fondant*, darão na cor requintada em transparência e em mimo das parisienses idealizadas nos teus quadros uma ideia longínqua da verdadeira pele destas náíades de sangue germânico, de sangue escandinavo ou de sangue eslavo, nascidas à beira dos lagos gelados do Norte como flores da neve!

Posso apenas depor como testemunha ocular a respeito da cor; nada me é possível informar *de visu* quanto às formas destas banhistas, porque eu tinha apenas acabado de adaptar o meu binóculo ao exame delas quando um guarda da praia, tirando o seu boné de uniforme, me informou em francês de que, pelo regulamento local, *o público era respeitosamente convidado a não binocularizar as senhoras no acto de tomarem banho*.

Além das barracas em carreta a que me refiro, há barracas de lona, fixas e dispostas em acampamento.

Centenas de cadeiras de vime, cobertas em arco, à semelhança de pequenas guaritas, são destinadas aos frequentadores da praia, a quem se alugam, e nas quais cada um se instala comodamente, ao abrigo do sol e do vento, voltado para o ponto que mais lhe apraz.

Todas as crianças, de pés e pernas nuas, patinham constantemente na água, frescamente vestidas, de bibes brancos e chapéus de palha desabados, sob a vigilância das mães.

As pessoas adultas, recolhidas nos seus respectivos abrigos, lêem, desenham ou bordam, tranquilas, isoladas umas das outras, enquanto uma infinidade de pequenas vendedoras ambulantes oferecem de cadeira em cadeira os jornais e as revistas do dia, holandesas, inglesas, alemãs e francesas, frutas escolhidas, uvas, peras e pêsegos, ramos de rosas e de resedas, e copos de magnífico leite fresco, envasilhado em grandes barris envernizados sobre elegantes carretas de carvalho do Norte.

Por trás deste vasto arraial alongado na linha da maré, alteiam-se os terraços dos cafés, alvejam as toalhas de mesa, tilintam os talheres dos pequenos-almoços ao ar livre, e perpassam apressados os criados, de jaqueta e avental, servindo as costeletas de vitela ou o linguado frito, sob enormes coberturas de folha polida, e os braseiros de latão com fogo de turfa, em que chia para a confecção do chá preto de cada um a clássica e familiar chaleira de cobre brunido, com pegas de porcelana branca.

Nas habitações edificadas sobre a duna, voltadas ao mar, as janelas dos quartos dos rés-do-chão, rasgadas do tecto ao solo, conservam durante a manhã as suas persianas verdes abertas sobre o pavimento cor-de-rosa da calçada.

É um banho de frescura e de graça para a vista o passeio das onze horas da manhã ao longo destes pequenos prédios inteiramente abertos à brisa salgada do mar.

Sucedem-se umas às outras, na mais pitoresca e na mais risonha revista de mostra, as salas de jantar, os pequenos salões de conversação e de trabalho, os gabinetes de estudo, os próprios quartos de dormir.

Ingénuas chitas de um tom antigo, de fundos cor de café salpicados de pequenas rosas, caem em pregas ou entreabrem-

-se em bandolim, guarnecido de um estreito folho encanudado, nas alcovas, onde sob o cortinado pendente se entrevêm os pés de um pequeno leito de pinho da Dinamarca. O pequeno espelho quadrilongo, tendo no altar separado do vidro por um travessão emoldurado no mesmo caixilho um desenho a pastel, reflecte, na parede do fundo, um quadrado luminoso de mar esmaltado pelo sol. Por baixo do espelho, na alvura tenra e láctea da porcelana, reluz o serviço do laboratório. Uma larga poltrona de marroquim cor de palha. Um *guéridon* com três ou quatro livros de cartonagem inglesa. O guarda-sol vermelho a um canto. Suspenso do braço do cabide, como uma enorme borboleta no espaço, o grande chapéu Pamella com o seu tope azul, oscilando à viração da praia no ambiente de interior perfumado a heliotrópio branco.

A taça de cristal, com as frutas em pirâmide entre folhas de vinha, denuncia a sala de jantar, tendo sob o lustre a pequena mesa de pereira preta, rodeada, como nos grandes hotéis suíços, de cadeiras quadradas, de madeira igual à da mesa, com estofos de *chagrin* carmesim.

Nas salas de visitas e de trabalho abundam as ilustrações e as revistas, e, entre os numerosos jornais holandeses, aparecem o *Graphic* e a *Vie Parisienne*, o *Fígaro* e a *Pall-Mall Gazette*, por baixo das rosas pendidas das floreiras de faiança.

E todos estes aposentos estão silenciosos e desertos, como lindas gaiolas abertas de que tivessem fugido os canários para se espanejarem no mar. Apenas, de quando em quando, atravessa ao fundo, leve e ligeira, uma criada de quarto, loira *soubrette* de Paris ou de Amsterdão, de avental e touca de cambraia, vestida de claro como as estatuetinhas de Saxe; ou mais perto da porta, no primeiro plano, voltando para quem passa as solas dos seus fortes sapatos, se vê um nababo de Java ou de Roterdão, estirado numa *chaise-longue*, meio sepultado sob um número do *Times* ou do *Algemeen Handelsblad*, com um charuto *planteur* nos beiços, rijo, atlético, pesado, feliz, soberbo, na triunfante plenitude do orgulho repousado das grandes castas, que, à força de trabalho, de tenacidade e de estudo, souberam dar artificialmente às formas da vida a organização mais sábia e mais perfeita.

*Arnhem — A Sintra holandesa — As quintas, os jardins, as matas — Os clubes — O asilo militar de Bronbeek — Maarten van Rossum — Os condes de Egmond — Nimega — Carlos Magno — Cláudio Civilis, o Viriato holandês — Cornélio de Witt e João de Witt.*

É uma pequena Haia em ministérios, sem legações, sem corte. Imaginem uma cidade quase inteiramente feita de quintas: muros cobertos de giestas e de musgos, de rosas e de trepadeiras em flor; grades de ferro através das quais se entrevêem vestíbulos envidraçados de pequenos palácios, espessuras de parques, recantos floridos de jardim, *marquises* rendilhadas, avenidas curvas para fazer rodar carruagens, brancuras de cisnes vogando na sombra verde-escura dos chorões desgrenhados sobre a água; e ao lado de cada grade, numa prancha de madeira envernizada, numa lâmina de ferro forjado ou de cobre polido, a designação da propriedade; não já, como na velha Holanda, uma breve sentença da filosofia do habitante, mas um simples nome querido e modesto: *Vila Luísa, Vila Maria, Vila Joana.*

No bairro do comércio, quase todas as lojas de porta fechada, recolhidas como casas nobres, de família. Não se ouve o estrépito pesado das carroças nos lajedos das ruas, nem a vozeria dos pregões ambulantes, nem o jogar arquejante das máquinas de vapor nas fábricas industriais. É uma cidade de respiração puramente bucólica, toda feita da exalação balsâmica da seiva dos parques, do chilrear dos pássaros, dos murmúrios da água nos tanques e nas fontes de jardim.

Como na maior parte das cidades holandesas antigamente acasteladas, como na Bélgica e na Alemanha Renana, as antigas fortalezas de Arnhem foram transformadas em jardins que rodeiam a cidade, cingindo-a, como Francfort, de um colar de flores.

Os passeios públicos, os *boulevards*, os arrabaldes incomparáveis, as deliciosas aldeias suburbanas, as colinas de Velp, a proximidade do Reno, as vistas de Eltever Berg, de Clèves, de Nimega fazem de Arnhem a preferida estação campestre de recreio e de repouso, a grande Sintra da Holanda. Como em Sintra, todas as grandes quintas são aqui patentes ao público, e o mais obscuro viajante passeia como em terras suas, durante dois ou três dias, em propriedades de um encanto incomparável, entressachadas de bosques e de lagos, de parques de corças e de merinos, de grutas e de cas-

catas, de pontes suspensas e de torres de atalaia, de aviários, de piscinas e de vacarias modelos, como no castelo de Sonsbeek, nas quintas de Roozendaal, de Klarenbeek, de Rhederood, de Biljoen, e numa infinidade de outras. Nesta região se alongam as campinas cobertas de tulipas na Primavera, cobertas no Verão por verdadeiras searas de rosas, exploradas pela perfumaria.

No percurso destas romagens, às horas do sol, vêem-se passar lentamente, ao passo dos cavalos, as equipagens descobertas dos ricos habitantes de Arnhem: os largos paneiros de vime, puxados por *poneys* e cheios de crianças; os landós coroados de guarda-sóis abertos, e conduzindo em passeio higiênico pálidas belezas frisoas, brancas como jaspes italianos de imagens de madonas com cabelos de ouro, de olhos doces e melancólicos de convalescentes, e de elegantes indianas crioulas de Samatra, descendentes de príncipes indígenas, parentes de regentes de Java, desposadas por opulentos mercadores ou ricos navegantes da Holanda aposentados agora nos seus bens.

Os clubes de Arnhem são, como os da Haia, do mais perfeito conforto, e constituem com o prazer do passeio as duas únicas diversões dos habitantes.

Alguns destes clubes, como um em que fui convidado a jantar, na Haia têm as suas cozinhas dirigidas por chefes parisienses de primeira força. As garrafeiras contêm do que há de mais escolhido nas adegas europeias, desde as melhores novidades do Reno, da França, da Itália e da Espanha até o Porto, geralmente conhecido nas listas dos vinhos dos restaurantes holandeses pelo nome recomendável de *London*, *London Velho*, *London particular*, *London escolhido*. Porque a tal ponto os negociantes portugueses têm deixado cair em mãos estrangeiras o comércio nacional que não só a gloriosa bandeira azul e branca desapareceu lastimosamente de todos os portos marítimos mas até os produtos da nossa indústria vão perdendo o nome nos mercados a que cessámos de os levar! Os filhos enfeitados tomam naturalmente o apelido daqueles que os adoptam e não dos que lhes deram o ser.

As colecções de jornais e de revistas em todos estes centros são as mais ricas do Mundo. Há enormes bibliotecas de publicações periódicas de todos os géneros, em todas as especialidades e em todas as línguas: de literatura, de história, de

viagens, de arqueologia, de linguística, de medicina, de horticultura, de piscicultura, de caça, de trabalhos de agulha, de controvérsia política e teológica, de combate, de religião, de filosofia, de simples recreio. Só nunca vi, em clube algum da Holanda, um jornal de modas. E tudo isto se manuseia, se consulta e se lê. Em nenhuma outra parte, nem mesmo em Inglaterra, se observa uma tão prodigiosa massa de leitura.

Em Bronbeek, um dos lindos subúrbios de Arnhem, achase estabelecido um asilo de soldados.

Nenhum carácter militar no aspecto exterior deste curioso edifício. Nem o mais leve sintoma guerreiro! Nem o menor dos motivos decorativos que de ordinário servem de atributos a instituições desta natureza! Nem os dois obuses de boca aberta à porta, nem a clássica ponte levadiça, nem os montículos de balas, nem a prevista esplanada com as suas indispensáveis ameias e as suas velhas peças de artilharia teatral, montadas em reparos tão trôpegos, tão trambolhudos e tão de pau como os membros do guerreiro inválido encarregado de lhes servir de cornaca!

O asilo de Bronbeek tem, por fora, o simples aspecto rústico, absolutamente inofensivo, eloquentemente pacato, de uma bela granja.

Como outros tantos Cincinatos, todos estes velhos batalhadores se ocupam carinhosamente em agricultar a terra, e é com o sorriso da mais terna simpatia que o visitante, percorrendo as vastas dependências deste albergue militar, vai encontrando a pouco e pouco, dispersos pelo campo, esses antigos soldados pagando no último quarteirão da vida ao solo da pátria o tributo dos desvelos que o serviço das armas os impediu de prestar nos anos da mocidade, arrancada pelo recrutamento ao serviço da charrua.

Uns sacham o cebolal, outros mondam a horta.

Um grupo, na leira gradada, ao bom cheiro da terra revolvida de fresco, em mangas de camisa, as cabeças brancas ao sol, apanha e ensaca a batata nova.

Sentinela perdida, emboscada no feijoal, aqui está um que arma aos pássaros, de olho vigilante nas esparrelas e nos alçapões abertos em torno da gaiola estratégica do chamariz.

Este, de óculos, que lê o jornal ao soalheiro, com a sua muleta ao lado, é o guarda das ovelhas.

Há várias companhias distintas neste regimento: a compa-

nhia dos pomareiros, a dos ceifeiros, a dos jardineiros, a dos hortelões; e diferentes piquetes: o do curral, o da queijeira, o da abegoaria, o do celeiro, o do madureiro, o do lagar, o do palheiro. E, perante a rigorosa pontualidade e a cabal perfeição com que alguns velhos inválidos cumprem todos estes diversos e complicados serviços, reflecte-se que não há nos melhores exércitos do Mundo organização que valha a instintiva disciplina que prende pelo trabalho o homem livre à terra livre.

No interior do edificio estão como num museu vários troféus de armas, muitas recordações de guerras e de viagens à África, à América, à Índia, à China, ao Japão.

Os canhões tomados aos rebeldes de Sumatra e de Bornéu, aos espanhóis, aos portugueses, aos franceses e aos ingleses, perderam, à força de serem lustrados, todo o aspecto mavórcio com que noutro tempo houvessem podido intimidar o público. Hoje em dia, dispostos ao longo destes vastos corredores, parece terem unicamente por fim mostrar ao homem quanto pode o esmeril nas artes da limpeza, quando empregado com zelo sobre as bocas de fogo durante séculos de ininterrompida fricção bafejada pelos ócios da paz.

Na capela, duas divisões: para um lado o culto católico; para o outro lado o culto protestante. Os fiéis escolhem, indo para a direita ou para a esquerda, a religião que entendem prestar mais garantias ao destino futuro das suas almas. O Estado lava daí as suas mãos.

No lugar principal do templo, ao fundo, em frente da porta, acha-se um grande quadro fechado por um vidro, com esta inscrição: *Comemoração da honra*. Neste quadro guardam-se, encerradas e dispostas por sua ordem, as cruzes que trouxeram ao peito os soldados condecorados e falecidos no asilo. Junto de cada cruz há uma inscrição em cobre com o nome do soldado a quem a insígnia pertenceu e com a data dos sucessos em que ele se distinguiu. Quando o corpo do condecorado desce à cova, um camarada ajoelha e toma-lhe do peito a condecoração que o Estado recolhe, entendendo que essa distinção de mérito deve sobreviver ao indivíduo, como sobrevive o nome, registando-se devidamente como uma parte da história da sua pátria, da honra do seu regimento, da glória dos seus companheiros de armas.

Não obstante o aspecto juvenil que lhe vem do eterno viço dos seus jardins e da elegância moderna dos seus novos bairros, Arnhem, a *Arenacum* dos Romanos, é, como a sua vizinha Nimega, uma das mais velhas cidades da Holanda.

A antiga província de Gueldra, de que Arnhem é a capital, fez parte, na Idade Média, da monarquia dos filhos de Clóvis. Foi erigida em condado pelo imperador Henrique IV em 1079. Foi elevada a ducado por Luís IV em 1339. Foi vendida a Carlos, o *Temerário*, duque de Borgonha, em 1417. foi tomada por Carlos V em 1543.

Alguns monumentos de Arnhem, a sua Casa da Câmara, chamada a Casa dos Diabos, habitada no século xv pelo célebre bandido Maarten van Rossum, e a sua bela catedral gótica, consagrada a Santo Eusébio, atestam ainda a antiguidade das suas origens.

No coro da Igreja de Santo Eusébio vê-se o túmulo monumental de um dos condes de Egmond, Carlos, príncipe de Gavre, duque de Gueldra, que os cronistas desta província eruditamente compararam a Aníbal e a Mitrídates.

A genealogia dos Egmond engarfa na genealogia dos Nassaus, e perde-se com ela nas trevas da história anterior ao século xi. O mais ilustre membro desta família lendária foi Lamorol de Egmond, príncipe de Gavre, barão de Fiennes, executado com o conde de Horn em Bruxelas em 5 de Junho de 1568, por sentença de Filipe II.

Em Nimega há um precioso museu de antiguidades romanas, atestando pelos mais preciosos documentos — moedas, medalhas, lápides, tábuas, jóias, armas e loiças — a ocupação destes lugares pelas legiões conquistadoras de César, fortificadas por muito tempo na cidadela de Nimega, a que Tácito chama *batavorum oppidum*.

É ainda em Tácito, nos livros iv e v das *Histórias*, que os primeiros esforços da Holanda para as conquistas da sua independência, no tempo de Nero e de Galba, de Vespasiano e de Vitélio, nos aparecem representados nas repetidas lutas contra as cortes romanas pelo Viriato holandês Cláudio Civilis, cego de um olho, como Aníbal e como Sertório, o qual, depois de haver inutilmente inundado a Batávia, rompendo o dique construído por Drusus, assiste em Nimega à queda das suas esperanças heróicas vendo ao longo de todo o Reno

os gauleses e os germanos submetidos aos conquistadores latinos.

Durante a Idade Média a história de Nimega não é menos ilustre que na época romana. No magnífico palácio construído aqui por Carlos Magno, e cujas ruínas admiráveis se conservam, piedosamente engrinaldadas de flores, no lindo jardim público de Mimega, habitou por algum tempo o glorioso filho de Pepino, *o Breve*. Neste majestoso recinto se celebraram talvez cortes de literatura e de amor, presididas por algumas das cinco esposas do imperador, ou por algumas das quatro concubinas suas amantes, que o seguiam na guerra, cavalgando alegremente com as suas tropas, de campanha em campanha; e aqui está ainda o mesmo baptistério em que ele dava em pompa o sacramento cristão aos cativos saxónios das legiões vencidas.

Nimega serviu também de residência a Carlos, *o Calvo*, a Otão I, a Santo Henrique, a Conrado III, ao imperador Sigismundo, ao imperador Alberto, a Henrique VI, a Reinaldo III, a Carlos V, a Filipe II, a Maximiliano de Áustria, a Carlos, *o Temerário*, a Carlos de Egmond e a Guilherme, *o Taciturno*.

Em todos os variados episódios da história de Nimega, assim como da história de Arnhem, desde a derrota de Civilis até o célebre congresso que trouxe consigo os tratados de paz de 1678 e 1679 entre as Províncias Unidas, a França, a Espanha, a Suécia e as potências suas aliadas — perpassa constantemente como que um fôlego eterno de independência e de bravura.

Um prólogo popular caracteriza a índole dos habitantes da Gueldra nestas palavras, que poderiam ser a sua divisa: *Alta em valor, pequena em bens, uma espada em punho, eis o brasão da Gueldra*.

Nimega tem no escudo das suas armas esta legenda magnífica: *Melius est bellicosa libertas quam servitus pacifica*.

Nas coleções numismáticas do país se encontram ainda exemplares das famosas medalhas patrióticas que deram origem à guerra começada em 1672, e concluída pelos tratados a que acima aludi. Numa dessas medalhas, cunhadas na Haia por ordem dos Estados Gerais, vê-se a figura da república holandesa calcando aos pés a discórdia visivelmente representada na effigie de Luís XIV. No reverso, o leão neer-

landês segura nas garras um canhão com esta legenda: *Sic fines nostros tulamus et undas*. Em outra medalha aparece Van Renningen, o embaixador da Holanda junto da corte da França, representado na figura de Josué detendo o astro do dia, figurado pelo Rei-Sol, com esta inscrição: *Stetit itaque sol*.

Quando rebentou a guerra, o impulso do rancor popular contra a dominação francesa produziu uma explosão de ódio sanguinário e terrível.

«Havia cinquenta anos — diz Michelet — que a Holanda não via guerras. Era um grande jardim, um tesouro de riqueza e de arte; era o asilo universal dos espíritos pacíficos, que nada pediam senão a posse tranquila de uma livre consciência. A aparição súbita desse monstro da guerra, de um exército de cento e vinte mil homens engolindo o país inteiro, foi um terror imenso, e como o último dia do Mundo... O exemplo da resistência foi dado pela grande Amsterdão. Abriu as comportas de água doce, rompeu os diques, entregou ao oceano toda a admirável campina circunjacente. Enorme sacrifício. Não eram já, como outrora, os campos que se submergiam. Eram as quintas, os palácios, as mais ricas habitações da terra, as estufas, os jardins exóticos, os tesouros que faziam já então deste pequeno país o universal museu do Mundo. Foi grandioso. Porque a cidade em si não tem terras; é um balcão, um armazém; cada um tem os seus bens queridos, o seu lar amado (*mein lust, meint rust*), nos campos próximos. Aí amontoam quanto têm. Esse povo, que vive para a casa, depois de ter corrido o Japão, Surinam, o Mundo inteiro, traz consigo quanto pode, e aí enterra a sua alma. Eis o que se deu ao mar.»

E Michelet acrescenta: *Então a falsa Holanda se separou da Holanda verdadeira*. O partido do governo, ao qual o grande historiador a que me refiro chama a *honra da natureza humana*, desliga-se neste momento do partido orangista, feito de nobres, de militares de terra, de soldados aventureiros e de estrangeiros perseguidos, refugiados na ilimitada hospitalidade holandesa, engordados na mais farta panela de toda a Europa.

Foi à intriga deste partido que sucumbiram as duas principais cabeças da República, os heróicos irmãos João e Cornelio de Witt.

Falsamente e indignamente acusado perante o povo de se opor à resistência patriótica e de se mancomunar com o ini-

migo, Cornélio de Witt é preso e posto a tormentos. A sua impassibilidade perante a tortura é um heroísmo sobre-humano. Com as duas mãos presas uma à outra por um anel de ferro, e lentamente queimadas pela mecha de um mosquete, De Witt responde aos algozes evangelistas na língua sagrada dos poetas; e aos verdugos sectários de Jesus Cristo ele declama os versos imortais de Quinto Horácio Flaco: *Justum ac tenacem proposit virum...* «O justo persistirá firme... A cólera das turbas ou o furor dos tiranos em vão pedirão um crime; ele resistirá, assim como à insânia dos ventos resiste o penhasco inabalável no mar profundo.»

Ao ser conduzido, em companhia de seu irmão João de Witt, do tribunal para a casa da municipalidade, o povo reunido na rua disparara uma descarga de mosquetaria sobre os dois patriotas. A filha de João de Witt, que morava a poucos passos de distância, trazida à janela pelo estrépito dos tiros, vê cair seu pai varado pelas balas.

Na embriaguez do crime, no furor implacável do ódio ao estrangeiro, habilmente encaminhado pelos orangistas contra os dois sábios e ilustres magistrados da República, o povo arrasta nus pela praça os dois cadáveres, mutila-os impudicamente, e põe em leilão os membros esquartejados dos mártires, levantados no ar e mostrados aos licitantes nas pontas dos chuços.

Depois deste crime tremendo perpetrado pelo povo, cessa na Holanda de existir a República; o *stadhouderato* encabeçado na dinastia de Nassau torna-se hereditário: não é mais que uma monarquia disfarçada, que a ocupação francesa transforma mais tarde numa monarquia definida.

*Cidades industriais — O que a Holanda fabrica — A lapidação dos diamantes, as pedras, as oficinas, os operários judeus.*

Há na Holanda a indústria agrícola e a indústria manufactureira.

Os principais centros de manufactura são Amsterdão, Haarlem, Roterdão, Deventer, Dordrecht, Schiedam, Tilburg, Maestricht e Amersford.

O que é que a Holanda fabrica? A exposição internacional de Amsterdão responde circunstanciadamente a esta pergunta, a qual a muitos estrangeiros que não visitaram essa

exposição poderá parecer indiscreta para com o povo holandês.

Apesar da sua pobreza geológica, sem minas e sem florestas, sem carvão, sem ferro e sem madeiras; apesar da pequenez do seu território e da sua população; apesar da contiguidade de países florescentíssimos de produção, como a Alemanha, a Bélgica e a França; apesar ainda da facilidade de importação dos produtos estrangeiros, importação consideravelmente favorecida pela proximidade dos mercados, pela rapidez dos transportes e pela benignidade das pautas aduaneiras, a Holanda fabrica tudo. Ferramentas de trabalho, instrumentos de extracção e de transporte; peças e ornatos de construção de casas, de navios, de fábricas, de oficinas, de manufacturas, de granjas, de estábulos e de jardins; aparelhos de esgoto e de rega, bombas, noras, turbinas, pulsómetros, etc.; móveis de todos os géneros, entalhados, torneados, marchetados, para alcova, para salão, para escritório, para escolas; tapetes e tapeçarias de todos os géneros; papéis de forrar casas, oleados, corticinas, etc.; bilhares, espelhos, molduras, chaminés de salão, lustres, candeeiros, candelabros, serralharia e ourivesaria; objectos de arte em ferro forjado e fundido, em aço, em bronze, em cobre, em estanho, em alumínio, em níquel, em galvanoplástica; relógios e pêndulas; barómetros, termómetros e outros contadores; faianças, porcelanas, vidros, cristais, tijolos, azulejos e terras-cotas; obras de couro, de carneira e de marroquim; jogos e brinquedos de crianças e artigos de fantasia; escovas de todos os géneros; artigos de imprensa e de escritório, encadernações, cartongens, material de escrita e de desenho; instrumentos de música, pianos, órgãos, instrumentos de corda, etc.; aparelhos de física e de química, de cirurgia, de arte dentária, de ginástica, de ortopedia, de telegrafia, de telefonia, de heliografia, de natção, salva-vidas; instrumentos de precisão, de agrimensura, de navegação, de caça, de toda a espécie de pesca, marítima e fluvial, da baleia, do coral, das esponjas; cordas e tecidos de linho, de algodão, de seda e de lã; xales, rendas, plumas e flores artificiais; quinquilharia; perfumaria, leques, jóias, luvas, sabões; armas portáteis e armas de guerra; óculos de alcance e binóculos; artigos de viagem, malas, estojos, sacos, barracas, bengalas e chapéus-de-chuva; hipsómetros, clinómetros, telémetros e pedómetros; conservas ali-

mentares, farinha, féculas e massas; charutos e cigarros; toda a espécie de bebidas alcoólicas; tintas, óleos, gomas e vernizes; produtos de estearina e de parafina; e, finalmente, queijo e manteiga, manteiga para cobrir todo o pão com que almoça a Europa, queijo para dar sobremesa a todo o Mundo.

Tilburg, pequena cidade de dezoito mil habitantes, conta mais de cem fábricas, que produzem anualmente trinta mil peças de pano.

Roermond fabrica igualmente panos.

Deventer, além das suas fundições de ferro, tem fábricas de loiça; e além dos seus afamados bolos — os bolos de Deventer, que exporta para toda a parte — produz excelentes tapetes, assim como Rhenen e Amersford.

Gouda é célebre pelos seus tijolos e pelos cachimbos de barro, de que inunda as tabacarias de todo o Mundo.

Apeldoorn e Maestricht fazem papel excelente.

A província da Frisa abastece de cordas, justamente afamadas, muitos mercados.

O Saugstraat, distrito do Norte Brabante, confecciona artigos de *toilette*, móveis, malas e couros, que constituem um dos principais ramos do comércio nacional.

Schiedam é a sede principal das célebres destilarias holandesas, e com os resíduos da fabricação da genebra alimenta anualmente trinta mil porcos.

Haarlem é a mais particularmente refinadora de açúcar, extraído de beterrabas.

São de considerável importância várias fábricas disseminadas por diversos distritos, como a real fábrica de armas de Maestricht, a real fábrica de charões artísticos de Amsterdão, a grande fábrica de adubos químicos de Roterdão, e outras.

A indústria das bonecas, assim como em parte a das flores, tornou-se especialidade de algumas associações de beneficência, constituídas por senhoras. Uma destas sociedades tem por fim obter trabalho para as mulheres pobres desempregadas. As lindíssimas bonecas que se vendiam à entrada da exposição de Amsterdão, primorosamente feitas de trapo, e representando com a mais rigorosa fidelidade todos os costumes populares da Holanda, eram propriedade de uma das associações a que me refiro, e haviam sido fabricadas pelas raparigas pobres, a quem as senhoras proporcionaram os

meios de empregar-se nesta pequena indústria, não só de grandes lucros — porque transforma um simples farrapo num interessante documento etnográfico do valor de vinte ou de trinta francos — mas ainda de grande educação elementar para o desenvolvimento das faculdades artísticas.

Para a indústria das flores vivas há outra associação, igualmente de senhoras, que distribui gratuitamente sementes, raízes e tubérculos de plantas de jardim às mulheres e às filhas dos cultivadores pobres, celebrando sucessivamente exposições de concurso, em que todas as flores se compram, sendo premiadas as mais belas.

Os inúmeros ramalhetes procedentes destes mercados periódicos são oferecidos pelas senhoras associadas, como dádivas da terra carinhosa e consoladora, aos hospícios de velhos, aos recolhimentos de pobres, aos hospitais de convalescentes.

A indústria mais rica — e bem assim a mais característica da Holanda — é a da lapidação dos diamantes nas oficinas de Amsterdão. O comércio dos diamantes atinge nesta cidade a soma anual de dezoito mil contos de réis e fornece trabalho a dez mil pessoas. Uma só particularidade basta para dar ideia do valor desta indústria: — o trabalho de um diamante vale duas vezes e meia mais do que a própria pedra; isto é: o diamante bruto compra-se a 18\$000 réis por quilate; o diamante polido vende-se, termo médio, por 45\$000 réis o quilate.

A indústria dos diamantes é quase exclusivamente exercida em Amsterdão por judeus de origem portuguesa. Nenhuma outra raça suportaria talvez o esforço supremo de energia, de aplicação e de paciência que é indispensável desenvolver para reduzir uma destas gotas de gás carbónico solidificado ao estado de pedra preciosa e polida, que os judeus distinguem imediatamente de toda a pedra falsa pondo-a na língua e tomando-lhe a temperatura: o diamante é a pedra fria por excelência.

A lapidação consta de três operações distintas.

A primeira operação consiste em cortar a pedra *pelo fio*, o que quer dizer no sentido da sua cristalização, desbastando-a e tirando-lhe as rugosidades mais salientes. A parte difficilima deste primeiro trabalho é a de determinar precisamente, matematicamente, o ponto exacto da base e do vértice da

pedra, os quais constituem os dois pólos do eixo em torno do qual se distribuem as facetas.

A segunda operação é a lapidação propriamente dita, e consiste em indicar as facetas e dar à pedra a sua forma geral. Neste estado o diamante tem ainda a aparência amarelada e baça de um pequeno cristal de goma-arábica.

A terceira operação é o polimento, que se realiza empunhando o diadema numa pega solidíssima, não deixando sobressair senão a faceta que tem de ser polida, e aproximando-a em seguida de um pequeno disco de ferro, embebido em pó de diamantes e azeite, posto em movimento giratório horizontal por uma máquina de vapor, e dando duas mil e quinhentas voltas por minuto à banca de cada polidor.

O aspecto destas oficinas tem o que quer que seja de misterioso, cabalístico, que infunde em quem as visita a sensação de entrar num mundo inteiramente à parte daquele em que vivemos, habitado por uma raça de homens orientada muito diversamente da nossa, não somente com outra língua e com outra religião privativa deles, mas ainda com caracteres anatómicos, com caracteres fisiológicos, com temperamentos, com atavismos, absolutamente diversos daqueles que concorrem na nossa idiosincrasia. É a vida olhada através de um vidro escuro e de aumento, com uma intensidade que ela só atinge nas condensações da arte, e que lembra o mundo formidável de Shakespeare, o de Balzac ou o de Carlos Dickens.

Para o fim de terem a máxima quantidade de luz para um trabalho de minudência microscópica, os *ateliers* dos lapidários acham-se todos enfileirados em estreitos corredores alumiados por largas janelas rasgadas desde o tecto até à altura das bancas que lhes ficam fronteiras.

Essas grossas bancas de carvalho, os sólidos mochos altos, aparafusados ao pavimento para o fim de permitirem o máximo desenvolvimento de força muscular empregada sobre a ferramenta, os utensílios de trabalho, as fortes pinças, as turqueses, as luvas com dedos de ferro, as lamparinas, as caixas de madeira em que cai o pó tenuíssimo dos diamantes cortados, as bigornas de aço, as mós de ferro da polição, as correias transmissoras em giro por cima de cada banca, as cortinas brancas caídas ao longo das vidraças, as mãos, as camisas, as caras, os cabelos dos operários em transpiração, tudo

nestas extensas galerias se acha uniformemente sujo, gorduroso, enodado de óleo preto.

O diamante bruto é tomado, com uma pequena pinça, da caixa de depósito em que se acha com muitos outros, e seguro pelo artífice numa bolinha de massa dúctil como cera, a qual em seguida endurece como ferro ou se abranda no grau que se deseje ao fogo de um maçarico, e serve de engaste provisório à pedra. Presa esta bolinha numa turquês mecânica, apertada à chave, com garras solidíssimas, o lapidário toma, fortemente empunhada outra turquês igualmente sólida, uma lasca de diamante cortada em forma de cinzel, e, apoiando-se à bigorna cravada no meio da mesa, por meio de um supremo esforço muscular que o faz vibrar dos pés à cabeça no seu alto banco especado ao sobrado, começa a morder pedra com pedra, gume com gume, diamante-jóia com diamante-escopro.

Imaginem dois formões agudíssimos, do mais duro aço, raspando corte com corte até que à força de fricção se entalhe o fio de um no fio do outro: como o diamante é ainda mais agudo e mais duro que o mais forte aço, este símile dá apenas uma ideia remota da impressão única que nos arrepela todos os nervos e arrepia todos os poros da pele ao sentir, entre as curvas e ganchosas mãos de aço de um destes ciclopes microscopistas, o dilacerante atrito do diamante lanhado pelo diamante no lavor de cada faceta.

Ao cabo de alguns minutos a lasca-cinzel está embotada e é preciso substituí-la por outra na turquês que lhe serve de cabo. Depois do que recomeça a operação do corte por meio de um novo gume. E assim sucessivamente até se completar a tarefa enorme, inverosímil, de dar à pequena pedra do tamanho da cabeça de um alfinete as sessenta e quatro facetas, além dos dois cortes superiores e inferiores do vértice e da base, indispensáveis para comunicar à pedra bruta a luz faiscante de jóia.

O polidor conclui o seu trabalho aperfeiçoando na mó faceta por faceta, e dando ao brilhante a forma e a nitidez definitivas.

Todo o brilhante tem a configuração de duas pirâmides truncadas e reunidas uma à outra.

Para que um brilhante se considere lapidado, em regra é preciso que, colocado sobre qualquer dos seus dois vértices,

ele se equilibre no próprio peso, sem descair para nenhum dos lados. Para este fim é indispensável que cada uma das facetas tenha uma dimensão exacta, perfeitamente geométrica. Ora o lapidário, ao passar a pedra no polidor corrosivo, não vê senão uma faceta de cada vez, e é a olho que ele determina exactamente, sem discrepância alguma, a forma e a dimensão justíssima de cada uma das sessenta e seis superfícies, matematicamente iguais entre si, que tem de apresentar a figura que ele é encarregado de delinear.

Para que o diamante lapidado tome na joalheria o nome de *brilhante* é mister, como já indiquei, que ele apresente sessenta e seis facetas. Além do *brilhante*, temos porém na mesma pedra o chamado *diamante rosa*, o qual não é mais que um brilhante achatado, tendo vinte e quatro facetas em vez de sessenta e seis.

Há diamantes de tão exíguas dimensões que são precisos mil para atingir o peso de um quilate. São os infinitamente pequenos da joalheria e semelham uma polvilhação aquática, um pólen luminoso sobre as flores de oiro que orvalham, ou em torno das pedras negras, ou dos rubis estrelados que circundam, como auréola, nos anéis ou nos botões de camisa. Pois bem: cada uma dessas pequeníssimas pedras, quase microscópicas, passou nas oficinas de Amsterdão pelas três operações a que aludi, e cada uma delas tem as suas vinte e quatro facetas affectando a forma de roseta, de que lhes vem o nome.

A palavra *diamante*, segundo a raiz grega, quer dizer *dominante*, e esta pedra quase sobrenatural, heróica, indestrutível, imaculada como as coisas divinas, corresponde bem ao nome que lhe deram e à lenda de que a revestiram os poetas, os bruxos e os alquimistas.

Para a antiguidade helénica o diamante era o metal invencível com que os deuses fabricavam as suas armas: os grilhões de Prometeu, em Ésquilo, o capacete de Hércules, em Hesíodo.

No tempo de Plínio, o *Velho*, attribuíam-se-lhe ainda virtudes mágicas, e consideravam-no como preservativo da peste e dos feitiços.

Nos tempos modernos, o diamante é o principal attributo decorativo da beleza triunfante e da força dominadora.

Diz-se do imperador Napoleão Bonaparte que ele se não

julgou verdadeiramente soberano senão no dia em que, depois de tantos tronos conquistados, mandou enfim engastar o *Regente* nos copos da sua espada.

Todos os diamantes excepcionalmente grandes têm um nome sob o qual vivem nas imaginações como personagens históricas: o *Regente*, que faz parte das jóias de França; o *Koh-i-noor* (montanha de luz), pertencente à coroa de Inglaterra; o *Mogol*, que pertenceu aos reis de Golconda, presentemente perdido; o *Orloff*, ou *diamante de Amsterdão*, e o *Shah*, ambos da coroa da Rússia; o *Florentino*, da coroa da Áustria; a *Estrela do Sul*, achado na província de Minas Gerais, no Brasil; o *Paxá do Egipto*, o *Nassak*, o da *coroa de Portugal*, o do *Sultão*, etc. E todas estas pedras têm um drama ou uma tragédia na história da sua origem ou da sua evolução. Procedem das grandes minas da Índia ou do Brasil, dos jazigos do Ural, da América do Norte, de Sumatra, da Austrália, da China, ou do cabo da Boa Esperança. Vieram do trono de um príncipe persa, do alfange de um rajá de Mjayin, das pupilas de um ídolo de Sheringam, do ceptro dos imperadores do Mongol, da coroa dos reis de Lahore, ou do dedo de algum cadáver ilustre, como o de Carlos, o *Temerário*, cujo corpo em putrefacção foi reconhecido sob os muros de Nancy pelo diamante célebre que tinha no anel, jóia ultimamente arquivada na colecção Demidoff.

*Diamante da coroa, diamante da família, diamante de cocotte*, ele é sempre no mundo moral uma espécie de pequeno astro, um foco de gravitação semelhante ao que é o Sol no mundo físico.

Quantas paixões, quantos desejos, quantos desenganos, quantas alucinações e quantas lágrimas em torno de cada uma destas pequenas pedras no seu trajecto de jóia em jóia, de tiara em tiara, de ceptro em ceptro! Por quantos berços, por quantos leitos, por quantos esquifes não terão elas de passar, fulgurando sucessivamente ao clarão da Lua, ao clarão dos círios ou ao clarão dos archotes, em noites de amor, de glória ou de agonia, em noites de gala régia ou de furor popular!

E são oito ou dez mil operários judeus de Amsterdão, sem pátria, sem príncipes, sem reis, destituídos de sentimentalidade poética e de ilusões idílicas, insensibilizados no desprezo, materializados no trabalho, ávidos de lucro e sagazes, os

que em cada ano espargem no Mundo miríades dessas pedras, como a vasta semente da vingança de uma raça proscrita sobre as raças triunfadoras.

Depois de facetado, com as suas sessenta e seis superfícies, nas oficinas de Amsterdão, o estéril carbone fica sendo a jóia rutilante, mãe fecunda e servidora fiel dos corrosivos pecados do temperamento e da fantasia.

Ide, magnéticas estrelas! Ide polvilhar de luz, em doidejantes reflexos rosados, verdes e azuis, o firmamento da elegância! Ide resplandecer nos relicários sagrados, nos tabernáculos divinos, nas tiaras dos pontífices, nos diademas das rainhas, nos ceptros dos reis e nas chinelas das cortesãs! Sereis sucessivamente adoradas, apetecidas, profanadas; e o que uma vez julgar possuir-vos será eternamente o vosso escravo, acorrentado para todo sempre a um velho altar, a um carcomido trono, a um desgastado brasão ou a um inveterado vício.

Aqueles que vos fabricam na sua judiaria de Amsterdão, na Rua das Pulgas ou na Rua dos Mochos.

É um bairro estreito, tortuoso e infecto, ainda hoje povoado das figuras esqueléticas, andrajosas, intonsas, de olhar oblíquo e ardente, dos judeus e dos mendigos de Rembrandt.

Mulheres imundas, crianças piolhosas, cães famintos, gatos tinhosos, fervilham desde pela manhã até à noite, ao sol e à chuva, na rua alastrada, como uma feira, de ferros velhos. Das janelas escanceladas pendem a enxugar colchões de berços apodrecidos e trapos lastimáveis. Velhos judeus ortodoxos, cheirando caracteristicamente a curtume e a alho, com barbichas de bode, grisalhas, palmilham com as suas largas chinelas enlameadas o lixo fermentado da calçada, vendendo frescura. Ao fundo arredonda-se a vasta sinagoga, em cujo tabernáculo, feito de madeiras do Brasil, alguns rabinos portugueses aferrolham os livros da lei, encarregados de guardar e explicar à tribo.

Compete em importância com a indústria dos diamantes a indústria das construções navais, exercida em não menos de setecentos estaleiros, e a indústria da pesca do arenque, cuja importância anual é calculada em quatrocentos contos de réis.

A indústria agrícola é, porém, mais considerável do que qualquer outra.

Para dar uma ideia do seu valor, basta considerar os gados, e comparar o número de cabeças existentes na Holanda com as que existem em Portugal. Do quadro oficial da estatística comparada dos países resulta que, enquanto Portugal tem na raça cavalari 0,9 por quilómetro quadrado, a Holanda tem 7,7. E na raça bovina, de que Portugal conta por quilómetro 5,7 cabeças, conta a Holanda 41,7.

A existência nos prados holandeses de um milhão e quinhentas mil vacas, cada uma das quais pode chegar a produzir trinta litros de leite por dia, explica a enorme quantidade de lacticínios que o país fabrica.

A produção dos queijos está orçada em vinte e cinco a vinte e seis milhões de quilos por ano. A produção de manteiga atinge um valor equivalente ao dos queijos.

A exportação total portuguesa no ano de 1881 foi de vinte mil contos. A exportação holandesa, no mesmo ano, foi de duzentos e cinquenta mil.

As cidades manufactureiras não têm aqui fisionomia especial como nos grandes centros operários da Inglaterra, da Bélgica e da França. As oitocentas fábricas a vapor da Holanda afirmam-se apenas no aspecto das povoações pelos riscos vermelhos das chaminés sobre a verdura dos prados.

*Alkmaar — O assédio espanhol — Alkemia Victrix — A vida provincial — As noites de Alkmaar — Feira dos queijos.*

Para o fim de ver um mercado agrícola, vim por três dias a Alkmaar, onde passei a sexta-feira, consagrada todas as semanas à venda dos queijos.

A parte holandesa *Alkmaar* significa *Tudo-mar*, e vem este característico nome à cidade do grande número de pântanos, hoje secos, que noutro tempo a rodeavam. Apesar da sua pequenez (onze mil e quinhentos habitantes) Alkmaar, como todas as cidades holandesas, tem um museu, tem uma linda catedral de estilo gótico, um pomposo hospício de velhos, um curioso palácio municipal construído no começo do século XVI, e um bosque, servindo de passeio público.

No museu, várias telas interessantes, principalmente retratos de regentes e de burgomestres, do século XVI e do século XVII, uma pequena biblioteca, uma colecção de meda-

lhas, de selos e de autógrafos, uma colecção de bandeiras com divisas de guerra contra os espanhóis, e uma colecção de instrumentos de tortura, empregados pela Inquisição nos Países Baixos e constituindo uma espécie de curso de rancor nacional ao fanatismo e à tirania católica.

O bosque, bem longe da magnitude das belas matas de Arnhem e da Haia, é adorável de bonomia provinciana, de singeleza de aldeia, de risonha sem-cerimónia. Do lado da povoação, a orla do parque tem um longo debrum de pequenas casas campestres, de tons claros, bem lavadas de luz, quase todas de rés-do-chão, com um postiguiinho envidraçado no corpo superior da fachada, sob o vértice do telhado. Pela frontaria destas casas penetra na gravidade oficial da floresta pública a familiaridade dos quintalinhos particulares, das hortas e dos pomares, encaixilhados em muros baixos, deixando a descoberto o panorama, e contruídos de tijolo. Nesta série de cercados, que parecem cosidos uns aos outros numa faixa de remendos vegetais, vicejam, em torno dos pequenos poços quadrados, os talhões de hortaliças e de saladas, as pequenas macieiras em fruto, os pessegueiros, as ameixoeiras e os feijões em caniçado. Camisinhas de criança, bibes de riscado azul e meias pequeninas quase sem feitio de pé coram, ensaboadas e estendidas ao sol, e sorriem por entre as couves repolhudas, de grossas folhas crespas, túmidas de seiva.

No alto de um talude arrelvado campeia em pleno passeio público um moinho como o de Longchamps, não, porém, como no Bois de Boulogne, para dar rusticidade decorativa aos *rendez-vous de sport*. O moinho de Alkmaar é um verdadeiro moinho de moer, pitoresco mas útil, envernizado por fora, todo branco de farinha por dentro.

E todo este ar de lhaneza pastoril, de ingénua paz bucólica contrasta vivamente na imaginação com as lembranças da história guerreira de Alkmaar, que nas lutas contra os espanhóis alcançou o nome glorioso de *Alkemaria Victrix*. A resistência oposta por ela aos três assaltos sucessivos das tropas de D. Fradique foi de tal modo terrível que os soldados espanhóis recusaram absolutamente, por declaração expressa feita ao filho do duque de Alba, voltar às mãos contra tais homens.

A rebelião do seu espírito de independência contra o go-

verno dos condes da Holanda obrigou o conde João de Avesnes a aplicar-lhe o único meio de a submeter, arrasando-a.

Com o assédio espanhol Alkmaar foi mais feliz. Um obscuro e corajoso marceneiro, encarregado pelo príncipe de Orange de atravessar o acampamento inimigo e de levar à cidade a ordem de abrir os diques, perdeu a mensagem que trazia. Este papel, indo às mãos de D. Fradique, obrigou-o a desistir do projecto de reduzir Alkmaar pela fome, e a levantar imediatamente o cerco, fugindo ao temor de morrer afogado com todos os seus nas águas transbordadas em uma campina três metros e meio mais baixa que o nível de Amsterdão.

Depois de ter jantado inteiramente só na grande sala triste e deserta da hospedaria, como caía incessantemente uma chuva sem vento, miúda, espessa, profunda e tenaz, fui para a janela, e com a cabeça contra a vidraça pus-me a ver morrer o dia sobre a praça fronteira.

Todas as lojas tinham fechado as portas e as janelas. Todos os prédios, de cima a baixo, mudos e desertos como a rua. Apenas, a um ângulo do passeio oposto à minha janela, dois rapazitos brincavam não sei em que jogo, sob a chuva insistente, esfumados na neblina como dois pequenos espectros grotescos.

Além do esparralhar compassado das pingas das goteiras no tijolo da calçada, nenhum outro rumor, nem o mínimo sussurro vindo da cidade, nevoenta, afogada no cair da tarde, como os convivas sob a chuva silenciosa das flores desfolhadas nas ceias de Nero.

Um homem veio acender os candeieiros da rua; pouco depois, um outro atravessou o passeio, espelhando na água do chão o disco do seu chapéu-de-chuva; e os dois pequenos desapareceram.

Algumas outras luzes, mais baças, começaram a trepidar vagamente através dos vidros na profundidade das lojas. E esta enorme tristeza de província trouxe-me à lembrança uma terça-feira de Entrudo que passei em Sintra vendo anoitecer na praça deserta, defronte da cadeia, onde um homem mascarado de boi se divertia sozinho, mugindo consigo mesmo na lama, à luz mortiça dos candeieiros de petróleo.

Dois indivíduos de Alkmaar, moços, bem-parecidos, vestidos com uma certa intenção de elegância local, vieram sen-

tar-se à janela, ao lado da minha, e pediram cerveja. O moço da hospedaria tirou da algibeira uma caixa de fósforos e acendeu um dos bicos do candeeiro de dois braços que ficava por cima da mesa de jantar.

Um dos adventícios falou-me francês: — *Bien mauvais temps, Monsieur!*

É em seguida, como evidentemente lhes agradasse desenferrujar a língua, queixaram-se de que não houvesse um teatro, nem um café cantante, *numa cidade destas!*

Efectivamente, era pena que rapazes de vinte anos não tivessem mais nada que fazer do que vir ver comigo cair a chuva a esta hora. — A população — observei-lhes — deve-se aborrecer um pouco, às noites, em Alkmaar.

Mas um deles protestou logo convictamente:

— Oh! aborrecer-se, não! Temos a vida de família.

— Bem; mas o que faz a família para não aborrecer a vida, quando a noite vem?

— Jogamos o dominó e jogamos as cartas. É assim em toda a velha Holanda. Só em Amsterdão é que as famílias estão toda a noite na rua. É indecente.

E, como o lume do charuto que tinha nos beiços, os olhos do mancebo luziam de um rancor ortodoxo, de um rancor calvinista, acesos do zelo que lhe inspirava a defesa da família provincial.

O outro, mais tolerante, atenuava:

— Em Amsterdão mesmo, há muita gente que passa as noites em casa...

Conjecturo que este rapaz fosse um livre-pensador. Ao lado do ardente rigor do outro, a longanimidade deste para com o pecado amsterdamense pareceu-me de ímpio.

Bebido o último trago de cerveja, os dois partiram, e a sala recaiu num silêncio tétrico, de noite morta.

Eram apenas oito horas. Entreluziam ainda alguns candelieiros de interior dentro das poucas lojas acordadas; e todavia, se não fosse o chapinhar da chuva, creio que eu ouviria as vacas mastigarem na pastagem dos *polders*, numa redondeza de três léguas.

Meia hora depois, enquanto num canto do canapé eu apontava estas notas no meu caderno, um hóspede de barbas grandes e óculo, chapéu alto e *water-proof*, chega escorrendo água da ponteira do chapéu-de-chuva, recebe uma carta que

o esperava ao lado de um velho telegrama, no quadro envidraçado da casa de jantar, pede o castiçal e sobe lentamente ao seu quarto, depois de nos haver saudado por meio de um cumprimento giratório, a mim e à mobília circunjacente.

O ímpio de há pouco voltou só e tomou assento a uma pequena mesa, sobre a qual colocou vários papéis que trazia na algibeira e que principiou a escrever num livro de lembranças. Um velho, de barrete de seda, cabelo branco, cara rapada, fumando um cachimbo de gesso de Gouda, desceu também à sala e sentou-se a ler um jornal em frente do rapaz que escrevia. Daí a pouco o mancebo dava tão convictas e tão leais gargalhadas, e o velho, contando-lhe não sei o quê, tinha um tão íntimo e tão amigável sorriso no olho esperto, na grande boca desdentada, nas rugas espirituosas da sua velha cara alegre e irónica, que eu compreendi então, de repente, tudo o que quisera dizer-me o defensor dos prazeres domésticos da família na Holanda, isto é, a aptidão peculiar do habitante para se alegrar com pouco, possuindo, como um doce privilégio de raça, o amor raciocinado, o amor inteligente das coisas modestas, simples e mansas. E nesta singela cena de estalagem, entre dois viajantes de acaso, sob a luz de um bico de gás, em frente de um jornal moderno, eu julguei ver ainda retrospectivamente um recolhido canto de interior holandês do século xvii, a inspiração viva de um desses pequenos quadros de género, tão aconchegados, tão tépidos, tão vibrantes, tão jovialmente sentidos da obra imortal dos Metsu, dos Jan Steen, dos Gerard Dov, dos Piter de Hooch ou dos Van Ostade.

No dia seguinte, a feira.

O tempo aclarou. Grandes abertas do céu azul, entrecortadas apenas de longe por breves e ligeiros chuviscos, põem em toda a nitidez de linhas e de cor os agudos *pignons* da miúda casaria, os telhados envernizados pontiagudos, o esguio perfil das torres e a ramaria verde das grandes faias seculares que ornem o canal, dando à pequena e graciosa cidade a limpidez tão justa das frescas paisagens de Ruysdael e de Metsu.

Toda a população saiu para a rua.

Nas vidraças das lojas reluzem festivamente as exposições das baixelas de cobre polido, as filigranas de ourivesaria norte-holandesa, os capacetes de oiro, os brincos e os broches de

toucar recamados de brilhantes, assim como as tentações culinárias das pastelarias e dos salsicheiros.

De toda a parte, do lado das dunas de Kamp, do lado das aldeias de Bergen e de Egmond, vindo de Broek, de Purmerend, de Hoord, de Zaandam, convergem para Alkmaar, através dos longos campos, dos intermináveis pastios, as lindas carretas norte-americanas, de fantasiosas esculturas e brasões provinciais, pintadas a carmim, a ouro e a azul, carregadas de queijos ou de famílias feirantes, puxadas ao repique dos guizos pendentes dos arreios e aos estalos de chicote, pelos enormes frisões trotadores, de grossas caudas roçagantes e longas clinas tremulando ao vento.

Ao longo do canal vogam as barrigudas barcas, as *tjalks* e os *koffen*, que vêm ancorar no próprio mercado, em frente do belo edifício do Peso da Cidade, construído de lousa, de tijolo e de pedra, na mais graciosa e na mais quente harmonia de tons.

Os toucados das mulheres resplandecem ao sol como relicários de renda branca, cravejados de pingentes de ouro e de pedraria.

Os homens, todos vestidos de preto, têm a pompa grave de abastados rendeiros que vêm assistir a uma eleição municipal, a um concurso pecuário ou a um comício agrícola.

Ao meio-dia o carrilhão do palácio do Peso tange em repique o sinal de começar a feira, e as transacções principiam por entre as enormes rimas de queijos, levantadas na praça como barricadas, representando todas as qualidades que fazem competir este produto com o parmesão, com o roqueforte, com o *gruyère* e com o *brie*: — os queijos de Edam, de leite doce; os de Leida, de leite azedo; os de Heerenven; os célebres queijos verdes da ilha de Texel, feitos de leite de ovelha e coloridos com uma estranha infusão de excremento de carneiro.

Perante estas pirâmides gigantescas de comestíveis pantagruélicos, visão apocalíptica de sete anos de abundância e de fartura, como a sobremesa posta para o sonho das vacas gordas, justifica-se o orgulho nacional da Holanda queijeira; e a tão bendita e louvada fertilidade das nossas terras meridionais vem-nos à lembrança como um calafrio de miséria.

Um andaluz oferecendo uma laranja de Sevilha a um frisão seu amigo, dizia-lhe: — Eu sou do país abençoado que

produz disto duas vezes por ano! Ao que o da Frisa, dando um queijo em troca da laranja, respondeu: — Eu sou da terra malfadada em que isto se produz também duas vezes — por dia.

Na feira de Alkmaar, como o segredo é a alma do negócio, o preço da mercadoria não se declara em alta voz senão em números redondos; os mínimos são indicados por gestos entre o comprador e o vendedor, e a transacção fecha-se por uma palavra ao ouvido e um aperto de mão, que põe no contrato o selo da honra. Seis palavras, três ou quatro monossílabos, dois gestos, e está o negócio feito. Para nós outros peninsulares é triste; produz a impressão de que no meio daqueles homens sérios, silenciosos, vestidos de preto, os queijos estão ali para enterrar e não para vender. Não é um mercado, é um *De profundis*. Os carrejões da companhia braçal do Peso, vestidos de grosso linho branco e indicando na cor da gravata a balança a que pertencem, tomam em carretas de mãos os queijos vendidos, entram com eles por uma porta do palácio e saem pouco depois por outra, trazendo-os oficialmente aferidos no peso e competentemente carimbados.

Segue-se o embarque, que se opera com uma presteza e com uma agilidade prodigiosa, sendo os queijos lançados pelo ar, como uma saraivada monstruosa, com um bombardeamento terrível de metralhadoras com balas de manteiga disparadas do cais para o interior das embarcações.

As barcas cheias em cogulo içam a larga vela quadrada ao tope do seu único mastro e partem lentas, pesadas, calando na água até à borda. As barcas vazias tomam o lugar devoluto pelas barcas cheias.

As seis horas da tarde está acabada a feira. A última barca levantou ferro, e nas pastagens, à beira dos caminhos, as vacas erguem a cabeça e olham imóveis para as carruagens que passam a rápido trote no alegre tilintar das guizeiras, para desaparecerem pouco depois em pequenos pontos negros movediços no horizonte doirado pelo sol-poente. Os moços do Peso lavam a grandes baldes de água e à escova o campo vazio do mercado. A população recolhe-se. As casas fecham-se. Um momento depois a noite vem, e a cidade recai num silêncio antigo, num silêncio morto de fortaleza feudal, depois de levantada a ponte, corrido o giro da ronda na praça, e tangido na torre da atalaia o toque de tapar o lume.

As feiras de cereais e de gados fazem-se principalmente na Frisa: em Groninga, cidade célebre pela sua universidade e pelo seu grande instituto de surdos-mudos, e em Leewarden, capital da província.

Em uma só destas feiras, a última de que tenho a estatística, concorreram 14 339 vacas e bois, 6430 vitelas, 2510 cavalos, 15 889 leitões, 1711 porcos, 22 549 carneiros, 249 cabritos e 14 burros.

*Haarlem — Seu respectivo cerco — Lourenço Coster, typographiae litteris mobilibus a metallo fuis inventor — Kanau Hasselaer, a padeira de Aljubarrota holandesa — O conde de Brederole — A floricultura — O naturalista Clusius — As tulipas.*

O comércio das flores é uma das especialidades de Haarlem, cujos habitantes reivindicam em favor do seu compatriota Coster a honra de haver descoberto a gravura e a impressão dos caracteres tipográficos. Na grande praça da cidade eleva-se a estátua de Coster com esta inscrição: *Laurentius Joannis filius Costerus, typographiae litteris mobilibus a metallo fuis inventor.*

No museu da cidade conserva-se o estandarte de guerra da heróica haarlemense Kanau Hasselaer, a padeira de Aljubarrota da Holanda, a qual, à frente de um esquadrão de trezentas amazonas, se bateu contra os espanhóis no terrível assédio da cidade, em 1572, quando, tendo as tropas espanholas cortado a cabeça a um oficial prisioneiro, os de Haarlem enviaram ao acampamento inimigo uma barrica levando dentro onze cabeças de espanhóis com a seguinte mensagem num letreiro: *Enviam-se ao duque de Alba dez cabeças em pagamento do seu imposto de dízima, mais uma cabeça de juro.*

Este cerco foi ainda mais trágico do que o cerco de Leida, porque, quando a cidade esperava o socorro que lhe seria levado por Guilherme, o *Taciturno*, ela recebeu, já nas agonias da fome, por via de um prisioneiro a quem os espanhóis haviam cortado as orelhas e o nariz, a notícia de que a esquadilha de Orange fora derrotada no mar de Haarlem.

Neste transe, irremissivelmente perdida toda a esperança de salvação, os sitiados deliberaram romper o sítio, abandonar a cidade, arrojar-se em massa através do exército inimigo, levando consigo, dentro das colunas cerradas, os ve-

lhos, as mulheres, as crianças. D. Fradique, tendo conhecimento dessa resolução heróica, finge-se compadecido e propõe a capitulação sob promessa de amnistia. A cidade, confiada, rende-se; os espanhóis penetram nas linhas abertas, e acto-contínuo, por uma das mais infames traições de que reza a História, passam a fio de espada toda a guarnição, decapitam na praça pública cerca de mil cidadãos e afogam duzentos, amarrando-os com cordas dois a dois e precipitando-os no mar.

Em Haarlem habitaram por muito tempo os antigos condes da Holanda. Em Haarlem residiu Ruysdael, o príncipe dos paisagistas, e igualmente viveu e pintou até depois dos oitenta anos de idade o incomparável pintor Franz Hals, cuja obra monumental é a flor do museu da municipalidade.

Afamada pelas suas antigas lavandarias, onde os linhos da Silésia e da Frisa vinham tomar o nome de *panos da Holanda*, Haarlem tem um bosque magnífico povoado de grande quantidade de gansos; tem um órgão célebre com cinco mil canudos; tem um interessante museu, o Museu Teyler, doado à cidade pelo negociante Pedro Teyler van der Hulst, que morreu em Haarlem no fim do século passado, deixando metade da sua enorme fortuna para socorro dos pobres e a outra metade para o fomento das ciências; e tem finalmente num dos seus mais pitorescos arrabaldes as interessantes ruínas do Castelo de Brederode, o mais completo de todos os documentos architectónicos que tenho visto para a história da habitação e da vida feudal entre o século XII e o século XV.

Foi o conde de Brederode que num banquete no palácio de Cuylenbourg em Bruxelas, edificio mais tarde arrasado pelo duque de Alba, referindo as palavras de Berlaimont a Margarida de Parma, na ocasião em que os trezentos confederados lhe apresentaram a petição da convocação dos Estados e a abolição do Santo Officio, propôs que estes aceitassem a denominação dada por Berlaimont, e desde esse dia se denominassem *les gueux*.

Depois do banquete os confederados afivelaram à cinta a sacola tradicional dos mendigos da Flandes, e o conde de Brederode, vindo ao balcão do palácio, levantou o grito da independência holandesa, bebendo *à saúde dos maltrapilhos* pela tigela de pau, em que cada um dos da liga pregou em seguida um prego simbólico em testemunho de adesão.

Nenhuma dessas riquezas, nenhuma dessas glórias, nenhuma dessas recordações conseguiu porém dar a Haarlem a celebridade que lhe conquistaram as suas tão decantadas tulipas.

Hoje em dia não é delicado para com os holandeses insistir na conversação sobre histórias relativas a essa bem conhecida flor. Eles coram ligeiramente quando se lhes toca em tal assunto, ou sorriem com um sorriso frio, displicente, um pouco amargo, semelhante ao dos monomaniacos curados, ao recordarem a vesânia de que padeceram.

No século xvii o amor das tulipas tomou as proporções de um delírio epidémico. Foi um verdadeiro contágio, uma nevrose colectiva, como a dos flagelantes depois da peste de Florença, como a dos bruxos, como a dos demoníacos do século xvi na Itália e na Lorena.

A paz havia deixado coalhar por alguns anos na Holanda a enorme riqueza adquirida pela navegação e pelo comércio do mundo, e não havia aqui, como em Portugal, uma corte e um clero para esgotar pela ruinosa ostentação palaciana e pela beatice fradesca o cofre dos marítimos enobrecidos e dos mercadores afidalgados.

Tudo quanto se ganhava pertencia à família e gastava-se na habitação de cada um. Ao luxo incomparável das casas repletas, como verdadeiros museus, de toda a espécie de preciosidades artísticas, seguiu-se o luxo dos jardins, no portão de um dos quais um judeu português, habitante da Haia, mandou pôr uma grade de prata maciça. Como a polícia não permitia este emprego dos metais preciosos em simples cancelas na via pública, inventaram-se as flores de ar livre mais caras do que o oiro.

A tulipa achava-se introduzida na Holanda desde o século xvi pelo sábio botânico Lécluse, mais célebre sob o nome alatinado de *Clusius*, o mesmo que tornou conhecida na Europa, por uma condensação em língua latina, a obra do grande naturalista português Garcia da Orta, o primeiro dos sábios europeus que revelou cientificamente ao mundo a natureza da Índia, fazendo por essa ocasião igualmente conhecidos os primeiros versos de Camões, por ele publicados à frente do seu livro impresso em Goa antes do aparecimento de *Os Lusíadas*.

A flor de Clusius atingiu então pelos artifícios da cultura

uma variedade infinita de formas e de cores, e cada nova modificação se pagava por preços fabulosos.

Um cento de sementes, não as cebolas mas os simples grãos de tulipas notáveis, como o *Almirante Enkuysen* e o *Almirante Liefkeushoek*, valia de um conto e trezentos a um conto e seiscentos mil-réis. Nos arquivos municipais de Alkmaar acha-se registada a notícia da venda em hasta pública de cento e vinte tulipas que produziram em benefício dos órfãos da cidade 22 320\$000 réis. Uma única cebola da *Semper Augustus* foi vendida por 5 200\$000 réis.

Por outra cebola dessa mesma tulipa, raríssima, houve quem oferecesse, além de 1 600\$000 réis em dinheiro, uma parrelha de cavalos magníficos e uma sumptuosa carruagem de gala acompanhada dos respectivos arreios. Houve outra oferta de doze jeiras de terra. E o possuidor da cebola do único *Semper Augustus* que a esse tempo existia em Amsterdão recusou-se a vendê-la.

Há uma tulipa chamada cervejaria, cujo nome lhe veio de haver sido adquirida por um amador em troca de uma cervejaria montada com todos os seus pertences e avaliada em 6 000\$000 réis.

Uma tulipa montava a tanto como um prédio, e constituía de per si só o dote de uma rapariga. Fizeram-se e desfizeram-se fortunas consideráveis neste comércio. Conta-se que uma única cidade vendera quarenta mil contos de cebola de tulipas, e que só um negociante de Amsterdão ganhara neste comércio perto de trinta contos em quatro meses.

As anedotas sobre este assunto são inumeráveis. Um cultivador deixou um dia aberto por esquecimento o *sancta sanctorum* em que se achavam oito cebolas das mais raras variedades. Uma criada, tomando essas cebolas por simples cebolas de cozinha, descascou-as, deitou-as no *hutsput*, e gastou assim cinco contos de réis num só prato de jantar, que ninguém pôde comer.

As tulipas vieram a ser cotadas como os fundos públicos e as acções das companhias nos mercados holandeses, e deram origem a um jogo desenfreado.

Faziam-se transacções a prazo. Títulos de venda de tulipas inteiramente imaginárias, compradas por somas tão imaginárias, como as tulipas, negociavam-se como letras de câm-

bio, a cujo vencimento desapareciam conjuntamente o sacador e o aceitante.

No ano de 1636 a 1637 houve um *krach* de jardim. Os estados intervieram declarando que a tulipa se não podia considerar como um produto de excepção para os efeitos da probidade e que toda a fraude na entrega ou no pagamento de cebolas seria punível como um crime ordinário. Foi uma derrocada geral na indústria da tulipa e no delírio correlativo. Ao mais vivo dos entusiasmos succedeu-se, de um dia para o outro, a desilusão mais cruel: os monopolistas dos mais raros e preciosos bolbos, sentindo a terra fugir-lhes debaixo dos pés, andarem as tulipas à roda, e trepar-lhes pela espinha um suor frio, experimentaram a necessidade de respirar saís para não caírem desmaiados sobre as respectivas sementeiras, porque a mesma *Semper Augustus*, que na véspera valera seis contos de réis, passara a valer unicamente vinte e seis tostões.

Isto, porém, não obsta a que ainda hoje, ao romper da Primavera, entre Abril e Maio, as campinas dos subúrbios de Haarlem se cubram de milhares de variedades de tulipas, singelas, dobradas, serôdias ou temporãs, com cheiro e sem cheiro, de inumeráveis espécies — a *duque de Thal*, a *olho do sol*, a *dragoa*, a *turca*, a *chamejante*, a *cornuda*, a de *Cels*, a *rosa da Provença*, a da *Pérsia*, a de *Lechase*, etc., cujo comércio reduzido às proporções normais constitui ainda assim uma das grandes receitas da floricultura holandesa.

É preciso ter percorrido os grandes estabelecimentos hortícolas da Holanda, da Bélgica, da Alemanha, para se ter uma ideia da importância que a indústria das flores, tão descurada em Portugal, pode representar na riqueza de uma nação. E, todavia, Portugal seria, pela natureza da sua flora, pelas condições do seu solo e pela sua situação geográfica, um dos países mais próprios para a exploração desta indústria.

Na Holanda, o subsolo das dunas é o terreno mais benéfico à floricultura, e é frequente ver proprietários de consideráveis extensões de antigas dunas, hoje cobertas de vegetação brava e povoadas de caça, rebaixarem de dois e três metros a sua propriedade por meio de desaterros dispendiosíssimos, em linhas-férreas construídas provisoriamente com este intuito, para o fim de converterem os seus terrenos de mata em terreno de flores.

Os jardins das grandes companhias hortícolas são, além de viveiros, passeios públicos, bem mais interessantes que os puros jardins de luxo municipal, e a percentagem das entradas constitui só de per si uma avultada receita, independente da venda de flores e da exportação de plantas para todo o mundo e mais particularmente, no que diz respeito à Holanda, para a América do Norte.

Um simples detalhe basta para dar noção da prosperidade destes estabelecimentos:

A Companhia Continental de Horticultura, fundada modernamente em Gand, emitiu acções de cem francos cada uma; estas acções valiam cinco anos depois quinhentos francos e os dividendos da Sociedade eram de quarenta por cento.

*Utreque — Os descendentes de Torquemada e os de João Huss — Os moravos — Jansenius — Os bispos de Utreque — Museu arqui-episcopal — S. Willebrord e S. Bonifácio — Adriano VI, o duque de Alba, Luís XIV, Napoleão Bonaparte.*

A Holanda conta um considerável número de sociedades científicas e literárias, entre as quais citarei as Academias de Ciências de Amsterdão e de Roterdão, o Real Instituto da Haia, a Sociedade Holandesa, a Sociedade Geológica, a fundação Tayler, o Museu Botânico de Leida, a Sociedade para o Progresso da Indústria de Haarlem, a Sociedade Neerlandesa de Zoologia de Leida, além de muitas outras na Batávia.

Mas as cidades que, como centros principais de ciência e de estudo, merecem mais particularmente a designação de *cidades sábias* são Leida e Utreque.

A situação geográfica de Utreque, *trajectum ad Rhenum* dos romanos, ao centro de uma rede de canais que a punham em fácil comunicação com todas as cidades holandesas e com a via fluvial do Reno, deu-lhe na indústria e no comércio um ascendente que ela não perdeu de todo, mas que hoje se acha consideravelmente atenuado. Assim, os famosos veludos lavrados a que Utreque deu o nome fabricam-se ainda em outras cidades, mas já se não fabricam em Utreque.

Os canais têm aqui uma feição particular e característica; são profundos, de altas margens, como o Sena em Paris, e

ladeados de habitações a que a água serve de rua e a que o pavimento dos cais serve de telhado.

A catedral, construção do século XIII, é o mais notável edifício gótico da Holanda. A torre, hoje desligada da antiga nave, eleva-se a cento e três metros e campeia ainda sobre a cidade com o ar feudal do antigo senhorio dos bispos de Utreque, quase todos gibelinos e prontos sempre a baterem-se pela manutenção da hierarquia e pela dominação imperial.

Além da universidade, fundada em 1636, Utreque tem um grande hospital militar, uma escola clínica de médicos e cirurgiões do exército e da armada, uma escola de veterinária, um observatório astronómico, uma academia de ciências, um instituto real de meteorologia, várias bibliotecas, um museu de pintura, um museu de anatomia, um gabinete de agricultura, um jardim botânico e um jardim zoológico, além do jardim público da cidade, cuja longa avenida de tílias seculares tem dois quilómetros de extensão.

A cidade, de um asseio meticuloso, de ruas direitas e largas, entrecortada de água, ensombrada pela ramaria de velhas árvores, pareceu-me mais recolhida, mais silenciosa, mais concentrada, mais triste que todas as demais cidades holandesas. Não vi uma só carruagem, nem uma carreta, nem um cavalo nas ruas solitárias, de uma concavidade melancólica, aborrecida, de velho claustro.

Dir-se-ia um mosteiro enorme, uma cidade de monges e monjas.

Algumas jovens puritanas que passam por mim, indo à prédica ou voltando de lá, com os olhos baixos, o passo lento, os braços cingidos ao busto, as mãos cruzadas na cinta, loiras, pálidas, um pouco vibrantes da comoção mística da Margarida da lenda germânica, lembram-me, virada do lado católico para o lado calvinista, a devoção andaluza à hora a que as sevilhanas, ao toque de véspera, saem para a igreja: o rosário no pulso, o banquinho bordado no braço, a mantilha traçada, as meias abertas nos sapatinhos de entrada abaixo, e dois cravos na trança, para irem rojar-se em suspiros perante o retábulo de Maria Santíssima.

Num dos jardins públicos encontro-me com um homem que pela expressão com que me olha parece tomar-me por alguém que conhece e que odeia. É um velho magro, todo

vestido de preto, com uma barba grisalha em volta da cara franzida de despeito, olho pequeno e azul, beijo fino, rapado, desdenhoso. Fui para ele, e no tom mais afável pedi-lhe respeitosa e uma indicação de que não precisava.

Virou-me a cara com uma visagem terrível, cuspiu para a banda e meteu-se por outro caminho. O bom homem tomara-me por um católico espanhol e não pudera reprimir a explosão do seu rancor de seita ao meu aspecto.

Eu sou efectivamente de uma raça e de uma religião odiosa para um reformado dos Países Baixos. Como, porém, três séculos de corrupção filosófica transformaram a religião a que este indivíduo pertence e aquela de que ele me julga representante!

O catolicismo, tão vigorosamente discutido e criticado pela ciência, relaxou-se e caiu hoje numa espécie de manso racionalismo cristão largamente modificado de indivíduo para indivíduo, segundo o temperamento e segundo as convicções individuais de cada um. O protestantismo vitorioso tornou-se tanto mais estreito quanto mais vulgarizado, e, desde que cessou de ser um esforço de exame na investigação da verdade para ser uma doutrina definitiva e imutável, converteu-se num trambolho tão pesado ao progresso como o primitivo fanatismo que a nova religião se julgava destinada a combater e a destruir em nome da independência da razão humana.

De modo que, se a triunfante ciência pudesse ainda neste século permitir entre mim, descendente de Torquemada, e este burguês de Utreque, descendente de João Huss, a renovação da velha fogueira expurgatória, o queimado agora seria eu.

Não obstante a força de convicções cuja medida me foi dada pela rispidez desse cavalheiro, o espírito de tolerância mantém em Utreque as seitas mais discordantes e faz desta cidade o mais interessante museu de curiosidades dogmáticas. Nela concorrem e coabitam, em exemplar harmonia, católicos, protestantes, jansenistas e moravos.

Os irmãos moravos habitam na pequena e graciosa aldeia de Zeyst, nos subúrbios de Utreque, um edifício enorme sem valor arquitectónico, incaracterístico e chato. Esta construção tem por centro um vasto pátio, e divide-se em três habitações: a dos casados, a dos solteiros, a dos viúvos. Nas duas últimas as pes-

soas de um e de outro sexo têm compartimentos separados. Os homens empregam-se em uma grande variedade de ofícios mecânicos, que a maior parte deles exercem nos quartos que habitam no edifício. As mulheres ocupam-se exclusivamente de trabalhos de agulha, ou são mestras.

Duas ou três vezes por dia um sino toca, irmãos e irmãs descem dos aposentos, atravessam o pátio e reúnem-se a orar na igreja.

A grande associação dos moravos, fundada no século xv pelos sectários perseguidos e dispersos de João Huss, compunha-se, como é sabido, dos descendentes dos antigos irmãos da Boémia e da Morávia e de todos os protestantes dissidentes das opiniões de Lutero e de Calvino. Presentemente a associação recebe também no seu grémio luteranos e calvinistas. Um corpo de decanos nomeados pelos grupos de cada comunhão preside aos exercícios do culto. Um corpo de superintendentes ocupa-se do custeio da casa, da polícia, da administração. Estes dois corpos reunidos decidem as questões gerais de cada congregação. Os negócios relativos ao conjunto da associação, que tem outros colégios, além de Zeyst, na Alemanha, na Inglaterra e na Rússia, discutem-se na grande conferência dos decanos reunida em Bertholdsdorf. O corpo eclesiástico compõe-se de *bispos*, de *padres* ou *pregadores*, empregados nas comunidades ou nas missões, e de *diáconos*, incumbidos de auxiliar os *padres*.

Com alguns rendimentos provenientes da acumulação de modestas economias, e com o fruto do seu trabalho assíduo, a conferência dos moravos consegue viver recolhida e em paz neste misterioso canto do Mundo, sem superfluidades e sem privações, sem curiosidades e sem desejos, na calma absoluta e medonha da graça.

Conta-se que o grande João Huss, sorrindo na fogueira em que foi queimado por herético, ao atentar numa mulher que cuidava fazer uma coisa meritória atizando o fogo que o moradia, morrera exclamando: *O sancta simplicitas!* Os moravos parece haverem tomado a sério para a regra da vida a palavra irónica do mártir.

Sagrada inanidade, *sancta simplicitas!*

As grandes ideias em evolução são como as escovas em exercício: no princípio limpam, depois emporcalham-se a si mesmas, por fim sujam as coisas em que tocam.

A comunidade dos moravos, como última expressão da heresia heróica de João Huss, é a mais convincente e a mais triste prova dessa degeneração fatal no destino dos princípios. Um recolhimento estéril de mansos e reclusos monomaniacos, sem cultura científica, rebeldes a toda a discussão filosófica e a todo o movimento social, eis tudo quanto resta na Holanda da revolucionária e belicosa seita dos hussitas.

Estes contemplativos são na História os directos e legítimos descendentes do filósofo Huss e do batalhador João Ziska.

Huss foi todavia um dos mais poderosos manipuladores de ideias entre os heresiarcas e os sábios que desde o século xiv prepararam o imenso movimento de Reforma, como João de Oliva, Wichef e Marcílio de Pádua. Foi ele o primeiro que proclamou a necessidade de instruir o povo, baseando-se no princípio de que *só há heresia na resistência à verdade*; e foi ele o que mais eloquentemente pregou a abominação do clero ignorante e dos monges enriquecidos, estabelecendo que a Sagrada Escritura é a única regra da Revelação, e os simples fiéis os únicos juizes competentes na controvérsia da fé.

O terrível João Ziska, do qual se conta ter determinado ao morrer que lhe fizessem da pele um tambor de guerra, foi sepultado numa catedral e mereceu a honra do seguinte epitáfio: «Aqui jaz João Ziska, ao qual ninguém foi superior na arte militar, rigoroso vingador do orgulho e da avareza eclesiástica, ardente defensor da pátria. — O que fez em favor da república romana Ápio Cláudio, o Cego, pelos seus conselhos, e Marco Fúrio Camilo, pelo seu valor, eu o fiz igualmente em favor da minha pátria. Apesar de cego de um olho, vi pelo outro o preciso para ganhar onze batalhas em campo raso. Fui sempre pelos humildes e pelos pobres contra os padres gordos, sensuais e ricos. E, se não fora a inveja e o ódio que os ditos padres me votaram, o meu nome figuraria entre os dos homens mais ilustres. Todavia, apesar do papa, aqui repousam os meus ossos num lugar sagrado.»

Os moravos têm menos ambiciosas aspirações que os chefes espirituais e temporais da sua seita. Importam-se pouco com a filosofia do século, importam-se ainda menos com a gordura dos padres e são absolutamente indiferentes à escolha da matéria-prima com que hajam de fabricar-se depois da morte deles as caixas de rufo. Enquanto vivos, trabalham

e rezam. Mortos, canta-se-lhes em coro uma melodia, que na comunhão morava substitui agradavelmente o dobrar dos sinos a finados. Há a melodia das crianças e a melodia dos velhos, a melodia dos solteiros, a dos casados e a dos viúvos. Depois do que encerram o corpo num esquite branco, envolvem-no em flores e enterram-no sob as velhas árvores amigas no jardim da comunidade.

Noutro bairro de Utreque residem, um pouco à parte do resto da população, os últimos dos jansenistas.

O heresiarca Jansenius, bispo de Ypres, holandês de nascimento, foi educado em um colégio de jesuítas em Utreque, e haveria na sua doutrina uma simpática atracção de fidelidade a vir extinguir-se nos mesmos lugares que lhe serviram de berço. Mas os cismáticos de Utreque repelem a antiga denominação de jansenistas e chamam-se a si mesmos velhos católicos, como o padre Jacinto.

Em 1725, quando o bispo de Utreque protestou contra a bula *Unigenitus*, o papa excomungou e depôs o prelado rebelde, e nomeou outro. O bispo excomungado, fiel ao princípio jansenista de que a Igreja só é infalível para fixar os dogmas e não para julgar os factos, pôs de parte a demissão pontifícia e continuou como até aí a dirigir a sua diocese e a exercer todos os misteres episcopais. Desde esse dia há na cidade dois bispos, o nomeado pela cúria e o eleito pelo clero dissidente da resolução papal de 1725. E estes dois cleros da mesma Igreja vivem há mais de século e meio ao lado um do outro, numa pequena cidade, sem desordem, sem conflitos! De cada vez que se acha vaga por morte do prelado a diocese *jansenista*, os *velhos católicos* nomeiam por eleição o bispo que tem de suceder ao sacerdote falecido, e comunicam para Roma nos termos mais respeitosos o nome do novo titular. O pontífice responde a esta comunicação com uma bula em que excomunga de novo o clero recalcitrante e o prelado eleito. Os velhos católicos, reunidos em capítulo, lêem com veneração esta bula e passam tranquilos à ordem do dia. Tal é, há cento e cinquenta e nove anos, a invariável praxe.

Paredes meias com a catedral, sede magnífica do antigo catholicismo feudal, está a universidade calvinista.

Juntamente com o museu municipal acha-se patente ao público o interessantíssimo museu do arcebispado.

Particularidade curiosa: é ao clero católico, é principal-

mente à esclarecida iniciativa de um arcebispo de Utreque, G. W. van Heukelum, que se deve na Holanda o singular movimento dos últimos anos na renovação do ensino prático das belas-artistas e no desenvolvimento do gosto público!

O clero católico, que nos países católicos tão indiferente se mostra, quando se não mostra adverso, à resolução de todos os problemas estéticos, é na Holanda a classe mais solícita na conservação ou na restauração dos antigos monumentos, das velhas catedrais do século xi ao século xvi, e no coleccionamento e classificação técnica de todas as preciosidades artísticas e principalmente das que servem de documentos à história da arte cristã. Para esse fim existe uma rigorosa legislação diocesana regulando os minudentes cuidados empregados pelos bispos, pelos párocos e pelos fiéis no intuito de dar à Igreja católica a glória de demonstrar pela sua acção nos progressos artísticos a força e a eficácia da sua poderosa organização hierárquica.

Todas as restaurações architectónicas feitas nas naves, no coro, nas fachadas das igrejas, nos pórticos, nas torres, nos campanários, nos lanternins dos edifícios católicos de Utreque são perfeitas de arte e de ciência arqueológica.

As antiguidades coligidas no museu arquiépiscopal, alfaias de igreja e de sacristia, marfins, cristais, esmaltes, manuscritos, iluminuras, ferragens, encadernações, filigranas, vestimentas, estofos, bordados, mil objectos tão diligentemente procurados em todas as igrejas e em todas as sacristias da antiquíssima diocese, e tão sabiamente classificados neste arquivo de carácter artístico, constituem um dos mais preciosos monumentos que tenho visto para a história da Igreja, para a história da vida monástica e para a história da arte cristã na Idade Média<sup>1</sup>.

Não são, porém, estes os únicos vestígios da intensa vida intelectual que faz da antiga cidade de Utreque um dos focos principais do pensamento europeu.

Durante a Idade Média vários imperadores a habitaram, e Carlos V aqui edificou um dos seus grandes palácios, o Vre-

---

<sup>1</sup> Pouco tempo depois de publicada a primeira edição deste livro, em Coimbra, o actual Sr. Bispo-Conde dava ao alto clero português o mais profícuo exemplo criando o museu episcopal da sua diocese, que é hoje um riquíssimo depósito da nossa ourivesaria religiosa.

denburg (*castelo da paz*), que os cidadãos demoliram por ocasião da guerra com os espanhóis, em 1577.

Foi Dagoberto I quem construiu a primeira igreja do bispado, no templo de S. Willebrord, e nessa igreja pregou S. Bonifácio no século VIII, durante o reinado, na Frisa, de Carlos Martel.

Existe ainda e mostra-se aos viajantes a casa do princípio do século XVI em que nasceu de uma família de tecelões Adriano Floriszoon Boyens d'Edel, mais tarde preceptor de Carlos V, e por fim papa sob o nome de Adriano VI, aquele que criou o aforismo administrativo: *Devem fazer-se homens para os benefícios e não benefícios para os homens.*

Aqui habitaram também pelo breve tempo de conquistas malogradas o duque de Alba, Luís XIV e Napoleão Bonaparte.

Utreque foi ainda sede de vários concílios, o primeiro dos quais data, creio eu, do ano 819, e um dos mais célebres foi o de 1080, em que o imperador Henrique IV teria excomulgado o papa, se na véspera do dia em que devia ser proclamada a sentença os bispos não tivessem fugido, aterrados.

Em Utreque se reuniram os Estados Gerais até o ano de 1593, em que foram trasladados para Haia.

Em Utreque, finalmente, foi assinado o pacto fundamental da Federação das Sete Províncias, em 1579, e o tratado de paz com que findou a guerra da sucessão em 1713.

*Leida — Os estudantes — Os príncipes de Orange — Recordações do cerco — Lucas de Leida — O moinho de Rembrandt — Os Elzeviers — Athena Batava — O espírito universitário — Festa inaugural da Academia — Janus Dousa, Justus Lipsius, Meursius, Boerhave, Paulo Merula, Gronovius, Saumaise, Scaligero — Darwin e Littré — A botelha de Leida.*

Leida é a cidade universitária, a cidade académica por excelência, representando na Holanda o papel que tem Salamanca na Espanha, Bona ou Heidelberg na Alemanha, Coimbra em Portugal. Lembra um pouco Bona menos o ar aristocrático dado à linda cidade do Reno alemão pelos príncipes que de ordinário a frequentam, seguindo os cursos, seguindo os duelos de estudantes, cavalgando magnificamente todas as manhãs em uniforme de húsar no Popperlsdorf,

remando à tarde no Reno em botes de luxo, ou bebendo o *vinho de Maio* em alegre companhia nos restaurantes das Sete Montanhas e nas taberninhas de Godesberga ou de Heisterbac.

Os estudantes de Leida não têm como os de Bona luxuosos cavalos de raça, nem ostentam embarcações de recreio; não têm tão-pouco as distinções hierárquicas que nas universidades alemãs designam pelas cores dos bonés os filhos dos príncipes, os filhos dos titulares, os filhos de simples nobres sem título e os filhos dos meros burgueses ricos de Hamburgo, de Francfort ou de Colónia. Não cultivam com esplendor assinalado o desporto náutico, nem o desporto hípico, e não se batem regularmente em duelo uma vez por semana, como em Bona e em Heidelberg, afivelados num complicado aparelho de salva-vidas dando aos combatentes o aspecto de mergulhadores preparados para descer às profundidades do oceano, pelo simples prazer de enxadrezar a cara com cicatrizes marciais ou de consagrar à honra sobre os altares da bravura algumas esquirolas de crânio, um pedaço de beijo ou uma talhada de nariz.

Os príncipes reais da família de Nassau frequentaram a Universidade de Leida, assim como frequentaram a de Bona os príncipes imperiais da Alemanha, o *Kronprinz*, o príncipe Guilherme, e os seus primos de Bade, de Saxe, de Oldemburgo e de Meclamburgo. Mas esta circunstância não exerce a mínima influência no espírito democrático da escola holandesa, nem no aspecto ao mesmo tempo grave e carinhoso da austera e estudiosa cidade. O doce recolhimento silencioso destes lugares parece todo aveludado nos musgos que esverdinham os cais, as ruas e as praças, como claustros de um velho mosteiro em torno de um pátio ajardinado, húmido de seivas.

Para quem vem de Utreque, Leida oferece o aspecto de uma cidade graciosa, quase risonha, e não se apeetece lugar mais benéfico para a meditação e para o estudo.

Os dois edifícios principais da cidade são a universidade e o clube dos estudantes, palácio sumptuoso em que os alunos de Leida, fiéis ao gosto de seus pais, se reúnem como bons e pacatos burgueses da Haia ou de Amsterdão para ler as revistas, fumar, beber cerveja e jogar o xadrez em companhia dos seus professores.

Graças à quase completa ausência do movimento industrial e do movimento mercantil, as recordações famosas da história de Leida parecem aqui mais próximas do nosso tempo e como que envolvem a cidade numa atmosfera de respeito, num magnetismo de retrospectividade melancólica e nostálgica.

Nenhuma outra cidade do Mundo poderá com justiça gloriar-se de ter exercido na evolução das ideias e do gosto, durante dois séculos, uma influência igual à que teve Leida nos séculos XVI e XVII; e basta ao viajante que chega consultar uma carta topográfica e percorrer a cidade, como eu fiz, num breve passeio de algumas horas, para assistir à reaparição integral dos factos, redivivos sobre as pegadas gloriosas que deixou o passado nesse livre solo sagrado, berço da ciência moderna e da arte contemporânea.

Por cima da porta da Casa da Câmara, na Breedestraat (rua larga), que corta toda a cidade descrevendo um grande S, lê-se num cronograma composto de cento e trinta e uma letras, correspondentes ao número dos dias que durou o famoso e heróico cerco de 1574, a inscrição seguinte: — *Depois de uma negra fome de que resultou a morte a cerca de seis mil pessoas, Deus, cansando, nos tornou a dar tanto pão quanto pudéssemos apeteecer.*

Do alto da torre do antigo castelo, onde tantas vezes subiriam os sitiados procurando descortinar na longínqua bruma as velas da flotilha que devia socorrê-los, descobre-se toda a cidade e uma parte da campina inundada pelo almirante Boisot, numa extensão de vinte léguas, entre Delft, Gouda, Roterdão e Leida. Foi talvez de algum destes eirados que o comandante da guarda burguesa Van der Does respondeu à proposta dos espanhóis para a entrega da praça: «Que os bloqueados comeriam o braço esquerdo quando os víveres de todo lhes faltassem, mas que ainda depois disso lhes ficaria a mão direita para empunhar uma espada e defender até à última a cidadela»; e que o burgomestre Van der Wert ofereceu ao povo faminto a carne do seu próprio corpo para que ele se alimentasse antes de abrir a cidade ao inimigo. Foi pelos mesmos canais que ainda a cingem e cuja água dormente parece à luz do Sol o longo debrum de uma fita de aço, que finalmente chegou, trazida na borrasca, a esquadilha da Zelândia, carregada de víveres.

São estes os mesmos cais em que tanta gente morreu sufocada ao morder o pão que se lhe lançou para terra da amurada dos navios, enquanto os literatos, antepondo a gramática à própria fome, riam dos solecismos cometidos pelo general Valdez na redacção do bilhete que deixava escrito sobre a sua banca no acampamento abandonado: *Vale civitas, valete castellii parvi, qui rilicti estris propteraquam et non per vim inimicorum.* É essa a mesma Igreja de S. Pedro em que um imenso soluço e uma torrente de lágrimas, derramadas pelo povo reunido no templo imediatamente depois do levantamento do sítio, responderam aos primeiros acordes do órgão em acção de graças com o cântico de Lutero.

Na casa da municipalidade conservam-se empalhados os mesmos pombos-correios que durante o cerco foram por cima das águas da inundaçào os portadores da correspondência trocada entre Guilherme de Orange e o governador de Leida. Aposentados num pombal de honra, estes pombos foram sustentados até o seu último dia a expensas da cidade reconhecida, como as cegonhas de Delft.

Entre as curiosidades reunidas no novo museu vê-se a banca do alfaiate a que trabalhou como oficial de ofício João Bockolt, o chefe dos anabaptistas, conhecido na História pelo nome de João de Leida, *o Profeta.*

Nessa mesma colecção se encontra um quadro precioso, o *Juízo Final*, de Lucas de Leida, o pintor insigne, rival de Alberto Dürer. Nascido em Leida em 1494, contemporâneo de Rafael, de André del Sarto, de Corrégio, de Ticiano, de Dürer, de Holbein, dos primeiros mestres da Renascença, que quase simultaneamente iniciavam a pintura moderna em Perusa, em Florença, em Módena, em Veneza, em Nuremberga, em Ausburgo, juntamente com os precursores de Rubens em Bruges e Antuérpia, Lucas de Leida foi o patriarca da pintura holandesa, que ele dotou com o conhecimento do claro-escuro e com o da perspectiva aérea, abrindo na cronologia artística de Leida a série dos grandes pintores aqui nascidos: Jan van Goyen, tronco de toda uma dinastia de paisagistas, mestre de Salomão Ruysdael, mestre por seu turno do grande Jacob Ruysdael; Gerardo Dov, autor da célebre *Escola Nocturna* do museu de Amsterdão; Jan Steen, o Jordaens da escola holandesa, um Ticiano em edição diamante; e Metsu um dos

maiores pintores de pequenos quadros, um Velázquez de algibeira.

Nasceram ainda em Leida os dois Mieris, pai e filho, Singland e vários outros menos notáveis.

Mostra-se aos viajantes um lugar sagrado. À beira do Reno, ao pé da Porta Branca (Wittepoort), há no jardim, encostado ao muro de fortificação, o alicerce de um antigo moinho. Foi nesse moinho que nasceu no dia 15 de Junho de 1606, de Cornélia von Zuitbroeck e de seu marido Herman, de profissão moleiro, o pintor Rembrandt Harmensz van Ryn (*Rembrandt, filho de Herman, do Reno*).

No lugar denominado a *Ruína*, em virtude da terrível explosão de um navio carregado de pólvora, que em 1807 arrasou aqui oitocentas casas, achavam-se antes do desastre as oficinas dos insignes impressores Elzeviers, enorme dinastia de tipógrafos, rivais dos Aldes, dos Morels, dos Platin-Moretus e dos Estiennes. Os Elzeviers haviam tomado por divisa a da República Batava, *Concordia res parvae crescunt*. Um dos mais ilustres membros desta família célebre na história da arte tipográfica foi Daniel Elzevier, que nasceu em 1617, tendo por padrinho Daniel Fleusias e por madrinha a mulher de Meursius, tanto este como aqueles professores da Universidade de Leida.

Os Elzeviers contribuíram tão eficazmente como uma grande instituição literária para a vulgarização da literatura e da poesia latina, publicando as mais lindas edições de Virgílio, de Plínio, de Horácio, de Ovídio, de Estácio, de Juvenal. A honra de ser impresso em tipos elzevierianos nos prelos holandeses equivalia no século xvii à que hoje resulta de pertencer à Academia das Ciências de Berlim, à Royal Society de Londres ou ao Instituto de França. «Ter lugar entre os autores escolhidos pelos editores Elzeviers, dizia para Leida o senhor de Balzac em 1662, é tomar assento entre os cônsules e os senadores de Roma, ao lado dos Cíceros e dos Salústios, honra superior ao antigo direito da burguesia romana.»

Na sala do senado académico, no edifício da universidade, fundada por Guilherme, o *Taciturno*, e por Marnix de Sainte-Aldegonde para comemorar a vitória de Leida que decidiu da independência da Holanda, do destino de uma religião e da sorte de uma raça, vêem-se os retratos dos professores que

durante século e meio a ilustraram, fazendo dela o asilo inviolável de todas as grandes inteligências do Mundo, o mais poderoso arsenal da ciência europeia e a inexpugnável cidadela dessa liberdade do pensamento consagrada pelos magistrados de Leida, em resposta aos cânones do Sínodo de Middleburgo, nas seguintes memoráveis palavras:

«O constrangimento da consciência é a fonte do poder papal; não há religião alguma, por mais execrável que seja, que se não possa estabelecer por tais meios; mas nós não consentiremos violência alguma em matéria religiosa. Permitimos aos sábios que escrevam contra o erro, mas aqui protestamos que jamais procederemos contra qualquer herético que seja, quer em virtude da censura eclesiástica, quer em virtude do juízo dos sábios. Surpreende-nos que se proibam os livros dos heréticos e se pretenda restabelecer o privilégio para a publicação de obras, à semelhança do que se praticava no tempo dos inquisidores. A liberdade consistiu sempre em falar livremente, e toda a prática em contrário é um indício de tirania. A razão, que é a inimiga dos tiranos, prescreve-nos que é tão impossível suprimir a verdade como suprimir a luz.»

Quatro anos antes, em 1578, os Estados da Holanda e da Zelândia haviam dito num manifesto:

«Tal é a natureza do nosso governo que os mesmos papistas, que abraçaram o nosso partido por amor à causa comum, nos são fiéis pelas mais solenes promessas. Por isso lhes concedemos o livre exercício do seu culto. Toleramos os próprios anabaptistas, porque nos achamos convencidos de que a ortodoxia é um dom de Deus que nenhum homem deve ser compelido a aceitar pelo temor do exílio ou de qualquer outra pena, mas sim e unicamente pelas exortações da caridade.»

No meio dessa sanguinolenta guerra de extermínio contra o papa, contra Filipe II, contra o duque de Alba, contra a Inquisição, contra o Santo Ofício, contra a dominação espanhola, era tão alto o espírito de tolerância que papistas e protestantes eram defendidos conjuntamente sob a mesma ironia numa medalha cunhada pela República e na qual se representavam os instrumentos de suplício da Inquisição com esta legenda: *Haeretici fraxerunt templa, catholici nihil fecerunt contra, ergo omnes patibulari*. Os católicos, reconhecendo

esta longanimidade admirável, haviam adoptado a seguinte divisa: *O meu coração a Roma, o meu braço à liberdade.*

É nesse súbito clarão de independência mental, clarão vermelho de fogo e de sangue, pondo no fundo tenebroso do fanatismo e da servidão feudal um deslumbramento de auro-ra boreal, que a fundação da Universidade de Leida, a Atenas da Holanda, *Athena Batava*, como lhe chamava Meursius, nos aparece exprimindo a mais bela apoteose do espírito livre e da consciência emancipada.

A festa da abertura da universidade, Academia Lugduno Batava, no dia 8 de Fevereiro de 1575, pouco mais de três meses depois do levantamento do cerco, quando Leida gemia ainda sob a devastação da peste, da fome e da guerra, foi uma das mais características dessas pompas da Renascença, organizadas e dirigidas para celebrar os grandes fastos nacionais pelos prodigiosos artistas dos Países Baixos, pompas de que Rubens nos deu o tipo assombroso nos esboços que existem ainda no museu de Antuérpia e que serviram de modelo à decoração da entrada triunfal de Fernando de Áustria naquela cidade em 1635.

Meursius descreve detidamente o cortejo triunfal de Leida, as cavalgadas, os carros de triunfo, os grupos alegóricos da grande festa inaugural.

Ao passar o préstito em frente do edifício da Universidade presenciou-se uma dessas cerimónias extraordinárias, que são a revelação de todo o espírito religioso da Renascença, espírito de piedade cristã e de culto pagão, de que Luís de Camões nos deixou a expressão mais fiel na epopeia d'*Os Lusíadas*.

Viu-se uma barca sumptuosamente empavesada descer o Reno e vir lentamente abicar ao cais, onde se achava em parada o cortejo, à porta da Academia. Na tolda da barca, engrinaldada de ramos de loiro e de laranjeira, coberta de tapeçarias persas e flamengas, sob um dossel de brocado, vinha Apolo e as nove musas, elas cantando em coro, ele tocando a lira. Argonautas aos remos, ao leme Neptuno de barbas fluviaes, empunhando o tridente clássico.

Esta alegórica embaixada do Parnaso desembarcou em grande aparato, os professores adiantaram-se para a acolher, e as nove musas, abraçando todas elas sucessivamente a cada um, ungiram-nos para a religião da poesia e das letras, de-

pondo-lhes na boca e nas faces os beijos sagrados de Teócrito e de Lucrécio.

Com a inauguração da Universidade coincide a da instituição tão liberal e tão democrática dos *curatores*.

O colégio universitário dos *curatores* em Leida é um corpo de cidadãos aliado ao corpo docente e incumbido de velar pelos interesses económicos da Academia, de a representar e defender perante os poderes públicos, de a socorrer e sustentar à sua custa quando preciso seja, invocando o auxílio e chamando a atenção da nação inteira para que jamais pereça ou se corrompa pela indiferença ou pela animosidade do Estado um instituto que somente pertence ao país, e que se deve achar sempre acima de todo o conflito de governo e de todo o arbítrio político, porque dele dependem fenómenos irreduzíveis à acção oficial: a sorte dos espíritos, o futuro das gerações, a alma da pátria.

Pela alta missão que lhe é confiada e pela responsabilidade que lhe incumbe, a curadoria de Leida tornou-se para os cidadãos eleitos para a constituir um título de distinção honorífica. O colégio dos *curatores* tomou, assim, o carácter de uma ordem nobre, uma espécie de Legião de Honra independente do Estado, e em que a mercê consiste para o agraciado no privilégio de prestar aos seus concidadãos os serviços mais difíceis e por isso os mais excepcionalmente recompensados no reconhecimento público e na gratidão nacional.

O lugar de presidente, na eleição do primeiro conselho de curadores que teve a Universidade, foi por essas razões conferido ao grande Van der Does, o heróico comandante da guarda civil e defensor da cidade durante o cerco.

Grande erudito e insigne poeta, célebre na literatura latina da Renascença sob o nome latinizado de *Janus Dousa*, Van der Does consagrou toda a sua energia e todo o seu zelo à prosperidade da escola de Leida, e no dia em que, pelas influências de que dispunha em todo o mundo sábio, ele conseguiu resolver Justus Lipsius a deixar a Bélgica para vir ocupar uma cadeira de professor na universidade holandesa, Van der Does entendeu ter prestado um maior serviço à sua pátria, dando-lhe as lições do ilustre comentador do texto de Tácito, do que tendo-a libertado do jugo espanhol pelo seu heroísmo sobre-humano na defesa da cidadela de Leida, e ele mesmo o deixou escrito em dois primorosos versos.

Os cidadãos mais excelsos na história da independência das Províncias Unidas folgaram igualmente em se condecorar inscrevendo-se entre os protectores da nova Universidade, em Barneveldt, com o príncipe Maurício e com a nobre Luísa de Coligny, viúva do Taciturno.

Entre os indivíduos representados na colecção dos retratos do Senado Académico vemos:

Petreius Tiara, natural da Frisa, antigo professor de Grego em Donai e em Lovaina, o primeiro reitor da Universidade de Leida, *Rector Magnificus*;

Janus Dousa, o primeiro presidente do colégio dos curadores;

Cornelius Grotius, professor de Filosofia e irmão do célebre estadista e polígrafo Hugo Grotius, o honrado amigo e companheiro de Barneveldt, um dos maiores homens da Renascença, e criador do Direito Público pelo seu livro *Mare liberum*, o fundador da Filosofia do Direito e o precursor dos princípios da Revolução Francesa e da *Declaração dos Direitos do Homem* no livro *De jure belli et pacis*, em que ele lança os fundamentos da moderna ciência sociológica, dando por base ao direito natural, independente da própria existência de Deus, a tendência do homem para a sociabilidade — *appetitus socialis*;

Scalígero, o assombroso erudito, restaurador da epigrafia e da numismática, fundador da filologia holandesa, criador, pelo seu livro *De emendatione temporum*, do sistema cronológico que nos tornou conhecida a história antiga;

Justus Lipsius, o famoso autor da *Satyra Menippae*, o lúcido e profundo crítico, mais fiel, desgraçadamente, ao amor dos seus três cães e das suas tulipas do que às suas opiniões teológicas, que renegou a meio da vida, saindo de Leida para ir fazer penitência com os jesuítas de Mogúncia, e passando daí purificado para a Universidade católica de Lovaina;

Meursius, o que aos treze anos de idade compunha versos em grego, e aos dezasseis publicava o seu comentário de Lícfron, sendo depois preceptor dos filhos de Barneveldt e mais tarde cronista da Dinamarca;

Daniel Heinsius, o filólogo, secretário do sínodo de Dordreque, historiógrafo de Gustavo Adolfo da Suécia, professor de História e de Direito Público, secretário da Universidade;

Boerhave, o famoso enciclopedista, literato, químico, naturalista e médico;

Vossius, erudito e filólogo, autor de seis grossos volumes *in folio*, publicados em Amsterdão no século xvii, e de dez filhos de tal qualidade que levaram Grotius a escrever ao pai: que ele tão precisamente dotara o século pela prole como pelos livros;

Paulo Merula, cronista dos Estados Gerais, sucessor de Justus Lipsius, autor da história do estado das religiões e dos governos desde Jesus Cristo, e bibliotecário da Universidade;

Gronovius, arqueólogo e anotador de Tácito, de Séneca, de Tito Lívio, de Estácio, de Plauto, de Quintiliano, de Salústio, de Plínio e de Terêncio;

Spanheim, professor de História Sagrada, autor do livro *De papa faemina inter Leonem IV et Benedictium II*;

Saumaise, o ilustre sábio francês, que às vivas instâncias de Mazarin e de Richelieu para regressar a França respondeu que era de espírito demasiadamente livre para lhe ser possível viver na sua pátria;

Arminius e Gomar, os dois chefes dos *admoestantes* e dos *contra-admoestantes*.

E outros, cuja enumeração seria extremamente longa, e a cada um dos quais corresponde todavia um nome ilustre na história da filosofia ou na história das letras.

Entre os estudantes, nenhuma distinção de casta nem de seita; nenhum juramento religioso ou político no seio da grande escola — *alma mater*.

Saumaise tinha razão: os espíritos livres que por algum tempo viviam nessa atmosfera de independência científica não suportavam sem definir a de qualquer outro país. Foi em virtude de uma lei universal que leva as inteligências para a liberdade assim como a planta para a luz que durante dois séculos Leida atraiu a si os sábios e os poetas perseguidos de toda a parte: Descartes, Bayle, Voltaire, Mirabeau, Francisco Manuel do Nascimento.

Durante os séculos xvi e xvii os altos estudos, principalmente de filologia e de crítica histórica, literária e religiosa, tiveram aqui ainda maior importância que em Genebra e em Heidelberg. Da Itália, da Hungria, da Suécia, da Polónia, vinham os alunos, e, de 3232 estudantes matriculados em

1583 até 1609, durante a assistência de Scaligero em Leida, 1250 eram estrangeiros.

A Universidade não exerce hoje o mesmo poder de atracção. O número de alunos é em média de seiscentos entre os quais são raros os estrangeiros.

E, não obstante, o espírito da Academia — consolador dizê-lo — é ainda tão liberal como no século xvii. Um só factó basta para o exprimir. Em 1875 Leida celebrou com grande pompa o terceiro jubileu da sua Universidade. Professores de quase todas as escolas do Mundo acudiram ao convite de Leida para a festa universitária. Por ocasião da cerimónia religiosa na antiga Igreja de S. Pedro, em presença dos professores estrangeiros com os uniformes catedráticos — os húngaros de barrete de veludo com uma pena segura por um broche de diamantes, os de Bona e de Iena com os seus colares de ouro, os de Coimbra de capelo e borla —, em presença da família real, da corte e de um numeroso público, o reitor Heynsius subiu ao púlpito e com a mais arrojada franqueza e a sinceridade mais completa sustentou os princípios da liberdade científica, referindo-se aos pontos mais delicados e melindrosos das relações da crítica experimental com os dogmas teológicos. O corpo docente de Leida havia por essa ocasião conferido o título de professores honorários a vários sábios estrangeiros. Os nomes dos agraciados com esta subida distinção literária foram proclamados pelo orador do alto do púlpito. Ao serem proferidos dois nomes essencialmente característicos, o nome de Darwin e o nome de Littré, uma longa salva de palmas e uma ovação enorme de toda a universidade, de todos os fiéis, do público inteiro, cobriu o orador, aclamando assim o direito do livre exame na investigação da verdade, representado pelos dois sábios eminentes que no presente século mais amplamente usaram desse direito em serviço da ciência, da filosofia, do progresso humano.

Para tomar conhecimento da exegese científica do nosso tempo pode-se presentemente ir a Berlim, a Londres ou a Paris, em vez de ir a Leida, conquanto sejam aqui excelentes os instrumentos de estudo e muito perfeita a organização das faculdades.

O museu de antiguidades, ocupando onze salas contendo preciosos documentos da civilização da Índia, do Egipto e de Cartago, o museu de numismática encerrando doze mil me-

dalhas e moedas da Pérsia, da Grécia, de Roma, da Idade Média, e o museu de agricultura, com a sua interessante colecção de seiscentos arados, são estabelecimentos de alta categoria. O museu de história natural e o jardim botânico são magníficos. O gabinete de Anatomia Comparada passa por um dos primeiros da Europa.

Estas condições são, todavia, insuficientes para constituir verdadeira supremacia intelectual. As forças mentais da Holanda, dispersando-se por demasiado número de universidades, prejudicam o valor compacto de um só núcleo, e a simples *botelha de Leida*, um pouco envelhecida, não basta para atrair sobre a escola holandesa as atenções e as curiosidades do público europeu, deslocadas para outros centros de acção no renovamento científico deste século.

Para ver, porém, aplaudir numa igreja, sem discrepância de seita, de partido ou de escola, os nomes de Darwin e de Littré é indispensável vir ainda agora a Leida, como no tempo de Scalígero, no tempo de Boerhave e de Albinus. Porque este fenómeno não se observou ainda nem provavelmente se observará tão cedo em nenhuma outra parte. E a razão é que nas demais nações sábias da Europa a liberdade é ainda um princípio de discussão, um objecto de controvérsia no conflito das ideias e das aspirações.

No Holanda a liberdade é um facto consumado, um facto público, uma função do organismo social, uma propriedade inerente à vida da nacionalidade e nela inclusa como a alma no corpo.

Na Holanda a liberdade das ideias não se discute como coisa que vem deste ou daquele partido, sendo susceptível de se alargar ou de se restringir segundo o voto de um ou de outro. É uma realidade cósmica, é como um dos elementos químicos da atmosfera local, existe no ar e no pulmão de cada um. Não se solicita nem se outorga. Respira-se.

É preciso ainda vir a Leida para se conhecer um tipo especialíssimo de estudante — o estudante holandês. É nele que mais em evidência se encontra o cunho de seriedade que a história belicosa da nação e a natureza do solo, obrigando o homem a um duelo permanente com o mar, imprime aqui na fisionomia e no carácter de todos os cidadãos. Nenhum vestígio da antiga boémia escolar de Salamanca, de Coimbra ou do Quartier Latin. O salamanquino, com a colher dos men-

digos do século XIV metida no chapéu como um símbolo de miséria profissional, cantando à bandurra por dinheiro de porta em porta, o coimbrão jogando a vassoura da casa contra um prato de sardinhas fritas na taberna da Camela, ou Shaunard tomando um *cabriolet* ao mês para pedir cinco francos emprestados, seriam tidos em Leida por um opróbrio.

O decoro, a dignidade moral, o respeito de si mesmo, são coisas tomadas a sério pelos escolares de Leida como pelos burgueses patrícios da praça de Amsterdão. Conte já que os estudantes tinham aqui um clube, cujo edifício é um dos principais da cidade. Esse palácio foi mandado construir pelos estudantes. Para esse fim a Academia, constituída em sociedade, sob a presidência, por eleição, do aluno mais distinto — *proeses studiosorum*, contraiu um empréstimo. Os capitalistas holandeses acudiram na maior confiança ao apelo da mocidade académica, e emprestaram à corporação dos estudantes uma soma de perto de cem contos de réis ao juro de dois por cento.

Além da biblioteca e de um opulento gabinete de leitura, o clube académico tem um restaurante tão opíparo como o dos melhores *cercles* da Haia ou de Paris, uma grande sala de baile e de concertos, onde os estudantes recebem uma ou duas vezes por ano todas as senhoras da sociedade de Leida, uma sala de banquetes a que muitas vezes são convidados os lentes, salas de conversação, etc. São grandes valistas, distintos músicos muitos deles, e conversam tão facilmente em francês com as senhoras e com os *touristes* como conversam em latim com os sábios. Curioso contraste: enquanto a raça latina perde de dia para dia, assustadoramente, o conhecimento da língua que foi uma das grandes glórias da sua História; enquanto em Portugal, por exemplo, depois de falecidos três ou quatro professores caturras, que ainda existem como curiosidades paleontológicas, se corre o perigo de não haver mais ninguém que saiba medir um verso de Horácio ou que saiba analisar uma oração de Cícero, as raças germânicas cultivam o latim, escrevendo-o e falando-o como língua universal entre literatos, como prenda essencial e característica de todos os homens cultos; e falada por estes homens loiros e imberbes, acentuada pelos sons guturais gargarejados de *rr* holandeses, a língua de Tácito e de Virgílio ganha uma vibração nova e imprevista, a energia mordente e áspera do mais belo dialecto vivo.

Marmier conta que vira na Universidade de Leida um licenciado em Letras que, havendo escrito em latim uma longa tese tendo por objecto a análise de um antigo poema holandês, defendeu essa tese em língua latina perante o júri académico, vencendo enormes dificuldades de estilo, de construção e de syntaxe, para dar em complicadas paráfrases o sentido perfeito das locuções neerlandesas do poeta que se incumbira de analisar. Dizem-me que ainda hoje existe na universidade um professor que faz todo o seu curso em latim, não proferindo do alto da cadeira uma só palavra em outra língua. A praxe clássica chegou mesmo a penetrar das relações da escola nos usos vulgares, e eu mesmo vi, tanto em Leida como em Utreque, à janela de quartos para alugar, este letreiro: *Cubiculum lacandum*, e à porta de algumas casas de pasto: *Pax intransibus*.

*Delf* — Os polders — *Cidades que nascem, cidades que morrem, cidades que ressuscitam* — *A olaria de Delft* — *Influência japonesa* — *O espírito da navegação em Portugal e na Holanda* — *A glória do trabalho e a do pavilhão das quinas* — *Fernão Mendes Pinto, Garcia de Orta e D. João de Castro*.

Pelo carácter que lhe dá a sua escola politécnica, Delft assemelha-se a Leida e a Utreque.

Pela decadência da sua antiga importância artística, industrial e política, ela estabelece a transição das cidades vivas da Norte Holanda e da Frisa para as cidades mortas do Zuiderzê; como Enkuizen, que no século xvi armava quatrocentas embarcações para a pesca do arenque e tinha uma população de quatrocentos mil habitantes, ao passo que hoje conta apenas seis mil almas e seis navios; como Stavoren, antiga residência dos reis frisões, presentemente pobríssima, e tão rica outrora que se conta dos antigos habitantes que mandavam fabricar em ouro e em prata muitos dos objectos que usualmente se fazem de ferro: os ferrolhos das portas, as cruzes dos campanários, as guarnições dos iates; como Hindekoopen, que teve noutro tempo uma arte e uma língua autóctones, toda uma esquadra que levou à Índia o pavilhão da cidade, e que não passa agora de uma pequena aldeia; como tantas outras, enfim, que o erudito viajante Henry Havard descreveu no seu interessante livro consagrado à relação da

excursão que empreendeu com o pintor Van Heemskerch ao longo das margens do golfo holandês.

A formação do Zuiderzê, operada no século XIII pela terrível inundação que, submergindo setenta e duas cidades e aldeias e afogando cem mil pessoas, reuniu ao mar do Norte o antigo lago Flevo, produziu pela criação de novos portos e de novos centros de comércio a ruína ou o desaparecimento de antigas povoações.

O leito do Zuiderzê passará em poucos anos por uma transformação tão radical como aquela a que deu origem a catástrofe de 1282.

O golfo inteiro será esgotado e convertido em terras de semeadura, em vastos *polders*, como se fez com o mar de Haarlem em 1840.

O mar de Haarlem tinha onze léguas de circunferência e a sua profundidade média era de quatro metros. A quantidade total de água foi calculada em setecentos e vinte e quatro milhões de metros cúbicos, além do acréscimo proveniente das chuvas e das infiltrações subterrâneas, avaliado em trinta e seis milhões de metros cúbicos por ano. Construiu-se por meio de dois enormes diques paralelos um alto canal de escoadouro no mar; três bombas a vapor, sugando em cada golo o enorme peso de sessenta e seis mil quilogramas de água, foram postas em movimento contínuo, vazando no canal as águas do lago, até que, ao cabo de três anos e três meses, o mar de Haarlem estava enxuto e defendido, por um dique, de novas invasões do oceano.

Dezoito mil hectares de terra fertilíssima foram por meio desta operação conferidos à agricultura holandesa.

Chama-se *polder* o terreno proveniente do esgotamento de um mar interior, de uma lagoa ou de um pântano. Para o fim de animar a aquisição e a cultura das novas terras, o *polder* é por via de regra isento de impostos por espaço de vinte anos. A empresa dos trabalhos de esgoto, o Estado, ou uma companhia particular, reembolsa-se da despesa feita dos juros do capital empregado pela renda das terras. Os proprietários do novo solo elegem em seguida de entre si uma comissão incumbida de manter, dirigir e vigiar o serviço dos diques, dos canais, das comportas, dos moinhos, e o *polder* entra em exploração.

Na região donde, há quarenta anos apenas, desapareceu o

tempestuoso, o perigosíssimo mar de Haarlem viceja hoje uma longa campina verde e ubérrima, coalhada de rebanhos, entrecortada de casais, de quintas, de aldeias, serpenteada de estradas-de-ferro e de tijolo, acima das quais reluzem ao sol, entre maciços de árvores, as flechas dos campanários.

É uma obra semelhante — posto que de muito maior tomo e de tal importância que a fará entrar na categoria de um dos maiores trabalhos hidráulicos deste século — a que se trata de levar a efeito no Zuiderzê.

O golfo esgotado constituirá para a Holanda uma nova província da extensão de 195 000 hectares, dos quais, deduzidos para estradas e canais 19 000, serão 176 000 dados à cultura, formando uma região mais vasta do que toda a província de Utreque e do que toda a Zelândia.

As despesas desta obra colossal acham-se orçadas em quarenta e cinco mil contos de réis em moeda portuguesa, vindo a ser de cerca de 259\$200 o preço do custo de cada hectare de terreno, vendável a 400\$000, segundo a mais recente cotação do valor de terrenos da mesma espécie.

A profundidade média do Zuiderzê é de 4,50 metros e a quantidade de água para esgotar de 5850 milhões de metros cúbicos. Com máquinas a vapor de uma força total de 9440 cavalos, o esgotamento de todo o golfo achar-se-á concluído em dois anos.

Antes de dar começo aos trabalhos do esgotamento propriamente dito, proceder-se-á à construção de um dique de quarenta e um quilómetros de extensão na embocadura do golfo desde Enkuisen até Kampen. Este dique, que impedirá o mar de continuar a penetrar no interior das terras, terá sete metros de altura acima do nível da maré, com uma espessura de três metros e um declive exterior de cinco. Será formado de faxinas, de areia e de barro, e protegido por um revestimento de pedra. Fortes divisões transversais, frequentemente repetidas, evitarão todo o perigo de rotura. Além deste enorme dique, cujo custo está orçado em nove mil quinhentos e quarenta contos de réis, e que poderá servir de leito a um caminho-de-ferro, as terras do Zuiderzê serão cortadas por dez canais de navegação e de esgoto, munidos de moinhos e de comportas.

Desse modo as cidades mortas que hoje rodeiam o golfo passarão em breve por uma nova modificação tão estranha

como aquela por que passaram com a inundaçãõ do século XIII; converter-se-ãõ de velhos portos em novos centros agrícolas, cuja prosperidade dependerá da porçãõ de trabalho e de riqueza difundida no vasto campo adjacente, e tomarãõ o nome de «cidades ressuscitadas» em substituiçãõ ao de «cidades mortas».

A celebridade histórica de Delft procede principalmente das suas faianças, famosas em todo o Mundo.

Foram portugueses os primeiros europeus que trouxeram da China a primeira loiça, a que demos o nome de *porcelana*, e cujo fabrico foi pela primeira vez explicado por Fernão Mendes Pinto e por Frei Gaspar da Cruz em 1566.

Foram, porém, os holandeses os primeiros que fabricaram na Europa, no começo do século XVII, a loiça de *faiança*, imitando a China e o Japão, e denominada *porcelana* nos primeiros tempos do seu aparecimento. A primeira autorizaçãõ que se encontra nos registos holandeses é conferida em 4 de Abril de 1614 a Claes Jansen Wytmans para fabricar *toda a espécie de porcelanas com ornatos ou sem eles, à imitaçãõ das porcelanas vindas de remotos países*.

Quando a tradiçãõ árabe na cerâmica da Península Ibérica se achou cortada por uma lei de Filipe II, que, por escrúpulos religiosos, proibiu que se fizessem loiças de estilo herético, os espanhóis começaram a imitar o tijolo esmaltado dos italianos, e nós o tijolo azul e branco da Holanda. Enquanto às lições que para o exercício desta indústria recebemos em primeira mão do Extremo Oriente, não pensámos nunca em as utilizar pelo trabalho.

Depois dos nossos descobrimentos, e depois das primeiras notícias trazidas da China pelo padre Gaspar e por Fernão Mendes, aqueles que não tinham dinheiro para comprar os luxuosos serviços de mesa que vinham da Índia na volta de cada galeão continuaram a comer na loiça grossa fabricada no País segundo a tradiçãõ árabe e a tradiçãõ romana, de que ainda existem maravilhosos vestígios na forma dos alcatruzes, das bilhas, dos púcaros, dos gomis e dos pichéis da nossa tão interessante e tão tenaz olaria popular.

Em 1793 dizia João Manso Pereira em uma memória sobre a *Porcelana do Brasil*: «Não há quem não fale em porcelana; e contudo são bem poucos os que a conhecem; e não sei

por que fatalidade, sendo os portugueses dos europeus os primeiros que penetraram no império da China, e daí transportaram para a Europa esta preciosa loiça, são quase os únicos que dela nenhum conhecimento têm. Porque à excepção de um ou outro que em particular a tem feito, vive o restante da nação em uma vergonhosa indolência a este respeito, contentando-se talvez, e reputando por mais fácil, em mandar nas suas conquistas arrancar do centro da terra, a rigor de um trabalho insano, o *metal amarelo* que anualmente vão levar aos chins ao troco de *barro branco*, que com tanta frequência encontram na superfície dessa mesma terra descarnada.»

Foi apenas no fim do século passado, quando o benemérito Manso Pereira, professor régio, descobriu no Brasil que o barro aí chamado *tabatinga* era o *kaolin* da China, fabricando com ele no Rio de Janeiro porcelanas *semelhantes às de Saxe e de Sèvres*, e camafeus em *biscuit semelhantes aos de Wedgewood*; foi depois de fundada pelo Estado em 1767 a célebre fábrica do Rato, dirigida pelo mestre italiano Tomás Brunetto, que a indústria de loiça fina foi enfim iniciada em Portugal sob os mais brilhantes auspícios e segundo modelos não só da Itália mas de Ruão, de Nevers e da própria Holanda. Porque, conquanto os primeiros mestres da real fábrica de loiça, anexa à fábrica de sedas ao Rato, fossem todos italianos, esta nascente indústria, rapidamente desenvolvida em Lisboa, em Coimbra e no Porto, recebeu influências estranhas às dos mestres do Rato: tradição de Palissy nas Caldas, tradição de Delft em Lisboa e no Porto. Em todas as igrejas da província se usam ainda, para florir o trono do *lausperenne* em dias de festa solene, jarras de loiça azul e branca em forma de leque, abrindo em pequenos tubos que lhes dão o aspecto de grandes luvas de meio dedo; estas jarras são o *tulipeiro* holandês, o vaso especial em que o amador de tulipas conservava em água as suas preciosas flores, evitando pela separação dos orifícios que elas se confundissem ou se massacassem reunidas num só molho.

Os holandeses por sua parte nunca navegaram, nem descobriram, nem conquistaram terras, como nós, com o sentido especialmente peninsular de propagar a Fé para maior honra e glória dos seus reis e dos seus sacerdotes, mas sim para o seu directo proveito deles navegantes e descobridores: para o fim de edificarem a casa na volta da Índia, em vez de a ven-

derem para virem para a corte, como os nossos capitães e governadores, arrastar a espada enobrecida e ociosa, nos saraus e nas novenas do paço; para o fim de plantarem as belas e incomparáveis hortas de Arnheim, de Utreque e de Amsterdão, em vez de arrancarem as couves e as árvores de fruto, como fez D. João de Castro na sua quinta da Penha Verde para exemplo de fidalgos e lição da mocidade portuguesa, à qual por muitos anos o livro campanudo de Jacinto Freire de Andrade, em que esta proeza se glorifica, serviu de texto de leitura oficial nas escolas de instrução primária.

Ao voltarem, pois, do Japão, em vez de darem, como nós outros, o *metal amarelo* pelo *barro branco*, eles, que não tinham o *barro branco* à superfície da terra, que não tinham a argila nem o estanho de esmaltar, foram buscar o estanho à Inglaterra, foram buscar a argila a Bruyelle; depois do que, amassaram tranquila e ridentemente o barro, moldaram-no, desenharam-no, esmaltaram-no e deram-no ao Mundo, transformado nas mais belas obras de arte, a troco de todo o *metal amarelo* que havia em giro no Mundo.

Pelo trabalho tão fino, tão delicado, tão atraente das suas obras artísticas, Delft tornou-se no século xvii um dos maiores centros de produção industrial da Europa.

Dos registos municipais vê-se que Delft chegou a reunir trinta fábricas com dois fornos e com cerca de cem operários cada uma.

Durante duzentos anos os produtos cerâmicos das oficinas de Delft não tiveram competidores. Essa faiança inigualável, vendida a peso de oiro, foi uma das grandes fontes de riqueza pública.

De que procedia a superioridade destas obras sobre todas as obras congéneres?

Da qualidade do esmalte — dizem. Mas o esmalte de Delft procedia como já vimos dos mesmos jazigos de estanho e de argila em que se forneciam as fábricas da Bélgica, as da Inglaterra, as de todo o Norte da França.

Da qualidade do barro também não, porque a massa da loiça de Delft não é de modo algum preferível à das faianças italianas, francesas e alemãs.

A superioridade da fabricação de Delft resultava única e exclusivamente da especial e incomparável aptidão profissional dos operários que a manipulavam.

Este fenómeno é o mais expressivo e o mais consolador que se pode invocar em testemunho da eficácia da instrução artística de um povo no desenvolvimento da sua produção industrial e da sua riqueza fabril.

A história da faiança de Delft está por fazer; e muitas referências dos críticos e dos amadores que têm escrito sobre este assunto carecem de coerência e de exactidão. Três factos dominantes nessa história, um tanto escura, se me figuram porém adquiridos à evidência:

1.º A grande indústria da faiança de Delft durou apenas cerca de dois séculos. Demonstra-o a cronologia dos arquivos e o exame das mais completas colecções da Holanda, da França e da Inglaterra.

2.º Essa indústria não tinha raízes tradicionais na Holanda como tinha na Itália, e em maior ou menor grau em todos os países submetidos ao império romano e influenciados pelas tradições da arte grega e da arte etrusca, difundidas na Europa pelas legiões de Roma. Os soldados de César passaram na Holanda mas não conseguiram subjugar a civilização latina. O batavo Civilis destróçou-os na embocadura do Reno, e as pazes com a Batávia foram as únicas pazes humilhantes que Roma assinou.

3.º A indústria da faiança de Delft condiz com as relações comerciais entre a Holanda e o Japão, filia-se na tradição japonesa, e desenvolve-se paralelamente com a grande escola de pintura criada em Delft pela residência nesta cidade de alguns dos primeiros pintores da Holanda, entre os quais Van Miereveld, Jan Steen, Frans Mieriz, Van der Meer.

Dado o primeiro e o segundo destes factos, isto é, admitindo-se que a arte cerâmica de Delft não teve, como é evidente, origens tradicionais no país, e que fez a sua evolução completa nascendo, desenvolvendo-se, decaindo e acabando dentro de um certo número de anos, temos de concluir que esta indústria foi o resultado de circunstâncias fortuitas de tempo e de lugar. Essas circunstâncias, determinantes do aparecimento e do progresso da olaria de Delft, são as do facto número três: — a influência japonesa, o conselho, a lição e a crítica dos grandes pintores.

Para compreender a influência japonesa é preciso distinguir a diferença entre o critério dos navegadores da Holanda e o dos navegadores portugueses.

Humilde súbdito de sua majestade, soldado submisso do seu rei, o marinheiro português não ligava interesse pessoal ao estudo das novas civilizações que visitava. As simples narrativas dos naufrágios dos nossos galeões, tão maravilhosamente feitas pelas testemunhas presentes desses trágicos sucessos, bem como as simples crônicas das navegações e dos combates, tinham muito mais império na imaginação aventureira do País do que os livros de doutrina como os de Fernão Mendes e de Garcia de Orta.

No holandês a aventura oferecia um interesse mais subalterno, inspirava um entusiasmo muito menos vibrante. Assim a Holanda não tem epopeia marítima. O marinheiro holandês não é cismador nem poeta. É um cidadão republicano; é o membro de uma democracia; cabe-lhe a responsabilidade de uma parcela de poder e de autoridade. Logo que regresse à pátria, na volta das longas navegações, terá mais que fazer do que contar à lareira as anedotas do convés, os perigos da viagem, as comoções dramáticas do imprevisto, nas terras longínquas e misteriosas em que não desembarcou como nós para hastear o pavilhão glorioso das quinas, para edificar a igreja em que haviam de baptizar os catecúmenos e para armar a força em que se haviam de pendurar os heréticos. O holandês sabe que ao chegar terá de ser chamado a discutir e a resolver os negócios públicos nas assembleias populares, nos conselhos dos municípios e nos Estados provinciais, e terá além disso de trabalhar, porque onde não há Ordens religiosas nem militares, onde não há frades, onde não há guerreiros aposentados, e onde não há cortesãos, o homem desocupado perde todo o direito de uma qualificação honorífica, e é um criminoso.

Considerado neste ponto de vista, o Japão foi a mais profícua escola da moderna civilização holandesa.

Foi nesse doce país, nas risonhas campinas que circundam a baía de Iedo, dominada pelo cume sempre nevado do Fousi-Iama, foi entre essa raça delicada, em cujo temperamento tão vivamente palpita o amor da Natureza e o sentimento do pitoresco, que os marítimos de Amsterdão e Roterdão educaram o seu gosto decorativo, dando aos aspectos das suas paisagens, dos seus canais, das suas pontes, dos seus jardins, dos seus quiosques, uma fisionomia tão especial entre as demais nações da Europa. Foi decerto na presença da riquís-

sima flora japonesa, tão habilmente cultivada para a produtividade da terra e para o prazer dos olhos, que o proprietário holandês requintou e acrisolou o seu amor à jardinação, a sua predilecção e a sua perícia hortícola.

Na direcção das indústrias a influência japonesa tinha de ser ainda mais decisiva do que nas formas da cultura. Neste ponto o Japão era no século xvii o país mais adiantado do Mundo. Ao passo que ainda hoje vemos na Europa países em que não penetrou por enquanto a necessidade de organizar um ministério de instrução pública, o Japão, onde o ensino do desenho é há muito obrigatório nas escolas de instrução primária, tem desde o século xvii uma fundação oficial a que mui propriamente poderíamos chamar *um ministério de belas-artistas*. A estes longos e sábios desvelos de educação elementar artística, mantida pelo governo do Japão, se deve a excelência sem rival do operário japonês em todos os variados ramos da aplicação da arte industrial — excelência que a ignorância da história da arte tem feito explicar falsamente aos países apáticos por causas incompreensíveis e sobrenaturais: dom divino, predestinação de raça, inspiração, habilidade, talento nativo, ou por qualquer outro dos mil eufemismos com que a retórica dos mandriões adoça o sentido repreensivo e humilhante que tem para os indolentes toda a afirmação superior do trabalho de outrem.

Foi nessa escola que os ceramistas de Delft receberam os primeiros rudimentos da sua educação profissional; foi no Japão que eles adquiriram há dois séculos o convencimento deste princípio novo, o qual só nos meados do século xix se devia converter em fundamento prático de reforma do trabalho industrial pela criação do museu de Londres e do museu austríaco, isto é: que toda a criação industrial resulta de uma aptidão artística.

O governo holandês não interveio na formação dos operários que criaram a famosa força de Delft; mas a íntima convivência dos pintores, que ou tinham em Delft os seus *ateliers* ou aí vinham amiúde armar os cavaletes no campo circunjacente, supriu temporariamente a falta da escola oficial, criando um grande número de discípulos, vulgarizando no povo os conhecimentos do desenho e da pintura.

Só a célebre cervejaria do pintor Jan Steen valeria para a educação artística dos operários de Delft mais do que uma

academia. Steen, depois do seu casamento com Margarida van Goyen, filha do pintor Jan van Goyen, estabeleceu-se como cervejeiro em Delft e faliu duas vezes. Quando por ocasião de um processo que lhe foi instaurado por ter subtraído aos direitos municipais alguns produtos empregados na fabricação da cerveja lhe foram pedidos os livros do comércio, viu-se que toda a escrituração do estabelecimento se achava feita em uma lousa por Margarida van Goyen, mas nem ela nem Steen sabiam ler o que estava escrito nessa lousa.

No meio desta desordem financeira, Steen pintava sempre, e compreende-se o grande papel da sua cervejaria como centro de arte. Aí se reuniram todos os paisagistas da Haia, de Amsterdão e de Leida, de passagem no campo de Delft, além dos pintores que habitualmente residiam na cidade. Os oleiros, por interesse do ofício, preferiam a venda de Steen a qualquer outra. Quantos quadros não seriam aí pintados, entre os barris e os pichéis, por Steen e pelos seus amigos, à vista dos consumidores abancados!

Na convivência íntima de tantos artistas de primeira ordem, de tão profundo saber técnico, e ao mesmo tempo de índole tão jovial e comunicativa, inúmeras pessoas tomaram gosto à pintura e aprenderam a desenhar sem mestre, por ver, por ouvir.

Quem examina as colecções da loiça artística de Delft, nos museus públicos e nas ricas colecções particulares da Holanda, supõe que os grandes mestres holandeses tocaram essas belas obras anónimas, e todavia parece averiguado que nenhum pintor a óleo pintou faianças em Delft. Mas a sua direcção espiritual, espontânea, talvez inconsciente, exerceu uma influência enorme na classe operária, que com eles aprendeu a manejar o lápis, a organizar a paleta, a combinar os tons e os valores da tinta, e a educar o gosto na formação do estilo decorativo da loiça que fabricava.

Como, porém, o governo não tinha fixado em instituições duradoiras e progressivas os elementos artísticos desta indústria, ela acabou com o desaparecimento das causas fortuitas que a tinham determinado.

Delft cessou de produzir pelo modo mais simples e natural, logo que cessou de haver em Delft quem soubesse desenhar.

Há hoje uma única fábrica de loiça na cidade. Fundou-a um jovem engenheiro sobre as ruínas de um antigo estabele-

cimento abandonado, e a primeira coisa que ele fez foi reatar a tradição artística abrindo uma escola de desenho.

Depois de ter visitado esta fábrica, eu mesmo vi, ao fim da tarde, seguindo o canal, uma fila de raparigas entre os quinze e os vinte anos, sérias, bem vestidas, voltando da escola da fábrica com as suas pastas debaixo do braço, e representando aos meus olhos na imagem mais simpática a renascente arte industrial da Holanda. Elas caminhavam à beira dos mesmos canais silenciosos e tranquilos em que se revêem as copas das velhas árvores e em frente dos quais trabalham à luz, no vão das janelas, os ceramistas das antigas fábricas, todas situadas ao pé da água neste bairro oriental da cidade, entre o Zuiderstraat e o Noordsingel. Irão passar talvez pelo edifício do correio, estabelecido na mesma casa em que habitou Michiel van Miereveld; pela casa de Van der Meer, que também existe ainda e que ele immortalizou em um dos seus melhores quadros; pelo Prinsenhof, onde Guilherme, o *Taciturno*, foi assassinado na casa do convento de Santa Ágata, hoje convertido em quartel, e no qual se conservam ainda os vestígios que deixaram no muro as balas da pistola que lhe dispararam; pelo Botergurg, onde Leewenhoek descobriu o microscópio; e pelo Korenmarckt, onde esteve suspensa a tabuleta do cisne, mais tarde substituída por uma simples rocha e indicando a alegre cervejaria de Jan Steen. Mas não encontrarão nas ruas para as abraçar jovialmente, para lhes abrir as pastas e para lhes criticar os estudos, nem Van Mieris, o amigo inseparável de Steen; nem van Ostade; nem Pieter de Hooch, que tanto amou os interiores de casas destas silenciosas avenidas iluminadas pelos reflexos aquáticos dos canais desertos; nem o doce e idílico Paulo Potter, que, definido pela tísica que havia de consumi-lo no verdor da mocidade, vinha ainda, pálido e meditativo, ver pastar nos *polders* as grandes vacas mansas, amorável símbolo da abundante e pacífica vida rural da Holanda, eternizada nas geórgicas desse incomparável mestre.

A recordação palpitante de tanta fama, de tanta glória extinta, envolve Delft aos olhos do viajante como num véu misterioso de saudade.

Aqui despedindo-me das cidades holandesas, tive a sensação misteriosa de me achar no cemitério venerando, modesto, carinhosamente florido, da arte morta, como se Delft

fosse o túmulo da pintura, assim como é o dos almirantes Piet Hein e Martin Tromp, do jurisconsulto Grotius, do naturalista Leewenhoek, do poeta Tollens e do grande Guilherme, o *Taciturno*, *pai da Holanda*, cuja estátua dorme deitada sobre o seu sarcófago de mármore negro, tendo aos pés o cão fiel que lhe salvou a vida no cerco de Malines.

A Igreja de Santa Úrsula, onde se acha em Delft o monumento de Guilherme, é o Westminster dos Nassaus, o jazigo da Casa de Orange, para o qual, à hora em que escrevo estas linhas, estão conduzindo o cadáver do infeliz príncipe Alexandre, último representante varão dessa heróica família, com o qual desaparecerá também da terra o nome de Orange, ilustre há quatro séculos.

## V

### AS CASAS E OS INDIVÍDUOS

*O navio e a casa — A família anfíbia — O aconchego do lar —  
O salão e a sala de jantar — A religião na família — A casa de cidade  
e a casa de campo — Interior de artista e interior burguês — A família  
Van Duyl.*

Na Holanda toda a embarcação lembra a casa, toda a casa lembra a embarcação. A vida na água e a vida em terra combinam-se tão intimamente que se confundem em muitos pontos.

A bordo a mulher, que frequentemente acompanha o marido, cultiva num abrigo do convés ou a um postigo da câmara a sua colecção de flores, dirige a capoeira, tem uma criação de galinhas, de patos ou de coelhos, e aclima à vida aquática vários animais domésticos, canários, gatos, cães, que o hábito da navegação torna quase anfíbios.

Nas câmaras dos *trekschuiten*, os postigos envidraçados são adornados de cortinas de cassa abertas ao centro e presas a cada lado por um laço de fita; sobre a mesa, dois vasos de cobre religiosamente lustrados, em um dos quais há a brasa de turfa para acender os cachimbos, sendo destinado o outro à cinza e às pontas dos charutos; contra o costado interior da embarcação um pequeno espelho inclinado, uma estantezinha com alguns livros e a cantoneira com as porcelanas e os rescaldos para o serviço de chá aos passageiros. É todo um pequeno interior simples, de habitação campestre, vogando pelos canais de terra em terra.

Em casa, os tectos baixos revestidos de madeira envernizada, desenhando a saliência das vigas; as escadas íngremes e estreitas, lustradas, cobertas no centro por uma tira de tapete não dando largura a mais de uma pessoa e tendo por corrimão duas belas cordas de linho passadas em grossos anéis de cobre reluzente; as camas de armário, em beliche; a

ponta da trave, sobressaindo do vértice das fachadas e terminando em moitão, como os mastaréis de gávea, com a corda em alça para içar e arriar os móveis de cada andar ou para subir as munições ao sótão; a faxina regulamentar da limpeza em dias prefixos todas as semanas; a baldeação geral do prédio, lavado e esfregado por fora, de cima a baixo, todos os sábados, tudo contribui aqui, mais do que em qualquer outra parte, para dar à casa a aparência do navio.

Os prédios estreitos e altos, habitados por uma só família, têm em geral a disposição das casas portuenses, chamadas de *alforje*: sala para diante, sala para trás, dois ou quatro quartos intermédios, e escada ao centro alumiada por uma clara-bóia.

Uma diferença, porém, essencial entre a casa-tipo do Porto e a casa-tipo da Holanda. No Porto a sala de jantar fica no último andar, em frente da cozinha; na Holanda a casa de jantar fica ao rés-do-chão abrindo para o jardim, e contígua à sala de receber, ao lado do corredor de entrada, que faz vestíbulo fechado pela porta da rua, invariavelmente pintada de verde e dividida horizontalmente em dois corpos, dos quais o inferior funciona como meia porta, unicamente usada no Porto e aqui.

A cozinha, o depósito de lenha e de turfa e a adega constroem-se no subsolo, alumiado e ventilado por dois fossos, um do lado da rua, outro do lado do quintal.

Entre o salão e a sala de jantar há uma porta a toda a largura da casa, com dois batentes corrediços, que permitem esconder a divisão fazendo das duas salas uma só peça.

Em todas as casas em que entrei os madeiramentos desta divisória haviam desaparecido inteiramente, e toda a superfície do rés-do-chão, da frente ao fundo, paralelamente ao corredor de entrada, formava um único pavimento aberto, afofada em tapetes de estilo persa e fazendo uma só casa destinada duplamente a receber o hóspede em visita ou à mesa.

Nada mais simplesmente risonho, de um conforto mais íntimo, de um aconchego mais cordial, do que o aspecto desta disposição.

Junto das duas janelas para o lado da rua agrupa-se a mobília do salão: os dois divãs, e os *fauteuils* sobrecarregados de almofadas; a mesa redonda coberta de álbuns, de jornais e revistas; um alto espelho por cima da chaminé; o cabide de

mogno polido, ao pé da porta; as pinturas a óleo, as aguarelas, os guaches, os carvões ou as águas-fortes, emoldurados e pendentos do muro; a indispensável *étagère* das chineserias e das japoneserias; o pequeno biombo de cetim bordado, com a sua grade de bambu; o piano vertical ou de cauda, atravessado na linha da antiga divisão. E ao fundo, do lado oposto, numa doce luz esverdeada, de jardim, num último plano carinhosamente beijado por um dia diferente, mais terno que o do primeiro plano, como nas duplas perspectivas dos interiores de Pieter Hooch, a casta alegria familiar da mesa posta ao pé da vidraça engrinaldada por uma trepadeira em flor, com um debrum de jacintos desabrochados na linha do parapeito; a cadeira de alto espaldar almofadado do chefe de família; a tradicional chaleira de cobre sobre o aparador; o armário envidraçado; a prateleira com a colecção das canecas de grés ou de estanho; e, iluminando a parede com discos tenros de luz, avivados a pinceladas de sol, o esmalte incomparável, em quentes reflexos de âmbar, dos velhos pratos de Delft.

Na vida doméstica destes dois povos, tão semelhantes em outros pontos de vista, a diferença na disposição da casa a que me refiro imprime carácter e distingue os costumes hospitaleiros das duas famílias. Entre o lugar no canapé e o lugar à mesa, entre a *visita* e o talher, a família do Porto mete a distância respeitosa de quatro andares; a família da Holanda não interpõe diferença alguma entre essas duas maneiras de receber. As indiferentes pessoas ficam inexoravelmente na rua e toma-se-lhes o recado por cima da meia-porta. Só o amigo entra de portas adentro, e desde esse instante é ele o hóspede na sagrada acepção antiga dessa palavra, e não se lhe oferece uma cadeira; ou não se lhe oferece nada, ou se lhe dá incondicionalmente a sua parte no lar, no coração da família.

É arriscado generalizar pretendendo definir o carácter nacional de um povo pelo carácter individual de algumas pessoas que um estrangeiro conheceu. Em vez de estabelecer sobre este ponto uma teoria abstracta, eu farei portanto um simples depoimento.

De entre as diferentes casas que vi na Holanda tomo três tipos principais: uma casa de escritor, uma casa de artista, uma casa de rico negociante.

E vou descrever estas três variedades.

No parque da Exposição de Amsterdão havia um anexo intitulado *O Pavilhão da Imprensa*, destinado pelos jornalistas de Amsterdão, associados para esse fim sob a presidência do Sr. Van Duyl, redactor-chefe do *Algemeen Handelsblad* a receber os jornalistas estrangeiros. A curiosidade de ver o pavilhão, elegantemente mobilado pelos primeiros marceneiros e pelos primeiros aderecistas de Amsterdão, cheio de flores, de faianças artísticas e de quadros dos primeiros pintores da moderna escola holandesa, obrigou-me a revelar ao porteiro a minha qualidade de escritor, sem o que me era defesa a entrada. Em uma das salas em que me introduziram foi-me apresentado por dois indivíduos o registo dos viajantes, e eu tive de inscrever-me e de apresentar-me. Formalidade espinhosíssima, que, dada a frequência com que hoje viajam os escritores e dado o acolhimento especial que se lhes faz em todos os países do Mundo, exige que a Associação Literária Internacional de Paris ou outra do mesmo género institua quanto antes um *passaporte literário*, isto é, um documento autêntico e iniludível da identidade literária de cada um. Sem este papel justificativo no bolso, a situação dos escritores que não têm um nome universal é sobremaneira grotesca em presença dos seus confrades num país estrangeiro. Estes senhores são em geral suficientemente amáveis e intrépidos para nos dirigirem à vista do nosso passaporte diplomático ou do nosso bilhete-de-visita um cumprimento que versa de ordinário sobre os seguintes ou equivalentes termos:

— Oh! conheço perfeitamente... a sua pena é das mais ilustres do seu país, etc...

E nestes casos a modéstia mais rudimentar obriga a protestar:

— Ah! das mais ilustres, não; bem pelo contrário, a minha pena é das mais modestas, das mais obscuras, das mais...

Mas, a esta insistência, o nosso interlocutor franze um pouco o sobrolho, vem-lhe um leve sorriso de desdém, e então o justo terror de que o nosso confrade nos tome por um simples camiseiro ou por um pedicuro, por um crítico de calos a extrair, ou por um poeta de peúgas para vender, levamos a atenuar o nosso primeiro impulso de humildade:

— Quando digo que sou uma pena modesta lá em casa, quero dizer, se assim ousou exprimir-me...

— Que é um escritor imortal?

— Imortal inteiramente não digo; mas, enfim, faz-se o que se pode... faz-se o que se pode!

Para fugir a um destes colóquios trágicos, tomei silenciosamente a pena que me foi oferecida, escrevi o nome, acrescentei a minha qualidade de correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, indiquei na competente casa do registo a minha morada em Amsterdão, fiz outra vénia, e retirei-me envolto nessa majestade ondulosa e curvilínea que tão comovedoramente caracteriza a repugnância dos peixes aos atractivos do cavaco.

No dia seguinte pela manhã, havendo recebido em minha casa, da parte da comissão de Amsterdão, bilhetes de livre percurso por tempo de três meses em carruagem de primeira classe de todos os caminhos-de-ferro holandeses, juntamente com toda uma colecção de convites para congressos, para recepções e para espectáculos públicos, entendi dever ir pessoalmente agradecer ao presidente da comissão dos jornalistas esta amabilidade tão profundamente característica da hospitalidade holandesa, e, tendo pedido hora para uma entrevista, dirigi-me às nove horas da manhã ao escritório da redacção do *Algemeen Handelsblad*, acompanhado de uma palavra de apresentação que tivera a bondade de me dar para esse fim o sr. burgomestre da cidade.

O *Algemeen Handelsblad* é o grande jornal do comércio de Amsterdão; tem vinte mil assinantes e tira dois números por dia, o número da manhã e o número da tarde, com duas edições cada número; um movimento de prelos quase ininterrompido desde pela manhã até à noite, e dois quadros completos de redacção e revisão, trabalhando constantemente um depois do outro, numa série de gabinetes.

À hora matinal a que cheguei, o redactor-chefe tinha mandado para a tipografia o seu original, tinha conferenciado com os seus colaboradores, tinha examinado a correspondência e os manuscritos, e começava a receber visitas, conversando numa prodigiosa abundância de palavras, a cavalo numa cadeira, com dois sujeitos que me haviam precedido. Sem desmorder do que estava dizendo em holandês abriu a carta que lhe apresentei, leu-a, atirou-a para cima da secretária e ofereceu-me por meio de um gesto um lugar no sofá.

Sentei-me, tirei da algibeira o meu livro de notas, e pus-me a escrever:

«Um gabinete de sobreloja; tecto baixo, uma janela; secretária monumental; nem um só papel nem um livro; grande biblioteca; mobília de marroquim; figura de jornalista inteiramente semelhante à do rei português D. Fernando, modificada apenas pelo uso de óculos e pela sem-cerimónia artística de uma quinzena de alpaca e de um chapéu de palha de grandes abas, em mau uso. Sobre o tapete, a um canto, doze botijas (genegra ou curaçau?), das quais uma ainda arrolhada, as outras vazias.»

Um quarto de hora depois, despedidas as duas visitas, o redactor principal do *Algemeen Handelsblad* foi para a botija com rolha e encheu dois grandes copos de que me ofereceu um, dizendo:

— Primeiro que tudo tratemos disto.

Tomei o copo que me tocava e esvaziei-o. Era de água de Vichy.

Em seguida, acendendo um charuto e enfiando o braço pelo meu, acrescentou:

— Agora vamo-nos embora!

Foi assim que eu fiz conhecimento com o Sr. Van Duyl (pronunciar, como em francês, Vendeuil), o mais conhecido, o mais célebre, o mais popular de todos os jornalistas de Amsterdão.

Eram nove horas e vinte minutos da manhã. Quando desenfiamos o braço um do outro e me separei dele para me ir deitar eram duas horas e quarenta e cinco minutos da madrugada do dia seguinte.

A família Van Duyl habita durante o Verão uma pequena casa de campo perto das dunas, a cerca de uma hora de caminho-de-ferro de Amsterdão. Foi aí que eu estive com Van Duyl, no mesmo dia em que o vi pela primeira vez no escritório do seu jornal.

Na pequenina *gare* da aldeia, toda virente de hera agarrada aos tijolos da fachada, e interiormente guarnecida de móveis de estilo como um gabinete de artista, encontrámo-nos com os três filhos do meu novo amigo, duas meninas de oito anos e um rapaz de catorze ou quinze; elas, de avental de colégio, o chapéu-de-sol de chita debaixo do braço, os livros e a lousa pendentes de uma correia; ele, de mochila às costas;

todos loiros, de grandes olhos garços, de uma inexcedível frescura de pele, e ao mesmo tempo de um ingénuo ar antigo, de uma inocência de outro século, lembrando-me os originais de amáveis retratos, que devem existir em algum museu, pintados por Greuse, por Latour ou por Prudhon. Chegavam da escola de Amsterdão, e por acaso tínhamos vindo no mesmo trem; mas, como eles, viajando assim todos os dias, tinham bilhetes de terceira classe e nós viéramos em primeira, só nos avistámos ao chegar. Feitas as devidas apresentações, do rapaz para mim, de mim para as duas meninas, partimos todos juntos, de mãos dadas, por entre o feno.

Era das quatro às cinco da tarde — a hora em que o céu holandês sorri invariavelmente, e em que o Sol, ainda no Inverno, aparece descoberto todos os dias, um momento pelo menos.

Nada mais doce, de um efeito mais balsâmico na imaginação e nos nervos, do que a serenidade incomparável e a nitidez assombrosa da verde campina da Holanda a tal hora. É a realidade viva dando pelos seus contactos a mesma comoção salutar e benéfica que os habitantes das cidades, por muito tempo encarcerados em ruas áridas e ruidosas, doloridos de trabalho, febris de paixão, ávidos de silêncio, de claridade, de simplicidade e de repouso, experimentam ao contemplar as pastorais de Van de Velde, o Mozart da pintura, o paisagista em cuja alma mais intensamente vibrou o sentimento da natureza juvenil, ingénua, sorridente, inefável.

Na límpida transparência do ar, sob a serenidade absoluta do céu, as árvores, as searas, a relva dos prados, as águas do canal, os musgos e os nenúfares parecem repentinamente imobilizados para nos ouvir, para nos ver passar; e ao inesperado barulho das nossas risadas levanta-se do chão uma revoada de tordos ou um casal de faisões; e alguns coelhos das dunas, assustados, atravessam por diante de nós aos pulos.

O *cottage*, de quatro janelas de fachada e porta ao centro, tem na frente um pequeno jardim separado do caminho por um ripado pintado de verde com um metro de altura. À esquerda, contra um pano de muro, fazendo ângulo recto com a fachada do pequeno prédio, um alpendre de abrigo, ao fundo do qual, num canapé rústico, em frente de uma pequena mesa, com duas agulhas de pau envoltas numa tira de

tapeçaria e colocadas ao lado de um cabaz de flores, *Madame Van Duyl*, de touca de jardim e luvas de meio dedo, as mãos cruzadas no regaço, contempla a vasta planície, inconscientemente penetrada desse encanto magnético da Natureza que faz circular nas almas a mansidão e a bondade tão brandamente como circula a seiva nos alfbres à hora das regas.

Enquanto eu presto à dona da casa a homenagem do meu respeito, o pequeno Van Duyl aparece com o seu grande cavalo, velho rocinante bonacheirão, um pouco lanzudo, que ele mesmo engata a um *break*, calçando as luvas em seguida, e levando-nos a todos, sob o pretexto de fazer appetite para jantar, a um passeio *sous bois*.

Às sete horas sentávamo-nos à mesa na grande sala comum à família, simultaneamente salão, casa de jantar, gabinete de leitura e sala de trabalho, com as janelas abertas ao longo silêncio dos campos, de cujo horizonte vem rompendo a Lua.

Antes do breve silêncio puritano do *Benedicite*, *Madame Van Duyl*, tendo tirado da algibeira o molho de chaves puídas e reluzentes, servira-me, da cantoneira, um pão, um guarda-napo e uma garrafa de vinho do Reno.

Não se fazendo na Holanda a mínima porção de sacrificio ao aparato, e sendo todas as mulheres *ménagères*, cada família não tem de ordinário mais que uma criada. O serviço da mesa acha-se patriarcalmente organizado de harmonia com estes recursos. Os dois pratos do jantar, além da terrina da sopa, põem-se de uma vez na mesa sobre as trempes de dois fogaréus, de álcool, e cada um se serve a si mesmo, na boa franqueza de amigo, e como na velha língua portuguesa se dizia — de matalote. Não obstante, de quando em quando, sinto no meu ombro um calor de mão obsequiosa e solícita: é uma das meninas que se ergueu do seu lugar para vir simplesmente, como em Homero ou como na Bíblia, como na casa de Penélope ou no jardim da Samaritana, encher o meu copo ou renovar a minha ração de pão.

Às nove horas os filhos, depois de terem vindo a um por um oferecer-me a face para um beijo, tinham ido deitar-se. A mais pequena ao sair a porta voltou-se para trás, e com um gesto solene, a mão estendida, disse gravemente à sua mãe duas palavras em holandês, que a irmã mais velha teve a

bondade de me traduzir. Essas palavras queriam dizer: *Gostei do estrangeiro.*

Às onze horas *Madame Van Duyl* guardava e fechava por sua mão na copa, depois de os ter lavado ela mesma, as finas porcelanas e os copos doirados dos nossos licores, enquanto o seu marido e eu, com o charuto nos beiços, os cotovelos na mesa, conversávamos ainda.

Ele tinha viajado em toda a Europa, estivera mesmo durante quinze dias em Portugal, era um cosmopolita, na grande acepção filosófica desta palavra, inteiramente lavado de estreitos preconceitos de raça e de nação. As suas informações eram para mim preciosas, e eu sobrecarregava-o de perguntas, tendo anotado no meu caderno nessa mesma noite, antes de me deitar, algumas das suas respostas.

Enquanto à religião, por exemplo:

— Há livres-pensadores na Holanda?

— Há muitos; mas não há um só indiferente. Pensa-se em religião de todos os modos imagináveis; mas não há ninguém que faça constituir uma filosofia no sistema — aos nossos olhos completamente fantástico — de não pensar coisa alguma, como sucede, ao que parece, em vários povos latinos. Os livres-pensadores e os ateus formam entre nós uma pura seita tão rigorosamente definida como outra qualquer seita religiosa. Assim, entre as inúmeras Igrejas de Amsterdão há uma que se intitula *União religiosa livre*. É nesta igreja que se reúnem em todos os domingos vários dissidentes de todas as religiões existentes, repelindo inteiramente todos os dogmas, todas as revelações sobrenaturais, todos os milagres, incluindo os da Bíblia, e prescindindo de Deus, ainda que como hipótese. Dentre estes indivíduos há, porém, um, eleito pelos seus consócios, o qual em cada domingo se encarrega de subir ao púlpito e de pregar o dever moral, a lei da consciência, a norma transcendente da vida, a compreensão da virtude, a justiça superior a todo o interesse, a toda a paixão, a toda a espécie de apetite. Os livres-pensadores e os ateus de Amsterdão levam a esta espécie de missa as suas mulheres e os seus filhos, e todos solidários perante os mesmos princípios, todos unidos espiritualmente pelo laço moral de uma convicção, escutam aquele que a define com a mesma reverência e com o mesmo respeito com que os fiéis da igreja ao lado escutam a palavra dos profetas, a dos evangelistas ou a

dos apóstolos. E esta é na vida doméstica a grande base desse equilíbrio de ideias fundamentais, do qual você há pouco me falava como sendo na Holanda a feição proeminente do carácter nacional.

Quantas coisas plenamente elucidadas pela simples enunciação deste facto! Explicando sucintamente por uma das suas grandes bases morais a seriedade dos caracteres num país de origem protestante, não explica ele igualmente com razão inversa a decadência geral dos povos católicos, mentalmente paralisados por tantos séculos na dissolvente imobilidade do dogma?... Na Holanda, a liberdade de consciência e o espírito de exame que dela resulta subdividiram a religião do país em centenaes seitas contraditórias, que muitos supuseram nefastas à coesão nacional e aparentemente destinadas a destruir e a quebrar o vínculo patriótico.

Absolutamente incondicional e ilimitado o direito de heresia, a acumulação dos cismas atingiu as proporções mais fantásticas: somente dentre as seitas devotas a que deu origem a um dos vários ramos em que se repartiu o anabaptismo, citarei para exemplo: os *adamitas*, os *apostólicos*, os *taciturnos*, os *perfeitos*, os *impecáveis*, os *irmãos libertinos*, os *sabatários*, os *manifestários*, os *lacrimosos*, os *rejubilados*, os *antimarianos*, os *indiferentes*, os *sanguinários*, etc. Deste tremendo e assustador desmembramento de crenças, uma coisa colectiva, porém, se formou, um novo núcleo de solidariedade e de confraternização: — o profundo amor de todos à terra privilegiada, mãe da liberdade geral, indispensável ao abrigo e à inviolabilidade da *opinião pessoal* de cada um. Porque, em resultado final, o grande facto culminante é este: que, à força de exame, de discussão, de controvérsia e livre escolha, a religião converteu-se aqui em *opinião pessoal*, competentemente delimitada, assente e definida, de cada indivíduo.

Há na Holanda trezentas religiões diferentes, e em todas elas se crê, como nos três mil deuses da Roma antiga. Em Portugal há uma religião só, a única, a verdadeira; aquela que o Estado estipendia e com que negocia; aquela em cujo nome queimou, atenzou, martirizou, destruiu e, sobretudo, roubou os heréticos; aquela que ele aperfeiçoou, catou, limpou, purificou, expulsando sucessivamente os judeus, os cristãos-novos, os jesuítas e os frades, destituindo-os e desapossando-os competentemente de todos os respectivos bens, em

proveito seu, dele; aquela, finalmente, que vem na Carta, no artigo 6.º, e que é a lei fundamental do Estado!

Pois bem; esta religião única, oficial, autêntica, indiscutível, imodificável, que é de todos os cidadãos sem excepção alguma, acabou por não ser propriamente de ninguém, porque, à força de ser definida pelos poderes públicos, cessou completamente de ser estudada pelos particulares; e os próprios sacerdotes, funcionários públicos nomeados para a Igreja como outros são nomeados para a Alfândega, chegaram na sua grande maioria a nem sequer entenderem a língua onde se acham escritos os cânones, que eles têm por modo de vida servir e defender.

Qual é na constituição da família o resultado deste estado de coisas espirituais nos povos católicos?

O resultado é este:

A mulher, por uma doce necessidade instintiva de protecção amorável, de amparo carinhoso, por um tépido sentimento de fidelidade sedentária às tradições do berço e do lar, por superstições de temperamento, por uma vaga atracção nevrálgica para o indefinido, para o poético ideal cristão, continua um pouco maquinalmente a *praticar*, a desobrigar-se, a ir à missa, a repetir a confissão, o credo, os mandamentos da Igreja, o acto de contrição, os pecados mortais, os pecados contra a natureza e os pecados que bradam ao céu — amálgama confuso e estonteador de hipóteses tenebrosamente criminosas e horrendas, de fáceis esconjuros de algi-beira, de combinações e reacções químicas de pecados e de penitências compensadoras, de culpas e de perdões correlativos, terminando tudo no confessional por lavagens completas e gerais da alma, uma vez por ano, como as lavagens dos prédios holandeses uma vez por semana.

O homem, por seu lado, é fundamentalmente indiferente. Para se fixar numa opinião sobre este assunto, precisaria de o conhecer; e estudar este género de questões, além de não estar nos seus hábitos intelectuais, seria já um indício manifesto de dúvida, um começo de rebeldia, um pecado, enfim, de que o mais sensato é abstermo-nos. Os menos ímpios entrincheiram-se nesta fórmula: «São coisas superiores à nossa compreensão, histórias-da-carocha talvez, se assim o quiserem; indispensáveis, todavia, para a educação da mulher frágil e para a moralidade das classes baixas.»

A religião continua, porém, a ser em todas as famílias católicas a primeira base da educação do filho, o alicerce de todo o sistema moral, o seu único padrão de justiça, a sua única norma de dever. E esta religião é a mãe que a ministra. Por que meio? pela interpretação da Bíblia? pela explicação dos Evangelhos? pelo comentário dos Santos Padres e dos Doutores da Igreja? Não; a mãe portuguesa educa o seu filho na religião católica, unicamente pelo que ela mesmo sabe da leitura da *Cartilha*, porque a mais bem educada e a mais instruída das senhoras, em Portugal como em Espanha, não conhece da sua religião mais do que o catecismo. Teologicamente a erudição da mais ilustre dama peninsular orça pela da sua cozinheira.

O que chamamos enfaticamente a religião de nossos pais é a religião das nossas criadas de servir. Catástrofe enorme, que, persistente há três séculos, tem dissolvido inteiramente na mocidade a noção do respeito, pervertendo e abandonando nas suas origens, através de sucessivas gerações, o que há de mais sério no espírito do homem: a lei fundamental da consciência, o regime da responsabilidade!

Em nossas casas, a religião, facto culminante da família, é um elemento de dispersão, separando desde princípio na intimidade do lar o marido, a esposa e o filho. É a porta aberta à influência do padre para a mulher, à influência do clube para o homem, à influência do botequim para o filho. Nos países em que o protestantismo apaixonou os espíritos pela discussão e pelo livre exame em matéria religiosa, a família encerrou-se em si mesma, concentrada numa convicção comum, fazendo do lar doméstico o *in eo vivimus et summus* de cada consciência.

A família de Van Duyl era a primeira que eu conhecia na Holanda. Ao sair dessa modesta casa, tão simples e tão carinhosa, eu senti, ao cabo de poucas horas de convivência, o inesperado sobressalto de uma separação. Alguma coisa de mim mesmo ficava, pela estima que eles me tinham inspirado, nesses lugares tranquilos, sob o tecto hospitaleiro dessa casa aldeã; e foi com uma terna comoção, quase saudosa, que, voltando-me para trás no caminho, eu vi pela última vez, ao longe, entre os olmeiros, esse pequeno prédio rústico projectando no escuro da noite, pela janela ainda aberta, a luz do candeeiro suspenso na casa de jantar.

*As mulheres na Exposição de Pintura — Pintoras, actrizes e escritoras — Mademoiselle Schwartz e o seu atelier — Como ela me retratou.*

Na secção holandesa das belas-artes da Exposição Internacional de Amsterdão figuravam vinte e sete senhoras: uma escultora, três aguarelistas e vinte e três pintoras a óleo.

Entre as obras exibidas neste salão pelas senhoras holandesas — cuja singular aptidão artística está afirmada na Europa por nomes célebres como o de Henriette Ronner, de Sarah Bernhardt, de Van Zandt, de Fidés Devrier, e pelo das romancistas ilustres contemporâneas como Luísa Stratenus, Melati van Java, Cornelia Huygens e *Mademoiselle Opzoomer* — tocaram particularmente a minha atenção os quadros de *Mademoiselle Teresa Schwartz*.

Pedi com interesse informações a respeito desta notável artista e tive a honra de obter uma apresentação para visitar o seu *atelier*.

Muito moça ainda, *Mademoiselle Schwartz* é filha de um professor de pintura da Academia de Amsterdão falecido há poucos anos em plena força de trabalho, tendo acabado apenas de estabelecer em bases tranquilas a sua existência, no momento de começar a ocupar-se do futuro da família, à qual, surpreendido pela morte a meio destino, legou apenas os primeiros centos de florins economizados ao fundo da gaveta, alguns móveis artísticos e *bibelots d'atelier*. Uma viúva, duas filhas, um rapaz inábil por doença para trabalhar, postos repentinamente à beira da miséria. *Mademoiselle Schwartz*, a pessoa mais nova da casa, na idade de vinte anos, com a educação usual de toda a menina bem criada na Holanda, falando quatro línguas, tocando um pouco de piano e tendo do desenho as luzes elementares essenciais a uma mulher da sociedade para não dizer parvoíces nos museus e para esboçar em caso de necessidade um *croquis* pitoresco no álbum de uma amiga íntima, tomou corajosamente o encargo de amparar pelo trabalho a casa órfã, e, encerrando-se no *atelier* abandonado, entre os pincéis ainda embebidos em tinta, no meio dos carvões dispersos e quebrados na mão de seu pai, começou intrepidamente a desenhar desde pela manhã até à noite.

A primeira das suas obras foi — cuido eu — um retrato feito de recordação. Tecnicamente falando, era começar mal

o começar por uma obra a que faltava a principal condição de um trabalho de arte, a investigação da natureza, a fidelidade ao modelo vivo. Mas esse retrato era o do pai da autora; e nesta obra de piedosa evocação filial, que uma revista do tempo reproduziu, que eu mesmo examinei, havia um tão íntimo e profundo sentimento de respeito, uma tão intensa palpitação de vida inquirida, uma tão doce expressão de melancólica saudade, que só de per si esse desenho bastaria para revelar, em quem o concebeu e executou, a privilegiada organização psicológica de um grande artista, o rebate dessa misteriosa força a que alguns chamam ainda a inspiração, e que não é mais do que a sensibilidade excepcional comunicada às formas exteriores do pensamento, e pondo na obra executada o divino raio luminoso, reflexo inconsciente do espelho de lágrimas que tem no fundo do seu ser todo o verdadeiro dominador das linhas, das cores, dos sons ou das palavras, por meio das quais se representa na arte a comoção humana.

Determinada na fixação da sua carreira pelos resultados deste primeiro trabalho, reuniu o resto dos seus haveres e foi estudar durante um ano na Academia das Belas-Artes de Munique.

Ao cabo desse tempo começou a expor e a vender quadros. Pareceu-lhe, porém, encarvoada a pintura que fazia, reconheceu que faltava claridade na sua paleta alemã, e foi para Paris tomar lições de Henner; fez sucessivas viagens de estudo a França e à Bélgica; foi premiada no último *Salon* em Paris; foi eleita, com Bonnat, vogal do júri da exposição internacional de pintura de Amsterdão, e é presentemente considerada — creio que sem protesto de ninguém — o primeiro pintor de retratos na Holanda.

A rainha Ema escolheu-a para fazer o seu grande retrato em corpo inteiro, que está no palácio da Haia; foi ela ainda quem retratou a família do burgomestre de Amsterdão, quadro exposto em Paris há dois anos; e são do seu pincel muitos retratos de senhoras, de professores ilustres das universidades da Holanda, sendo cotadas em cem libras esterlinas cada uma das suas telas mais pequenas, de retrato em busto.

A casa de *Mademoiselle* Schwartze, no Prinsengracht (canal dos Príncipes), em Amsterdão, é o mais genuíno exemplar do prédio-tipo holandês. Estreito e alto, duas janelas de facha-

da, três andares, escada exterior de seis degraus à entrada, a trave da roldana no alto do *pignon*.

Trepei pela escada estreita e íngreme, coberta pelo irrepreensível tapete em listas, seguro aos degraus por varetas de cobre reluzente, até o *atelier*, no último andar.

Pequeno quarto alegrado pela luz do tecto e por uma larga janela aberta ao norte, adornada com uma gaiola onde canta um canário. Vários tapetes orientais no chão, o estrado do modelo, o grande espelho, o biombo, alguns móveis artísticos, *fauteuils* de várias formas, faianças, cerca de uma dúzia de quadros apoiados aos cavaletes, e toda uma existência de artista e de mulher revelada numa enorme acumulação de documentos: álbuns, pastas, livros, brochuras, revistas, lembranças de viagem, fotografias, leques, luvas, flores secas, sacos de pastilhas, bilheteiras, *sachts*, molduras em gesso, *bi-belots*, gavetinhas de contador entreabertas, deixando trasbordar as cartas, os envelopes, as variadas folhas de papel marcado com divisas e com monogramas.

Pouco depois da minha apresentação, *Mademoiselle* Schwartz, que trabalhava no retrato de uma menina, descia com o seu modelo à casa de jantar, junto do salão no pavimento do rés-do-chão, e obrigava-me, do modo mais gracioso e mais simples, a participar do seu almoço, à frescura do jardim, junto da janela aberta enquadrada de arbustos, servindo-me uma taça de caldo, um copo de vinho branco do Reno e uma série dessas fantásticas rodela de salmão fumado, finas como hóstias cor-de-rosa, que só as *ménagères* holandesas têm a arte de trincar em regra, para que esse peixe constitua, entre fatias de pão torrado com manteiga e mostarda, um dos sábios acepipes que mais honram a gastronomia da Holanda.

E desde esse dia, durante dois meses que residi em Amsterdão, *Mademoiselle* Schwartz, adivinhando os meus interesses de jornalista e os meus gostos de viajante, aproveitou, com o mais delicado critério da hospitalidade para com um estrangeiro, inúmeras ocasiões de me ser útil: convidando-me para as suas espirituosas *soirées* de artistas, para os seus jantares a pessoas estrangeiras suas amigas, atraídas em viagem à exposição; proporcionando-me as mais instrutivas visitas aos museus e às colecções de arte; fazendo-me a honra de nomear-me seu caixeiro na barraca a que presidiu com a

sua amiga a ilustre pintora Wally Moess, em um *fancufair*, em benefício das vítimas do terramoto da ilha de Java; e, finalmente, retratando-me, bem como ao meu amigo o desenhista parisiense Mars, em magistrais desenhos a carvão.

Mars foi o primeiro a quem coube essa honra, como artista célebre pela sua colaboração tão brilhante no *Graphic*, na *Vie Moderne* na *Vie Parisienne* e no *Journal Amusant*.

Depois, na qualidade de seu companheiro de viagem, tive também a minha vez, sendo-me fixado dia e hora: uma segunda-feira às oito da manhã.

Nunca vi empreender um retrato com menos aparato de teorias, com menos condições impostas ao modelo sobre o vestuário, sobre a atitude ou sobre a expressão fisionômica.

— Escolha a cadeira e a posição em que se ache mais comodamente instalado para falar durante três horas... Agora, olhe para mim, e conte-me a sua vida.

Um pouco antes de expirar o tempo fixado, *Mademoiselle* Schwartze — cuja pequena estatura em frente do cavalete a fazia parecer uma estatueta de Saxe, envolta numa longa blusa de *percale* azul-claro, os cabelos seguros por um só gancho, em molho sobre a nuca — tirou os seus grandes óculos de trabalho, fixos, de vidros redondos, poisou o carvão que tinha nos dedos, deu meia volta ao cavalete, e eu vi de repente aparecer no espelho fronteiro, sobre um fundo cor de sépia, a minha figura em tamanho natural, o busto inteiramente de frente, debruçado nas costas de uma cadeira em que se apoiavam uma sobre a outra as duas mãos; e essa figura palpitante, vindo para mim, fixando-me nos olhos, repetia-me toda a história da minha vida, que eu acabara de contar. Uma alucinante maravilha de espontaneidade, de força e de expressão, esse retrato.

Como tivesse de ir fazer *toilette* para receber a almoçar uma família inglesa, que devia chegar ao meio-dia, sem tempo para receber os meus cumprimentos, *Mademoiselle* Schwartze deixou-me na sua oficina, despedindo-se de mim com esta frase, que caracteriza num só traço a bonomia dos costumes holandeses mais expressivamente do que todo um capítulo consagrado a descrevê-los:

— Agora, se quer ser amável comigo, peço-lhe que me dê uma arranjadela ao *atelier!*

A pequena barraca do bazar em benefício dos pobres de

Cracatoa, onde *Mademoiselle* Schwartz e Wally Moess vendiam livros ilustrados para crianças, utensílios de escritório e alguns insignificantes *bibelots*, rendeu num dia mais de um conto de réis. À noite, a venda de champanhe gelado, a florim cada taça, creio que dobrou essa quantia.

Em frente da barraca destas senhoras perpassaram, como numa sala de recepção, durante doze horas, todas as fisionomias da Holanda: operários, burgueses, artistas, lojistas, escritores, professores, estudantes e variados tipos de empregados públicos, desde os amanuenses até o rei.

Todas as pessoas sorriam, conversavam benevolmente, compravam alguma coisa sem ênfase, sem pose. Perguntavam previamente o preço das coisas, ainda as mais modestas: um pacote de papel de cartas, uma caneta, um lápis. Marido e mulher, pelo braço um do outro, discutiam às vezes o preço entre si. Afinal feiravam, puxando do fundo do bolso a longa bolsa de malha de retrós, correndo-lhe lentamente os passadores, contando o dinheiro, pondo um soldo a mais para os pobres.

Um judeu, operário de lapidaria, abotoado numa quinzena de pano verde amarelecido pelas soalheiras de seis verões, desejou ter uma rosa do cabaz que adornava o balcão da barraca, e, como deixassem o preço ao seu arbítrio, pagou uma rosa por um florim, deu mais um florim por um alfinete para segurar a rosa à casa da quinzena, e, tendo oferecido ainda um florim para dar um beijo na flor, deu-lhe dois beijos, pagou mais dois florins, e retirou-se.

Um velho magro, pequenino, vestindo uma sobrecasaca cor de pinhão, à moda de 1830, e uma alta gravata de espartilho, presa atrás por uma fivela, apoiado a uma bengala e ao braço de uma menina sua filha ou sua neta, depois de haver comprado dois abecedários ilustrados e um livro de estampas, voltou mais tarde para receber essas compras que deixara em depósito, e deu seis luíses pelo trabalho de lhe terem guardado por uma hora as suas compras.

Os desenhos oferecidos pelos artistas holandeses, assim como as fotografias de alguns dos seus quadros, assinadas por eles, venderam-se em leilão. No fim desta venda, feita officiosamente pelos jornalistas no pavilhão da Imprensa, o público pediu que *Mademoiselle* Schwartz, em benefício dos pobres de Cracatoa, consentisse em pôr em praça as suas

luvas; propuseram depois que cada uma das luvas fosse arre-matada separadamente, e compraram-nas, uma depois da outra, por seis ou oito vezes o seu peso em oiro.

*Interior de uma vila em Arnhem — O patriciado burguês —  
A educação das crianças — Hospitalidade holandesa — O luxo —  
A instrução das classes ricas — O gaiato de Amsterdão.*

Visita à vila do Sr. W..., em Arnhem.

O Sr. W., cujo nome indico apenas pela sua inicial porque ele não pertence, como o dos escritores e como o dos artistas, ao domínio da publicidade, é um rico negociante do patriciado burguês de Amsterdão, onde há dois anos ocupava o cargo electivo de conselheiro da Municipalidade.

Comparação feita com os indivíduos congêneres, julgo poder citá-lo sem temeridade de generalização como tipo de norma.

Na ocasião em que o visitei, o Sr. W. tinha deixado havia apenas um mês o seu domicílio de Amsterdão, acabava de fixar-se em Arnhem como comerciante aposentado, aos quarenta anos de idade, teve a bondade de mostrar-me a sua nova habitação, entre velhas árvores, no meio de um jardim separado da rua por uma grade de ferro.

Construção semiurbana, semi-rústica, no moderno estilo inglês. Ao rés-do-chão o vestíbulo; o escritório e a biblioteca a um lado; o salão de música do lado oposto, comunicando com uma estufa; a casa de jantar, a casa do bilhar, a sala de trabalho de *Madame W.*, a sala de estudo de suas filhas, tendo cada um destes dois aposentos o apenso de um pequeno jardim de Inverno. No andar corrido sobre o pavimento do rés-do-chão os quartos de dormir. Magníficos tapetes ao longo de todas as casas, grandes janelas metendo luz e flores de todos os lados. Cozinha no subsolo, e cocheiras ao fundo do jardim.

— Como vê — dizia-me o Sr. W. — é uma disposição bastante acomodada à vida fácil e dá-lhe o modelo de todas as novas edificações de Arnhem, habitadas em sua grande maioria por comerciantes que descansam, como me succede a mim. A desordem desta mudança e o trabalho da minha instalação aqui têm-me inquietado muito. A minha mulher, habituada desde a infância a viver sempre na mesma casa, ar-

ranjada e quieta, adoeceu de olhar para os seus móveis em confusão. Teve de vir o médico, que a anda tratando da *mu-dança de casa* como de uma verdadeira moléstia nervosa.

— E não receia agora enfastiar-se um pouco com o excessivo sossego que o espera na monotonia de meses, de anos sucessivos, sem ocupação, sem trabalho?

— Oh! não. Em primeiro lugar tenho de ir uma vez por semana ao meu escritório de Amsterdão, dirigido agora por um meu sócio. Depois tenho toda a minha educação de espírito para recommençar; tenho vinte anos de curiosidades intellectuais que satisfazer. Imagine que há mais de quinze anos eu não ponho as mãos num piano! Beethoven inteiro e todo Mozart para repetir do meu vagar, saboreando, e todo esse montão de música moderna que aí está para decifrar! Tenho que reler todos os meus clássicos, que não tornei a abrir depois que saí do colégio, e estou no mais vergonhoso atraso com relação a toda a literatura moderna. Calcule que desde as *contemplações* de Vitor Hugo, dos romances de Balzac e de Charles Dickens para cá eu não sei absolutamente nada do que se tem passado na poesia e na arte, e desejo informar-me. No comércio de Amsterdão a assiduidade é tão obrigatória que apenas de anos a anos é possível roubar ao trabalho uma semana para fazer uma rápida excursão indispensável a Londres, a Paris ou a Berlim. Faça ideia que não pude ir ainda à exposição das pescarias em Londres, e há perto de seis meses que está aberto esse espectáculo de estudo tão necessário a todos aqueles que se ocupam mais ou menos do problema da riqueza, do comércio e da indústria, nos pequenos países marítimos como os nossos dois, o seu e o meu!

Como todo o burguês de Amsterdão, este homem, que passara nos negócios toda a sua existência, falava correctamente, além da sua língua, o alemão, o inglês e o francês, e tinha luzes de todas as questões sociais do seu tempo: três ou quatro ideias claras, nitidamente definidas, sobre a religião, sobre a política, sobre a educação, sobre a arte: com isto uma grande provisão de factos, subordinados ao sistema dessas três ou quatro ideias fundamentais e recolhidos na leitura ininterrompida de um bom jornal e de uma revista enciclopédica. É alegre e espirituoso — condição indispensável ao equilíbrio de carácter na convivência social, porque, como observou Chamfort, todo aquele que não tem a graça e não

tem a alegria para sair por uma tangente do conflito das opiniões contrárias à sua cai frequentemente na necessidade de ser hipócrita ou de ser pedante. É este o defeito que mais me fere na sociedade alemã e que constitui a causa do fastio que uma grande parte da sua literatura me infunde.

O holandês é pela elasticidade do espírito o menos germânico dos germanos, e é por isso que nós outros meridionais, pelo aspecto da massa humana, pela simples expressão dos gestos e das fisionomias, nos achamos muito mais em família e em nossa casa na Haia do que em Berlim.

O Sr. W. não só tem a bondade da ironia, mas tem ainda — o que é um pouco mais raro nos seus compatriotas — o pitoresco da locução, a queda para o desenvolvimento da ideia pela imagem, para a gesticulação da palavra. Assim, ao virmos da *gare*, como o seu cocheiro sopeava o cavalo com sacões excessivos, ele, depois de lho haver observado, disse-me:

— Este rapaz tem o mau costume frisão de puxar as guias de um cavalo *como quem puxa à campainha de uma casa sem gente*.

E, com um sorriso benévolo, poisando-me no joelho a palma da mão, parecia significar-me que era tão capaz como qualquer outro de entender os meus espanholismos, ao contrário do seu patrício Scaligero, que dizia dos biscainhos: «Consta que eles entendem o que dizem uns aos outros, mas eu não o creio.»

Ao almoço em família, dois únicos pratos abundantes, saudáveis, delicados: um grande salmão fresco, frio, com molho de *remoulade*, um grande pastel de tordos e uma enorme taça de cristal aciculada de fruta magnífica, pêssegos, peras e uvas, e vinho de Johannisberg em antigos copos preciosos da Boémia, de pés rendilhados, altos, finos e leves como asas de abelhas.

À mesa, não já servida por uma risonha flamenga de touca e de avental branco, como nos pequenos *ménages* de Amsterdão, mas por um criado em *toilette*, *Madame W.*, vestida de cassa, sem uma única jóia, e as suas três filhas, a mais velha de dezasseis anos, as duas mais novas de seis a oito, sentadas de cada lado da sua mestra alemã — todas três, incluindo a mais velha, de vestido curto e avental de jardim, o cabelo loiro em duas grandes tranças pendentes, presas por um laço de fita cor-de-rosa. O filho, de catorze anos, achava-se ausente em um colégio de Berlim.

Falou-me de alguns amigos comuns de Amsterdão, acerca dos quais eu pedi a opinião do Sr. W. para o fim de rectificar as minhas impressões por meio da crítica holandesa sobre a sociedade holandesa.

A respeito de um dos nossos conhecidos, disse-me ele:

— Come depressa de mais à mesa, anda esbandalhado, gesticula muito e não sabe estar quieto, direito e calado sem estar constringido: enfim não é um *gentleman*.

As três meninas, graves, silenciosas, com os olhos no prato, parecia não escutarem o que se dizia, e julguei que não entendessem o francês, quando o pai, precisando do significado de uma palavra holandesa, o perguntou à mais nova. Ela respondeu, corando muito, que não sabia.

— Admiro — disse o Sr. W. —, a menina ainda não fez sete anos; julguei que não teria tido tempo de se esquecer como eu.

Mas, depois do almoço, mais familiarizados, conversando todos juntos, a menina inquirida à mesa disse:

— A palavra que me pediste há pouco não é *insecte*, como tu dizias, é *hanneton*.

A simplicidade, a modéstia, a alta distinção destas meninas levou-me a interrogar seu pai acerca de algumas circunstâncias que me haviam impressionado na educação holandesa.

Notara por exemplo, que todos os meninos desde os dez anos fumam na rua como os homens, chupando grandes charutos com a gravidade mais cómica. Notara também que todas as meninas de Amsterdão — todas sem excepção — andam sós ao ir e ao vir da escola; e tive ocasião de observar alguns dos inconvenientes adstritos a este costume. O gaiato de Amsterdão, pelo qual há nos hábitos e na tradição uma complacência que os holandeses folgam de citar como um dos testemunhos do seu respeito pela igualdade das condições e pelas regalias do povo, é o mais terrível gaiato de todo o mundo. O pior *gavroche* de Paris é um querubim de procissão de aldeia comparado com qualquer destes jovens plebeus do Dam, onde as portas do palácio real lhes estão constantemente abertas e em cujo peristilo jogam as balas, a rolha e o eixo com a mesma familiaridade com que fariam nas suas casas. Há festas públicas em que eles têm um lugar de honra como expressão simbólica da independência popular. Se o

mordomo-mor da casa real se lembrasse um dia de lhes proibir o usufruto do vestibulo e das antecâmaras do palácio do Dam, haveria uma revolução na cidade. Eu mesmo segui um dia em Kalverstraat, desde o principio até ao fim da rua, um rapaz que sucessivamente foi pondo a mão na cara de todas as senhoras por quem passava.

Perguntei, pois, ao Sr. W. se as suas filhas iam também só para a escola e se o filho fumava.

Ao primeiro destes quesitos ele respondeu:

— Perfeitamente. As minhas filhas não constituem singularidade em coisa alguma, e andam só como todas as outras. É um velho uso tradicional, fora de discussão, é uma conquista de igualdade feita pelo povo sobre as demais classes sociais. Todo o habitante de Amsterdão se julga obrigado a dar aos seus concidadãos essa prova de confiança na probidade nacional, no respeito de todos pela inviolabilidade pessoal de cada um. Se algum pai, por temor do que pudesse succeder na rua à sua filha, procurasse salvaguardá-la de uma offensa do público por meio da companhia de um criado, a cidade inteira se julgaria ultrajada, e o indivíduo que tal fizesse seria unanimemente considerado réu de um atentado imperdoável, de desconfiança infamante, contra o pundonor nacional, contra a dignidade pública.

— Muito bem — repliquei eu —, somente, como os gaia-tos de Amsterdão abusam dessa confiança depositada no público, creio que à autoridade cumpriria velar pela integridade desse depósito sagrado, convindo talvez estabelecer uma política de *protecção às crianças*, assim como há em Nova Iorque uma policia de *protecção às senhoras*, punindo os que lhes faltam ao respeito como se punem os que degradam os monumentos públicos.

— Notou então que eles nos faltem ao respeito? — perguntou-me o Sr. W. com os olhos arregalados de surpresa.

E, como eu contasse o caso observado por mim em Kalverstraat, ele, restabelecido do seu espanto:

— Ah! sim... Nós outros a isso não chamamos *falta de respeito*, chamamos *má-criação*. Ora compreende quanto seria tumultuário submeter às atribuições da policia os factos da educação! De resto — como terá tido occasião de ver — o público policia-se geralmente a si mesmo em toda a Holanda e todas as nossas tendências com relação aos poderes

policiais são para os reduzir, de modo algum para os ampliar.

À segunda pergunta respondeu:

— Todos nós fumamos com o mais absurdo excesso. Não pegámos ainda este vício às nossas mulheres — nenhuma holandesa fuma nem mesmo às escondidas, como fazem algumas senhoras em França, em Espanha, na Itália e mesmo na Inglaterra —, mas pegamo-los aos nossos filhos. Várias razões contribuem para este abuso: a extraordinária barateza do tabaco, a humidade do clima, a ociosidade contemplativa das viagens por água, a tradição flamenga do cachimbo como símbolo da hospitalidade e do descanso doméstico... Fumamos todos em contravenção das leis expressas da higiene e da medicina. Deste modo abdicamos todo o direito de proibir os nossos filhos de fazerem aquilo que nós todos fazemos. Neste ponto todo o nosso poder espiritual cessou. Resta-nos a tirania do poder absoluto e despótico: *Se fumas, castigo-te*. Mas as prescrições desta natureza não servem senão para criar transgressores, para animar à falsidade e à hipocrisia. Impedidos de fumar na rua e diante de gente, é provável que os rapazes fumassem às ocultas. Nesta contingência é preferível que eles tomem o vício do tabaco a que tomem o da mentira. O meu filho, porém, não fuma. Tenho a certeza disso, porque na ocasião de partir para a Alemanha, na *gare*, depois de nos termos despedido, ele, chamando-me à portinhola do seu compartimento, disse-me: — Dou-te a minha palavra de honra que não torno a fumar senão quando voltar para casa.

Copio textualmente do meu livro de lembranças estas notas apontadas com o maior escrúpulo de fidelidade no caminho-de-ferro, ao sair de Arnhem, e tenho a certeza de não atribuir ao Sr. W. que *reviewi* — ele mo perdoe! — como a avidez americana do mais indiscreto repórter, uma só palavra que ele não houvesse proferido ao retratar-se a si mesmo pelas suas opiniões e pelas suas ideias.

Enquanto na doce hospitalidade desta família eu exercia o meu duro e materializante ofício de analista, da parte deles que simples bondade! que desafectado e instintivo carinho!

Para distinguir a parte de egoísmo e a parte de afeição de que se forma um obséquio, notou um crítico, pessimista mas sagaz, que a maior parte dos indivíduos que gastam uma

libra para nos dar um jantar não despenderiam um vintém, logo que lhes saímos a porta, para que esse jantar não nos produza uma indigestão. A família W. colocou-se para mim ao abrigo de tal hipótese. Na ocasião em que me despediam, no alto da escada por que se desce ao jardim, *Madame W.* notou que eu estava pouco agasalhado para viajar de noite, e uma das suas filhas, indo a correr buscar um *plaid*, veio trazê-lo à carruagem em que o seu hóspede de algumas horas, e vindo de tão longe, partia para não voltar.

Era ao cair da tarde, em fins de Setembro, quando o tão breve Estio dos climas do Norte principia a empalidecer na melancolia outonal. Por entre os espessos arvoredos chilreados de pássaros o meu trem roda surdamente e suavemente, como nas ruas areadas de um jardim. Ao longo das umbrosas avenidas de Arnhem, clareando de espaço a espaço em ridentes entradas de casas de campo afofadas em flores como aquela que eu deixei, apenas de quando em quando me encontro com um largo *landau* passeando lentamente uma família, a pé um grupo de crianças bem vestidas acompanhadas da sua alta governanta de chapéu de palha e véu verde, e algumas meninas que voltam da mata com os seus cestos de trabalho cheios de fetos e de flores do campo azuis e amarelas.

Nem o mais leve indício da pompa espectacular e do luxo ruidoso que de ordinário denuncia os lugares habitados pelos enriquecidos de fresco.

Nenhum também desses característicos e contristantes magotes de negociantes aposentados e nostálgicos que, por não terem mais que fazer depois de terem amontoado e consolidado as suas fortunas, precisam ainda de se reunir, como na Bolsa, para continuar a falar dos preços correntes, das cotações dos fundos e das fortunas dos outros.

Pelos aspectos exteriores da existência dos seus habitantes, em grande parte nababos riquíssimos, provenientes dos balcões de Roterdão, de Amsterdão, de Java, de Samatra ou de Bornéu, Arnhem parece antes um recolhimento aristocrático de homens de corte ou de homens de ciência, como se encontram em Jerusalém, no Monte Cassino, ou durante o Inverno, longe do bulício das grandes cidades e da intriga das cidades pequenas, como hóspedes, desconhecidos, indiferentes uns aos outros, retemperando-se, descansando ou con-

valescendo, nas tranquilas estações de estrangeiros, nos tépidos jardins soalheiros do litoral mediterrâneo — em Cannes, em Nice, em Mônaco ou em San Remo.

Sou obrigado a citar factos. Não me julgo competente para emitir opiniões, tanto mais quanto os factos observados por mim estão em contradição com a maioria dos juízes feitos.

Diz-se geralmente que o holandês é egoísta, desconfiado, incomunicável, emparedado na sua casa e no seu interesse, rotineiro, insolente e avaro. O viajante inglês William Temple procurou resumir a impressão geral da Holanda sobre o espírito dos estrangeiros, na seguinte frase:

«A Holanda é um país em que o carácter nacional inspira mais respeito do que afeição.»

Eu, dois dias depois de ter chegado à Holanda, perdi-me nas ruas de Amsterdão. Não tendo comigo uma carta topográfica, e não descobrindo nenhum dos pontos de relação que conhecia para me orientar, escrevi a lápis na minha carteira o nome da rua a que me dirigia e interroguei, mostrando esse nome, a primeira pessoa que encontrei. Era uma velha mulher do povo, de sessenta a setenta anos, alta, seca, de enormes tamancos, grande touca branca e avental, um xalinho de três pontas, de malha de lã cor de pinhão, encruzado no peito, longos braços magros e nus, levando uma criança pela mão. À minha pergunta a sua fisionomia enrugada, austera, carrancuda, iluminou-se repentinamente de bondade; a sua grande boca desdentada espiritualizou-se num sorriso; e os seus olhos azuis, fitando-me, eram de uma transparência profunda até à alma. Fez-me um discurso, de que naturalmente não entendi nada, mas deduzi dos seus gestos que era para direita e não para a esquerda que devia tomar, e isso me bastava. Ela entrou numa ponte; eu tomei a direcção oposta e penetrei na primeira rua à esquerda; mas a trinta ou quarenta passos, um ruído de tamancos atrás de mim, e uma mão que me segura pelo ombro. É a grande velha magra, que tendo-me visto entrar na primeira rua em vez de entrar na segunda, pegou no seu pequeno ao colo para poder correr mais depressa atrás de mim, e vem dar-me novas explicações. Temendo, porém, que eu não a entenda melhor agora que da primeira vez, pega-me por uma mão, dá a outra mão ao pequeno, e, caminhando assim todos três, leva-me triunfante até à embocadura da rua que eu deveria se-

guir. Abri a minha bolsa e ofereci-lhe dinheiro. Não quis. Esperei então à esquina da rua que ela se fosse embora. Vi-a seguir o canal, atravessar a ponte em que ia entrar quando eu a interroguei, e da outra banda, voltando-se para trás, olhar para mim e dizer-me adeus com a mão.

A figura desta mulher ficou-me de memória. Enquanto a não esquecer eu blasfemaria se concordasse com William Temple em que o carácter do povo a que esta mulher pertence se nos não impõe, primeiro que tudo, pela simpatia.

Durante o mês de Setembro habitei, alugado numa casa particular, um quarto devoluto por um estudante em férias. Na agência em que tratei este negócio disseram-me que não havia crianças no prédio.

Ao segundo dia eu havia, porém, descoberto que os donos da casa tinham três filhas, de três a seis anos de idade, e que de manhã cedo havia todo um drama doméstico para as mandar para o *Jardim da Infância*, sem que elas me acordassem com a sua bulha. Nem o marido nem a mulher compreendiam as línguas que eu conheço. De que modo fazer-lhes constar que gosto de crianças, e que as suas risadas matinais me fazem acordar de bom humor e levantar-me contente?... Tomei o seguinte expediente: comprei três bonecas graduadas em tamanho pelas idades das três meninas, e ao recolher-me à noite, com uma chave da porta que me tinham dado, estando toda a família a dormir, fui em bicos de pés pôr no corredor, à porta do quarto que supus ser das crianças, as três bonecas, acompanhadas do meu bilhete-de-visita, com estas palavras em holandês — *Da parte do hóspede.*

No dia seguinte, por volta do meio-dia, *truz-truz-truz* à porta do meu quarto. Eram as três meninas, vestidas de novo, lavadas de fresco, com os seus cabelos loiros, anelados, cheirando a sol, penteados para cima dos olhos verdes enormes. Acompanhava-as a mãe, uma trombuda antipática, que fechava a porta do fundo do corredor à chave sempre que me sentia os pés no tapete. Achava-se transfigurada: trazia-me de presente uma chávena de café precioso, e era tão linda quanto o pode parecer uma mulher honesta.

Acocorei-me no chão para cumprimentar as meninas, que a uma por uma me abraçaram pelo pescoço. Em seguida pus-me em pé, e na minha qualidade de pai-avô dei-lhes a minha bênção — coisa que não tenho fé que lhes preste mas

que, em todo o caso, se não faz bem também não faz mal nenhum — e, lembrando-me que há um latim que toda a gente sabe, disse-lhes:

— *In nomine patris...*

A senhora, entregando-me a taça do café e entreabrindo os seus belos dentes cor de jaspe, respondeu-me:

— *Amen!*

Foram estas as primeiras e também as últimas palavras que entre nós se trocaram; creio, porém, que ficámos uns para os outros bons *amigos* — não *respeitadores*, como diz Mr. Temple, amigos, que é mais. E isto apesar de um bem desagradável incidente que de uma vez interveio nas nossas relações.

Mediante contrato ao mês, faziam-me os patrões servir em cada manhã um almoço constante de uma fatia de salmão fumado ou de carne fria, dois ovos quentes e um bule de chá. Os ovos eram sempre frescos, o salmão ou a vitela escrupulosamente escolhidos, e o chá — como em toda a Holanda — incomparável. Somente, como açúcar, três únicas pedras numa bandeja de prata — o indispensável apenas para temperar uma xícara, quando o bule era de seis. Não querendo queixar-me, porque, perante a pequena soma que eu pagava, as mesmas três pedras me pareciam já uma ruína para os meus hospedeiros, comprei eu mesmo numa mercearia um quilo de pedras de açúcar num saco de papel, e escondi este corpo de delito da minha gulodice numa prateleira do armário, no meio das minhas camisas. À hora do almoço, depois de me porem a bandeja na mesa redonda no vão de uma das janelas, fechava-me por dentro, ia às camisas e temperava-me de açúcar à rédea solta, numa verdadeira bacanal, entre mim e a chaleira.

Uma noite, ao recolher-me, acendendo com um fósforo um dos candelabros da chaminé, que hei-de eu ver?... O saco do açúcar! o saco do açúcar já em menos de meio, e que eu me esquecera de esconder, como de costume, nessa manhã!

No dia seguinte ao levantar o guardanapo que cobria o tabuleiro do almoço, tive o pressentimento de que ia ver alguma coisa terrível. Efectivamente, a pequena bandeja de prata do costume havia sido substituída por uma bandeja maior, do tamanho de um prato, e dentro dela, em vez de três pedras de açúcar, cinco!

Imagine-se que embaçadela para mim!

Económico, o holandês é-o com efeito. É-o como nenhum outro povo, porque em nenhuma outra parte o carácter do habitante adere tão estreitamente como aqui à natureza do solo, e em nenhuma outra parte a simples manutenção da terra ocupada custa milhões por ano como neste país alagadiço, coberto das mais dispendiosas obras de engenharia.

A casa é excepcionalmente cara como a terra. Em Amsterdão, por exemplo, o trabalho das estacas que servem de alicerces faz com que cada prédio custe tão caro da soleira da porta para baixo como da ponta do telhado até à soleira da porta.

Tudo isto obriga particularmente e irremissivelmente a ser previdente e a ser poupado, fazendo da economia não só uma virtude doméstica mas uma necessidade nacional.

Ninguém despende um soldo mal gasto. Ninguém dissipa.

A ordem económica do *ménage* é de um rigor inexcédível. A dona da casa não abandona um momento o molho das suas chaves. Ela mesma, na presença das suas visitas, abre o armário do aparador na sala de jantar, tira o chá para o bule, o açúcar e a caixa dos biscoitos de Deventer, e depois da sobremesa torna a fechar a compota, o vinho que sobrou, e ela própria lava a sua porcelana antiga do Japão e os seus cristais da Boémia.

Os criados não têm nunca acesso na despensa ou na adega, e tudo se lhes fornece por conta, as próprias batatas, o pão de cada dia, que recebem em ração, num monte de fatias entremeadas de queijo, de pão negro e de pão branco.

Em nenhuma outra parte tem sido estudada como aqui a questão das pequenas perdas acumuladas por ininteligência ou por desleixo nas grandes indústrias, dando em resultado elevar o preço do produto, prejudicando as empresas e o público, sem dar proveito algum aos operários. Foi aqui que o porteiro de uma ourivesaria — notando que todas as precauções tomadas na oficina não poderiam talvez obstar a que uma porção de limalha, trazida no vestido ou no calçado dos operários, viesse cair na escada — começou a queimar sistematicamente as varreduras de cada dia, juntando por tal sistema uma bela barra de prata e uma barra de ouro.

O estudo deste grave assunto, do qual frequentemente depende que na prática da mesma indústria uns prosperem e

outros se arruinam, deu assunto a um interessante livro escrito pelo Sr. Van Marken, director de uma destilaria holandesa.

*Manifestações características da índole nacional — A economia —  
O sentimento democrático — O espírito rotineiro — A teimosia —  
O culto da tradição — O respeito do trabalho.*

Notando a influência do factor-trabalho sobre a quantidade e a qualidade dos produtos obtidos pela unidade de peso das matérias-primas, o Sr. Van Marken resolve o problema oferecendo aos seus operários uma percentagem, distribuída semanalmente a cada um, pelo rendimento em leve-dura e em álcool superior à produção média anteriormente obtida sobre igual quantidade de matérias-primas.

O resultado desta medida, sobre os cuidados empregados na economia da fábrica pelos operários, até aí indiferentes ao lucro do patrão, foi que, quatro anos depois, a percentagem aludida dava aos operários um lucro de não menos de trinta por cem sobre o salário de cada um, e correspondia a um lucro análogo para o capital empregado no fabrico.

Neste mesmo livro o Sr. Van Marken expõe as razões que o levaram a estabelecer a caixa de socorros e o montepio dos seus empregados, não sobre uma dedução feita nos salários mas sobre uma percentagem imposta aos juros do capital empregado. «Aquele que deseja permanecer ao meu serviço não deve ser para isso influído pela consideração de que a sua partida lhe faria perder o fruto do tempo consumido na minha casa. Pela minha parte não quero tão-pouco ser coarc-tado na liberdade que me assiste de despedir quem quer que seja pela consideração de que devo apiedar-me de um traba-lhador que por esse modo se veria privado da segurança do futuro, que se lhe achava garantido pelos anos de serviço até esse mesmo momento decorridos. No meu projecto de reg-ularmento a independência é completa, já para o operário, já para o patrão.»

O caso do Sr. Van Marken dá a medida perfeita do espíri-to económico da Holanda aplicado à indústria.

Extremamente perspicaz, reflectido, perseverante no es-tudo e na resolução de todos os problemas de economia do-méstica e de economia pública, o holandês é da mais singular indiferença para com as formas políticas.

Tendo solidamente implantadas e indestrutivelmente defendidas as suas autonomias e as suas liberdades municipais, não presta mais que uma leve atenção superficial, de quarta ordem, à entidade chamada *governo*. Pelo facto de não lhe pedir senão muito pouca coisa, ele confere ao Estado o direito pleno de não lhe dar quase nada.

A política interior, cujo interesse e cuja função predominante é o regime das águas, está, por esse mesmo facto, nas mãos de profissionais, e constitui, para assim dizer, uma corporação técnica presidindo em nome da nação aos interesses do povo.

O poder do governo, perfeitamente delimitado nas suas devidas barreiras, toma por esta forma um carácter espiritual, como o de um médico que o doente escolhe mas com quem não discute. Desde que não confia nele manda-o embora e chama outro.

Discursadores não há. Não há diletantismo político. E como também não há interesses de classe dependentes do favor e do alvedrio do Estado, não existe a intriga como elemento das instituições. Ninguém deseja ser titular.

Cada um é o que é, definitivamente, e para todo o sempre. Os indivíduos, de qualquer classe que sejam, aspiram, como é natural, a mudar de graduação mas não de categoria.

O negociante mais rico tem uma quinta maior e um maior palácio, um maior iate, mais flores nas estufas, mais quadros na parede, mais cavalos na cavalaria, mais veludos no salão; mas não deixa por isso de continuar a estar matriculado na praça, a ir ao escritório, a sentar-se à carteira e a ter por única insígnia de classe, de quando em quando pelo menos, dentro dos seus armazéns, uma pena atrás da orelha.

O rendeiro mais hábil ou mais feliz no amanhã da fazenda compra um cronómetro de platina por 500\$000 ou 600\$000 réis para a algibeira do seu colete, compra uma tiara de brilhantes para a cabeça de sua mulher ou da sua filha, recheia bem recheada a adega, oferece Champanhe, oferece Romanée-Conti ou oferece Johanisberg (a escolher) ao senhor do solo quando este o visita; mas não cessa por isso de ir em cada manhã e em cada tarde, de tamancos, mungir, ou ver mungir, os trinta e cinco litros de leite correspondentes às tetas de cada uma das suas vacas.

Quando a algum cidadão se pergunta se é monárquico ou

republicano, ele arregala os olhos, espantado, como quem ouve essa pergunta pela primeira vez na sua vida, e não encontra resposta pronta que dar, porque nunca se consultou a si mesmo sobre essa matéria.

A verdade é que ele é conservador, é republicano no fundo, porque a Holanda nunca foi na sua administração e na sua política interior senão uma verdadeira república, e todo o holandês é harmonicamente o que é a Holanda.

Entre as próprias classes operárias o moderno movimento socialista, comunicado da França ou da Alemanha e habilmente dirigido na Holanda, segundo me dizem, pelo Sr. Domela Nieuwenhius, não consegue excitar paixões de carácter político. A Sr.<sup>a</sup> Luísa Michel passou entre a mais completa indiferença pública na sua recente viagem revolucionária de *meeting* em *meeting*, através da Neerlândia. Como sistema de economia pública creio que em nenhuma outra parte o socialismo entrara tão depressa como aqui na compreensão geral. O regime das águas é o fenómeno mais próprio para exemplificar esse sistema.

Em nenhum outro país está mais difundido o sistema de associação. Todos os trabalhadores holandeses se acham associados; mas estas corporações operárias têm fins técnicos ou fins de assistência mútua, e não fins políticos. Todas as greves feitas até hoje se têm resolvido rapidamente e pacificamente.

A aristocracia de sangue, a antiga nobreza de espada, não tem preponderância nem exerce influência alguma na opinião ou no espírito do país. Consta de um pequeno número de famílias agrupadas em torno do tradicional prestígio nos Nassaus, e contenta-se em não ter feito falar de si desde que morreu no seu quarto de rapaz na Rua Auber de Paris o malogrado príncipe herdeiro, o simpático *Citron*, que preferiu o *boulevard*, de que morreu, ao trono de seus antepassados.

Em vida do príncipe primogénito alguns jovens fidalgos seus companheiros eram vistos algumas vezes fora de horas nas ruas da Haia, que não raramente amotinavam com patuscadas nocturnas.

O herdeiro sobrevivente, o príncipe Alexandre, uma espécie de Hamlet, cismador, doente, odiava as mulheres, os prazeres ruidosos, as convivências mundanas; vivia só, sobre os seus livros e as suas revistas, estirado num *fauteuil*, as pernas

envoltas num *plaid*, fechado num quarto, rodeado de papagaios e de catatuas.

Desgregados uns dos outros por falta de um centro de conexão heráldica, depois da morte do príncipe primogénito e do recolhimento definitivo do rei na intimidade conjugal em seguida às suas segundas núpcias com a rainha Ema, os jovens fidalgos desapareceram quase inteiramente da convivência e das vistas do público.

Um sintoma característico do sentimento de igualdade social é o aspecto geral do povo nas grandes reuniões em que ele concorre com as demais classes vulgarmente chamadas superiores.

Estive um dia no palácio da exposição em Amsterdão enquanto o rei, a rainha e algumas pessoas da corte, em companhia do burgomestre da cidade, do comissário da exposição holandesa e de alguns comissários estrangeiros, visitavam as galerias. Ao longo de toda a grande nave central, nos sofás circulares de flácidas molas cobertos de magnífico veludo de Utreque e abrigados como debaixo de um guarda-sol pela ramagem de soberbas plantas tropicais plantadas em longos vasos de bronze japonês, trabalhadores dos campos circunvizinhos, operários das fábricas amsterdamenses, marinheiros em folga — todos em *toilette* de gala, casaco preto, lenço de seda preta ao pescoço, chapéu alto, argola de oiro na orelha — repousavam lanchando descerimoniosamente em família com as suas mulheres. Circulavam entre os mais abastados as sanduíches e as garrafas de cerveja, entre os mais pobres o pão simples e uma garrafa de água trazida de casa na algibeira ou num saco. Toda esta gente, apoderada dos melhores lugares, era completa e absolutamente indiferente ao aspecto hierárquico das pessoas que transitavam em torno. Nem os esbeltos oficiais belgas e alemães, em grande uniforme de parada, fazendo tilintar marcialmente os sabres por cima dos tapetes; nem as lindas *touristes* da Inglaterra e dos Estados Unidos, nas deliciosas *toilettes* com que vinham de descer o Reno em viagem de prazer; nem os veneráveis representantes da Germânia douta, de óculos de oiro, narizes abatatados e vermelhos, cabelos até aos ombros e colarinhos suados de verde; nem os grandes da corte; nem a rainha, vestida de branco, um pouco *boulotte*, risonha, afável; nem o soberano, alto, robusto, marcial, trazendo desempenadamente o peso

dos seus setenta anos, desbarretando-se automaticamente para a direita e para a esquerda, conseguiam demover do seu invejável sossego a gente feliz que desfrutava nos divãs da hospitalidade internacional o seu dia de repouso e o seu meio florim de entrada.

Os bons homens, sadios, gordos, bem sentados em cheio, de cabeça alta, as pernas abertas, olhavam consoladamente, de bocas cheias, mascando. Dois jovens frisões, um rapaz e uma rapariga, vinte anos cada um, noivavam ali mesmo, completamente abstraídos de tudo o mais, os dedos entrelaçados, os olhos fitos de um no outro, imóveis, comovidos, magnetizados de ternura. Gordas mães de família, mansas, com as mãos cruzadas sobre os estômagos, digeriam com beatitude. Velhas avós acarinhavam o seu pequeno neto, faziam-lhe a honra da festa, descalçando-lhe as botas, esticando-lhe as meias, tornando a atacar-lhe as botas, dando-lhe de um embrulho fatias de pão com manteiga.

E tudo isto se fazia sem o mínimo intuito de faltar ao respeito ou à consideração que os outros merecem, mas por mera convicção ingénua, amável mesmo, de que o meio florim deles é garantidamente tão bom como o de qualquer outro, e que até Sua Majestade El-Rei tomaria por desfeita que, só por o verem, eles deitassem a fugir de um bom sofá que ali puseram para eles se sentarem, e em que se acham bem.

À noite tornei a ver estes mesmos sujeitos, ou outros iguais, nos *promenoirs* do Éden Tetro, nos cafés-concertos, ou a ceiar no jardim de Kranapolsky; e em todos estes sítios, tão indiferentes à outra gente e tão contentes de si mesmos como se achassem *nas suas próprias casas*, como entre nós se diz; porque para nós os ricos teatros e os cafés de luxo são unicamente *as casas dos outros*.

Metam o dinheiro que quiserem na algibeira de um lavrador minhoto, e ponham-no em Lisboa com obrigação de o gastar, a ver se assim mesmo ele se atreve a tomar uma cadeira em S. Carlos para ouvir a ópera, ou a entrar no Hotel Bragança para jantar por 1\$200 réis à mesa redonda!

No Bignon de Amsterdão, onde os preços regulam pelo dobro dos do Café Anglais ou da Maison Dorée em Paris, um boieiro ou um criador de cavalos da Norte Holanda ou da Frisa entra desafogadamente com as suas calças de veludo, com o seu boné na cabeça, o seu cabo de açoite debaixo de

um braço, a sua mulher pelo outro, senta-se no meio dos embaixadores que lá estiverem a jantar, bate com o látego na mesa tão desenganadamente como um dos seus confrades do Ribatejo bate no lombo de um macho, chama um criado e faz-se servir um jantar para ele e para a sua família exactamente igual ao dos representantes das grandes potências abancadas em redor.

*A contra-prova da análise pela crítica nacional dos costumes — A obra do escritor Dowes Dekker — Last & Companhia — Compreensão burguesa do amor, da poesia, do romance, da literatura dramática — O snob da Holanda e o snob português.*

Um único exemplo da firmeza de opinião e da teimosia nacional:

Uma noite, à hora de principiarem os espectáculos, encheu-se de passageiros um ónibus da carreira do Dam para o teatro do Parque. Os homens com os seus binóculos, as senhoras nos seus agasalhos, esperavam que a carruagem largasse, quando o condutor à portinhola previne os senhores passageiros de que a companhia resolvera aumentar dez cêntimos de florim o preço da corrida da noite. Um passageiro toma a palavra em nome do público, e pergunta como e quando fez a empresa conhecer essa nova disposição. O condutor responde que a empresa não fizera ainda publicar anúncio, mas que por tal motivo ele prevenia de antemão os senhores passageiros para que houvessem de se apeiar aqueles que não aceitassem o novo preço. O que falava em nome do público replicou que, não tendo tido publicidade solene a resolução tomada pela empresa, o público tinha o direito de não se apeiar e de ser conduzido pelos preços estabelecidos. O condutor observou que em tais condições não partia. O público insistiu em que não retirava. E, sem mais discussão alguma de parte a parte, ficou o ónibus parado na praça do Dam com os passageiros dentro, a portinhola aberta, o condutor à espera. Às dez horas da noite o cocheiro desengatou os cavalos e foi com eles para casa. Às dez e meia o público apeou-se e foi-se deitar.

Ninguém tinha ido ao teatro, mas também ninguém se tinha deixado torcer. Os passageiros perdiam uma noite de espectáculo, mas a empresa do ónibus, perdendo igualmente

uma noite de lucros, aprendia à sua custa a ser correcta nas suas relações com os habitantes de Amsterdão.

Nas grandes ocasiões o holandês perde a vida com a mesma firmeza e com a mesma simplicidade com que perdeu o espectáculo dessa noite. Nesses casos a teima toma o carácter de heroísmo e para ter exemplos dessa fria coragem é escusado recuar até às guerras memoráveis do século xvi e do século xvii. A pureza da raça é ainda hoje a mesma, porque a bravura holandesa exerce-se em cada dia na escola permanente da luta com o mar. Ainda em 1835, num reconcontro com a esquadra belga, o jovem oficial Van Speik, comandante de um pequeno navio, intimado a render-se, respondeu *não*: e, para manter ileso a sua palavra e impoluto o seu pavilhão, deitou fogo ao paiol e foi com a embarcação pelos ares.

Rotineiro é também o holandês — rotineiro das suas tradições, dos seus costumes, dos seus princípios; e essa é a grande base da sua força coesiva como nação e da sua originalidade como povo.

Aos domingos de tarde em Amsterdão e em Roterdão encontram-se a passear em Vondelspark ou em Diegaarde velhos burgueses que usam ainda hoje as suas gravatas, os seus coletes e as suas sobrecasacas de 1830 ou de 1840, de pano cor de pinhão, semelhante ao nosso antigo *pano de varas*, com altas golas de veludo até à nuca.

Grande número de ricos banqueiros vestem-se invariavelmente de preto, usam suíças em forma de costeletas, sem bigode, e, quando vão com as suas famílias ao campo, mandam um caixeiro esperá-los com um chapéu de palha fora da cidade, a fim de não serem vistos sem chapéu alto dentro de um certo raio do centro do comércio, na zona da Bolsa.

Outros, porém, em idênticas condições de riqueza e de respeitabilidade, vestem-se ligeiramente e à moda, trazem bigode, usam fatos completos de quadrados escoceses, ou cor de mostarda, e vão à Bolsa de chapéu de coco e gravata encarnada.

Por coisa nenhuma do mundo o burguês de bigode se vestiria de preto e poria o chapéu tubo do burguês de suíças; por coisa nenhuma o burguês de suíças consentiria em pôr ao pescoço uma gravata semelhante à do burguês de bigode.

Ouvi a alguns deles a explicação disto. É que a maneira de

se vestir, de usar a barba, de pentear o cabelo, de empunhar a bengala, ou de sobraçar o chapéu-de-chuva constitui para cada indivíduo uma parte integrante da sua expressão de carácter, e entre holandeses atenuar a individualidade por fraqueza perante a corrente da opinião dos outros, ceder um ápice da integridade das ideias, das convicções, dos princípios — ainda quando isto se não manifeste senão do modo mais ténue, na aparência mais superficial, pelo nó da gravata ou pela cor das luvas —, essa oscilação de inteireza, esse vago indício de pusilanimidade considera-se um descrédito e uma desonra.

Por tal motivo, há na Holanda uma quantidade de «caturras» como não se encontra em nenhuma outra parte. Ora o «caturra» é no organismo social o músculo de mais energia e de mais resistência. O que nós chamamos um «caturra» é o homem que tem uma convicção firme e inabalável, olhado através do critério daqueles que não têm convicção nenhuma.

Nos Nimega o sino grande da torre de vigia tange ainda todas as noites como no século IX a hora de *tapar o lume*. A esse dobre compassado e lento chamam os habitantes a *oração de Carlos Magno*. Há poucos anos um novo burgomestre de espírito reformador mandou por sua conta suprimir essa velharia. À hora do costume os de Nimega, não ouvindo o toque do sino, alvoroçaram-se: abriram-se as janelas, abriram-se as portas, os moradores saíram sobressaltados à rua, o burgomestre foi constrangido a retirar a ordem que dera; e o sino da torre da cidade continua, como há perto de mil anos, a bater no silêncio da noite a hora da *reza de Carlos Magno*.

No dia 30 de Outubro, aniversário da vitória de Leida, em quase todas as cidades holandesas os habitantes distribuem, a quem quer aceitar, uma sopa de legumes, *hustpot*, igual à contida na marmita que um rapazinho de Leida trouxe do acampamento espanhol como prova de estar abandonado o assédio.

Em Haarlem, quando uma habitante dá à luz uma criança, existe ainda em algumas casas o costume de lhe pendurar à porta uma roseta de rendas, cor-de-rosa se o recém-nascido é um rapaz, cor-de-rosa e branca se é uma rapariga. E não há muitos anos ainda que este gracioso símbolo tornava o prédio inteiramente inviolável, mesmo à acção da justiça e da lei. Nem o burgomestre nem o juiz tinham o direito

de bater, sob qualquer pretexto que fosse, a esta porta sagrada. Nem a letra vencida nem a conta para pagar, nem espécie alguma de dívida autorizavam o credor a perturbar durante o espaço de oito dias o asilo daquela que dera à Holanda mais um cidadão. Estes privilégios desapareceram da lei, mas mantêm-se ainda praticamente nos usos gerais.

No tempo em que florescia em Leida com o seu maior esplendor a rica indústria dos coiros, hoje deslocada pela fabricação inglesa, um repique do sino da igreja chamava os moradores à feira dos coiros em cada dia. Presentemente o mercado acabou, mas o antigo repique continua a acordar alegremente a cidade às quatro horas da manhã.

Sob o governo feudal dos condes da Holanda, havia um dia do ano em que o povo de Haarlem tinha o direito de caçar livremente nas coutadas dos senhores. Esse aniversário continua a ser celebrado na cidade, cujos habitantes, em comemoração de tal facto, se banqueteam largamente, em certo dia, com um guisado de coelho e ervilhas.

A soberba e arrogância das classes enriquecidas nas cidades comerciais da Holanda é tão falada que se tornou proverbial como a da aristocracia bancária dos Estados Unidos.

E, todavia, em parte alguma do Mundo é tão simples e tão modesta como aqui a vida usual da gente rica.

Nunca vi uma senhora amsterdamense vestida de seda na rua. A *toilette* usual de uma mulher bem vestida nunca representa um valor superior a três ou quatro libras.

Todo o serviço doméstico é feito por mulheres. Não se vê uma libré, e os criados de casaca preta e gravata branca são os criados do público — os moços dos hotéis, dos restaurantes, dos cafés e dos clubes — raramente os de uma casa particular.

Nos *tramways*, que são concorridíssimos e cujo serviço se acha montado em Amsterdão com uma perfeição sem rival na Europa, o sentimento de igualdade das condições é manifesto. Cada passageiro que chega cumprimenta o condutor, cumprimenta o cocheiro, oferece-lhes charutos, palestra com eles.

Às esquinas das ruas há *ciceroni*, há intérpretes, há guias, que ganham ordinariamente um florim por hora de serviço, mas nada mais difícil do que encontrar um moço de fretes.

Cada um transporta consigo mesmo as suas compras em grandes embrulhos debaixo do braço.

De uma vez, tendo mandado fazer em Kalverstraat uma caixa de madeira de pinho nas dimensões de um metro quadrado para o fim de embalar um quadro, não pude encontrar um carrejão que ma transportasse até a casa, e, tendo pressa e não havendo estação de carruagens em Kalverstraat, levei eu mesmo a caixa suspensa no ombro por uma corda. Não fiz mais impressão na multidão levando este carreto do que se levasse unicamente o meu chapéu-de-sol.

A indiferença completa de aparato e de pompa exterior está nas raízes mesmas da sociedade holandesa.

Em 1608, quando os embaixadores espanhóis vieram a um dado ponto dos subúrbios da Haia para assinarem o célebre tratado de tréguas, viram desembarcar no canal alguns homens pobremente vestidos, que se sentaram em círculo na relva e almoçaram no chão, pão, presunto, queijo e cerveja, que traziam num alforge. Esses homens eram os deputados dos Estados holandeses, que vinham negociar com os embaixadores castelhanos a paz soberba que tinha de ser para toda a Espanha a certidão dessa queda profunda, da qual, ao cabo de perto de trezentos anos, a Península Ibérica não conseguiu ainda levantar-se.

No museu da Haia conserva-se o humilde vestuário que usava no cúmulo da grandeza e da glória e que tinha em si na ocasião em que o assassinaram Guilherme, o *Taciturno*: uma camisa de forte linho caseiro da Holanda, furada por duas balas, um calção de pano grosso, um justilho de pele de búfalo e um chapéu de feltro de grandes abas.

As casas do almirante Ruyter e do pensionário João de Witt existem ainda e são da mais expressiva modéstia.

Ruyter varria ele mesmo o quarto que habitava em Amsterdão e João de Witt não tinha senão um único criado.

A mulher de Rembrandt, a bela Sarkia van Uylenbourg, entendendo-se que usava jóias em demasia, foi advertida pelas autoridades competentes para que cessasse de escandalizar pelo seu luxo a gente honrada de Amsterdão.

Rembrandt, no tempo da sua maior prosperidade, quando habitava a casa que hoje tem os números 2 e 3 em Joden Breestraat, prédio que comprara e em que reunira a peso de ouro uma das mais belas colecções de arte que ainda exis-

tiram em poder de um particular, vivia ele próprio tão sobriamente como se nunca houvesse saído do moinho paterno, e ele mesmo conta que nunca almoçou mais que um arenque salgado, um pouco de queijo e um pedaço de pão.

Esta singeleza de hábitos, continuada na tradição, persiste ainda, como disse.

Na corte mesmo é desconhecido a fausto que em outros países se tem por indispensável ao prestígio da realeza.

Os dois príncipes filhos do actual soberano formaram-se ambos na Universidade de Leida, onde seguiram os cursos e fizeram os seus exames como outros quaisquer alunos. O príncipe Alexandre, recentemente falecido, era membro do clube dos estudantes, para onde ia fumar e beber cerveja todas as noites, e dava e aceitava jantares entre condiscípulos, como o melhor camarada.

A rainha passeia a pé nas alamedas públicas da Haia, e, quando está cansada, senta-se no primeiro banco que encontra, ao lado de qualquer outra mulher, e conversa com ela de igual para igual.

Esta lhaneza geral comunica-se aos próprios viajantes, pega-se aos estrangeiros.

Um rico *clubman*, de Londres ou de Paris, que levasse na Haia a mesma vida que passa no Boulevard ou em Pall Mall, produziria ainda hoje o mesmo escândalo e o mesmo desprezo com que outrora foi recebido o precioso e adorado conde de Leycester, enviado da rainha Elizabeth.

A imperatriz da Áustria, cuja elegância assombra Paris, vive em Amsterdão, no tempo que passa aqui todos os anos, como a mais obscura burguesa.

A rainha da Suécia, durante os meses que em dois anos sucessivos residiu em Amsterdão, tratando-se com o célebre Dr. Mezger, nem carruagem tinha, e tomava o *tramway* todas as manhãs para fazer as suas compras ou as suas visitas.

Existe — é certo — uma espécie de pragmática, uma etiqueta burguesa. Assim, por exemplo, um grande negociante de Amsterdão não se resignaria facilmente a habitar outro sítio que não seja o Heeren-Gracht (*canal dos senhores*). Este canal é o Faubourg Saint-Germain do patriciado comercial, e os seus habitantes preferirão ir para um hotel a ter casa noutra sítio. As senhoras deste bairro julgar-se-iam decaídas da consideração que devem a si mesmas se saíssem de casa

antes das duas horas da tarde, se fossem pessoalmente fazer compras ou ainda se as deixassem fazer pelas suas criadas. Há todo um exército de intermediários incumbido de levar regularmente todos os fornecimentos de copa, de cozinha, de guarda-roupa e de mobília ao domicílio dessas damas.

Mas estes factos são mais um resultado da rotina do que uma ostentação do orgulho. É a tirania do hábito, base de toda a vida holandesa, e graças à qual cada família é um baluarte em que todas as tradições se guardam e se defendem, em que as novas conquistas penetram difficilmente na prática, mas nunca mais se perdem.

É frequente nos bairros novos de Amsterdão o espectáculo da preparação das estacas sobre que assentam todas as edificações da cidade. Um operário monta como se estivesse a cavalo na extremidade de um dos longos mastros que têm de servir de suporte ao alicerce, e crava no pau, às marteladas, um prego de grande cabeça chata, junto desse prego martela outro, e em seguida outro — todos juntos, cerrados, sobrepostos cabeça com cabeça — e assim sucessivamente, até que toda a superfície da trave se ache por esse modo revestida por uma couraça de ferro inteiriça, compacta, sem uma só falha. A trave assim blindada é a estaca. As inovações e as reformas só aderem na Holanda pelo modo como adere a escama de ferro à estacaria: lentamente, pacientemente, sistematicamente, por contiguidade, por justaposição — e às marteladas.

Para ajuizar do carácter de um povo se é útil, é quase indispensável para um estrangeiro consultar a sua literatura satírica. A crítica nacional de uma sociedade é de ordinário o seu retrato mais parecido, feito por ela mesma em caricatura ao espelho. O grande humorista holandês chama-se Doves Dekker, mais conhecido pelo seu característico nome literário de *Multatuli*, e é um dos escritores mais imprevisos, mais inesperados, mais estranhamente originaes que eu tenho lido.

Um dos seus livros mais célebres tem por assunto a administração da Java, e intitula-se *Max Havelaar*.

É, exposta sob as aventuras do seu herói Max Havelaar, a autobiografia administrativa do autor, subprefeito em uma das regências do arquipélago javanês. É também a crítica das ideias e dos costumes burgueses da metrópole. É um quadro da vida europeia e da vida indígena da Índia neer-

landesa. É ainda um libelo terrível contra o governo holandês e contra a sua política colonial. É enfim, intermitentemente e cumulativamente, uma memória de direito público, um relatório oficial, uma farsa, um *dies irae*, um idílio, uma blasfémia, uma revolução, um romance e um monumento de arte.

Supõe-se que a história de Max Havelaar, contida nos papéis de um indivíduo conhecido por *o homem do xaile-manta*, caíra em poder de um comissário de café em Amsterdão, sócio da firma Last & Companhia, Canal dos Loureiros, n.º 37, e é pela narrativa deste personagem, representando a psicologia do burguês-tipo de Amsterdão, que principiara a obra. Vem depois o manuscrito do *homem do xaile-manta*, que o do Canal dos Loureiros entrecorta de notas, de comentários e de refutações. Mais adiante é o próprio Havelaar quem fala. Por fim toma directamente a palavra, contra toda a lógica da ficção até aí adoptada, o autor Multatuli. Tal é em resumo a disposição geral, intercadente, desordenada, revolta, do livro de Dowes Dekker. As páginas em que o negociante da razão social Last & Companhia fala de si, dos seus princípios, dos seus sentimentos, das suas ideias, são de um humorismo escarpelante, à mais crua maneira de Carlyle, de Henri Heine ou de Jules Valès. O *snob* de Amsterdão define-se a si próprio em quatro traços de uma concisão magistral. Eis algumas das suas mais características opiniões:

«O amor — dizem — é a beatitude! Arrebata-se o objecto amado — um objecto qualquer — e foge-se com ele para o fim do mundo. Toleima! Ninguém ousará afirmar que eu me dê mal com a minha esposa. É uma das filhas de Last & Companhia, comissários em cafés. Nunca houve que dizer à nossa união. Sou membro subscritor do jardim *Natura artis magistra* (a natureza é mestra da arte), minha mulher tem um xaile de cem florins, e nunca se pensou em minha casa em ir viver para o fim do mundo! Consumado o nosso consórcio, fizemos uma pequena excursão à Haia. Aí comprámos flanela, de que minha mulher confeccionou camisolas, que ainda hoje uso. O amor jamais nos levou para além da Haia. Sou por acaso menos feliz que os insensatos que entisicam ou calvam por amor!?

«Fazer versos é um ofício como qualquer outro, menos difícil todavia que o de tornear marfim, e a prova é que os

rebuçados com versos são muito mais baratos do que as bolas de bilhar.

«A poesia, por causa das rimas, impele a mocidade à mentira.

«Admito que versem, se gostam, mas que não mintam.

*Era meio-dia  
Ela morria*

«Para eles está muito bem, porque rima. Para mim é preciso que efectivamente ela morresse e que fosse em verdade meio-dia. No caso contrário exijo que se diga.

*Ela gozava perfeita saúde  
Era meio-dia*

ou ainda:

*Ela morria  
Eram onze horas e quarenta e cinco minutos da manhã.*

«Os romances não são mais do que amontoados de falsas declarações. Se, no meu ramo de comércio — sou comissário de cafés e moro no Canal dos Loureiros, n.º 37 — eu fizesse a um comitente uma declaração com a milésima parte das pegas que vêm em qualquer romance, o comitente suspenderia logo as suas relações connosco e dirigir-se-ia a Busselinck & Waterman. Busselinck & Waterman são igualmente comissários de café, mas é inútil saber-se onde eles moram.

«O teatro é outro foco de corrupção e de falsidades. O herói da peça cai ao mar, um homem que ia falir daí a dois dias salvou-o das ondas.

«O afogado dá metade da sua fortuna ao seu salvador. O público aplaude. É estúpido!

«Ainda o outro dia me caiu a mim o chapéu ao canal dos Príncipes, dei quatro soldos a um gaiato que mo foi buscar e ele desfez-se em agradecimentos. Se me tivesse ido buscar a mim mesmo dar-lhe-ia mais alguma coisa do que por ter ido buscar o chapéu, mas nunca metade da minha fortuna... Dessa maneira bastar-me-ia cair à água duas vezes para ficar completamente arruinado. Todo aquele a quem não convier salvar-me mais barato do que por metade do que eu tenho, que me deixe em paz e me não salve! Advirto que se me afogar ao domingo darei mais alguma coisa a quem me tirar

para fora, porque aos domingos ponho o grillhão no relógio e ando com o casaco novo.

«O trabalho de que se vai buscar exemplo às peças de teatro é curioso!

«Uma donzela cujo pai se arruinou por asneiras passa a vida a trabalhar numa mansarda. Contem os pontos que ela dá durante um acto inteiro! Suspira, vai à janela, passa a mão pela fronte, atirou com dois sedutores pelas escadas abaixo, e exclama a todo o momento: “Mãe! minha pobre mãe!” É a heroína da peça e representa a virtude. Mas precisaria de um ano para fazer um par de meias!

«A mentira fervilha em cada cena. Quando o herói se resolve a ir salvar a pátria e sai, majestático, pelo fundo, hão-de notar que há sempre ao fundo uma porta que se abre sem ninguém lhe bulir.

«Depois, como é que uma pessoa que fala em verso sabe o que a outra lhe vai responder para lhe preparar a rima? — *Senhoras, as portas fechadas... — Desembainhem as espadas!* — Perdão! se a princesa ao saber que se fecharam as portas resolvesse voltar noutra ocasião, ficava estropiada a rima. Não é então uma brincadeira de péssimo gosto pôr o general de olhos esbugalhados para a princesa a ver o que ela delibera depois de fechadas as portas, como se o general não soubesse perfeitamente, pelos ensaios, que ela não pode resolver outra coisa senão que *se desembainhem as espadas!?!...*

«Teimam também os autores em recompensar a virtude. Mas se a virtude fosse sempre recompensada, não havia melhor modo de vida neste mundo! Recompensar os virtuosos é afligi-los porque é tirar-lhes o merecimento. Lucas, que foi nosso caixeiro, portou-se sempre com honra e com zelo. Um dia demos-lhe trezentos florins a mais para um pagamento e ele restituiu-os. Presentemente deu-lhe a velhice e o reumatismo, não pode trabalhar, e está na miséria. É um virtuoso. Respeito-o. Mas não o recompenso. Se o recompensasse tirava-lhe a glória de ter virtude. Eu estou bem de meios, porque trabalhei para isso. Os meus lucros vêm-me do comércio. Sou também virtuoso, tanto como o Lucas, mas sou-o de graça. Não peço nada a ninguém por isso.

«De uma vez, em rapaz, andando no liceu, fui com os companheiros da aula de Grego à Quermesse de Amsterdão, e

parámos em frente da barraca de uma linda grega que vendia perfumes. Resolvemos tirar à sorte sobre qual de nós havia de entrar na barraca e dirigir-lhe em cumprimento os primeiros versos da *Iliada*: “Canta, ó deusa, a cólera, etc.”, terminando por lhe declarar, sempre em grego, que o Egipto é um dom do Nilo. Hesitei, porque ao lado da grega se achava um grego excessivamente barbudo, e eu não gosto de correr nem de arrostar com perigos inúteis. Sou pai de família, e tenho por doido todo aquele que voluntariamente se mete em trabalhos. Regozijo-me, pois que as minhas ideias acerca do perigo são ainda hoje precisamente as que tinha na infância! Mas um dos meus companheiros empurra-me. Caio em cima da grega. O descendente de Leónidas agarra-me pelas orelhas e ainda me estaria a desancar, se um dos meus companheiros, tendo entrado pelo fundo da barraca, não tivesse estendido no chão com um murro o feroz perfumista dos Dardanelos, natural de Paris. Disseram-me que o meu salvador levara mais tarde do refalsado grego a coça que ele me destinava. Não o juro, porém, porque não vi. Firme no propósito de nunca me meter nas questões dos outros, a primeira coisa que fiz desde que me achei solto foi retirar-me com a maior velocidade que pude dar às pernas, tirando do caso a lição moral que ele encerra e cujos benefícios reparti com meus filhos, proibindo-lhes expressamente de pararem nas quermesses em frente de barracas onde haja gregas.»

Vinte anos mais tarde esse antigo companheiro escreve-lhe uma carta referindo-lhe que está pobre e que deseja trabalhar, porque lhe faltam os meios de subsistir.

O do canal dos Loureiros exclama:

«Que um homem pobre diga que é pobre, compreendo e não lho levo a mal. É conveniente haver pobres, é mesmo uma necessidade para a sociedade que os haja. Contanto que não peçam esmola e que não apoquentem a gente, os pobres não fazem mal nenhum. Longe de mim opor-me a que existam pobres! Mas pedir um emprego pela razão de que se está na miséria, fazer da pobreza um reclamo para emprego é abusar de mais. *Dar comodidades à sua família!... educar os seus filhos!...* O sujeitinho acho que quer que a mulher tenha um camarote na Europa e que o filho vá estudar para Genebra! Que me dizem ao pobre, hem?»

Como se vê destes excertos cada frase é uma frecha que

silva, que relampeja no ar e bate certo no alvo, varando-o de lado a lado. As ironias tão profundamente mordentes de Doves Dekker têm o grande valor crítico de nos mostrar o reverso da medalha da civilização holandesa por meio da delicada operação literária que consiste em descoser a pele do burguês e em o virar com o de dentro para fora na ponta de um alfinete. Note-se como nos trechos citados cada um dos defeitos propostos corresponde à qualidade fundamental de que ele é a expressão burlesca! O que vemos por baixo das opiniões do sócio da firma Last & Companhia acerca do amor, da poesia, do romance, da literatura dramática, do desinteresse, do trabalho, da riqueza, da miséria, é a ausência completa do sentimentalismo e de literatismo; é o ódio rancoroso a todos os artifícios da fantasia e da retórica; é o culto fanático da simples verdade prática, estreita, monótona, terra-a-terra, definitiva; é a lógica cerrada da profissão, a equação da compra, da venda e do lucro, rigorosamente aplicada a todos os fenómenos do universo; é a consciência, o contentamento e o orgulho de classe afirmando-se com a força de um baluarte inexpugnável.

Peguem no tipo mais idealmente perfeito do mercador exemplar com todas as suas virtudes profissionais e domésticas, vejam-no através do temperamento sensível, delicado e nervoso de um tão fino artista como Doves Dekker, e terão Last & Companhia.

Quem não conhece agora a diferença entre as duas burguesias de Portugal e da Holanda?

Tomem o nosso mercador nacional, suponham-no submetido à acção dos mesmos reagentes por que passou o tipo do mercador holandês no livro de Multatuli, e examinem o precipitado.

O *snoob* lojista do Chiado ou da Rua do Ouro, banqueiro da Rua dos Capelistas, negociante da Rua das Flores ou da Rua dos Ingleses no Porto, desde que se incumbisse de editar e de anotar um romance, começaria por se apresentar como romancista a si próprio. Ou não falaria das suas viagens ou falaria delas para citar o Boulevard, Hyde Park, e as cortes estrangeiras. Consideraria um desdoiro deixar pressentir que usasse camisolas de flanela feitas por sua mulher. Pelo que respeita às artes, à ciência, à poesia, ao amor, abundaria nas ideias do ministro da Marinha e da literatura do seu partido,

e reforçar-se-ia com citações de escritores benquistos. Finalmente, no tocante à pobreza, seria pela caridade, citaria o augusto nome de Sua Majestade, bem como o de Vítor Hugo, e recomendar-se-ia discretamente à munificência régia por meio de uma alusão delicada aos actos da sua própria filantropia.

Nem todo o homem de comércio português procederia assim, é claro; mas seria esse o tipo genérico das opiniões do *snob* nacional, e é o *snob* holandês que serviu de modelo ao personagem retratado por Multatuli em *Max Havelaar*.

Chamo-lhe *snob* porque não conheço senão a palavra inglesa, e não posso inventar outra para designar essa categoria de indivíduos, essencialmente conservadores e ordeiros, que em cada civilização constituída e tradicional representam o poder de resistência inerte que tem nas sociedades a grande massa da banalidade satisfeita e gloriosa. No *Livro dos Snobs* o grande Thackeray diz: *Todo aquele que admira mesquinamente as coisas mesquinhas não é mais que um snob. É essa talvez a exacta significação dessa palavra e do tipo que ela representa.*

Um último traço:

Voltaire, que escreveu o célebre verso

*Hollande: canaux, canards, canailles*

dizia todavia de Amsterdão: *Entre quinhentos mil homens que a habitam não há um ocioso, nem um pobre, nem um peralvillho, nem um insolente.*

E Filinto Elísio, tendo feito em Leida a ode que principia

*E hei-de eu ainda aturar um mês prolixo.*

*A vista casmurral destes Piugas.*

acrescenta numa nota: *Perdoem-me os bons holandeses este chorri-lho de destemperos: que estava eu, quando tal fêz, tão agastado comigo de me ver só, e de não saber falar holandês, que destemperei neste desaforo, dando no papel pancada de cego.*

É fácil acusar os holandeses de mil defeitos e de mil ridiculos. É difícil, tendo vivido com eles por algum tempo, não sentir a doce necessidade de lhes fazer justiça e de lhes pedir perdão.

## VI

### AS COLÓNIAS

*Programa da exposição colonial da Holanda — Enunciado do problema — A Índia holandesa — O arquipélago de Java — a Batávia — Aspectos da natureza e da sociedade — A administração — O funcionalismo holandês — Os príncipes asiáticos — A exploração mercantil — A produção e o trabalho indígena.*

A secção das colónias na exposição de Amsterdão abrange todo o império colonial da Holanda: as ilhas de Samatra e de Java, a parte sudoeste da ilha de Timor, as Celebes, as Molucas, os três quartos da ilha de Bornéu, a Nova Guiné até o meridiano 141, a Guiana holandesa ou Surinam, Curaçau e suas dependências, e nas pequenas Antilhas as ilhas de Santo Eustáquio e de Sabá e uma parte de S. Martinho.

Esta secção divide-se em três grupos principais:

I — *Natureza das regiões conquistadas e colonizadas.*

II — *Populações indígenas dessas regiões.*

III — *Europeus nas mesmas regiões e relações deles com os indígenas.*

O primeiro destes grupos divide-se nas seguintes classes:

1.<sup>a</sup> *Geografia.* — Relações de viagens, atlas, cartas topográficas, relevos, perfis, etc.

2.<sup>a</sup> *Meteorologia e magnetismo terrestre.* — Cartas, mapas, quadros, representações gráficas.

3.<sup>a</sup> *Configuração do terreno.* — Quadros, desenhos, gravuras, litografias, fotografias, etc.

4.<sup>a</sup> *Geologia e mineralogia.* — Descrições, desenhos, reproduções e colecções geológicas e mineralógicas.

5.<sup>a</sup> *Flora.* — Exemplares vivos e conservados. Herbários, descrições e desenhos do reino vegetal.

6.<sup>a</sup> *Fauna.* — Peles e esqueletos de animais; animais em-

palhados, embalsamados ou conservados de qualquer outro modo. Reproduções, desenhos e descrições do reino animal.

7.<sup>a</sup> *Antropologia*. — Reproduções, descrições e desenhos, crânios, modelagens, cabeças, outras peças preparadas, etc.

Segundo grupo: — *População indígena*.

8.<sup>a</sup> *Estatística da população* em quadros e representações gráficas.

9.<sup>a</sup> *Vida doméstica e social*.

a) Desenhos e modelos de cidades e de aldeias, de habitações, de lojas, de oficinas, etc.

b) Móveis.

c) Vestimentas e ornatos. Objectos de *toilette*, desenhos e instrumentos de tatuagem, conservação.

d) Alimentação.

e) Instrumentos e utensílios para a reparação, conservação e consumo.

f) Excitantes. Instrumentos e utensílios para a preparação, conservação e consumo do tabaco, do betel, do ópio, das bebidas alcoólicas, etc.

g) Usos e costumes. Desenhos, quadros, esboços, vestuários, armas e outros objectos dando uma ideia geral do carácter e do fim das cerimónias e das praxes estabelecidas por ocasião dos noivados, dos casamentos, da gravidez, dos óbitos, dos enterros, dos nascimentos, da conclusão dos tratados, dos juramentos, etc. Jogos e divertimentos populares, objecto que neles se empregam.

h) Pauperismo. Comunicações feitas sobre os meios de o combater, assistência pública.

10.<sup>a</sup> *Meios de subsistência*.

a) Caça e pesca. Toda a espécie de armas e de aparelhos, de embarcações e seus acessórios. Desenhos, modelos. Produtos de caça e de pesca: peles e coiros, almíscar, marfim, pérolas, tartaruga, madrepérola, etc.

b) Criação de gados. Estatística em mapa e representações gráficas. Tipos de animais domésticos: bois, búfalos, cavalos, carneiros. Lãs e lacticínios, etc. Aparelhos e utensílios de criação, para a preparação dos queijos e da manteiga, para a tosquia, preparação das peles, dos cornos, etc. Marcas de comércio e de procedência dos produtos. Marcas dos animais. Figuras e desenhos. Chocalhos e guizos dos rebanhos, utensílios de pastores, estábulos.

c) Criação de insectos úteis, bichos-da-seda, abelhas, coconilhas, etc. Utensílios e amostras.

d) Agricultura e horticultura. Produtos cultivados pelos indígenas, açúcar, tabaco, pimenta, betel, gambir, arroz, milho e outras gramíneas, araruta, sagu, capoque, algodão, cacau, etc. Modelos e planos de máquinas de irrigação. Instrumentos de lavoura e de jardinagem. Construções rústicas, celeiros, depósitos, etc.

e) Produtos de silvicultura. Madeiras de construção para casas, para navios, para revestimentos, para estacas, para pontes, para móveis, para carruagens, para arados, para converter em carvão, etc.

f) Indústria mineira. Instalação e exploração das minas. Lavagem do ouro e dos diamantes, etc. Instrumentos, utensílios, amostras. Terra comestível.

g) Indústria em geral. Modos de fiar, de tecer, de cardar, de moer, de tingir, de desenhar os estofos. Máquinas, utensílios, modelos e amostras. Matérias-primas e artigos confeccionados: cordas, esteiras, papel, obras entrançadas, obras de ouro, de prata, de ferro, de pedra, de argila, de madeira, de coiro, de pedras preciosas. Resinas, gomas, rotins, bambus, óleos, matérias gordas, etc. Fabricação dos produtos animais, tais como: o âmbar, o mel, a cera, o marfim, conchas, ossos, cornos, dentes, penas, etc.

h) Comércio e navegação. Resumo do comércio indígena em mapas e representações gráficas. Comércio marítimo e de cabotagem. Modelos de meios de transporte por terra e por água. Cartas e instrumentos. Provisões e material. Munições navais. Feiras, mercados. Moedas, pesos e medidas, amostras de embalagem indígena. Estampas e marcas de comércio.

### 11.ª *Belas-Artes.*

a) Desenho, pintura, gravura, escultura, acharoamentos.

b) Música e instrumentos de música.

c) Aparelhos de teatro e representações cénicas.

d) Escrita e Imprensa.

e) Desenvolvimento científico. Manuscritos, livros, jornais, publicações periódicas.

f) Ensino. Relatórios sobre a organização e o movimento do ensino indígena. Modelos e plantas dos edifícios escolares.

Móveis, livros e outros objectos empregados no ensino. Tarifas escolares e programas.

12.<sup>a</sup> *Religiões e ritos.* — Descrições, modelos ou desenhos de templos, mesquitas, ídolos, etc. Tipos de sacerdotes, de sacerdotisas, de feiticeiros e de arúspices: desenhos ou reproduções dos objectos empregados no exercício das funções religiosas.

13.<sup>a</sup> *Forma de governo e de administração.*

a) Governo actual e anterior. Publicações, memórias, livros. Tipos de príncipes e de chefes. Insígnias das diversas dignidades. Bandeiras e estandartes.

b) Negócios militares. Exército, Marinha. Informações acerca dos métodos e dos usos da guerra. Fortificações. Meios de ataque e de defesa. Armas, uniformes e músicas de guerra. Tipos de arautos e de campeões. Seus atributos. Símbolos de provocação e símbolos de paz.

c) Meios empregados na manutenção da segurança e da tranquilidade pública. Organização e função da polícia. Laços para apanhar malfeitos, prisões, ferros e outros meios de coerção.

d) Usos e costumes. Ordenações. Informações diversas sobre a justiça indígena. Juízos de Deus. Instrumentos de punição e de tortura.

e) Edifícios públicos. Casas comunais, hospedarias, hospícios e outros albergues para os viajantes. Casernas e cadeias.

Enquanto ao terceiro grupo, *Relações dos europeus com os indígenas:*

14.<sup>a</sup> *Expedições e viagens de descobrimento e exploração.* — Relatórios e mapas.

15.<sup>a</sup> *Sistemas de colonização, sua aplicação e seus resultados.* — Concessões. Leis e regulamentos. Publicações sobre política, administração e economia colonial. Distinções honoríficas destinadas exclusivamente às colónias.

16.<sup>a</sup> *Exército e Marinha Colonial.* — Meios de fortificação e de defesa, desenhos e modelos.

17.<sup>a</sup> *Obras públicas.* — Descrições, plantas, cartas, modelos, desenhos, reproduções.

18.<sup>a</sup> *Telegrafia, serviço postal.* — Telefone, sinais, faróis, aparelhos, modelos, estampilhas postais, etc.

19.<sup>a</sup> *Navegação e comércio com as colónias e nas colónias.*

a) Publicações sobre a legislação comercial, tratados de co-

mércio e de navegação. Tarifas e direitos de entrada, de saída e de trânsito, de pilotagem e de ancoragem. Regulamento dos portos.

*b)* Estatística do movimento comercial e da navegação. Estatística comparada do movimento comercial e de navegação antes e depois da diminuição ou da abolição dos direitos de entrada, de saída e de trânsito. Estatística comparada do movimento comercial e marítimo das colónias com a mãe-pátria e os países estrangeiros, antes e depois da abolição dos direitos diferenciais. Estatística comparada da parte que têm no movimento comercial os navios de vela e os de vapor.

*c)* Transportes por terra e por água. Descrições e modelos. Vapores, navios de vela, embarcações de remos, estaleiros, docas, guindastes, diques, aparelhos de mergulhadores. Dados estatísticos da circulação comparada com as tarifas, principalmente nos transportes por caminhos-de-ferro.

*d)* Análise das instituições de comércio e de crédito.

*e)* Sistema monetário, selo e estampilhas.

20.<sup>a</sup> *Agricultura e indústria.*

*a)* Descrição da agricultura tal como ela se faz sob a direcção dos europeus nas terras que eles possuem em propriedade, de renda ou de enfiteuse.

*b)* Instrumentos de lavoura.

*c)* Estabelecimentos agrícolas.

*d)* Métodos de agricultura.

*e)* Estatística agrícola em quadros gráficos indicando a variação da produção, a alta e a baixa dos preços, o aumento e a diminuição das despesas de cultura. Estatística comparada das culturas governamentais e das culturas particulares.

*f)* Produtos agrícolas. Amostras.

*g)* Silvicultura. Descrição da silvicultura como os europeus a praticam. Instrumentos, cartas, desenhos, fotografias, produtos, etc.

*h)* Minas, metalurgia, poços artesianos. Leis e regulamentos. Descrição, exploração, produtos, mapas, relatórios, desenhos, etc.

*i)* Indústria. Fábricas e oficinas. Cartas, plantas, desenhos, fotografias, produtos.

21.<sup>a</sup> *Vida doméstica e social dos europeus.*

*a)* Equipamento. Objectos necessários ao viajante nas colónias, ao passageiro, ao colono, ao explorador científico.

b) A vida nas colónias. As casas, os móveis e o vestuário. A alimentação. Divertimentos diferentes dos que se encontram na Europa. Desenhos, modelos.

c) Pauperismo. Assistência e socorro aos indigentes.

22.<sup>a</sup> *Educação e ensino.*

a) Instrução preparatória precedendo a instrução primária. Instrução primária, secundária e superior. Programas de estudo, tarifas e retribuições escolares. Aparelhos escolares e acessórios. Desenhos e modelos de edifícios e estabelecimentos escolares. Estatística do ensino, memórias, relatórios e outras publicações.

b) Missões. Informações dos trabalhos dos missionários e dos resultados obtidos.

23.<sup>a</sup> *Trabalhos científicos.*

a) Matérias e utensílios necessários para as colecções científicas de animais, de plantas, de minerais, de espécimes de geologia, de documentos etnológicos, etc. Meios de conservar os objectos, caixas, armários, etiquetas, etc.

b) Instrumentos de observações científicas para a determinação astronómica da longitude e latitude, para as determinações geodésicas, hipsométricas, hidrográficas, para as observações meteorológicas e magnéticas, etc.

c) Imprensa. Livros, publicações periódicas, jornais, gravuras, clichés, matrizes. Encadernações.

Os sistemas de classificação para estes três principais grupos da exposição colonial neerlandesa são da mais instrutiva doutrina.

Falta-me espaço para desenvolver este assunto, que pediria, como outros de que me tenho ocupado neste livro, uma obra especial. Infelizmente o governo português não só não concorreu com produtos das nossas colónias à exposição de Amsterdão, mas — o que é mais grave — não mandou lá ninguém aprender aquilo que pela sua abstenção mostrou ignorar.

Não cabe na minha bagagem de simples *touriste* um relatório sobre administração colonial. Como português e como crítico só me compete lamentar que ninguém se houvesse encarregado do estudo desenvolvido desta matéria, do interesse mais vital para a nação portuguesa.

Procurando dar uma superficial ideia da secção das coló-

nias neerlandesas na exposição universal de Amsterdão, o meu fim é apenas pôr em luz, juntamente com alguns aspectos da Índia Holandesa, uma das feições mais características deste povo, o seu lúcido espírito prático e o seu excepcional poder de método e de sistematização.

Todas as vinte e três classes a que me referi, e em que os desenvolvimentos da subclassificação abrangem tudo quanto a curiosidade científica possa conceber, se achavam preenchidas.

Eis aí completamente definida a natureza do solo por toda a espécie de documentos e de produtos geológicos, mineralógicos e biológicos, compreendendo as plantas, os animais e o homem.

A colecção antropológica consta de duzentos crânios e de vários esqueletos, todos cuidadosamente etiquetados, e completa-a uma colecção viva de trinta e oito indígenas das Índias neerlandesas, *bayaderas*, tecedeiras, tocadores de *gamelan*, pescadores, agricultores, palafreiros e oficiais de vários ofícios.

A classe de mineralogia e geologia consta de várias colecções, uma única das quais contém não menos de trezentas e trinta e sete amostras.

A parte geográfica propriamente dita, assim como a que se refere à meteorologia, ao magnetismo terrestre e à configuração do solo, acha-se representada por uma grande quantidade de livros, pinturas, gravuras, litografias, fotografias, cartas e mapas em relevo, diagramas, revistas, relatórios oficiais, memórias de academias, etc.

Para o estudo da fauna há em Amsterdão a mais bela das exposições permanentes, pois que o jardim zoológico da cidade entra, com o de Antuérpia, com o de Francfort e com o de Londres, na categoria dos primeiros do mundo.

Na flora a exposição colectiva de vários estabelecimentos públicos e particulares apresenta, além das ervas e das plantas secas, uma grande estufa com os mais belos vegetais dos trópicos.

No grupo relativo à vida doméstica e social, indústrias indígenas, religiões, ritos, etc., e no grupo das relações da Holanda com as suas possessões exteriores, encontram-se numerosos modelos de aldeias completas, de escolas, de cul-

turas, de obras de engenharia, de minas, de pontes e calçadas, templos, viadutos, estações de caminho-de-ferro, embarcações, locomotivas, vagões, carruagens, carretas, sequeiros de tabaco, planos de lavoura, e uma quantidade enorme de máquinas, de utensílios de trabalho e de produtos industriais, estofos, jóias, armas, etc.

Na classe 20, *agricultura e indústrias estabelecidas por europeus*, expõem-se longamente os resultados dos esforços empregados pelo governo e pelos colonos holandeses no desenvolvimento da riqueza nacional. Esta classe consta de duzentos e oito números, compreendendo plantas em relevo de grandes fábricas de açúcar de Surinam, de cacau, de tabacos de Java e de Samatra, charutos, móveis de mogno de S. Domingos, jóias feitas em Curaçau com o ouro da Guiana holandesa, etc.

Na colecção dos produtos alimentares o café é representado por cento e oitenta e duas amostras provenientes de propriedades do governo, de terrenos pertencentes a particulares ou que lhes foram cedidos por contrato enfiteutico. Com o café figura o açúcar, o melaço, o mel, o *casserepo* — espécie de suco de mandioca amarga empregado na conservação da carne — tapioca, chocolate, frutas secas, conservas, óleos, licores, etc.

Duas vezes por semana, às segundas e quintas-feiras, celebram-se no recinto da exposição leituras e conferências públicas, destinadas a esclarecer todas as questões de geografia, de geologia, de meteorologia, de botânica, de zoologia, de antropologia das colónias e em geral das regiões intertropicais, compreendendo a etnografia, a filologia, as religiões, o estado da cultura intelectual e a história. Estão inscritos professores, viajantes, especialistas célebres, alguns dos primeiros nomes da ciência holandesa.

Discutem-se sucessivamente memórias e relatórios respondendo ao seguinte programa:

*Primeira questão.* Colónias penitenciárias. Quesitos: 1.º A questão da transposição dos criminosos para as colónias do ultramar é de interesse maior para os Estados europeus? 2.º Em que condições é possível essa transposição? 3.º Que resultados se têm tirado deste sistema?

*Segunda questão.* Relação entre as leis dos europeus e o direito dos indígenas. Quesitos: 1.º Por que princípios se devem regular essas relações? 2.º Até que ponto está de acordo com

esses princípios a solução que o problema tem tido entre os diversos Estados? 3.º É possível uma solução universal?

*Terceira questão.* Relações políticas entre a metrópole e as colónias. Quesitos: 1.º Quais os princípios pelos quais a metrópole deve tomar parte na legislação e no governo das colónias? 2.º Pode-se conceder a alguma das colónias uma parte na representação geral do país?

*Quarta questão.* Diversos modos de obter nas colónias forças operárias para a exploração do solo. Quesitos: 1.º Quais são os diferentes sistemas que se têm seguido nesta matéria? 2.º Quais são relativamente à produtividade do trabalho as vantagens e os inconvenientes desses sistemas? 3.º Qual tem sido a sua influência sobre a população?

*Quinta questão.* Propriedade territorial nas colónias. Quesitos: 1.º Quais são os sistemas de propriedade territorial nas diferentes colónias? 2.º Qual é a sua influência inevitável sobre as condições económicas da população?

*Sexta questão.* Impostos nas colónias tropicais. Quesitos: 1.º De que modo podem ser submetidos ao imposto os indígenas das colónias tropicais? 2.º Qual a influência dos diferentes sistemas de imposto até hoje aplicados sobre o estado moral e económico da população?

No seu todo esta exposição representa uma grande e luminosa janela aberta sobre a Índia holandesa, sobre a Java prodigiosa, sobre essa inverosímil Batávia, que é a Babilónia dos trópicos.

A cidade da Batávia, dividida em dois grandes bairros, em um dos quais medram os nababos no luxo oriental, enquanto no outro definham os *coolies* na intoxicação paludosa, parece não ter o que na Europa chamamos *ruas*.

É simplesmente um vasto parque em que os palácios, de pavilhões de mármore branco reunidos por galerias rendilhadas e circundados de varandas de pau de teca engrinaldadas de orquídeas, se reflectem nos lagos adjacentes ou nas amplas vias aquáticas a que lá chamam *arroios*, porque o dialecto baixo-malaio é uma combinação de javanês, de holandês, de inglês e de português.

Um sol ardente, implacável, de que resulta uma temperatura de quarenta e cinco graus à sombra, dardeja fogo pelos rasgões da folhagem sobre a água dormente.

Pangaios pilotados por índios cor de chocolate, de troncos

nus, flexíveis e reluzentes, deslizam por entre as moitas dos nenúfares floridos na água espelhada e tépida, de que emergem a espaços, como fugazes flores de veneno, as cabecinhas chatas e os corpos coleando em S das serpentes aquáticas, cintilantes de azul e verde.

Pelas âleas flexuosas do enorme jardim perpassa o pequeno *tilbury* levado a galope pelas três ou quatro parelhas de *poneys* da ilha de Timor, estugados a chicote e a gritos de catatua por um malaio nu, com o seu largo chapéu em tortu-lho às listas escarlate e oiro.

Dois *coolies* a marche-marche, um adiante do outro, levam um fardo suspenso do longo bambu, poisado no ombro.

Ao fundo das varandas ou dos eirados toldados, entufados em verdura, uma holandesa pálida, anémica, devastada pelo clima tropical, vestida de uma túnica branca transparente sobre a camisa, os pés nus em chinelas de sultana, baloiçada numa rede de penas ou deitada num leito de esteiras e de bambus, olha indiferente e nostálgica para a água do canal, em que diligente letrado chinês, de cabaia e óculos, navega em piroga abanando-se a um leque de Pequim e deixando vogar na água, como a flâmula de uma guiga sem vento, a longa trança do rabicho.

Na galeria do seu pavilhão de banho, um filho de Roter-dão, vestido de flanela branca, estendido em X na vasta pol-trona de rotim, abre o correio da metrópole enquanto um servo indígena, prostrado no chão, lhe serve um charuto jun-tamente com a brasa fumegante de sândalo, devida pela pragmática indiana à jerarquia dos rajás.

E por toda a parte uma vegetação de apoteose paradisíaca rebenta como num cenário de ópera.

À beira da água, onde borboletas rutilantes, do tamanho de um palmo, adejam sobre os ramalhetes multicores dos nenúfares e sobre as folhas gigantescas das vitórias-régias, enfloram-se em anfiteatros verdejantes os rododendros, as hortelãs vermelhas e cor de laranja, os imensos fetos arbores-centes de cinco metros de altura, as bananeiras de folhas quebradas ao seu próprio peso e vastas como lençóis, os co-queiros coroados de penachos, as «palmeiras do viajante» abrindo em leque fantástico como caudas de colossais pa-vões, os algodoeiros cobertos de flocos brancos como espu-mas de leite, e os cipós de milhões de finas hastes nodosas,

esfiadas, entretecidas, emaranhadas, rectas e curvilíneas, perpendiculares e afestoadas, por entre os quais os macacos espreitam acocorados à sombra, ou se baloiçam molemente no ar, suspensos pela cauda.

O Sol vem subindo no céu esbraseado, e inversamente vai soçobrando a pouco e pouco na terra a vida animal. Ao meio-dia um largo silêncio, de noite morta, cobre a Natureza. As aves emudecem, os homens imobilizam-se, os crocodilos dormem alastrados no leito dos rios, e a terra inteira parece extática de assombro ao sentir em si mesma subirem as seivas e crescerem os palmares.

Nítidas fotografias, escrupulosamente coloridas do natural, mostram-nos os diversos tipos das castas e das raças habitantes dessa região.

Uma mestiça de Bornéu, de uma lânguida majestade de odalisca, sensualidade em viço ardente como a flor de um cacto, grandes olhos negros como um fundo de azeviche através de uma transparência de água, enroupa-se à grega num estofado de caxemira cor de morango esmagado, sobre a qual cai em ondas de ébano um longo e espesso cabelo, em que se sente a frescura da piscina e o estonteante perfume almiscarado das essências do equador.

Uma princesa javanesa, de túnica de cetim esmeralda, com um largo cinto recamado de lantejoilas de ouro, as mãos esguias cheias de anéis preciosos, passeia, seguida de um pajem índio, seminu, que a abriga com uma enorme umbela cor de anil.

Uma mulher de casta inferior, vestindo unicamente uma larga faixa de chita enrolada na cintura, traz consigo uma filha pequeno escanchado no quadril.

Entre grossas lápides de mármore, cobertas de misteriosas inscrições, sorri de uma doce bondade irónica um deus Buda, dez vezes maior que a corpulência humana, o grande ventre em refegos semelhando os discos de uma auréola de carne olímpica, o olho oblíquo, as plantas dos pés para o ar. Em torno dele, anichados em escavações de pedra cultural, outros deuses mais pequenos, de quatro braços, com cabeças de veados ou de paquidermes.

Sentado à porta monumental de um templo invadido pela erva, um velho sacerdote, coberto de amuletos pendentes do pescoço, a grande barba de uma alvura imaculada esparsa

no peito, medita, olhando vagamente no espaço e tendo uma lâmpada aos pés.

Num jardim de harém, na presença de um sultão e da sua corte, dançam lentamente, requebradas nos mais lânguidos gestos, as *bayaderas*, vestidas de túnicas justas ao corpo, de seda carmesim, carregadas de braceletes e de anéis, toucadas, como divindades mitológicas, de capacetes fantásticos, em que asas de dragões, cúpulas de minaretes tártaros e espirais de unicórnios semelham o aparato de pratos montados resplandescentes de oiro e de pedraria.

Nas vistas do interior da ilha sucedem-se os arrozais e os cafezais, as tenebrosas florestas de teca, os bosques de quinanas, de tamarindeiros, de chá e de baunilhas; montanhas e ravinas cobertas de fetos e de redodendros; estradas quase afogadas em erva, ao lado das quais corre o fio do telégrafo eléctrico suspenso aos troncos dos algodoeiros numerados pela administração holandesa.

Pela campina entrecortada de abruptas moles de vegetação virgem, de enormes catedrais de flores, perpassam os rinocerontes temerosos, que esmagam um toiro com uma patada, e os búfalos de pele rosada como a dos leitões, atrelados à carroça indígena e exalando o mais penetrante cheiro montês.

De quando em quando, junto da quebrada plantada de cafezeiros, ou de uma cultura de anil, abriga-se à sombra das bananeiras ou dos bambus a pequena aldeia de um ar palustre, com as habitações abertas aos quatro ventos sob os seus largos tectos de palha.

Por entre uma variedade e uma profusão enorme de todos os produtos coloniais, de ferramentas, de instrumentos agrícolas, de embarcações e de petrechos de caça e de pesca, vemos aqui as próprias casas dos cultivadores, construídas de canas, os sequeiros de chá, os estendais do tabaco, as urnas de anil e os odres cheios de óleo de coco.

Os músicos de um *gammelang*, encruzados no chão num pequeno pavilhão, executam uma sinfonia indiana, aviventando singularmente pela arte local este vasto quadro de costumes javanese. O *gammelang* compõe-se de uns tímboles de coiro, de uma marimba de pau, de rebecas de uma só corda, de flautas de um só buraco e de um tantã de bronze. A melodia é assaz rudimentar, e a orquestração não se recomenda

por inesperados efeitos harmónicos. O que tocam é uma espécie de estribilho persistente, monótono, primitivo, e, não obstante, impregnado de não sei que vaga melancolia de raça, dolente e embaladora. Ao princípio apetece fugir. Depois, a pouco e pouco, vai-se discernindo o sentido melódico do batuque, e o ouvido segue sem desgosto, quase com interesse, a plangente ressonância dessa estranha melopeia.

Em torno de mim muitos holandeses de aspecto marítimo, loiros, alentados, tostados pelo sol, de quinzena de flanela azul e charuto nos beiços, percorrem com interesse esta admirável colecção, examinam as fotografias, palpam os produtos, folheiam os livros, repartem explicações. São antigos nababos de Sumatra ou de Bornéu. Habitavam lá palácios maravilhosos, de estilo grego ou de estilo italiano, construídos pelos mais hábeis architectos chineses; tinham jardins encantados, verdadeiros jardins de fadas, em que a flora tropical se ostentava em catadupas de flores e de frutos, e onde as panteras negras e os tigres reais, recentemente separados da vida livre, colhidos em primeira mão nos juncaes, loucos de rancor, em paroxismos de fúria ao mais ténue cheiro de carne viva, dão nas jaulas dessas privilegiadas colecções zoológicas o mais formidável e o mais espantoso espectáculo que pode oferecer a força da ferocidade vencida.

Qualquer destes simples burgueses tinha na Índia dez cavalos e vinte criados ao seu serviço particular. Funcionários do governo holandês possuíam em toda a Java uma quinta de lucro e de recreio. Caçavam o rinoceronte e o crocodilo. Viajavam como conquistadores vitoriosos, como triunfadores feudais, fazendo engatar às suas carruagens os búfalos e os homens indígenas, vendo por toda a parte acocorarem-se de respeito, sentando-se nos calcanhares, ou prostrarem-se de rojo no chão, não só os plebeus malaios e os colonos chineses, mas os próprios sacerdotes, os príncipes, os rajás, os vizires e os sultões, que saem dos palácios para os receber em trânsito, entre as árvores sagradas, em todo o pomposo luxo de paxás, com toda uma corte de senhores, de oficiais, de bobos, de anões, de *bayaderas*, de porta-estandartes tendo bordados pássaros e dragões heráldicos, de guardas de turbante entretecido de ouro e lança no braço, de mandarins resplandecentes como porcelana do mais fino esmalte. Relampejam miríades de brilhantes, de rubis e de esmeraldas

sobre a seda amarela das túnicas, nos braceletes e nos colares, nos anéis, nos turbantes, nos capacetes e nas empunhaduras das espadas; estendem-se estofos preciosos nas escadas do *pendopo* de colunas de mármore e tecto de sândalo rendilhado, queimam-se as mais preciosas essências, abrem-se as portas do harém a que assomam centenaes de mulheres; os guarda-sóis imperiais, símbolos do mando e do poder soberano, desabrocham repentinamente entre as vegetações de esplanada como enormes flores de brocado, e o grão-mongol baixa do seu trono para sair ao encontro desse homem de pele branca e de suíças loiras, com um colarinho alto e uma dragona no ombro, que lhe faz a honra de o visitar, e que representa para ele a onnipotência de sua mui alta majestade o rei da Holanda.

E, todavia, os funcionários, os militares, os marinheiros, os mercadores, os negociantes, regressam da Índia o mais rapidamente que podem ao seio da mãe-pátria, preferindo aos mais portentosos fulgores da Natureza e do luxo oriental a fria neblina do mar do Norte, a velha cidade natal construída em estacas sobre um solo de lama ao abrigo do dique, uma rua estreita e sombria, uma pequena casa esguia, forrada de tijolo preto, em Hoog Straat ou no canal de Rokin, calafetada por todos os lados contra os reumatismos e contra os importunos, como uma brasa de túbara na cinza do lar e um vaso com uma cebola de tulipa no parapeito da janela.

E muitos desses, quando se lhes fala na prodigiosa riqueza das colónias, abanam desdenhosamente a cabeça, e votam de preferência pelos queijos da sua lavoura e pelos arenques da sua pescaria dos mares setentrionais da Europa.

Segundo Dowes Dekker, que, como já disse, foi subprefeito na Java, e escreveu contra o regime colonial vigente o mais importante livro, creio poder resumir com fidelidade, na breve exposição que vou fazer, a situação económica e política da Índia holandesa.

A população divide-se em duas partes distintas.

A primeira compõe-se das tribos cujos grandes e pequenos soberanos indígenas reconheceram a soberania holandesa, continuando a governar, mais ou menos directamente, os seus súbditos.

A segunda parte, da qual se compõe quase toda a Java, depende imediatamente da Holanda.

O javanês é um súbdito holandês. O seu rei é o rei da Holanda. Os descendentes dos seus antigos soberanos e senhores são funcionários holandeses, nomeados, transferidos, graduados, demitidos pelo governador-geral, que reina em nome do rei.

O governador-geral é assistido de um conselho sem influência decisiva sobre as suas resoluções.

Os diferentes ramos de administração são divididos em departamentos, à frente dos quais se acham colocados *directores* que servem de intermediários entre o governador-geral e os *residentes provinciais* ou *prefeitos*.

A denominação de *residente* data do tempo em que a Holanda não era senhora do país senão indirectamente, fazendo-se representar como suserana feudal por meio dos *residentes* na corte dos príncipes indígenas ainda reinantes. Desde que os príncipes indígenas desapareceram, os *residentes* tornaram-se administradores, governadores provinciais ou *prefeitos*. Mudou a esfera da sua actividade, sem que todavia eles mudassem de título. São estes *residentes* que representam realmente o governo holandês perante a população javanesa.

Na Batávia o povo não conhece nem o governador-geral, nem os *conselheiros das Índias*, nem os *directores*. Conhece o *residente* e os empregados que administram em nome dele.

Uma *residência* ou *prefeitura* divide-se em três, quatro ou cinco *sub-residências* ou *subprefeituras* ou *regências*, à frente das quais são colocados *subprefeitos*. Sob a direcção destes funcionam *verificadores*, *inspectores* e agentes empregados na cobrança dos impostos, na vigilância da agricultura, na construção dos edifícios, nos trabalhos hidráulicos e na administração da justiça.

Em cada *subprefeitura* ou regência o *subprefeito* tem por adjunto um chefe indígena com o título de *regente*. Este *regente* é sempre da primeira nobreza do país e muitas vezes das famílias dos príncipes outrora reinantes. As funções do *regente* são hoje meramente as de um empregado assalariado como qualquer outro.

Nomeando funcionários esses antigos chefes, criou-se uma espécie de hierarquia, no ápice da qual se acha o governo holandês representado pelo governador-geral.

A hereditariedade na regência, sem ser estabelecida por lei, tornou-se um costume. O mais das vezes trata-se o negó-

cio em vida do próprio *regente*. O zelo e a fidelidade desse funcionário, que junta à influência aborígene a categoria oficial, são qualidades que o governo recompensa prometendo-lhe para o filho a sucessão no cargo. É preciso que poderosíssimas razões se dêem para que se não siga esta regra, e ainda nesse caso é o sucessor escolhido entre os membros da família senhorial.

São extremamente delicadas as relações dos funcionários europeus com os grandes de Java.

O *subprefeito* é a pessoa responsável. Recebe do governo as suas instruções e é considerado chefe político da prefeitura. Isto, porém, não obsta a que o *regente*, pelos seus conhecimentos locais, pelo seu nascimento, pela sua influência na população, pelo seu luxo, represente um papel muito mais importante que o do *subprefeito*.

Como representante do elemento javanês, o *regente* fala ou supõe-se que fala em nome dos cem ou dos duzentos mil habitantes da regência. Ninguém na metrópole se inquieta com o descontentamento de um *subprefeito*, cuja substituição, dado o hábil corpo de empregados de que dispõe o governo, é a mais fácil das coisas, ao passo que a oposição mais ou menos hostil do *regente* pode produzir a insurreição e ocasionar perturbações graves.

Deste conjunto de circunstâncias resulta uma situação singular, em virtude da qual é o inferior que manda o superior. O *subprefeito* ordena ao *regente* que lhe dirija os seus relatórios, que lhe mande gente para trabalhar nas obras públicas, que cobre as contribuições; convoca-o ao conselho, a que ele, *subprefeito*, preside, e louva-o ou repreende-o.

Estas relações de uma espécie tão particular exigem, para se tornarem aceitáveis, um tacto finíssimo e uma delicadeza extraordinária.

A polidez é inata nas pessoas nobres de Java. Se o europeu é bem-educado e discreto, se sabe proceder com dignidade correcta e afável, tem a certeza de que o *regente* pela sua parte lhe tornará a administração fácil. A ordem mais dura do *subprefeito*, desde que seja expressa pela forma delicada do pedido, é pontualmente executada pelo *regente*.

O *subprefeito* é um burguês, burguesmente retribuído segundo o trabalho do seu cargo, e vivendo burguesmente. O *regente* é um aristocrata, um príncipe de sangue, dispondo

de um rendimento anual de cem a duzentos contos de réis, vivendo em sumptuosos palácios compreendendo muitas casas e chegando a ter por dependências aldeias inteiras. Estas diferenças de jerarquia, de nascimento e de riqueza atenuam o próprio *regente* atraindo à sua intimidade o *subprefeito* e considerando a sua qualidade de representante do rei da Holanda como a distinção suprema contrabalançando todas as outras. Daqui uma grande facilidade de trato e uma cordialidade de relações rarissimamente perturbadas entre esses dois funcionários de carácter na aparência tão heterogéneo.

Sucede, porém, que o *regente* se acha a cada passo sem um único soldo no seu quase real erário. As suas despesas são enormes. Cerca-o uma corte que o adula e o explora. Sustenta um serralho; alimenta e educa uns sessenta ou oitenta filhos; tem a mania asiática de comprar; gratifica largamente bobos e músicos; estipendia padres e subvenciona peregrinos maometanos para as romagens a Meca.

Ora os rendimentos do *regente* procedem de uma gratificação mensal fixa estabelecida pelo governo holandês, de uma indemnização do mesmo governo pela transmissão de direitos, de uma retribuição proporcional aos produtos mercantis da sua regência, tais como café, açúcar, anil, canela, etc., e finalmente de suprimentos arbitrários feitos a título de adiantamento sobre o trabalho e sobre a propriedade dos seus subordinados. O proletário indígena não somente consagra à terra que cultiva, e lhe não pertence, o seu braço, mas consagra-lhe também a sua vida, a sua alma. A seara é o desdobramento natural do seu próprio ser, é a sua existência mesma tornada exterior e palpável. Nasceu nos campos com o rebentar do arrozal; conta os anos que tem pelas colheitas que ceifou; determina as estações e os meses pela cor das espigas que ondulam à superfície dos trigais; ama os bois que caminham diante dele no sulco da lavra como se eles fossem um prolongamento dos seus próprios músculos operado pela conjunção da charrua. E o javanês canta alegremente sobre a rabiça do arado ou sobre o pilão de descascar o arroz, enquanto nos portos de Batávia, de Probolingó, de Samarang, de Surabaia, de Passaruan, de Patjitam, incham as velas, ou fumegam as chaminés dos *steamers*, que levam embora, para enriquecer os monopolistas e os agiotas holandeses, o suado fruto do trabalho dele.

É para este dócil e assíduo trabalho, que nem descansa nem cansa jamais, que o *regente* apela para saldar todo o *deficit* orçamental da regência.

A convicção corrente em toda a Ásia é que tudo quanto o súbdito possui, assim como o próprio súbdito pertence ao soberano. Que o *regente* favoreça com um simples olhar de desejo o cavalo, o boi, o búfalo, a mulher ou a filha do homem do povo na Java, e imediatamente este se desapossará, em favor do príncipe, do objecto que ele lhe fez a honra de apeterer. Desde que a regência precisa de braços para qualquer serviço que seja, a população dá-lhos, incondicionalmente, sem retribuição alguma, pondo todo o seu escrúpulo absolutamente desinteressado em cultivar a terra, em limpar o jardim, em abrir o canal na propriedade do *regente*. Impossível convencer o indígena de que o príncipe não é hoje mais que um funcionário salariado pelo governo holandês, ao qual o ex-soberano vendeu por um rendimento fixo todos os seus direitos dele e os dos seus súbditos!

Muitos dos *regentes*, tendo por cúmplice a administração holandesa, abusam desta ignorância geral, e exploram-na da maneira mais iníqua, mais desonrosa, mais aviltante para a civilização deste século, dando em resultado final o facto monstruoso de enriquecer meio mundo com o trabalho da Java e de morrer de miséria e de fome o trabalhador javanês.

Em honra da Holanda cumpre consignar uma circunstância atenuante da iniquidade dos meios empregados para dar ao Mundo o espectáculo assombroso deste pequeno povo, que, tendo apenas na Europa quatro milhões de homens num território de seiscentas e quarenta milhas, conseguiu conquistar, arrancar à estagnação e salvar da anarquia, mantendo-o na sujeição mais completa e mais absoluta e na produtividade mais extraordinária, um império asiático de quatro milhões de homens e de uma extensão de vinte e oito mil novecentos e vinte e três milhas quadradas.

Essa circunstância é que, tendo-se tornado o sistema colonial holandês um dos mais debatidos pontos de controvérsia entre os partidos conservadores e os partidos liberais, tendo sido a situação política e económica da Java objecto dos mais numerosos estudos feitos por escritores, filósofos, economistas e viajantes de todos os países, nenhum grito em favor da justiça ultrajada, da Índia oprimida, foi tão vibrante, tão

energicamente formulado, tão profundamente sentido como o que na própria Holanda levantou o eloquente escritor nacional Sr. Dowes Dekker.

Por mais que os vícios de uma sociedade pareçam constitucionais e incuráveis, por mais que sejam flagrantes os seus desvarios, por mais mórbido que seja o carácter dos seus erros, desde que ela possui a suficiente porção de seiva regeneradora, de exuberância de vida própria para produzir em si mesma um grande escritor dissidente do seu meio, que independentemente o analisa e refuta, essa sociedade progride. Só morrem pela estagnação do pensamento os países em que não há sob os delineamentos gerais dos sistemas constituídos, mais ou menos oculta pela aparência das formas exteriores, uma corrente contrária das ideias que lentamente morda a raiz do existente, impelindo a evolução criativa do futuro. Civilizações condenadas a diminuir ou a desaparecer são unicamente aquelas em que a circulação do pensamento, condição vital da sociedade, se imobiliza no optimismo oficial das literaturas submissas e contentes.

## VII

### A ARTE

*Séculos de progresso e séculos de decadência — A Holanda no século XVII — A pintura florentina, genovesa e flamenga — A arte eclesiástica e a arte democrática — Como a pintura começa na Holanda — A estética — O estilo — Mirveldt, Van Ravestein, Van der Venne, Houthorst, Franz Hals, Rembrandt e Van der Helst — O Banquete dos Arcabuzeiros — A Ronda da Noite — Os Síndicos — Opiniões da crítica — Os quadros de Hals — Os petits maîtres — Zan Steen, Van Ostade, Brauwer, Van Laer, Van den Velde, Ruysdael, Dov, Paulo Potter, Pieter de Hooch, Metsu, Terburg, Van Mieris — A paisagem — O quadro de género — A natureza-morta — Conclusões — Influências da pintura holandesa na pintura e na estética moderna — O naturalismo — O preconceito da beleza — Os fins da arte.*

Os séculos chamados de decadência artística são aqueles em que a arte, deixando de crer na energia colectiva que a subordina ao meio social, entra na fase do individualismo independente, solitário e céptico.

Quando um país se não assinala por superioridade e por triunfos decisivos na concorrência das raças, a arte, não vibrando na comoção geral do seu tempo, não obedecendo à corrente sugestiva das acções praticadas ou das ideias em giro, cai na misantropia da análise, no virtuosismo pessoal, na contemplação estéril. À falta de caracteres superiores examinam-se temperamentos raros. À falta de virtudes indiscutíveis estudam-se aberrações curiosas. Um tédio corrosivo e entenebrecedor apodera-se do homem indiferente às especulações e aos interesses da sua época. O poder criativo não se determina pelo entusiasmo, mas sim pelo desprezo, e uma espécie de mórbida voluptuosidade impele à perscrutação mais engenhosa, mais delicada e mais subtil, dos elementos de corrupção, pondo todos os desvelos que se poderiam consagrar às grandes e fiéis imagens da vida natural e progressiva na descrição minuciosa e requintada de todos os sucessivos trâmites e da irremediável caducidade.

Assim como se decompõe e dissolve nos séculos sem mis-

são, improdutivos e imóveis, a arte constitui-se e alcança o máximo desenvolvimento de que é susceptível a aptidão estética de um povo no momento em que esse povo atinge o apogeu do seu destino, guiando para uma direcção nova a marcha da humanidade.

É o que sucede na Grécia de Ésquilo, de Sófocles e de Fídias, quando a influência das primeiras repúblicas independentes e democráticas da antiguidade abrange o Mundo inteiro depois da derrota da Pérsia. É o que sucede na Itália do tempo de Giotto, de Fra Angelico, de Leonardo da Vinci, de Miguel Ângelo, de Rafael, de Ticiano, de Paulo Veronez, quando as repúblicas de Florença e de Veneza eram os novos e únicos centros da indústria e do comércio marítimo da Europa. É o que sucede em Espanha no tempo de Velázquez, de Murillo, de Zurbarán e de Herrera, quando o despotismo católico-monárquico despedia o seu citorioso clarão supremo vencendo os turcos em Lepanto e dispersando todo o oiro trazido da América pelos companheiros de Colombo em armadas, em exércitos e em autos-de-fé, expulsando do sol nacional os judeus e os mouros e batendo os protestantes na Flandres, na França e na Inglaterra. É o que sucede em Portugal quando, depois de os navegadores portugueses dobrarem pela primeira vez o cabo Tormentório penetrando no desconhecido mar Tenebroso, Camões deu à arte a grande, imortal epopeia marítima, que é ao mesmo tempo o *Novo Testamento*, a *Ilíada*, a *Eneida* e a *Divina Comédia* da civilização da Renascença. É finalmente o que sucede na Holanda quando este pequeno país, precedendo dois séculos o resto do Mundo na constituição das grandes bases da civilização contemporânea, coroa a sua revolução heróica com o estabelecimento sistematizado de todas as liberdades — a liberdade de consciência, a liberdade de pensamento, a liberdade de comércio, a liberdade de indústria — ao mesmo tempo que todo um mundo moral baqueava em torno dessa nascente sociedade; quando em França se ia preparando já a revogação do Édito de Nantes; quando a Inglaterra decapitava Thomaz Morus, sucedendo-se o despotismo sanguinário de Cromwell ao despotismo apodrecido de Carlos I; quando a Itália encarcerava Galileu e queimava Vanini; quando em Portugal e em Espanha os Reis Católicos e os frades convertiam em instituições públicas a espoliação dos hereges, a pilhagem e o queimadeiro.

Raynal põe na boca de um holandês do século xvii a seguinte definição da sua pátria:

«A terra que eu habito fui eu que a tornei fecunda, fui eu que a tornei bela, fui eu que a tornei terra. O mar ameaçador que cobria os nossos campos quebra-se agora contra diques poderosos que eu lhe opus. Purifiquei o ar que as águas estagnadas enchiam de vapores mortíferos. Fui eu que levantei as cidades soberbas sobre os lodos onde bramia o oceano. Os portos que construí e os canais que rasguei recebem todas as produções do universo, de que eu disponho como quero. As heranças dos demais povos são possessões disputadas ao homem pelo homem: a que eu hei-de legar aos meus filhos arranquei-a eu próprio aos elementos conspirados contra mim, e que eu dominei. Aqui estabeleci uma nova ordem física e uma nova ordem moral. Fiz tudo onde não havia nada. O ar, a terra, o governo, a liberdade, tudo é obra minha. Tenho a glória do meu passado e quando olho para o futuro vejo com satisfação que as nossas cinzas repousarão em terra tranquila nos mesmos lugares em que os nossos pais viam formar-se as tempestades do mar.»

Na posse plena do seu destino, toda a Holanda pacificada respira largamente a glória, a felicidade, a alegria. Esse pequeno e humilde povo fleumático, trabalhador, económico, inventivo, modesto, provocado pelas mais arrogantes e poderosas nações do Mundo, batera e derrotara toda a Espanha, a Inglaterra e a França. A guerra, que arruinara os inimigos, enriquecera a Holanda pelo comércio do Mundo. Enquanto combatia no mar, edificava em terra. Levantara diques, abriu canais, dissecara pântanos, saneara cidades, construíra pontes, armara estaleiros, fundara escolas, igrejas, palácios municipais, recolhimentos de velhos e de inválidos, hospícios de órfãos, sedes de assembleias comerciais, de sociedades literárias e científicas, de associações de operários, de irmandades de artistas, de companhias de arcabuzeiros. Tinham-se reacendido os seus lares, agora mais recolhidos e mais meigos; tinham-se enchido de flores os seus jardins, tinham-se coberto de vacas e de ovelhas os seus prados. Todas as hostilidades com que a Natureza oprimia o habitante convertera-as ele em outros tantos auxiliares da civilização, da riqueza, do bem-estar. Do pântano fizera as mais cómodas vias de transporte enxadrezadas sobre o país inteiro. Das po-

dridões paludosas e das lamas infectas fizera o adubo da campina verdejante, base da mais simples, da mais fácil, da mais produtiva economia rural, em que o prado engorda o rebanho, que por seu turno engorda o prado, resultando dessa evolução de serviços o queijo que produz o oiro. Dos ventos da região desarborizada e chata fez esse aparelho único no Mundo chamado o moinho holandês, trabalhador submisso, discreto, zeloso, que posto ao serviço de cada casa faz tudo quanto se lhe manda fazer: rega e enxuga, é destilador e moleiro, pisa, peneira, espreme, imprime, serra as tábuas, racha a lenha, dá à bomba, faz andar o repuxo e trabalhar a cascata, amassa o pão, leva a água aos quartos, canta sempre, não responde nunca, e sustenta-se do ar. Do mar terrível fez o animal domesticado e dócil, o servo fiel, a besta de carga do grande comércio, a vaca leiteira de que se munge o arenque, e o recoveiro das Índias, que em cada semana despeja nos balcões de Amsterdão e Roterdão os milhões explorados pelo negócio nas feitorias e nas possessões da América e da Ásia.

Este povo tão repentinamente enriquecido é ao mesmo tempo um povo ilustrado. No fim do século xvi escrevia o viajante Guicciardini que quase toda a gente, até nas aldeias, sabia ler e escrever, e tinha em geral princípios de gramática. Eram frequentes as sociedades de eloquência e de representações teatrais. A arte de imprimir era activamente exercida nos Países Baixos desde a segunda metade do século xv pelos tipógrafos flamengos refugiados em Leida; mas no começo do século xvii o primeiro dos Elzeviers estabelecido em Amsterdão dá um impulso enorme à vulgarização da literatura publicando pela primeira vez em edições populares os grandes autores latinos. Finalmente na Holanda, antes do que em qualquer outro país da Europa, aparecem as primeiras gazetas com o alvorecer do século xvii. Nenhum país constrói tantos navios e publica tantas obras. A livre Holanda é então na Europa o grande empório do comércio das mercadorias e das ideias. Amsterdão, que no princípio da guerra da independência tinha apenas setenta mil habitantes, conta trezentos em 1618.

A cidade apresenta a toda a hora do dia e da noite a animação e o movimento das grandes feiras, como a de Francfort.

A riqueza é tão grande nos campos como nas cidades. Em nenhuma outra parte o agricultor é tão rico. Uma só aldeia tem quarenta mil vacas. Um lavrador oferece a sua filha em casamento ao príncipe Maurício dando-lhe cem mil florins de renda. Mil navios fazem o comércio do Báltico; oitocentos empregam-se na pesca do arenque. Grandes companhias nacionais têm o monopólio da Índia, da China e do Japão. O dinheiro abunda tanto que em 1642 a rainha da Inglaterra vem pessoalmente à Holanda empenhar as jóias da coroa.

A ciência é no entanto de tal maneira honrada e distinguida acima de tudo que Justus Scaligero é recebido em Leida como um herói vitorioso, debaixo de arcos de triunfo; e quando Saumaise, por ocasião da morte de seu pai, teve de sair da escola de Leida para ir a França, levou-o a seu bordo um navio do Estado e toda a frota holandesa o acompanhou em séquito de honra até Dieppe. Nas classes burguesas é raro o rapaz ou a rapariga que não saiba o latim e o francês. Leida tem na sua universidade dois mil estudantes e os primeiros professores de todo o mundo. Dordreque torna-se uma espécie de Vaticano do protestantismo. Além dos matemáticos, dos teólogos, dos juriconsultos e dos filósofos da escola de Leida, uma forte seiva de escritores rebenta: Hoolf, Meterem e Bor na história nacional, Wondel e Jacob Cats na poesia, Espinosa na filosofia, Lindshoten e Mercator nas ciências geográficas.

Com tão sólida cultura, com tão maravilhosa fortuna, com tão incomparável prosperidade, contrastam no povo holandês os costumes mais simples e mais sãos.

Guicciardini dizia: «São de um natural cordato e pacífico. Gozam prudentemente da fortuna. Não são dados à cólera nem ao orgulho — o que se lhes vê na cara, nas maneiras e nas palavras. Vivem uns com os outros como boa gente, e não a há mais alegre e jovial... Têm particular habilidade para inventar toda a espécie de máquinas engenhosas, para facilitar, abreviar, expedir tudo o que fazem, até em matéria de cozinha... São extremamente asseados na casa e no traje e têm grande quantidade de móveis, utensílios e objectos domésticos, com uma ordem e um brilho admiráveis, como em nenhum outro país.»

Descartes, que em 1616 viera alistar-se como voluntário nas tropas de Maurício de Nassau, tendo como tantos outros

sábios desse tempo adoptado a Holanda como segunda pátria, escreve de Amsterdão ao seu amigo Balzac: «Nesta grande cidade em que me acho não há ninguém, com excepção de mim mesmo, que se não ocupe do trabalho mercantil, e todos vivem de tal modo absorvidos pelos seus próprios negócios que eu poderia aqui ficar toda a minha vida sem que ninguém desse por mim. Passeio todos os dias no meio da confusão deste grande povo com tanta liberdade e com tanto sossego como no mais solitário jardim; nem este ruído de gente interrompe mais as ideias do que o murmúrio de um regato.»

Os embaixadores venezianos noticiavam: «Estes povos são tão inclinados à indústria e ao trabalho que não há coisa difícil que eles não consigam fazer. Nasceram para trabalhar e para economizar, e não há quem não trabalhe.»

Perival acrescentou: «São tão inimigos do mau governo e da ociosidade que há lugares onde os magistrados metem na cadeia os ociosos e os vagabundos, obrigando-os a trabalhar e a ganhar a vida, quer queiram quer não.»

Tal é o momento histórico em que a pintura holandesa, desligando-se inteiramente da tradição florentina e veneziana e da tradição flamenga, entra no ciclo de ouro da sua característica e poderosa originalidade.

A constituição física do solo e o regime correlativo da sociedade dão à arte na Holanda uma nova filosofia, uma nova poética, um novo estilo, uma nova técnica. Em Florença, em Veneza, em Roma, em Madrid, em Sevilha, em Bruges, em Gand, em Antuérpia, a arte continuara a ser simbólica como na antiguidade grega, bizantina e romana. A revolução cristã não fizera mais do que deslocar no espírito e na obra dos artistas o eixo da mitologia. Em vez de deuses e deusas que representavam ideias, começaram-se a fazer santos e santas, heróis e heroínas, simbolizando virtudes e factos históricos.

No mundo helénico o Universo é Zeus, indivíduo de barba longa, cabelo anediado, coroa de oliveira ou de cotinos, túnica flutuante, tendo em uma das mãos o raio e na outra o ceptro encimado por uma águia. No mundo cristão o Universo é o Padre Eterno, de barba branca e cabelos brancos, um esplendor em disco em torno da fronte, uma túnica azul imitando a

*himation* grega, o raio sobre uma nuvem aos pés, e uma pomba branca adejante por cima da cabeça.

Era, Atena, Artemis, Apolo, Hermes, Vesta têm imagens equivalentes nas virgens de diversas invocações, nos profetas, nos apóstolos, nos santos; e há legiões de anjos, de arcanjos, de querubins, de serafins, de demónios, que substituem as musas, as ninfas, as harpias e as parcas. Juntem algumas figuras de santos, de príncipes, de reis e de papas e alguns motivos de arquitectura dórica ou coríntia, e eis aí toda a pintura italiana do século xvii. Um canto de azul, um recorte de montanha e uma ou duas árvores cor de chocolate constituem a paisagem que às vezes aparece por uma abertura de colonata.

Toda a pintura ou era eclesiástica, ou era mitológica, ou era cortesã. Vejam-se os grandes quadros do século xvi na Itália, na Espanha, na Flandres.

Rafael e Miguel Ângelo têm a sua glória artística vinculada à decoração religiosa do Vaticano e da Capela Sistina. A *Transfiguração*, o *Juízo Final*, a *Criação do Mundo*, a *Criação de Eva*, o *Pecado de Adão*, as madonas de todos os atributos, a da *cadeira*, a da *rosa*, a do *menino*, a do *pássaro*, a do *peixe*, bastam para caracterizar a preocupação estética dos dois grandes mestres. Além dos assuntos sagrados, tudo mais, com excepção dos retratos, na obra de Rafael e de Miguel Ângelo são grandes símbolos históricos da independência da Itália, prodigiosas alegorias das conquistas da Renascença, sublimes abstracções, místicas, filosóficas ou poéticas.

Com Paulo Veronez, com o Tintoreto, com Ticiano, vemos aparecer as apoteoses dinásticas, as alegorias palacianas, os retratos de reis e de príncipes, dos seus bobos, dos seus cães favoritos, das suas amantes, dos seus cavalos de guerra ou de parada, não cessando, todavia, de desfilar sempre a eterna procissão dos patriarcas e dos doutores da Igreja, das virgens, dos mártires, dos santos e das santas.

Na Flandres pegam no andor católico Van Eyck, Van der Weyden, Van der Goes, Barts, Memling, Bosch.

Em Espanha, já em pleno século xvii, Murillo, Ribera, Zurbarán continuam ainda a agrupar em êxtase virgens, S. José, S. Joões e Meninos Jesus, tratam leprosos pelo uso externo de mãos de princesa, põem em debandada paralíticos, hipnotizam monges, esfolam mártires.

Em França, pelo mesmo tempo, o pintor nacional Poussin, um tanto enfasiado — o que se compreende bem! — de fazer mais uma *Ceia*, mais um *S. Francisco*, mais um *Adão e Eva no Paraíso*, mais um *S. Paulo*, mais uns poucos de mártires, mais um *Dilúvio Universal*, e outras peças tiradas dos Evangelhos e dos Actos dos Apóstolos, distrai-se tratando como assuntos de mais actualidade e de mais vida um *Diógenes*, um *Fócion*, um *Testamento de Eudamidas* e um *Roubo das Sabinas!*

Não quero que me atribuam o propósito de desdenhar de uma evolução da arte que é uma das maiores glórias do espírito humano. A pintura italiana ou italianizada do catolicismo da Renascença, essa pintura dos papas, dos imperadores, dos reis, dos doges, dos duques italianos, dos duques de Borgonha e dos arquiducos austríacos, destinada às grandes catedrais, aos ricos mosteiros e aos palácios régios, feita de abstracções e de mitos, de história e de lendas, essa pintura ao mesmo tempo católica, pagã, mística, evangélica, olímpica, apocalíptica e satânica, é ainda, depois da arquitectura e da escultura grega, o mais considerável documento do génio artístico, das faculdades criativas da espécie humana. O que desejo tão-somente notar é que nessa obra monumental, sistemática e harmónica, subordinada ao imenso poder eclesiástico — único poder inteiramente constituído que ainda houve no Mundo — a inspiração é sempre a mesma, indiferente às relações do homem com a terra e do homem com o homem, absolutamente estranha à natureza e às realidades da vida. O estilo destes artistas, a sua factura, a sua técnica têm naturalmente as qualidades e os defeitos correlativos à escolha do seu assunto. A figura humana desnatura-se no indefinido, abastarda-se no vácuo, para tingir o transcendentalismo da expressão divina. Sempre que os artistas eclesiásticos por uma espécie de regressão reconstituente às origens da força se não retemperam na concepção pagã, tudo desmedra, tudo se desforma, tudo se subtiliza, tudo se evapora. O homem definha e emagrece até o estrito necessário para conter uma alma debaixo de um arnês, dentro de um burel, pendente dos braços de uma cruz como a oscilação luminosa de uma lágrima caída do céu, ou evolvendo-se de um sepulcro aberto como um suspiro que se desgrega da terra para se ir converter num astro.

A mulher é a eterna imagem imaculada, a mãe sobrena-

tural, que concebeu o filho sem conhecer o esposo, toda ela amor e toda ela solenidade, parêntesis único na sempiterna evolução dos seres. Não é já a morena filha de Jerusalém, do grande epitalâmio da natureza chamado o *Cântico dos Cânticos*, a qual era como as tendas de Kedar e como as cortinas nupciais de Salomão. Já não é a rosa de Saron, nem o lírio dos vales; já não é a que as concubinas viam com inveja, bela como Tirtsa, terrível como os exércitos que avançam de bandeiras ao vento, esperando o amado ao calor do sol, entre as vinhas e as mandrágoras do Líbano, para lhe dar a respirar o aroma de mirra que tem no sulco do seio, e a beber o mosto de romãs moídas entre as pérolas da sua boca. A Igreja levantou-a da terra e pô-la no espaço frio e translúcido sobre um crescente de Lua entre uma coreia de anjos, com o ardente e fecundo beijo humano simbolizado na serpente, esmagada aos seus pés. É a rosa mística, a torre davídica, a casa áurea, a estrela matutina; é a *regina angelorum*, a *regina patriarcharum*, a *regina prophetarum*, a *regina apostolorum*, a *regina martyrum*; é a mãe da divina graça, é a mãe do Criador. Mas já não é a mãe do homem, nem a mulher do homem, nem a filha do homem. Nem nos pode amar, nem nos pode entender, nem nos pode perdoar; pode apenas pedir por nós, e é esse o seu destino: *Ora pro nobis sancta Dei genitrix!*

No estilo destas composições sente-se o fim de proselitismo e de aparato com que eram feitas. Destinadas à sala de honra dos palácios, às igrejas e aos conventos, essas telas tinham de falar a uma multidão flutuante, tinham de a deter na passagem, de a penetrar repentinamente, reduzindo-a, subjugando-a, e, sendo possível, convencendo-a. Daí a investigação de mil efeitos puramente teatrais, uma convenção cénica: a dramatização do assunto, a bracejada retórica da paleta, a ênfase da cor, a sonoridade campanuda da luz, a gesticulação do desenho, o grito agudo do movimento.

Ora, de nada disto se trata na arte holandesa.

Todo o simbolismo acabou, acabaram todas as apoteoses e todas as alegorias, acabaram os assuntos religiosos e os assuntos palacianos.

Na Holanda do século xvii, protestante e republicana, não há o culto das imagens, não há painéis nem retábulos nas igrejas, não há conventos, não há prelados e não há príncipes. Os artistas, que no resto da Europa só trabalhavam por

encomenda dos papas, dos reis, dos arquiducos, encontram-se na Holanda, pela primeira vez, frente a frente, e a sós, com o povo.

O povo que assim vai impor à arte o seu gosto é, como já vimos, o mais glorioso, o mais ilustrado e o mais rico do Mundo. A falta de montanhas e a falta de pedra desviaram-no da tendência para a arquitectura e para a escultura. As circunstâncias geológicas em que se formou o carácter nacional atrofiaram nele a flor de entusiasmo de que resulta a poesia heróica e os poemas épicos. Na luta com a natureza o entusiasmo é inútil e é prejudicial; basta a resolução. O entusiasmo distrai da perseverança e compromete a continuidade da aplicação raciocinada e constante. A monotonia dos horizontes fechados pelas dunas e pelos diques, a humidade do clima, o longo Inverno brumoso, cortado de aguaceiros, a vida marítima, as longas viagens, deram-lhe o amor do recolhimento doméstico, da família aconchegada e pacífica, do lar confortável e alegre. Como não há a vida de corte, nem a vida nobre, nem a vida militar, nem a vida eclesiástica, em que o dinheiro se concentre para se dispersar no jogo, nos saraus, nos banquetes, nas embaixadas, nas paradas, nas caçadas, nas novenas, nos *Te Deums*, nas romagens, nas vigílias dos santos populares, no luxo dos mosteiros, das colegiadas, dos cabidos, dos patriarcados, a riqueza adquirida entra integralmente na família e na casa. Cada interior doméstico se converte num pequeno museu em que a arte enobrece, quase que santifica, cada móvel, cada utensílio da casa, ainda o mais obscuro e o mais humilde.

As formas mais belas e as decorações mais elegantes da arte arquitectural, colunas, pilastras, arcadas, cariátides, medalhões, baixos-relevos, aplicam-se aos belos e monumentais armários, aos leitos de carvalho incrustados de ébano, às arcas de roupa branca, às mesas de estilo flamengo, às chaminés, às estantes, aos contadores e às molduras dos espelhos. Muitos destes móveis são de uma elegância de formas, de uma pureza de estilo, de uma finura de acabamento, que se não excede. Alguns são incrustados de flores policromas. Num pequeno armário do princípio do século XVII que vi em Amsterdão, as almofadas das quatro portas são ornadas de baixos-relevos em carvalho, da dimensão de um palmo, representando inúmeras figurinhas com vastos fundos de ar-

quitectura e de paisagem: é a mais delicada ourivesaria genovesa ou florentina aplicada ao labor da madeira.

Os cofres de jóias, de ferro forjado, ou de madeira incrustada de madreperola ou de cobre, alguns ornatos de esmalte, de pinturas a óleo ou de placas de prata batida a martelo e representando grupos de flores ou de meninos, escudos de família ou animais heráldicos, leões ou cegonhas, competem com as mais belas obras do mesmo género quer flamengas, quer alemãs. As cadeiras que não são cobertas de tapeçaria ou de belos veludos de Utreque, em tons verdes ou amarelados, são de coiro de Córdova, lavrado, sem cores no princípio do século xvii, doirado do meio século por diante.

A serralharia e a latoaria artística, oriunda de Gand, de Bruges e de Antuérpia, toca o seu máximo esplendor no começo do grande século e enche as casas holandesas das mais belas obras: chaves, fechaduras, guarnições de portas, esquentadores, braseiros, ferros de engomar, tenazes, aticadores e cães de chaminé, candelabros, castiçais e lanternas de estilo gótico, em ferro cortado à tesoura e batido a martelo, em arabescos e em espirais, lustres de cobre no estilo da Renascença holandesa, pratos decorativos em relevo e lâminas ornamentais em cobre e em estanho.

Os tapetes, cuja fabricação a família dos Gobelins estabeleceu em Paris na segunda metade do século xvii e que depois de introduzidos pelos árabes na Europa se fabricavam durante o século xv nas cidades flamengas de Andenaerde, Lovaina, Bruxelas, Bruges e Antuérpia, começam a fazer-se em Delft e em Middelbourg no século xvi e atingem no século xvii uma perfeição sem rival.

As mais belas peças de faianças de Delft, que por muito tempo serviram de modelo às loiças de França e de Inglaterra, são do século xvii, e é nas colecções desse tempo que se encontram os mais belos vasos policromos em estilo japonês, os tulipeiros, os grandes quadros de azulejo representando figuras, marinhas e paisagens, as estatuetas de animais, os serviços de mesa em vermelho e azul, as canecas ornadas de medalhões e de desenhos de cenas campestres; os vasos de Tântalo; as taças de noivado, circundadas de rosas ou de amorezinhos; as placas ornamentais, as caixas de chá, os frascos de perfume, etc.

A ourivesaria holandesa toma igualmente neste período

um grande incremento e uma notável perfeição. As mulheres cobrem a cabeça e o colo das jóias mais características, mais originais. Em algumas casas todos ou quase todos os instrumentos do *ménage* são de prata ou de ouro: gomis e bacias de água às mãos, tenazes, atizadores, foles de chaminé, ferrolhos, ferros de engomar, candeeiros, castiçais, espevitadeiras, piveteiros, cuspidores, etc. Das peças de serviço usual distinguem-se, pela importância artística, as taças e os copos de honra das corporações oficiais, das famosas *guildes*. Em muitas dessas peças clássicas o copo é de ponta de boi sumptuosamente engastado em prata e em ouro com figuras alegóricas e datas ou inscrições históricas.

Na casa assim cheia e adereçada faltava uma só coisa — o retrato do dono. É pelo retrato que a pintura holandesa principia e é a arte de bem retratar que ela estabelece, cultiva e desenvolve os grandes princípios que têm de distinguir e caracterizar a sua escola.

A aprendizagem do ofício está feita. Até o fim do século xvi a pintura holandesa confunde-se com a pintura flamenga e com a pintura italiana, e, sem adquirir carácter local nem distinção de concorrência, fixa pela gravura a precisão do desenho, apura e depura o conhecimento do claro-escuro, completa a escala dos tons na clave escura e na clave clara, estabelece um registo de cor, funda uma teoria linear, prepara enfim uma paleta em que todos os principais elementos da técnica se acham reunidos.

O artista propriamente holandês, o filho da Neerlândia liberta e autónoma pela confederação das Províncias Unidas sob o estatouderato de Guilherme de Orange em 1579, toma os pincéis por ocasião da paz e da independência reconhecida em 1609, e coloca-se ao cavalete, concentrado, comovido, consciente da alta importância da tarefa que vai empreender fixando na tela e perpetuando para a posteridade a fisionomia sobre todas venerável dos seus heróicos concidadãos.

O mais artista e portanto o mais eloquente e o mais perspicaz de todos os críticos de arte, o pintor Fromentin, deixou-nos em uma das suas páginas incomparáveis — muito mais luminosas e muito mais concludentes do que as suas telas — esta fórmula fundamental: «O estudo perfeito do rosto humano exige do pintor uma ingenuidade atenta, submissa e

poderosa.» E em seguida, examinando os retratos de Rubens, pergunta qual é aquele que nos satisfaça como observação fiel e profunda, que nos instrua completamente acerca da personalidade do modelo. De todos os homens, cuja imagem ele nos deixou, tão diversos de idade, de condição social, de carácter e de temperamento, não há um só que se imponha ao nosso espírito como um indivíduo singular bem distinto, de que a gente se recorde como de uma dessas caras que ficam. À distância esquecem; vistos conjuntamente quase que se confundem.

«As particularidades da sua existência — diz o crítico — não os separaram nitidamente no espírito do pintor e separaram-nos ainda menos na memória dos que só pelo retrato os conhecem... Não digo que o pintor os visse mal; mas creio que os via superficialmente, pela epiderme... Têm o mesmo sangue, têm sobretudo o mesmo carácter moral, e todas as feições exteriores moldadas sobre um tipo uniforme. São sempre os mesmos olhos claros, bem abertos, olhando recto, a mesma cor de pele, o mesmo bigode finamente torcido levantando em dois ganchos negros ou loiros, um canto de boca sempre viril, isto é, um tanto convencional. Bastante vermelho nos lábios, bastante encarnado nas faces, bastante rotundidade no oval do rosto para denunciar na falta de mocidade um homem em bases normais, robusto de constituição, de corpo são, de alma serena. O mesmo nas mulheres: linda cor, testa arqueada, largas fontes, olhos à flor do rosto, de cor semelhante, de expressão quase idêntica, uma beleza própria desse tempo, uma amplidão própria das raças do Norte, com uma espécie de graça própria de Rubens, na qual se sente uma liga de vários tipos: Maria de Médicis, Isabel Brandt e Helena Fourment. Todas as mulheres que ele pintou parece terem contraído, apesar delas e apesar dele, no contacto de recordações persistentes, um tipo comum de família.»

Fromentin aplica o mesmo reparo aos retratos de todas as mulheres do tempo de Luís XIII, de Luís XIV, de Luís XV. Todos os retratos de uma dada época têm em geral um tipo comum ao agrupamento de que fazem parte, o mesmo sentimento, a mesma expressão, a mesma solenidade, o mesmo ar de família. Este fenómeno procede de duas causas distintas. A primeira é, como os retratos de Rubens, a intervenção antecipada de um tipo preexistente no sentimento e no gosto do

artista e ao qual ele subordina consciente ou inconscientemente a expressão do retratado, iluminando-a e espiritualizando-a além da natureza no sentido transcendente da sua estética. Neste caso o retratista procede com o retratado como o ensaiador dramático impondo a um comparsa pelo movimento de um certo gesto a expressão objectiva da ideia que lhe quer fazer significar. A segunda causa está na secreta e profunda influência que os sentimentos, as ideias e as aspirações em voga numa certa época exercem sobre a expressão fisionómica da grande maioria dos indivíduos nas sociedades em que um dogmatismo autoritário e triunfante torna tudo oficial: a filosofia, a arte, a literatura, a moda, a conversação, o porte, as maneiras, o sorriso.

Na Holanda nenhuma dessas causas intervém. Não há na sociedade tipos predominantes e oficiais que imponham e dirijam a moda, e não há no espírito dos artistas estampilha preconcebida para a expressão fisionómica da beleza.

Cada um dos heróis da independência holandesa tem o seu feitio particular e distinto, e para representar o heroísmo basta simplesmente que um pintor faça pousar em frente do seu cavalete um letrado de Leida, um burgomestre de qualquer cidade, um capitão de qualquer navio da armada, um soldado qualquer da guarda cívica, do tiro de S. Jorge ou do tiro de Santana. Todos esses homens tinham suportado valerosamente na defesa sagrada dos seus lares a guerra, a fome e a peste. Todos eles tinham batalhado nos cercos ao lado das suas mulheres e dos seus filhos. Eram os velhos companheiros de Guilherme e de Tromp. Haviam derrotado os espanhóis nas Dunas e os ingleses em Dunquerque. Para defenderem a Holanda da invasão francesa tinham aberto os diques ao oceano, e nos transes mais duvidosos de uma guerra contínua e desesperada eram esses homens os que se achavam resolvidos, perante a perda da liberdade, a embarcar em massa com as suas famílias e a transportar a pátria para Java.

Daí o respeito profundo, a reconhecida simpatia, a escrupulosa exactidão, a terna humildade com que desde o princípio do século xvii Mireveldt, Van der Venne, Houthorst, Franz Hals, Rembrandt e Van der Helst retrataram os seus companheiros, lançando por esse modo as bases de estética, de estilo e de técnica a toda a pintura holandesa.

A única regra era aproveitar todos os recursos do ofício e do talento, o desenho, a modelação, o claro-escuro, a cor, a escolha da expressão, do movimento, da fisionomia e dos gestos para o único fim exclusivo de fazer justo, de fazer certo, de fazer — *parecido*.

Diz-se do grande quadro de Van der Helst, o *Banquete dos Arcabuzeiros*, no museu de Amsterdão, que, se fosse possível separar e baralhar as mãos das vinte e cinco figuras deste painel, quem quer as restituiria facilmente, de tal modo é rigorosa a relação delas com a fisionomia das pessoas a que pertencem. Mas não é somente a realidade mais perfeita na cor da pele, na configuração das unhas, das falanges, na expressão do temperamento e do hábito em cada mão, é a coerência exacta do seu movimento com o rosto correlativo. Todos os mínimos pormenores são tratados com igual escrupulo: os móveis e a decoração architectónica da sala *doele* de St. Joris, onde se passa a cena, os prédios de Amsterdão que por uma janela aberta se avistam ao fundo, o penteado, o corte da barba e o porte da cabeça em cada indivíduo, os copos, os talheres, os guardanapos, as pregas de cada calção, os golpes de cada manga, o jeito de cada chapéu, a quebra de cada colarinho, o veludo ou a seda dos gibões, as rugas das meias e das botas, o aço de uma couraça, o ferro de uma alabarda, o oiro de uma espada. O copo de honra que o capitão Wits tem em punho é ornado de uma figura equestre de S. Jorge e basta olhá-lo de relance para reconhecer imediatamente o mesmo *drinkhoorn* que foi da *gilde* destes arcabuzeiros e que se conserva no museu da municipalidade.

A chamada tão impropriamente *Ronda da Noite*, a *Lição de Anatomia* e *Os Síndicos*, de Rembrandt, são outras tantas colecções de retratos mostrando três fases progressivas do génio do autor: primeiro a *Lição*, depois a *Ronda*, por fim os *Síndicos*. O simples aspecto dos três quadros revela as diferentes épocas em que foram feitos. Na *Lição de Anatomia* os médicos que escutam a prelecção pública do doutor Nicolau Tulp usam ainda a barba inteira, o cabelo rente, o largo cabeção encanudado. Na *Ronda da Noite* o cavaleiro Franz Banning Kok traz já a pêra em ponta de lança à Luís XIII e o cabeção em pregas chatas. Nos *Síndicos* a elegante e aristocrática *fraise* enrocada desapareceu de todo, substituída pelo cabeção de bacalhaus; já se não usa a pluma no chapéu; os burgueses

trazem o fato escuro dos personagens de Molière, o bigode e a mosca reduzem-se à expressão mais sucinta, e aparecem as grandes cabeleiras de cachos à Luís XIV.

Destes três quadros o que menos profundamente comove é a *Ronda da Noite*, precisamente o mais teatral, o de mais intenção de eloquência, o menos *simplesmente* retrato de todos os três. A *Ronda* representa a companhia dos arcabuzeiros do capitão Kok no momento de sair da *doele* para um passeio militar, talvez para um exercício de tiro no campo. Este simples facto é, porém, revestido de particularidades que o tornam obscuro, enigmático, quase incompreensível.

A luz caindo não se sabe por onde, do alto e da esquerda para a direita, bate em cheio numa figura estranha de rapariga loira com um galo à cinta, e envolve-a como num esplendor sobrenatural. Há uma coluna monumental meio esvaída na escuridão do fundo, uma arcada, um princípio de escadaria. Enquanto no primeiro plano, ao centro da tela, o capitão Kok, vestido de preto com faixa escarlate, caminha apoiado a uma alta bengala e conversa familiarmente com o tenente Willem van Ruijtenberg vestido de gibão de seda clara bordado de ouro, luvas amarelas, chapéu alvadio com longas plumas brancas, topes de fitas nos calções, botas de búfalo e esporas de ouro, o porta-estandarte, no terceiro degrau da escada, campeia vitoriosamente, de cabeça alta coberta por um sombreiro de plumas cinzentas e brancas, empunhando a grande bandeira desfraldada, ao lado de alguns homens de capacete, um dos quais tem uma lança em riste. Por trás do capitão um soldado dispara um tiro, outro escrova um arcabuz, um terceiro carrega a sua arma. Um sargento senta-se, encostado à alabarda no parapeito de uma galeria invisível. Um cão ladra. Rufa um tambor. Tudo isto é luminoso, mas não é lúcido.

Quem não tiver sido previamente informado não entende coisa alguma do que toda esta gente vem fazer. É uma ilustração de um capítulo cujo texto é indispensável ler. Como quadro, apesar da vitalidade soberba das figuras e de todo o seu grande clarão de topázio, de luar e de âmbar, fica uma coisa obscura, oscilante e confusa.

A *Lição de Anatomia* é o retrato em grupo do doutor Tulp e de sete médicos da *gilde* dos cirurgiões de Amsterdão. Tulp, de chapéu na cabeça, barba quadrada, punhos brancos vol-

tados sobre as mangas do gibão, junto de um cadáver masculino em escorço ao centro do quadro, segura na ponta de uma tesoura de cirurgião os músculos do braço dissecado do cadáver e explica a anatomia deles. As demais figuras têm as cabeças descobertas, os cabelos curtos, a barba inteira. São em tamanho natural e meio corpo, todos vestidos de preto com golas brancas. A cena passa-se num anfiteatro, evidentemente em face do público, a quem Tulp se dirige. Três dos médicos olham igualmente de alto para a assembleia que deveria achar-se em frente dos professores reunidos à volta da mesa de anatomia.

São extremamente interessantes algumas opiniões de críticos e de pintores a respeito deste quadro.

Sir John Reynolds diz a propósito da *Lição de Anatomia* que os pintores da Europa podem ir todos à Holanda aprender a pintar. O Sr. Viardot, que descreveu e analisou os quadros do museu da Haia sem os ter visto, diz que a *Lição de Anatomia*, sendo um assunto que não pede nem invenção nem ideal, convinha perfeitamente ao génio realista do pintor dos Gueux. Gustave Planche, que igualmente não viu o quadro e supõe que os mestres da confraria dos cirurgiões de Amsterdão que assistem o professor Tulp são estudantes *dos quais um se esforça em vão por compreender a exposição do lente*, acrescenta que *semelhante tela só poderia ser concebida por um espírito desde longo tempo habituado à meditação!* O Sr. Henri Havard escreve: «O cadáver é o facto principal... É pois sobre o cadáver que cai a luz. Vêm depois os retratos.» Fromentin exprime-se nos termos seguintes: «O cadáver tem falta de estudo... Não é um morto; não tem como morto nem a beleza, nem a fealdade, nem a acentuação terrível; foi visto por olhos indiferentes; considerado por uma alma distraída... Não é mais que um efeito de luz baça sobre um quadro negro... Se o formato dessa tela lhe dá um certo valor, não basta, porém, para fazer dela uma obra-prima como tantas vezes se tem repetido.» Charles Blanc, com os olhos ainda cheios do deslumbramento que lhe produziu em Amsterdão a *Ronda da Noite*, sente-se frio diante da *Lição de Anatomia*. Theophile Gautier acha também este quadro muito inferior à *Ronda da Noite*. *O Rembrandt da Haia* — diz ele — *é o Rembrandt realista ao qual eu prefiro muito o Rembrandt visionário de Amsterdão*. Edmond Thoré, o mais filosófico dos críticos que estudaram a pin-

tura holandesa, inclina-se ao parecer de Gautier e de Charles Blanc.

Estes diversos juízos patenteiam bem quanto se acha ainda longe da sua constituição definitiva a estética do nosso tempo. De todos estes pareceres, desde o de Reynolds, que é o representante do antigo diletantismo holandês, entusiasta do acabamento mais escrupuloso de cada detalhe, até o de Fromentin, para quem essa preocupação é um erro nocivo à intensidade da expressão do conjunto, creio que Rembrandt não aceitaria inteiramente nenhum desses decretos da crítica. Ora é unicamente e directamente Rembrandt que eu desejo interrogar.

Ele não aceitaria as observações de Fromentin e de Harvard a respeito do modo como está pousado e como está pintado o cadáver, porque ele não fez do cadáver o ponto culminante mas sim o acessório inteiramente subalterno da sua composição. O retratista de Tulp e dos seus confrades da *gilde* a que se destinava o quadro nunca pretendeu fazer uma *Lição de Anatomia* como mais tarde chamaram ao seu quadro, mas um simples retrato de homens vivos, representados num acto habitual da sua profissão, onde a morte devia quanto fosse possível perder a fisionomia cadavérica e a expressão trágica, não aparecendo com mais interesse dramático aos olhos do público do que aos olhos do próprio anatomista. O morto não é neste quadro senão precisamente o que ele é no acto que o quadro exprime — um baço clarão indiferente de que sai na ponta de uma tenaz esta evidência científica: a teoria de um músculo. O aspecto de um cadáver só é terrível para os curiosos; para os médicos ele é um instrumento de análise considerado por *almas distraídas*. Pelo modo (imperfeito para os pintores) como concebeu a execução do cadáver na *Lição de Anatomia*, Rembrandt foi o primeiro talvez em consignar esta regra fundamental na óptica de uma obra de arte: — que o artista não sente para o público pelos seus próprios olhos mas pelos olhos dos seus personagens. No drama, no romance e na pintura da fisionomia humana, em que as regras são as mesmas, o artista vê unicamente o personagem, o personagem é que vê o resto.

*Longas meditações*, quê? Rembrandt meditou tão pouco tempo este quadro que o fez na idade de vinte e quatro anos, pouco depois de ter vindo de Leida estabelecer-se em Ams-

terdão, e no tempo materialmente preciso para o pintar por encomenda do seu amigo Tulp. Nenhum artista procede por *longas meditações* como procedem os filósofos. O método na arte tem por base a observação directa e simples da natureza, a experiência tenaz e contínua do processo prático e a intuição lógica derivada espontaneamente do talento desenvolvido pela cultura do espírito e pelo engrandecimento do carácter.

Rembrandt era um homem ingenuamente fiel como artista à sinceridade do seu temperamento, ao seu propósito desinteressado de exprimir a realidade das coisas com a mesma nitidez luminosa com que elas se reflectiam na sua sensibilidade, sem preconceito algum da retórica ou da poética com que Charles Blanc, Gautier e Thoré o julgam preocupado, como no dilucidamento de uma visão transcendental ao pintar a *Ronda da Noite*. E a evidente prova de que não é um deslumbramento de mecânica ou uma surpresa de metafísica que ele se propõe produzir para gozo dos críticos, dos filósofos e dos poetas, mas sim a pura e palpitante imagem de um simples factó real e vivo, é que em 1661, em plena posse definitiva do seu talento e do seu processo, trinta e um anos depois da *Lição de Anatomia*, dezanove anos depois da *Ronda da Noite*, ao fazer o prodigioso retrato em grupo dos síndicos dos mercadores de panos, não é, mau grado da crítica, o tipo da *Ronda* que ele adopta, mas sim o da *Lição*.

Nos *Síndicos* a acção dos personagens é tão simples, tão restrita, tão particularmente deles, que não foi possível dar a este quadro um título de galeria, como se fez com os outros dois cujo nome primitivo seria *Os Cirurgiões* e *Os Arcabuzeiros*. Os síndicos em tamanho natural, vistos até aos joelhos, nas proporções de quadro a que os holandeses chamam *kniestuk* e os ingleses *kneepiece*, acham-se grupados em número de quatro a uma mesa com os livros de registo da corporação, assim como os colegas do Dr. Tulp em torno da mesa do teatro anatómico. Como na *Lição de Anatomia* a acção dos personagens vibra num grande espaço ambiente fora do recinto enquadado na moldura.

Os síndicos acham-se em frente da assembleia dos mercadores de panos como os mestres da corporação dos cirurgiões em frente de um curso de anfiteatro. Houve uma reclamação da parte de alguns dos membros da *gilde*. Os síndicos senta-

dos, com os chapéus na cabeça, tendo por detrás deles um criado descoberto, olham para o ponto onde se levantou o incidente. Um deles, a figura central do quadro, bate com as costas da mão aberta sobre a passagem do registo que um dos colegas ajudou a procurar, segurando ainda nos dedos a última página do grande livro folheado. À esquerda está um em pé, tendo acabado de erguer-se para olhar para o fundo da sala enquanto, ao seu lado, o mais velho dos quatro assiste ao debate com uma placidez indiferente, característica do seu temperamento e da sua idade. À direita, o mais novo, que tem na mão fina ornada de um anel o saco encerrando talvez as estampilhas de chumbo destinadas a marcar as fazendas, parece enfadado com a questão suscitada e disposto a levantar-se da mesa, para o que faz um gesto cheio de movimento e de expressão.

Tal é a obra perfeita, a obra consumada, a obra capital de Rembrandt, feita poucos anos antes da sua morte e resumindo as aquisições de toda a sua vida. A maneira de modelar e de pintar é nos *Síndicos* extremamente mais perfeita, mais decisiva e mais magistral que na *Lição de Anatomia*. Alguns dos confrades do Dr. Tulp lembram retratos de outros mestres já entrevistados em alguma parte. O mesmo acabamento meticuloso banaliza a expressão das figuras, esbate sob a tépida fluência do pincel a personalidade do modelo e a do artista. Nos *Síndicos* já se não procede pelo exacto cumprimento dos preceitos mas por súbitos e arrojados impulsos que constituem leis. Na sua essência poética esses dois quadros são, porém, a mesma coisa: alguns burgueses de determinada profissão no exercício da sua ocupação habitual perfeitamente entregues àquilo que estão fazendo; meia dúzia de figuras vestidas de preto sobre um fundo neutro, envoltas numa atmosfera luminosa e quente, tendo por ponto central um tom lívido de carne morta ou o tom rubro e baço de um tapete persa. Não é uma sinfonia como a *Ronda da Noite*, é um simples acorde de quatro únicos tons. Somente na tela dos *Síndicos* este singelo conjunto produz um grito e uma chama. Esses quatro bons mercadores não vivem unicamente da sua vida própria, transbordam de si mesmo por uma intensidade misteriosamente comunicada de saúde, de força, de actividade, de plenitude.

Rembrandt era uma singular natureza contraditória, e

ainda hoje mal definida pelos seus biógrafos: parece ao mesmo tempo um sensual e um idealista, um espectacular e um simples, um recluso e um apaixonado, um expansivo e um concentrado, a mais estranha combinação de carácter saliente, de tenor, e de um instinto reservado, de ouriço-cacheiro.

As suas convicções de artista figuram-se-me, porém, perfeitamente claras e logicamente deduzidas umas das outras através de toda a sua obra. Nos seus quadros bíblicos, nas suas paisagens, nas suas gravuras e na vasta galeria dos retratos que fez dos outros e de si mesmo ao espelho, desde os menos importantes até esta maravilha única, o mais extraordinário quadro que eu tenho visto — o retrato improvisado do seu amigo e burgomestre Six, em tamanho natural, chapéu alvadio ornado de uma pluma azul, gibão cinzento, colarinho chato, tendo aos ombros uma capa de pano encarnado agaloada a oiro, e representado no acto de sair de casa abotoando no punho uma luva de castor —, o problema que ele constantemente se propôs em tudo quanto fez, nos seus burgueses, nos seus magistrados, nos seus arcabuzeiros, nos seus patriarcas, nos seus maltrapilhos, por meio de processos progressivos, ascendendo do mais complicado para o mais singelo, foi exprimir a mais profunda e a mais intensa realidade do homem e da natureza, exaltando portentosamente a imagem directa do vivo unicamente pelos contactos reflexos que essa imagem tinha de atravessar no seu aparelho sensório ao passar da verdade do mundo para a verdade da arte.

Franz Hals, cujos quadros mais importantes se encontram no museu da municipalidade de Haarlem, é igualmente um retratista. Não conheço nenhum pintor contemporâneo a quem o compare, porque ele é mais moderno que todos os novos. Os oito quadros de Haarlem, representando em figuras de corpo inteiro banquetes dos arcabuzeiros de S. Jorge e de Santo André, e regentes do hospital de Santa Isabel e dos hospícios de velhos e de velhas de Haarlem, são para quem os vê pela primeira vez a maior surpresa que se pode ter em pintura. Nada mais inesperado, nada mais imprevisível! Nunca de dentro do quadrado de uma moldura me apareceu uma tão poderosa intensidade de vida, uma tão profunda acentuação de personalidade, de temperamento, de carácter, de convencimento. Não creio que pintor algum

houvesse jamais tido a vista tão lavada e tão lúcida, a mão tão leve, tão dócil, a paleta tão cheia, tão luminosamente e tão variadamente composta.

Pela precisão descritiva de cada coisa, pelo clarão especial de cada fisionomia e pela vibrante harmonia orquestral do conjunto, dir-se-ia, para o exprimir numa só frase, que o pincel de Hals escreve e canta ao mesmo tempo que pinta. A moderna eloquência do pequeno detalhe característico é por ele entendida do modo mais subtil e magistral. Na sua maneira de ser minudente não há um só traço mesquinho, insignificante ou inútil. No seu estilo de grande rasgo, à Rubens ou à Jordaens, há ao mesmo tempo um escrúpulo de pormenores, uma tal escolha e precisão de termos, uma tão rigorosa adjectivação de linhas na expressão de cada atributo que torna o quadro incomparável a qualquer outra obra de arte que não seja uma página de Flaubert. Franz Hals tem o poder de dramatizar por um rápido toque de tinta a expressão dos objectos mais humildes e aparentemente mais indifferentes à acção ou ao sentimento dos personagens, como na *Educação Sentimental*, e em *Madame Bovary*. Nas telas dos arcabuzeiros de Haarlem todas as coisas têm a sua parte de vida própria, o grau de palpação estritamente necessário à realidade do conjunto. Há cetins pretos e cetins brancos, couraças de pele de gamo, bandas azuis, meias escarlates, empunhaduras de espadas, botas enrugadas calçadas de esporas de ouro, largos chapéus emplumados, vincos de mangas, pregas de gibões, jeitos de luvas, que caracterizam tão significativamente os personagens como longos capítulos de psicologia. E tudo isto ele obtém sem ficção, sem retórica, pelo simples rigor do desenho, pela justaposição dos tons, pelo conhecimento dos valores na gradação da cor e pelo respeito mais profundo do modelo.

Em Haarlem toda a longa carreira artística de Franz Hals, que ainda pintava aos oitenta anos de idade, se acha documentada nas suas diferentes fases. Não pode haver dúvida alguma a respeito das suas intenções. Sabe-se tão perfeitamente o que é que ele desejou fazer como se lhe ouvíssemos as suas confidências ou o tivéssemos visto pintar. Fromentin conclui do seguinte modo: «Hals não era mais que um práctico, mas como tal é um dos mais hábeis mestres e dos mais peritos que jamais existiram onde quer que fosse, até na

Flandres, apesar de Rubens e de Van Dyck, até em Espanha, apesar de Velázquez.»

Franz Hals, Rembrandt e Van der Helst — eis os três grandes mestres de pintura cívica na Holanda. As qualidades fundamentais que distinguem como retratista estes três pintores são exactamente as que caracterizam toda a pintura holandesa. É pelo retrato que ela principia, é no retrato que ela se forma, é pelo retrato que ela a si mesma se revela, se dirige, se orienta e se constitui definitivamente na sua missão e no seu destino. Destas origens sai a formação de todo um novo critério artístico; a preocupação dominante da semelhança, o estudo directo, diligente e constante do vivo; a subordinação das faculdades inventivas às faculdades de expressão; e o sacrifício de todo o convencionalismo ao propósito de ser exacto.

Todos os pintores *de género* e de paisagem da imortal legião dos *petits-mâtres* da Holanda não são em última análise senão uma certa espécie de retratistas, assim como os romancistas contemporâneos não são no fundo senão uma certa espécie de historiadores.

Nessa multidão de artistas, que durante o século xvii constituem a escola da pintura holandesa, em Haarlem, em Leida, em Amstêrsão, na Haia, em Delft, não há meio de determinar categorias. É inteiramente impossível perante as suas obras dizer quem são os mestres e quem são os discípulos. Há inúmeros sub-Rafaéis, sub-Ticianos e sub-Murillos; não há nenhum sub-Ostade, nem sub-Ruysdael, nem sub-Steen. Todos eles são, porém, tão sinceros, tão originais, tão expressivos que na Holanda, muito mais facilmente do que em outra qualquer parte, os pintores se poderiam classificar pelos seus respectivos temperamentos: os *alegres*, como Jan Steen, Van Ostade, Adriano Brauver, Franz Hals e Van Laer; os *cismadores*, como Rembrandt e Gerardo Dov; os *melancólicos*, como Ruysdael, Van den Velde e Paulo Potter; os *delicados*, como Metsu, Terburg e Franz van Mieris...

A quem tem a visão adaptada às grandes telas ostentosas e teatrais da pintura espanhola, italiana e flamenga, os diminutos quadrosinhos holandeses, medidos ao centímetro, passam em geral despercebidos nos grandes museus de Florença e de Dresda, de Madrid, de Berlim, de Londres ou de Paris.

Além disso, há na pintura holandesa particularismos especiais ; que se não compreendem bem não conhecendo a Holanda. Os judeus e os maltrapilhos de Rembrandt são quase incompreensíveis para quem não viu a judiaria de Amsterdão. As crianças de Van Ostade, em que ele retrata de ordinário os seus próprios filhos de uma fealdade tão característica, são quase fantásticas para quem não viu as crianças do povo nas aldeias e nos bairros pobres das cidades holandeses. Quem não olhou para o campo da Norte Holanda, passando à tarde sobre as dunas à beira-mar, também não avalia senão uma pequena parte da mágoa de Ruysdael.

Para entender tudo quanto os quadros holandeses têm que dizer-nos é na Holanda, é nas galerias de Amsterdão e da Haia, que é preciso vê-los, olhando-os como eles querem ser olhados, serenamente, pachorrentamente, bem em luz, no vão de uma janela. Então, de repente, um pequeno acessório da composição, a franja de um tapete, um lenço caído numa cadeira, uma cenoura no chão, um pincel de estanho na prateleira, um copo tocado de luz, um tacho de cobre reluzindo pendente de um prego, uma réstia de sol passando pela abertura de uma cortina, apodera-se da nossa atenção. Esta obscura maravilhinha, que cada um julga ter sido o primeiro a escavar e a descobrir, vai-nos depois guiando lentamente e conduzindo passo a passo para dentro da tela. Poucos minutos depois, caminhando de surpresa em surpresa, descobrimos com pasmo que tudo no quadro é tão perfeito como o primeiro acidente que nos tocou, e o último prazer do nosso espírito é o de sentir viver por algum tempo a nossa própria alma dentro da concavidade tépida e loira desse pequeno mundo, tão doce, tão hospitaleiro, tão ingenuamente terno, tão familiarmente aconchegado, que um simples pincel apaixonado de verdade aprofundou no espaço de algumas polegadas sobre a superfície de uma tabuinha.

Toda a pátria holandesa se acha plenamente e fielmente reflectida na obra tão completa, tão vasta e tão íntima dos seus pintores do século xvii. São todas as fisionomias dos seus grandes homens, das suas mulheres, dos seus artistas, dos seus burgueses, dos seus operários e dos seus mendigos; são todos os variados aspectos do céu, do mar, da terra; as cidades com os seus portos e os seus monumentos; as aldeias com as suas pastagens, os seus canais, as suas vacas, os seus

moinhos de vento; todas as suas embarcações de guerra, de comércio e de pesca; todos os seus costumes populares e domésticos, as reuniões de artistas, de sábios, de magistrados e de guerreiros; as cavalgadas, as quermesses, os interiores elegantes e os interiores plebeus, as cenas de família e as cenas de estalagem; as conversações de salão e as folias de taberna; a nobre sumptuosidade dos castelos e a alegre pobreza das cabanas.

Depois do exame de cada um destes quadros encantadores, para dentro dos quais se entra para conversar com Hetsu ou com Terburg, para correr os prados com Ruysdael, com Berghem ou com Paulo Potter, para beber com Steen, com Brauwer e com Van Ostade, para caçar com Wouwerman, para embarcar com Van den Velde, ou para visitar todo o interior de uma casa com Pieter de Hooch, vem a simpatia mais cordial, o interesse mais íntimo pelo artista, tão perfeitamente educado que conseguiu comover-nos por meios tão simples e tão familiares, sem a menor espécie de enfatuação ou de pedantismo.

Não há mais que um método e que um estilo em todos os *ateliers* da Holanda — diz Fromentin. O fim é imitar o que é, fazer amar o que se imita, exprimir claramente sensações simples, vivas e justas. O estilo tem, pois, a simplicidade e a clareza do princípio. Tem por lei ser sincero e por obrigação ser verídico. A sua principal condição é ser familiar, natural e fisionómico. Resulta de um conjunto de qualidades morais: a ingenuidade, a vontade paciente, a rectidão. Diríamos virtudes domésticas transportadas da vida particular à vida prática da arte, e servindo igualmente para bem proceder e para bem pintar.

E Fromentin acrescenta: «Sente-se nestes artistas, em grande parte considerados como estreitos e mesquinhos copistas, uma grandeza e uma bondade de alma, uma ternura pela verdade, uma cordialidade pelo real, que dão às suas obras um valor que as coisas parece não poderem nunca atingir.»

Resumirei agora as minhas conclusões.

A fórmula naturalista da arte moderna acha-se inteiramente enunciada depois de duzentos anos na obra dos pintores holandeses.

Essa fórmula, tão discutida e tão contestada pelos escri-

tores contemporâneos, é talvez a verdadeira. O país que primeiro atingiu a compreensão mais completa da liberdade era logicamente, a ser a arte um produto social, o que deveria dar-nos a arte mais perfeita. Foi o que sucedeu. Este privilégio cabia à Holanda, porque os outros países, tão livres como ela foi no século XVII, não constituem propriamente nações: a Suíça é uma confederação política sem unidade de sentimento étnico, e os Estados Unidos são unicamente uma grande colônia universal.

A estética da escola holandesa, durante tanto tempo condenada por todas as academias do resto da Europa, chegou finalmente ao seu período de consagração irrevogável. Há apenas cinquenta anos que se fala em Franz Hals, mas Franz Hals conhece-se afinal, e ele é hoje na opinião de quantos o têm visto no museu de Haarlem o mestre incontestado e supremo de todo o moderno pintor de figura.

Foi o flamengo Breugel quem primeiro criou o quadro chamado de *gênero*, mas foram Steen, Van Ostade, Gabriel Metsu, Gerardo Terburg, Van Mieris, Gerardo Dov, Brekelenkam e Pieter de Hooch os que nos ensinaram a compreender e a amar essas ingênuas representações da vida popular, da vida familiar e da vida íntima. Quem nunca viu um interior de casa pintado por Pieter de Hooch não recebeu a mais eloquente, a mais fecunda lição que se pode ter acerca da porção de terna poesia, de íntimo e misterioso encanto que é susceptível de conter em si o espaço de quatro paredes, com uma mesa de trabalho defronte de uma janela, e um corredor a um canto deixando ver uma luminosa verdura de jarim transparecendo através de uma cortina branca na porta envidraçada ao fundo.

A pintura de paisagem foi o sagrado amor da natureza, o culto da terra, a doçura da vida rural que a inspirou à Holanda. Os primeiros quadros de paisagem fizeram-nos Van Goyed, Pieter Molyn e Jan Wignantz. Depois, com a segunda geração, vieram os incomparáveis mestres Jacob Ruysdael e Paulo Potter, que ainda ninguém igualou, que talvez ninguém tenha de exceder jamais e cujos discípulos gloriosos se chamam Turner, Corot, Diaz, Coubert, Daubigny, Millet, Troyon, Théodore Rosseau, Jules Breton, Bastien Lepage, etc.

A cada nova fase da evolução da arte corresponde invaria-

velmente um período de perturbação no gosto público e de contestação rigorosa na crítica. Quantos desdêns pela nascente pintura democrática da Holanda nas sociedades cultas da França e da Itália durante o século XVII e o século XVIII! Que horror nos mestres que só pintavam deusas e ninfas, paraísos e apoteoses, príncipes e princesas, perante as cozinhas de Kalf, em que a figura principal é uma escumadeira ou um tacho, uma velha barrica, uma vassoura, um molhe de espargos ou de cebolas; As *bambochatas* no género de Pieter de Baer fizeram um verdadeiro escândalo na Itália. O historiador Passeri chamava-lhes *pitture laide, villi e inconvenienti al bel decoro de la pittura*. Andrea Sacchi expulsava do seu atelier em Florença o jovem Jan Miel, que ousara aplicar-se ao estudo de cenas populares, dizendo-lhe que *se ne andasse a dipingere le sue bambocciate*. Luís XIV criou a designação genérica de *monos* para todas as figurinhas tão finas, tão delicadas e tão espirituosas de Van Ostade. Poussin julgava a pintura para sempre desonrada pela intervenção dos modelos plebeus.

Nada seria mais instrutivo do que seguir passo a passo toda a trajectória da crítica com relação à pintura da Holanda, desde Baldinucci, por exemplo, crítico florentino do século passado, até Burger e Charles Blanc na segunda metade do nosso século. Nessa história das ideias estéticas aprenderíamos que nada há mais contingente e mais relativo do que o eterno e absoluto ideal da *beleza* que ainda hoje tão frequentemente perverte a noção da arte. A chamada *beleza* na arte não é mais que uma derradeira entidade metafísica, sobrevivente na tecnologia a um regime mental inteiramente extinto para a direcção do espírito moderno.

O mais positivista dos críticos contemporâneos, Edmond Thoré foi quem mais profundamente estudou os museus da Holanda e quem com mais lucidez expôs a natureza e o destino da arte holandesa. Apesar de ter findado com o século XVII, a pintura holandesa — diz ele — representa mais um começo do que um fim. «Aproximamo-nos talvez de um tempo em que, como outrora depois da grande arte da antiguidade, teremos que correr um traço em seguida à Renascença italiana, que está completa e por conseguinte morta... A arte holandesa é a única na Europa que se inspira de um modo diverso da arte mística da Idade Média e da arte alegórica e aristocrática da Renascença, continuada ainda pela

arte contemporânea. A arte de Rembrandt e dos holandeses é única e simplesmente *l'art pour l'homme.*»

Referindo-se à influência da Holanda na pintura francesa e aludindo a uma exposição de Paris em 1866, Thoré dizia: «Os pintores naturalistas são por enquanto impotentes e algumas vezes ridículos, porque não têm ainda o instinto da escolha, da distinção nas qualidades e nas formas que a natureza indefinidamente oferece. No dia em que algum realista, inspirando-se da vida presente, juntar a isso o fanatismo da *beleza*, a revolução estará feita em pintura.»

A minha obscura e humilde opinião é que na arte holandesa não houve jamais nem o *instinto* da escolha, nem a *distinção* hierárquica nas formas apresentadas pela natureza, nem finalmente o *fanatismo da beleza*, no qual todos esses requisitos parece condensarem-se e resumirem-se. Que instinto de escolha se pode admitir em representações integrais da sociedade, como as fizeram os holandeses e nas quais, depois de termos visto as senhoras patricias, os graves magistrados, os elegantes oficiais, vemos na mesma linha de importância, e constituindo obras-primas de igual preço, os maltrapilhos, os beberrões, os libertinos, os gatunos, os charlatães, as mulheres de maus negócios e as mulheres de má vida?! Que distinção nas formas da natureza em quadros em que homens vomitam, em que meninos sujam, em que vacas vertem águas! Onde está o *fanatismo do belo* que se possa conciliar com a existência de todos esses assuntos da mais plebeia, da mais baixa trivialidade?! Os naturalistas modernos, aos quais Thoré quer dar por exemplo os pintores da Holanda, nunca desceram a iguais profundidades na investigação da cruel realidade da natureza e da vida. Os artistas franceses que o insigne crítico acha *impotentes, ridículos*, destituídos de gosto e de compreensão da beleza, são os naturalistas de há vinte ou trinta anos, são Delacroix, Corot e Courbet, cujos princípios estéticos já ninguém hoje se lembra de discutir. O que parecia ridículo em 1860 é já definitivamente belo em 1885.

Não. A arte não pode tomar por base do seu destino uma abstracção tão vaga, tão obscura, tão inconsciente e tão variável de raça para raça, de indivíduo para indivíduo, de temperamento para temperamento e de ano para ano, como aquela a que se convencionou chamar a *beleza*.

Tourguenef, em uma das suas cartas, cuja colecção está

sendo neste momento publicada em Sampetersburgo, dirige a um jovem artista as seguintes palavras:

«Se o estudo da fisionomia humana e da vida de outrem vos interessa mais que a exposição dos vossos próprios sentimentos e das vossas próprias ideias, se, por exemplo, vos é mais agradável reproduzir exactamente o aspecto exterior não somente de um homem mas de um simples objecto do que exprimir com elegância e ardor o que sentis vendo esse objecto ou esse homem, então sois um escritor objectivo, e podeis começar a escrever um romance.»

Esta disposição do espírito para a objectividade na transmissão das ideias e dos sentimentos, que Tourguenef substitui ao *fanatismo da beleza* como condição essencial do romancista, é precisamente a característica fundamental dos pintores da Holanda no século xvii.

*Reproduzir exactamente* sem o mínimo comentário, sem a mínima atenuação, os aspectos exteriores das coisas foi o que eles invariavelmente procuraram fazer em todos os seus quadros da grande época, desde o retrato mais completo até à mais simples natureza-morta.

Fizeram-no de uma maneira nova com relação às escolas precedentes. Daí a fase ascencional que a sua obra representa no progresso da arte.

Fizeram-no além disso com a máxima curiosidade, com a máxima diligência, com a mais completa boa-fé e com o mais profundo, o mais desvelado, o mais carinhoso amor que o homem pode consagrar ao objecto de um constante trabalho. Daí o seu incomparável encanto.

As fases de obscuridade não são aquelas em que a preferência dos artistas recai antes sobre estes do que sobre aqueles assuntos, quaisquer que eles sejam, por mais humildes, por mais inestéticos que pareçam. Os períodos de intercadência (porque decadência absoluta não há na arte, assim como a não há nos demais fenómenos do espírito) são unicamente aqueles em que os artistas, abandonando o rigoroso inquérito da criação e da sociedade, se imobilizam na mórvida reclusão autofágica da libertina fantasia.

Já Michelet o disse, tendo-o comprovado pela experiência universal da história: *Le rêve* é o mal dos mundos e das almas que findam.

A arte, enfim, não é uma interpretação da beleza; é uma

espontânea manifestação da sensibilidade. Do simples enternecimento da nossa alma perante o espectáculo da criação procede toda a obra artística, onda enorme de simpatia que, desde que o mundo é mundo, cresce constantemente, ungiendo e adoçando para consolação da humanidade todos os aspectos do universo.

Não seria difícil demonstrar até à evidência perante os documentos das nossas pequenas indústrias tradicionais, olaria, joalharia, tecelagem, que o povo português é um dos mais delicadamente sensíveis à compreensão pitoresca da cor e da forma. E, não obstante, falta-nos uma escola de arte original e autóctone. Porquê? Porque em Portugal a educação pública, as instituições, os princípios, as ideias em voga, os acidentes históricos, os interesses das classes predominantes não dirigem, antes contribuem para afastar a inteligência nacional dos contactos da grande criação. E só pela razão e pela reflexão, educadas de certo modo, se chega a sentir o misterioso vínculo, doce e mordente, invasivo e profundo, que prende, a toda a realidade da natureza inquirida, a íntima, a saudosa, a magnética, a verdadeiramente divina afeição desse pequenino átomo liberto, por um rápido instante equilibrado em sim mesmo acima da obra universal, e denominado a *alma humana*.

## VIII

### A CULTURA INTELECTUAL

*Distinção entre a organização portuguesa e a organização holandesa no ensino público — A Universidade e o Liceu — A liberdade de opinião — Privat-docentem e curatores — A Faculdade de Letras — A compreensão da teologia — A língua nacional — Especialização do ensino — Os doutorados — Formação de professores — Curso de empregados coloniais — Os estudantes — A instituição do estudo.*

Os factos capitais que distinguem da organização portuguesa a organização da instrução pública na Holanda são os seguintes:

1.º A estreita relação entre o ensino superior e o ensino secundário, fazendo da Universidade a prolongação do Liceu, e dando por fim aos dois estabelecimentos ministrar o grau elementar e o grau completo do mesmo ensino.

2.º A plena e absoluta liberdade de opinião assegurada pelas leis ao professor desde que a Constituição de 1848 estabeleceu a separação da Igreja e do Estado.

3.º A elasticidade dada aos estudos pela remodelação sucessiva do programa das matérias de cada curso, pela adopção nas universidades de professores extraordinários para cada novo ramo de ensino e pela admissão dos *privat-docentem*, segundo o uso alemão.

4.º Pela antiga instituição do colégio dos *curatores* agregados a cada universidade.

Examinemos rapidamente o alcance pedagógico destes quatro factos em que procuro resumir o carácter da instrução na Holanda.

Do primeiro resulta que os programas do ensino secundário, tão confusamente organizados pela administração portuguesa, se deduzem naturalmente na Holanda da organização culminante do ensino superior. A Universidade desdobra do seu programa a parte elementar de cada um dos ramos dos conhecimentos humanos que tem por fim minis-

trar, e é essa parte inicial do ensino universitário que o Liceu distribuiu. A lei de 1876 exprime-se nos seguintes termos: «A instrução superior abrange o estudo das ciências, tanto para a cultura intelectual geralmente falando, como para a preparação especial para o exercício das funções e das profissões que exigem uma educação especial.»

Para bem se compreender o lógico e perfeito espírito de sistema que prende os conhecimentos adquiridos no Liceu aos que a Universidade desenvolve e completa, basta lançar os olhos ao atrofiamento em que à saída do Liceu deixámos em Portugal o conhecimento da história universal, o da geografia, o da língua e da literatura pátria, e o das línguas e das literaturas clássicas, comparando esse estado com o programa da Faculdade de Letras nas universidades da Holanda<sup>1</sup>. Eis o programa holandês da Faculdade de Letras e de Filosofia: 1.º Língua e literatura grega; 2.º Língua e literatura latina; 3.º Língua e literatura hebraica; 4.º Língua e literatura holandesa; 5.º Antiguidades israelitas, gregas e romanas; 6.º História universal; 7.º História nacional holandesa; 8.º A geografia política; 9.º A história da filosofia; 10.º A lógica, a metafísica e a psicologia; 11.º A arqueologia; 12.º As línguas dos povos semitas e sua literatura; 13.º As línguas, a literatura, a geografia e a etnologia do arquipélago indiano; 14.º As línguas francesa, alemã e inglesa e suas literaturas; 15.º A estética e a história da arte; 16.º O sânscrito e a sua literatura; 17.º As línguas antigas dos povos germânicos e a sua literatura. Além destas disciplinas a Universidade de Leida ensina a língua chinesa, e o governo está de antemão autorizado a proceder imediatamente à criação de novas cadeiras cuja utilidade seja afirmada pelo corpo docente de cada escola.

Os exames de doutorados na Faculdade de Letras compreendem as seguintes matérias:

Em *literatura clássica*: Interpretação de autores latinos no

---

<sup>1</sup> O ilustre professor Jaime Moniz acaba de fazer-me conhecer um projecto de reforma do Curso Superior de Letras, a qual, tornando-se efectiva, instituirá em Portugal a Faculdade de Letras, preenchendo a lastimável lacuna a que me refiro.

P. S. A reforma a que se referia esta nota da primeira edição não se effectuou.

ponto de vista filológico e crítico; Interpretação de autores gregos no ponto de vista filológico e crítico; História universal da antiguidade e geografia correlativa.

Em *literatura semítica*: História dos povos semitas e sua literatura; Interpretação no ponto de vista filológico e crítico de autores árabes, hebreus ou armênios, à escolha do candidato.

Em *literatura holandesa*: Elementos de sânscrito; Elementos de estudo comparativo das línguas indo-germânicas em geral e das línguas germânicas em particular: o anglo-saxão, ou o alemão da Idade Média (*middelhoogaduitsch*) à escolha do candidato; Literatura holandesa, história, crítica, estética.

Em *línguas e literatura do arquipélago indiano*: O árabe; as instituições do islamismo; o sânscrito; arqueologia das Índias; geografia do arquipélago índico; língua e literatura malaia; língua e literatura javanesa; estudo comparativo das línguas do arquipélago indiano; história, literatura, antiguidade e antiguidades, instituições, usos e costumes dos povos da raça malaia.

Além do curso de filologia clássica, que é feito invariavelmente em língua latina, os demais cursos são feitos geralmente em holandês, mas as escolas estão autorizadas a mandar adoptar uma língua estrangeira sempre que a vantagem do ensino o aconselhe.

Podem ser professores os indivíduos de qualquer nacionalidade e de qualquer religião.

Um tão vasto e quase completo desenvolvimento de doutrina, ministrada por professores cuja competência é geralmente reconhecida e respeitada em todo o mundo sábio, deixa inteiramente assombrado e confundido de admiração um pobre representante da crítica portuguesa.

Como é que nos nossos liceus pode haver mestres competentes da língua latina, da língua grega, de hebraico, de árabe, da própria língua nacional, da sua literatura e da sua história, quando não há faculdades superiores e altos estudos clássicos em que se preparem com o diploma de doutorado os candidatos idôneos ao professorado das escolas secundárias?

Um dos fins da instrução superior holandesa é, como vimos — «preparar *especialmente* para o exercício das funções e das profissões que exigem uma educação científica». Estas palavras não constituem uma simples frase de sentido hip-

tético, como tantas de que está cheia a legislação portuguesa. Estas palavras são a expressão mais positiva de um facto. Para o fim prático de subdividir quanto possível as aptidões e de preparar o máximo número de especialistas, as quatro universidades holandesas, de Leida, de Utreque, de Groninga e de Amsterdão, conferem não menos de dezassete doutorados de natureza distinta. Na Faculdade de Direito, dois: um em direito propriamente dito, outro em ciências políticas; na Faculdade de Medicina, três: em medicina, em cirurgia e em obstetrícia; na Faculdade de Ciências, seis: em ciências matemáticas e astronómicas, em ciências matemáticas e físicas, em química, em geologia e mineralogia, em botânica e zoologia, e em farmácia; na Faculdade de Letras e Filosofia, cinco: literatura clássica, literatura semítica, literatura holandesa, língua e literatura do arquipélago indiano e filosofia. É um completo viveiro de professores para os liceus e para o ensino particular, e de funcionários especiais para a metrópole e para Java. As Índias Orientais são ainda objecto de estudos superiores especiais no Instituto Comercial de Delft.

Do segundo facto — *a independência de opinião baseada na separação da Igreja e do Estado* — resulta o aproveitamento para o ensino de todas as capacidades comprovadas, no interesse absoluto da ciência. A vantagem desta disposição fundamental transparece deslumbrantemente da organização holandesa da Faculdade de Teologia, monumento único na Europa. Eis o programa das respectivas disciplinas: 1.º Enciclopédia de teologia; 2.º História das doutrinas concernentes à divindade; 3.º História das religiões em geral; 4.º História da religião israelita; 5.º História do cristianismo; 6.º Literatura dos israelitas e literatura cristã antiga; 7.º Exegese do Antigo e Novo Testamento; 8.º História dos dogmas da religião cristã; 9.º Filosofia da religião; 10.º Moral; 11.º Arqueologia cristã.

A instituição dos *privat-docentem*, de que tão fecundos resultados tem tirado o progresso do ensino científico nas universidades alemãs, existe na Holanda desde 1876.

O colégio dos *curatores* é uma especialidade puramente e exclusivamente holandesa. Cada universidade tem a sua curadoria composta de cinco titulares, que superintendem na administração, nas relações exteriores, na ordem interna do

estabelecimento, no cumprimento exacto e rigoroso das leis escolares. Elaboram os orçamentos, apresentam ao ministro um desenvolvido relatório anual da gerência, da estatística e da história do estabelecimento. Podem suspender até o tempo de seis semanas o exercício de qualquer professor ou propor ao governo a demissão dele, se assim lhes parecer útil, depois de o ter ouvido e julgado solenemente em conselho. Têm finalmente por função culminante velar assídua, escrupulosa e inquebrantavelmente por quanto possa interessar a glória das letras, o progresso da ciência e a alta dignidade imaculada da escola nacional. Os *curatores* não vencem gratificação alguma. Servem por espaço de cinco anos. São nomeados pelo soberano e escolhidos fora do corpo docente, como para a mais alta honra que o Estado pode conferir, entre as pessoas mais abalizadas pelo talento e pela capacidade moral.

Em nenhum outro país da Europa se dá, em nenhum outro se poderia dar, este fenómeno: cinco indivíduos inteiramente alheios às práticas do ensino, nomeados em nome do saber, em nome da honra e do patriotismo, para dirigir os mais altos interesses de uma universidade, e dirigindo-os efectivamente de acordo com o professorado, sem conflito de competências técnicas, no mais alto espírito de liberdade e de progresso. É preciso, para que este facto se realize, que o respeito das ideias esteja, como entre os holandeses, profundamente radicado na tradição, na história, nos costumes, no convencimento, na alma nacional; e é preciso, além disso, que a educação literária e científica das classes preponderantes tenha atingido esse alto grau de desenvolvimento e de perfeição que é neste século a mais bela, a mais pacificadora, a mais fecunda, a mais indiscutível glória da sociedade holandesa.

As questões relativas à instrução são as que mais prendem na Holanda a atenção do público. O governo é obrigado a apresentar aos Estados Gerais um relatório da história crítica e analítica do movimento das universidades no fim de cada ano escolar, e não há cidadão que não procure inteirar-se da matéria desse documento. As avultadas despesas a que monta a perfeita instalação das escolas — os laboratórios, as livrarias, os museus, as colecções diversas — são frequentemente cobertas pela munificência dos munícipes e dos cida-

dãos. Vimos, ao percorrer diversas cidades holandesas, o empenho geral em satisfazer estas necessidades do estudo.

Toda a universidade possui uma considerável biblioteca, laboratórios de física, de química e de fisiologia, estabelecimentos mais ou menos desenvolvidos para o ensino prático das ciências médicas, um museu de anatomia, um museu de história natural e um jardim botânico. Leida tem, além disso, uma colecção riquíssima de manuscritos orientais, um importante museu arqueológico, museus de etnografia e de numismática, um observatório astronómico, um laboratório zootómico, um herbário riquíssimo. É celebre a instalação dos aparelhos meteorológicos de Utreque, assim como o seu instituto fisiológico, o primeiro dos estabelecimentos desta espécie na Europa. O hospital oftalmológico dependente da mesma universidade foi montado por meio de uma subscrição pública voluntária.

Além das admiráveis e em muitos pontos inexcusáveis instituições de ensino, nota-se ainda na Holanda um outro fenómeno quase desconhecido em Portugal. É o *estudo instituído*. Nas cidades doutas da Holanda, assim como da Alemanha, o estudante constitui uma classe social que se não confunde com nenhuma outra. Faz corporação distinta e compacta. Os estudantes têm as suas bibliotecas, as suas salas de leitura, o seu restaurante, o seu clube, em que dão bailes, em que dão jantares, a que convidam os professores e os viajantes ilustres. Neste círculo de íntimas relações intelectuais, que frequentes vezes estabelecem vínculos de espírito que persistem por toda a vida, forma-se uma atmosfera de ideias, preciosa para o desenvolvimento intelectual do aluno. Sem a ponderação deste facto seria impossível explicar a aquisição da soma enorme de conhecimentos que abrange o cérebro de alguns jovens estudantes alemães e holandeses. A diferença característica na mentalidade desses dois povos não está na quantidade mas na qualidade das aptidões intelectuais: o holandês parece-se mais com a raça anglo-saxónia que com a raça germânica na sua indiferença dos problemas puramente especulativos e no seu interesse instintivo pela resolução científica das questões práticas. Os pontos que as universidades da Holanda põem anualmente a concurso entre os estudantes para a adjudicação de uma medalha de ouro são um curioso

documento dessa tendência de espírito. Em cada uma das universidades holandesas os estudantes publicam um anuário escolar e sustentam uma revista literária e científica, com uma secção de crítica, em que os processos de ensino, os métodos e as ideias dos professores são objecto da mais viva e rigorosa análise.

*Importância para a nossa educação pública do estudo comparativo das pequenas nacionalidades — O futuro da Holanda — A dinastia — O anexionismo germânico — A defesa holandesa — A sua marinha — A mobilização das suas linhas de água — A sua autoridade moral — A força das ideias no destino das nações — Os meus votos.*

Procurando retemperar-se no exemplo estranho para a luta das nacionalidades no conflito da civilização contemporânea, eu creio que Portugal se tem deixado saturar demasiadamente de influências francesas. Parece-me que seria consideravelmente útil para a educação pública estendermos a nossa curiosidade ao exame de algumas dessas pequenas sociedades que, como a da Holanda, representam a evolução de um problema mais parecido que o da alta civilização francesa com aquele que o nosso futuro político e social nos impõe o dever de estudar e de resolver.

O destino da nação holandesa é neste momento uma coisa bem contingente, bem incerta!<sup>1</sup>.

O rei Guilherme III é quase septuagenário. A princesa real, única herdeira do trono, tem de idade cinco anos incompletos. A continuidade dinástica da heróica família dos Oranges apenas se prende à terra pela tenra e frágil existência desta criança.

Por outro lado ninguém ignora o perigo que representa para a independência holandesa a teoria anexionista da Alemanha, principalmente depois da incorporação da Alsácia e da Lorena no vasto império constituído pelo Sr. de Bismark. Todos os argumentos que se podem tirar da conveniência política e económica, da orografia, da etnologia, da história, reforçam a ideia alemã da anexação concernente ao pequeno território compreendido entre a fronteira indefensa do Hanôver e as dunas do mar do Norte.

---

<sup>1</sup> Escrito em 1883.

Que razões ponderáveis se hão-de invocar para exceptuar a autonomia holandesa do princípio filosófico da grande unidade germânica? Holandeses e alemães são irmãos, ou pelo menos primos coirmãos, pelo sangue, pela língua, e na máxima parte pela religião. A Holanda fazia outrora parte do grande império da Alemanha. O rei da Holanda era ainda há pouco membro votante na Dieta germânica, na sua qualidade de duque de Limburgo e de grão-duque do Luxemburgo. O próprio nome da Holanda, que na filosofia política alemã exprime um anormal fenómeno de *particularismo*, é pouco usado na Alemanha; prefere-se dar aos holandeses a designação de «baixos-alemães», *niederdeutschen*. Evidentemente a jovem princesa Guilhermina não teria senão de inclinar-se na mais aristocrática mesura da sua nobre e elegante linhagem, se o mui alto imperador quisesse conferir-lhe a honra de a fazer tomar assento, junto do trono de Berlim, ao lado dos seus vassallos da Saxónia, da Vurtembergia e da Baviera. E, além de tudo isso, o império alemão precisa de arredondar a sua importância política por meio da incorporação da Holanda nos seus domínios europeus. Não é hoje a Alemanha, na opinião dos alemães pelo menos, a primeira potência militar da Europa? Não é portanto *justíssimo* que essa potência tenha uma grande armada assim como tem um grande exército? Ora para que a Alemanha tenha uma esquadra é indispensável que ela tenha portos de guerra e de comércio e grandes pescarias em que se eduquem e formem os seus homens do mar, sem falar no absurdo estratégico de continuar a pertencer a uma potência estranha a embocadura do grande e glorioso rio alemão, o *Wather Rhein*, que a Suíça fornece mas que a Prússia se dá invariavelmente o ar de produzir chamando-lhe o *seu Reno!*

A todos esses argumentos, que a Alemanha tem por indiscutíveis e incontestáveis, a opinião pública holandesa não responde senão por uma única e simples proposição, aparentemente bem vaga e bem ténue: *A Holanda não deseja ser anexada.*

Para que esta contrariedade se não realize, a Holanda conta com as suas inexcedíveis obras de defesa, nas quais despendeu nos últimos dez anos doze mil contos; conta com a força das suas praças marítimas e com a *mobilização* das suas linhas de água; conta com a sua esquadra de cem navios e

vinte e um couraçados; conta sobretudo com a sua autoridade moral. A nação que precedeu gloriosamente todos os países do Mundo na prática da liberdade tal como ela só principiou a entender-se neste século; a nação em que o partido mais ferrenhamente conservador seria ainda o mais liberal de todos os partidos em qualquer outra parte; a nação que por duas vezes salvou a liberdade europeia pela guerra de Guilherme, o *Taciturno*, contra Filipe II e pela de Guilherme III contra Luís XIV; a nação que desde 1800 instituiu pela criação da escola leiga a base pedagógica de todo o progresso na inteligência moderna; essa nação, que é a Holanda, tendo ensinado a governar o Mundo, tem talvez o direito supremo de se governar a si mesma segundo o seu único e exclusivo desejo.

Como quer que seja, a verdade é que, tanto para a Holanda como para todas as nações do Globo, o facto político não é neste momento senão um facto provisório, uma interinidade, uma transição.

Poder verdadeiro, o único que ainda houve no Mundo foi o da Igreja, já na antiga Grécia, onde a religião era a base de todo o governo, já no novo mundo cristão. Os governos que se sucederam ao do regime teológico somente se acharão constituídos de um modo definitivo e perdurável quando, em vez das cartas constitucionais de monarquias ou de pactos democráticos, eles tiverem outorgado aos povos o catecismo científico, substituindo a cartilha do Padre-Mestre Inácio, e definindo peremptoriamente e indiscutivelmente os destinos do universo e os correlativos direitos e deveres do homem para com o seu semelhante e para com a sua espécie. Não é pelos acidentes da política mas pelos progressos da civilização e pelas conquistas da ciência e da moral que se poderá chegar a esse resultado.

Por enquanto os países que perante a humanidade dispõem de maior porção de verdadeiro poder são os mais instruídos e os mais moralizados.

Por toda a parte onde tem sido experimentado, na Espanha, na Itália, na Grécia, em França, na própria Inglaterra, na mesma Holanda, o sistema parlamentar faltou ao que parecia prometer. A irresistível força que impele para as instituições democráticas a sociedade moderna fê-la tropeçar no barranco electivo, fatal à supremacia das competências, ao

justo equilíbrio da mentalidade. Da eleição popular não sai nunca para o governo aquele que mais sabe, mas sim o que melhor intriga; e nos parlamentos a parcela de capacidade com que cada um contribui não se incorpora nunca na capacidade geral do todo deliberativo. A fraqueza das assembleias parlamentares resulta da diferença que há entre a natureza integrável das forças físicas e das forças intelectuais. A força de 1 cavalo de vapor mais a de 1 cavalo de vapor dá 2 de força mecânica. Mas a capacidade de um homem de certa inteligência reunida à de outro homem de inteligência igual dá 1 mais 1 de inteligência; não dá inteligência igual a 2.

Na dificuldade de resolver pela força das ideias, os governos representativos deliberam por acordo com a opinião pública ou por sugestão de um segundo poder parasitário, sintomático e característico da enfermidade do sistema, e chamado o *poder culto*. Quando a grande massa que representa a opinião e que decide da popularidade não é altamente esclarecida, ou quando o poder oculto, que pode ser um factor científico, não é senão um agente de corrupção, a inteligência empoça, o pensamento nacional estraga-se na represa da política, e principia para a sociedade o apodrecimento em que fatalmente se dissolvem as nacionalidades e as civilizações condenadas a desaparecer.

É portanto pelo grau da cultura intelectual, de que a ponderação moral é uma resultante, que deve ser hoje aquilata a importância de uma nação moderna.

# ÍNDICE

<i>Prefácio da terceira edição</i> .....	5
--	---

## I

### AS ORIGENS

<i>Filipe II e D. João III — A Inquisição — O duque de Alba nos Países Baixos — A revolta — Declaração dos maltrapilhos — «Gueux de terre et gueux de mer» — Marnix de Sainte-Aldegonde e Guilherme, o Taciturno — Formação da nacionalidade — A guerra — O cerco de Leida — Independência das Províncias Unidas — O dique</i> .....	7
--	---

## II

### PRIMEIROS ASPECTOS

<i>Chegada a Amsterdão — As ruas, os canais, os edifícios, as barcas, os sinos, a multidão — Amsterdão à noite — O despertar da cidade — As criadas e os vendilhões — Os velhos bairros — Mercado de flores e mercado de peixe — O palácio real — Santo António holandês — A Bolsa — Lucas Bols e Focking — Kalverstraat — Os tipos — Os vestuários — A índole do povo — A Quermesse</i> ..	39
---	----

## III

### CAMPOS E ALDEIAS

<i>A paisagem — Aspecto geral do solo — As pastagens — O Westland — A Zelândia — A Gueldra — O Over-Yssel — A Frisa — A Groninga — A Drenthe — O treckschuit e a viação aquática — O regime das águas</i> . . . .	80
---	----

<i>Zaandam — Os moinhos — A cabana de Pedro, o Grande</i> . . . . .	90
<i>O Zuiderzê — Monnikendam — As ilhas de Marken, d'Urk e de Shokland — Os enterros e as bodas na ilha de Marken</i> . . . . .	96
<i>A aldeia de Broek — A casa rústica — A vacaria e a queijeira — O prado — A cozinha — Móveis e utensílios domésticos — Os costumes</i> . . . . .	98

## IV

## AS CIDADES

<i>Amsterdão — Configuração do porto e da cidade — A tradição arquitectónica — Bairros antigos e bairros modernos — Os cafés e os teatros — Parques e jardins públicos — As escolas, os museus, as colecções de arte, as instituições de beneficência</i> . . . . .	109
<i>Roterdão — Aspecto do porto — Clero católico e clero protestante — A passagem Hoogstraat — Osábado à noite — Os Músicos — Tipos de embarcações — As fundações — Erasmo — Costumes comerciais</i> . . . . .	122
<i>A Haia — Passeio através da cidade — O cosmopolitismo — A elegância — Recordações históricas — Adelaide de Ploelgest — Maurício de Nassau, o Brasileiro — A Companhia das Índias — Spinosa — O Binnenhof — Arminius e Gomar — O Stadhouders Maurício de Orange, Grotius, Hogerbeets e Barneveldt — Conflito religioso — Municipalismo e unitarismo — O suplício de Barneveldt — Fata viam invenient — A burguesia, a dinastia de Orange e o povo — O exército holandês — O equilíbrio social — Corrida de cavalos — O bosque da Haia</i> . . . . .	135
<i>Scheveningue — A praia de banhos — A duna — Habitações de banhistas — Terraços de restaurantes — O banho das senhoras — A vida na praia — A povoação dos pescadores</i> . . . . .	163
<i>Arnhem — A Sintra holandesa — As quintas, os jardins, as matas — Os clubes — O asilo militar de Bronbeek — Maarten van Rossum — Os condes de Egmond — Nimega — Carlos Magno — Cláudio Civilis, o Viriato holandês — Cornélio de Witt e João de Witt</i> . . . . .	168
<i>Cidades industriais — O que a Holanda fabrica — A lapidação dos diamantes, as pedras, as oficinas, os operários judeus</i> . . . . .	175
<i>Alkmaar — O assédio espanhol — Alkemia Victrix — A vida provincial — As noites de Alkmaar — Feira dos queijos</i> . . . . .	184
<i>Haarlem — Seu respectivo cerco — Lourenço Coster, typographiae litteris mobilibus a metallo fuis inventor — Kanau Hasselder, a padeira de Aljubarrota holandesa — O conde de Brederode — A floricultura — O naturalista Clusius — As tulipas</i> . . . . .	191

<i>Utreque — Os descendentes de Torquemada e os de João Huss — Os moravos — Jansenius — Os bispados de Utreque — Museu arquiépiscopal — S. Willebrord e S. Bonifácio — Adriano VI, o duque de Alba, Luís XIV, Napoleão Bonaparte</i> .....	196
<i>Leida — Os estudantes — Os príncipes de Orange — Recordações do cerco — Lucas de Leida — O moinho de Rembrandt — Os Etzeviers — Athena Batava — O espirito universitário — Festa inaugural da Academia — Janus Dousa, Justus Lipsius, Meursius, Boerhave, Paulo Merula, Gronovius, Saumaise, Scaligero — Darwin e Littré — A botelha de Leida</i> .....	203
<i>Delft — Os polders — Cidades que nascem, cidades que morrem, cidades que ressuscitam — A olaria de Delft — Influência japonesa — O espírito da navegação em Portugal e na Holanda — A glória do trabalho e a do pavilhão das quinas — Fernão Mendes Pinto, Garcia de Orta e D. João de Castro</i> . . . .	216

## V

## AS CASAS E OS INDIVÍDUOS

<i>O navio e a casa — A família anfíbia — O aconchego do lar — O salão e a sala de jantar — A religião na família — A casa de cidade e a casa de campo — Interior de artista e interior burguês — A família Van Duyl</i> .....	228
<i>As mulheres na Exposição de Pintura — Pintoras, actrizes e escritoras — Mademoiselle Schwartze e o seu atelier — Como ela me retratou</i> .....	240
<i>Interior de uma vila em Arnhem — O patriciado burguês — A educação das crianças — Hospitalidade holandesa — O luxo — A instrução das classes ricas — O gaiato de Amsterdão</i> .....	245
<i>Manifestações características da índole nacional — A economia — O sentimento democrático — O espirito rotineiro — A teimosia — O culto da tradição — O respeito do trabalho</i> .....	256
<i>A contraprova da análise pela crítica nacional dos costumes — A obra do escritor Doves Dekker — Last &amp; Companhia — Compreensão burguesa do amor, da poesia, do romance, da literatura dramática — O snob da Holanda e o snob português</i> .....	261

## VI

## AS COLÓNIAS

<i>Programa da exposição colonial da Holanda — Enunciado do problema — A Índia Holandesa — O arquipélago de Java — A Batávia — Aspectos da natureza e da sociedade — A administração — O funcionalismo holandês — Os</i>
--

<i>príncipes asiáticos — A exploração mercantil — A produção e o trabalho indígena</i> .....	274
--	-----

## VII

## A ARTE

<i>Séculos de progresso e séculos de decadência — A Holanda no século XVII — A pintura florentina, genovesa e flamenga — A arte eclesiástica e a arte democrática — Como a pintura começa na Holanda — A estética — O estilo — Mireveldt, Van Ravestein, Van der Venne, Houthorst, Franz Hals, Rembrandt e Van der Helst — O Banquete dos Arcabuzeiros — A Ronda da Noite — Os Síndicos — Opiniões da crítica — Os quadros de Hals — Os petits-mâîtres — Jan Steen, Van Ostade, Brauwer, Van Laer, Van den Velde, Ruysdael, Dov, Paulo Potter, Pieter de Hooch, Metsu, Terburg, Van Mieris — A paisagem — O quadro de Género — A natureza-morta — Conclusões — Influências da pintura holandesa na pintura e na estética moderna — O naturalismo — O preconceito da beleza — Os fins da arte</i> .....	293
--	-----

## VIII

## A CULTURA INTELECTUAL

<i>Distinção entre a organização portuguesa e a organização holandesa no ensino público — A Universidade e o Liceu — A liberdade de opinião — Privat-docentem e curatores — A Faculdade de Letras — A compreensão da teologia — A língua nacional — Especialização do ensino — Os doutorados — Formação de professores — Curso de empregados coloniais — Os estudantes — A instituição do estudo</i> .....	323
<i>Importância para a nossa educação pública do estudo comparativo das pequenas nacionalidades — O futuro da Holanda — A dinastia — O anexionismo germânico — A defesa holandesa — A sua marinha — A mobilização das suas linhas de água — A sua autoridade moral — A força das ideias no destino das nações — Os meus votos</i> .....	329

## A GERAÇÃO DE 70

---

*Primeiro volume*

«A Geração de 70»

por Álvaro Manuel Machado

Antero de Quental: *Textos Doutrinários e Correspondência*

*Segundo volume*

Antero de Quental: *Sonetos*

*Terceiro volume*

Teófilo Braga: *História do Romantismo em Portugal I*

*Quarto volume*

Teófilo Braga: *História do Romantismo em Portugal II*

*Quinto volume*

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo I*

*Sexto volume*

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo II*

*Sétimo volume*

Oliveira Martins: *História da Civilização Ibérica*

*Oitavo volume*

Oliveira Martins: *Portugal nos Mares* (antologia)

*Nono volume*

Ramalho Ortigão: *Holanda*

*Décimo volume*

Ramalho Ortigão: *As Farpas I* (antologia)

*Décimo primeiro volume*

Ramalho Ortigão: *As Farpas II* (antologia)

*Décimo segundo volume*

Gomes Leal: *Poemas Escolhidos* (antologia)

*Décimo terceiro volume*  
Fialho de Almeida: *Contos*

*Décimo quarto volume*  
Fialho de Almeida: *Os Gatos* (antologia)

*Décimo quinto volume*  
Conde de Ficalho: *Uma Eleição Perdida*

*Décimo sexto volume*  
Eça de Queirós: *Os Maias*

*Décimo sétimo volume*  
Eça de Queirós: *Correspondência de Fradique Mendes*

*Décimo oitavo volume*  
Eça de Queirós: *Notas Contemporâneas*

